

Articulando



Sistematização de Experiências
de Incubadoras Universitárias de
Cooperativas Populares

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo (ITCP-USP)

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade Estadual de Campinas (ITCP-Unicamp)

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV)

Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia
Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos

Incubadora de Cooperativas Populares da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (IncopUnesp-Assis)



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação





Articulando:
Sistematização de Experiências
de Incubadoras Universitárias de
Cooperativas Populares

Projeto “Construção de conhecimentos conjunta e articulação de ITCPs no estado de São Paulo”

Coordenação: Prof. Dr. Reinaldo Pacheco da Costa

Equipe do projeto (Autores)

Ana Luzia Álvares Laporte	Paolo Marti G. P. de Souza Viola
Ana Maria R. Carvalho	Patrícia Guarany Cunha Santos
Bruna Mendes de Vasconcellos	Rafael Furlan Moraes
Carlos Rodrigues Ladeia	Rafael Gorni Felicio
Danilo Malta Ferreira	Reinaldo Pacheco da Costa
Denizart de Busto Fazio	Ricardo Abussafy de Souza
Erica Aparhyan Stella	Ricardo Gonçalves Conceição
Gabriela Gonzales Mezzacappa	Silvia Soares de Camargo
Gabriela Rizzo Iervolino	Sylvia Leser de Mello
Gabriela Veras Iglesias	Tatiane M. P. de Godoy
Ioli Gewehr Wirth	Tessy Priscila Pavan de Paula Rodrigues
Ioshiaqui Shimbo	Vera Soares
Isabele Caroline Alonso Levy Notari	
Julio César Bueno	
Maisa Maróstica Hortal	

Equipe do preparação dos textos

Ana Maria R. Carvalho	Rafael Gorni Felicio
Bruna Mendes de Vasconcellos	Reinaldo Pacheco da Costa
Danilo Malta Ferreira	Ricardo Gonçalves Conceição
Erica Aparhyan Stella	Sylvia Leser de Mello
Gabriela Rizzo Iervolino	Tatiane M. P. de Godoy
Isabele Caroline Alonso Levy Notari	Tessy Priscila Pavan de Paula Rodrigues
Paolo Marti G. P. de Souza Viola	
Patrícia Guarany Cunha Santos	
Rafael Furlan Moraes	

Equipe de publicação

Projeto gráfico e Diagramação

Erica Aparhyan Stella	Denizart Fazio
Gabriela Rizzo Iervolino	
Reinaldo Pacheco da Costa	
Sylvia Leser de Mello	

Capa

Denizart Fazio, a partir de desenho de Carlos Alberto de Paula Gomes

Articulando:
Sistematização de Experiências
de Incubadoras Universitárias de
Cooperativas Populares

2013

Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares/ Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. São Paulo: 2013.

Vários autores

ISBN: 978-85-62587-12-2

1. Economia Solidária 2. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares 3. Autogestão 4. Educação Popular. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo - ITCP-USP.



Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares by ITCP-USP é licenciado sobre a Creative Commons Atribuição-Uso Não-comercial-Não a obras derivadas 3.0 Unported License. Para mais informações acesse: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

Esta publicação contou com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos FINEP/Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte de recursos: Convite MCT/FINEP/AÇÃO TRANSVERSAL-PNI/PRONINC 03/2009. Convênio 0.1.10.0265.00

SUMÁRIO

- 11 Apresentação
- 15 Introdução
- 43 Pedagogia da Autogestão
- 51 Pedagogia da Autogestão: Limites do trabalho da ITCP-USP, considerando suas atuais potencialidades
- 61 Pedagogia da Autogestão: Aprendizado e reflexões sobre a prática
- 67 Movimento de Economia Solidária
- 77 Tecnologia Social: nosso olhar e suas implicações
- 91 Reflexões do coletivo da ITCP-USP sobre consumo consciente, comércio justo e finanças solidárias
- 99 Metodologia de incubação da ITCP-UNICAMP de 2001 a 2011: do acompanhamento técnico à parceria política
- 131 Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à economia solidária

USP

39

UNICAMP

97

FGV

157

- 159 Sistematização de experiência de tecnologia social: incubadora tecnológica de cooperativas populares da fundação getúlio vargas (ITCP-FGV)
- 191 Banco de trocas solidárias do centro: uma experiência de finanças e comercialização solidárias

UFSCAR

229

- 231 Consumo, comercialização e finanças solidárias na Incoop/Ufscar: histórico, formação e avanços
- 265 Avanço na conceituação coletiva dos termos autogestão, desenvolvimento territorial e políticas públicas no Numi-Ecosol/Ufscar

UNESP ASSIS

287

- 289 Considerações sobre metodologia de incubação, educação para a autogestão e movimento de economia solidária
- 325 Relato de experiências em processos produtivos em empreendimentos de catadores

Articulando:
Sistematização de Experiências
de Incubadoras Universitárias de
Cooperativas Populares

APRESENTAÇÃO



Sylvia Leser de Mello

A citação do passado não era necessariamente uma obrigação ou uma ilusão, mas podia ser uma fonte formidável de inspiração, uma arma cultural poderosa no combate presente. (LÖWY, M., apud BENJAMIN, W., 2005, p. 121).

Articular: tomar peças ou pedaços separados, juntá-los e fazê-los funcionar, não como um autômato, uma máquina, que não possui coração e cérebro, mas na

plena vontade de que, desse conjunto novo e ativo, pudessem surgir momentos transformadores para todos. Unir-se, ligar-se e criar entendimento entre as pessoas. Superar, com alguns ou muitos companheiros, os processos de fragmentação que o trabalho, sob a ótica do capital e do lucro, impõe aos trabalhadores e, se isso de todo não for possível, se for impossível gerar uma nova sociedade de trabalho, ao menos propor novos valores nas relações de trabalho fundadas na igualdade, na liberdade e na democracia. Porque também precisamos inventar, imaginar, desejar, para pôr em ação a vontade, criar utopias e colocá-las em andamento.

As incubadoras universitárias paulistas foram criadas em momentos distintos, mas com uma orientação fundamental: ser um espaço de formação para os estudantes que delas desejassem se aproximar, dispostos a trabalhar fora dos muros, reais ou simbólicos, da universidade. Propunha-se a experiência de promover, com os trabalhadores, os mesmos espaços de igualdade, liberdade e democracia aos quais aspiravam. Pensava-se em uma sociedade mais justa, na qual todos pudessem ter uma boa vida e um trabalho satisfatório, aprendendo que uma das maneiras para tornar isso possível é organizando-se em cooperativas. O princípio que orienta a formação das cooperativas é a autogestão. Contra o trabalho que domina as aptidões e a vontade dos trabalhadores, propõe-se que eles possam trabalhar com autonomia e que a organização do trabalho represente esse espírito de igualdade, levando em conta as necessidades inerentes à produção, mas não alheias às necessidades dos que trabalham. Decisões coletivas são um caminho para a autogestão, sem que a vontade de um prevaleça sobre a de outros. Se não for possível eliminar a divisão do trabalho, que ela não estabeleça hierarquias, de modo que todos possam compreender o que fazem e por que fazem, rompendo a reificação própria do trabalho alienado. A criação das incubadoras nas universidades modifica o curso normal do aprender; normal é formar/conformar os estudantes. O que se espera aqui é o inconformismo, a vocação transformadora.

As ideias que dão início às incubadoras são políticas, essencialmente socialistas. Mas elas vão ter que encontrar lugar numa sociedade capitalista. Não era, e não é, uma tarefa simples à que as incubadoras se dedicaram. Unir pessoas, em quaisquer circunstâncias, no trabalho ou fora dele, ouvir o que desejam, o que sonham e o que, de fato, podem realizar. E realizam. Os princípios e valores que norteiam o socialismo, igualdade e democracia, se tornam mais reais quando se concretizam na escolha da autogestão como modo primordial de regular e organizar as relações de trabalho.

Esse foi o propósito inicial do projeto Articulação. As incubadoras paulistas vinham realizando as tarefas que tinham como orientação fundamental, criar o novo junto aos trabalhadores sem trabalho, esse paradoxo gerado permanentemente pelo capitalismo. No mundo dominado pelo consumo e pelo dinheiro não ter trabalho significa não poder encontrar lugar para si mesmo, tornar problemática até a mera subsistência. Como se verá nos textos aqui apresentados, foram muitas e variadas as experiências das incubadoras, muitos e variados os grupos com que trabalharam. O conjunto dos trabalhos que realizaram impressiona: a pobreza e a adversidade não se vencem com boa vontade, boas intenções ou filantropia. A história da dominação é longa e vitoriosa. A universidade é bem-vinda a participar dessa luta ao permitir que os jovens tenham a experiência de um trabalho longo e sem resultados imediatos, mas nem por isso menos significativo. Pois nem sempre as incubadoras puderam realizar o propósito de formação que foi a inspiração inicial para a sua criação nas universidades. Os personagens essenciais chamados a desenvolvê-las, os estudantes e os professores, não compareceram com a mesma dedicação ou compreensão do que ali se gestava. Coube, em grande parte, aos estudantes e à sua persistência tudo o que foi feito nesses anos todos. Este projeto é a demonstração evidente dessa dedicação e persistência. Foi desenvolvido, como relatam, quase exclusivamente, pelos formadores das incubadoras. Uma característica importante marca a sua realização:

a união dos esforços de planejamento, controle e execução de todas as etapas de um projeto complexo feito em conjunto. Essa realização prova muitas coisas que, nem sempre, ganham o reconhecimento das universidades: permitiu, sobretudo, comprovar a autonomia das cinco incubadoras; a capacidade de trabalharem juntas, dando rosto e corpo ao coletivo; promover as atividades de formação de seus membros e de acompanhamento dos empreendimentos de Economia Solidária. Elas vêm demonstrar, na prática, o que se denomina autogestão.

Os textos trazem as suas histórias, porque retomam as peculiaridades presentes desde a criação e a sua identidade elaborada na experiência de cada uma. Também neste projeto respeitou-se a escolha das incubadoras, não se pretendeu unificar modelos, propor uma face única e imóvel. A experiência é mutável e a história não se faz como um bloco e uma corrente de tempo homogêneo, sempre igual. As cinco incubadoras refletem as mudanças pelas quais passaram, as descontinuidades e os novos começos. Narrar a história é permitir que se preencha a lacuna entre o passado e o futuro, que se recupere o que foi perdido e aquele “lampejo da história” em que se pode encontrar, talvez, o momento revolucionário.

INTRODUÇÃO



Equipe de preparação dos textos

Este texto é uma tentativa de sistematização coletiva da experiência também coletiva de execução do projeto Construção de Conhecimentos Conjunta e Articulação de ITCPs no Estado de São Paulo¹. Ou melhor, não apenas de execução, visto que atuamos juntos desde a sua concepção. O coletivo ao qual nos referimos foi formado por representantes de cinco incubadoras universitárias, ITCP-USP,

¹ Pela extensão do nome do projeto, no trabalho cotidiano nos referíamos a ele como “Articulação ITCPs”, nome que irá aparecer com frequência nos textos deste livro.

Incop-Unesp Assis, ITCP-Unicamp, NuMI-EcoSol/UFSCar² e ITCP-FGV.

A experiência ganha significado maior à medida que se constrói, como experiência pioneira, a concepção e realização conjunta de um projeto, configurando uma semente de atuação em rede, com recursos previstos para tal. Também se destaca pela construção coletiva de conhecimento, sendo esta publicação um dos resultados desse processo.

A potencialidade dessa construção é incomensurável, uma vez que os mecanismos rotineiros de avaliação de construção de conhecimento, como artigos e textos, não conseguem abarcar a complexidade dessa experiência. Isso porque muitos foram os atores envolvidos nesse processo. E a muitos deles, ou delas, em nossa opinião as “atoras” principais, fora negado historicamente o acesso à escrita. Referimo-nos aqui a trabalhadoras e trabalhadores que experimentam dia a dia a possibilidade de organizar a produção, e muitas vezes a vida, de outra maneira. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que a sistematização coletiva também questiona a forma acadêmica, por muitos considerada a única profunda, séria e verdadeira. Forma esta que nos impõe um autor principal, um coautor, e com sorte permite que três pessoas ganhem o crédito da autoria do texto. Além disso, outro resultado dessa experiência foi a produção de vídeos, que contaram com a participação de todos os atores e atoras envolvidos, sistematizando essa experiência em outra linguagem.

Nesse processo de sistematizações buscamos manter uma coerência em relação a todos que fizeram parte do projeto diretamente, contribuindo com suas presenças, cantos, sorrisos, falas questionadoras, críticas, agradecimentos, textos. E em relação à própria tarefa de sistematização coletiva. A sistematização situa-se em um difícil caminho, intermediário e pouco percorrido, entre um relato de experiência

² No início do projeto, essa instituição chamava-se Incoop/UFSCar. Mas ao longo da execução tornou-se um Núcleo, denominado NuMI-EcoSol/UFSCar. De forma que ao longo dos textos aperecerão as duas denominações, de acordo com a época em que os textos foram produzidos.

concreta e as reflexões teóricas. Ela é fundamental porque consiste em um primeiro momento de conceitualização. Através desta, objetiva-se melhorar e enriquecer a própria experiência e, por muitas vezes, ainda que com resistência da comunidade acadêmica, contribuir para enriquecer a teoria.

Entendida como parte de um processo histórico, a experiência deste projeto que pretendemos agora sistematizar tem também os mesmos objetivos que a própria sistematização: conceber a realidade, nos aproximar ainda mais dela para melhor conhecê-la e, principalmente, atuar sobre ela para transformá-la. Estamos falando aqui da realidade complexa da Economia Solidária.

Da Concepção do Projeto

O projeto Construção de Conhecimentos e Articulação de Incubadoras no Estado de São Paulo é fruto de articulações entre algumas incubadoras paulistas que, nos espaços de encontro do Fórum Paulista de Economia Solidária (FPES), perceberam a necessidade de uma maior integração, de uma troca efetiva entre si, dos conhecimentos e tecnologias produzidos a partir de suas experiências, tanto internas às incubadoras como junto aos empreendimentos por estas incubados.

O diálogo entre o FPES e outras instâncias do movimento de Economia Solidária, chegando até a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), acabou fazendo com que essa demanda fosse atendida por uma chamada pública (Chamada Pública MCT/Finep/Ação Transversal - PNI/Proninc 03/2009), a qual foi o germen para pensar um compartilhamento das experiências de cada incubadora e uma maneira de construir conhecimentos conjuntamente por meio da sistematização dessas experiências.

O processo de elaboração e redação do projeto aconteceu de forma conjunta entre as cinco incubadoras, em encontros presenciais na cidade de Campinas, por

ter localização central. Isso evidencia o envolvimento efetivo das incubadoras desde o começo do projeto, antes mesmo de sua aprovação.

O edital propunha alguns temas para guiar um processo de estudo e formação. Eram temas já recorrentes nos espaços do FPES e, portanto, demandas de formação já levantadas pelas próprias ITCPs. A maior dificuldade durante a escrita se deu na escolha dos temas: se fossem escolhidos poucos temas, seria possível aprofundar o debate em cada um deles e realizar uma formação bem consistente. Por outro lado, seria perdida a oportunidade de levantar o debate sobre os demais, que de alguma maneira também trariam importantes contribuições para a formação dos formadores e formadoras das ITCPs, bem como para os grupos acompanhados. A outra opção seria escrever o projeto abarcando todos os temas propostos, porém, nesta, identificava-se que os ciclos de formação poderiam ficar muito cheios, tornando-se necessário cortar conteúdos de cada tema, correndo assim o risco de deixar os debates e as formações superficiais. Após vários encontros, por fim, escolheu-se garantir o debate sobre todos os temas com a perspectiva de aprofundar e socializar os temas sobre os quais as incubadoras envolvidas tinham mais acúmulo e iniciar estudos e debates sobre os demais.

Dessa forma, realizou-se um primeiro agrupamento e divisão dos temas entre as incubadoras, segundo o acúmulo de cada uma. Cada tema, ou conjunto de temas, seria trabalhado num ciclo de formação composto das seguintes etapas: 1) levantamento, sistematização e socialização das experiências de cada incubadora no(s) tema(s), 2) formações a distância com todos(as) os(as) formadores(as) das cinco incubadoras via Moodle, 3) encontros formativos (seminários) e 4) sistematização e publicação dos processos formativos. A cada ciclo, a incubadora responsável deveria preparar as formações, bem como organizar e sediar o seminário relacionado a elas, sempre com o apoio e a colaboração das demais. Esses seminários seriam o momento de encontro de todos(as) os(as) formadores(as) das cinco incubadoras, dos empreendimentos

por elas acompanhados, de palestrantes e militantes do movimento de Economia Solidária e/ou de outros movimentos sociais, de gestores públicos e professores convidados e de outros convidados com experiência e conhecimento sobre os temas relacionados ao referido seminário.

Antes de entrarmos na descrição e análise desse processo, é importante apontarmos um fator negativo bastante comum entre os projetos executados pelas incubadoras, e que novamente se fez presente. Trata-se da demora entre a aprovação do projeto e a liberação dos recursos, o que nos coloca diante da difícil situação de termos que dar início às atividades, porém sem recursos para tal, o que acaba comprometendo a qualidade do trabalho e, muitas vezes, desmobilizando as equipes. É importante salientar que essa é uma questão a ser trabalhada pelos órgãos, empresas e instituições financiadoras de projetos de Economia Solidária, no sentido de tornar mais fluida a relação entre escrita, planejamento e execução dos projetos, evitando problemas ocasionados por descompassos de tempo na comunicação e nos procedimentos burocráticos.

Planejamento e Execução

A escrita do projeto delineou os principais objetivos, os temas das formações e dos seminários. Mas foi após a aprovação, na etapa de planejamento, que se conseguiu pensar a forma como ocorreria a execução e gestão do projeto, considerando o desafio de fazer isso entre cinco instituições.

Na primeira reunião de planejamento do projeto (realizada em outubro de 2009 na cidade de São Paulo) fez-se um levantamento de quais questões gostaríamos de abordar em cada tema, o que queríamos discutir a partir deles. A proposta não era fechar ali quais seriam essas abordagens, mas antes propiciar um entendimento comum a todas as incubadoras sobre cada tema, bem como subsidiar as incubadoras

no momento de pensar cada processo formativo. A partir desse levantamento, reorganizamos os ciclos formativos, buscando agrupamentos entre aqueles com maior relação de interdependência. Procurando construir um sentido cronológico para o desenvolvimento do processo de formação, buscou-se elencar os temas e assuntos mais elementares, trazendo-os para o primeiro momento, seguidos daqueles mais relacionados a conhecimentos importantes para grupos já em movimento, mas em fase inicial, e caminhando até a finalização (sem esgotar os debates) com aqueles que se relacionavam às demandas de grupos já consolidados e com experiência acumulada. Ou seja, os temas não estabeleciam relação de pré-requisito entre si, mas seguiam um sentido cronológico de formação compreendido como gradativo³. Nesse primeiro encontro ainda definiu-se o cronograma geral do projeto e sua metodologia de execução, a partir da criação de um Comitê Gestor (CG), para o que foram elencadas as principais ferramentas de gestão e comunicação a serem utilizadas, a saber: compartilhamento de arquivos via Google Docs, grupo de e-mails, arquivo virtual coletivo (Moodle) e reuniões virtuais via Skype.

A gestão do projeto foi um dos pontos mais ousados na perspectiva da construção autogestionada. A metodologia de execução foi construída de forma a envolver todas as incubadoras em nível igual de participação e apropriação, sem dissociar a gestão financeira desse processo. Para isso, sabia-se que no planejamento seria preciso ter minimamente identificadas e mensuradas as necessidades concretas de comunicação e decisão coletiva referentes a procedimentos distintos do projeto, sendo os principais: a) burocrático/administrativo/financeiro; b) conteúdo teórico dos temas/sistematizações das experiências; c) articulações e contatos com palestrantes, empreendimentos de economia solidária (EES), movimentos sociais

³ No entanto, nesta publicação, os textos aparecerão agrupados a partir da produção escrita desenvolvida por cada incubadora ao longo do processo descrito. Sendo que foram mantidas a ordem das incubadoras sedes dos Seminários, e dentro de cada capítulo, a ordem de discussão e produção dos textos, de acordo com a cronologia apresentada.

para os seminários e; d) articulações e contatos dentro das universidades para garantir espaços para a realização dos seminários, tanto em termos de infraestrutura como de participação/apoio de professores.

Levando em conta toda essa demanda de atividades a serem passadas e repassadas pelo coletivo, buscou-se uma forma de garantir que o processo ocorresse o mais horizontalmente possível e de maneira eficaz. Assim, criou-se e já mencionado Comitê Gestor (CG) composto de dois membros de cada uma das incubadoras, com exceção da USP, que, por ter ficado com a responsabilidade de coordenar o projeto, teve três membros. A escolha da USP como coordenação se deu pela proximidade com a FUSP (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo), entidade proponente e responsável pela administração financeira do projeto. A centralização da parte burocrática nas mãos de uma das incubadoras foi uma escolha consensual, a partir do entendimento de que somente dessa forma seriam garantidas a apropriação, autonomia e fluidez para a execução de processos que muitas vezes demandavam tomadas de decisões mais rápidas, por vezes com tom de urgência. As funções e responsabilidades dessa coordenação, assim como de cada equipe, foram definidas na primeira reunião de planejamento, sendo as equipes responsáveis por: realizar as formações internas com seus respectivos coletivos; socializar andamento das atividades com a equipe do projeto; socializar sistematizações e produtos e; participar da avaliação, monitoramento e planejamento nas reuniões presenciais e virtuais. À coordenação coube, além dessas atividades: o monitoramento da execução das atividades gerais do projeto; acompanhar e informar sobre os prazos e andamentos das atividades; a execução financeira junto à FUSP; prestação de contas, tanto para a FUSP como para as outras incubadoras e; a organização da escrita de relatórios. Nesse sentido, a coordenação se deu muito mais como organização e execução financeira do que pensar e organizar as ações, o sentido do projeto.

Para o funcionamento do CG, a princípio pensou-se num formato de reuniões

presenciais com duração de dois dias e periodicidade mensal, que seriam sediadas e organizadas de forma rotativa entre as incubadoras. No entanto, a concentração de informações e processos burocráticos na equipe da USP oferecia o risco de sabotar a construção coletiva e horizontal de todo o projeto. A partir dessas reflexões e preocupações percebeu-se a necessidade de um contato mais frequente e, assim, criou-se também o espaço das reuniões virtuais, que ocorriam semanalmente – com exceção da semana em que se realizava o encontro presencial do CG. Esse encontro semanal seria uma forma de compartilhar um processo que estava sob responsabilidade da USP, mas que não poderia ficar concentrado somente nela, principalmente no que diz respeito a tomadas de decisão relacionadas aos gastos e remanejamentos de recursos do projeto, entre outros de importância equivalente. Além disso, entendeu-se que esses encontros semanais também contribuiriam para manter uma proximidade e uma constância de comunicação entre a equipe, essenciais para apropriação do projeto de uma maneira geral entre todas as incubadoras, garantindo, assim, uma efetiva construção coletiva. Como forma de garantir a democratização das informações circuladas durante as reuniões virtuais, utilizou-se a ferramenta das atas coletivas, compartilhadas no Google Docs, de maneira que todas as incubadoras tinham acesso à escrita do documento ao longo da reunião virtual, faziam registros de informes, acrescentavam pautas e anotavam as discussões conforme sentissem necessidade. A princípio pensou-se em identificar os textos (informes, pautas, considerações e encaminhamentos) de cada uma por cores diferentes, no entanto, isso foi se perdendo por uma questão de praticidade.

No que diz respeito ao caráter e conteúdo desses encontros do CG, as reuniões presenciais se configuraram como momentos de formação e planejamento coletivo. Era nesses espaços que as incubadoras responsáveis pelos temas do momento propunham debates e formações, tanto para o amadurecimento do tema pela equipe do projeto, como para subsidiar as equipes das demais incubadoras nas

formações que deveriam puxar junto aos seus coletivos. Também foram o espaço de compartilhamento dos levantamentos de práticas de cada incubadora sobre os temas, feito a partir de um roteiro proposto, geralmente nas reuniões virtuais, pela incubadora responsável. Nesses momentos também foram planejados os seminários, sempre a partir de uma proposta feita pela incubadora responsável, assim como a avaliação destes. Realizou-se, ainda, o compartilhamento da execução financeira. Por fim, mas não menos importante, uma das concepções-chave desse projeto, discutida e amadurecida por todas as incubadoras, era a de que as formações e a própria articulação deveriam estar voltadas não somente para as instituições e os formadores, mas também para os EES, contribuindo ao máximo para que pudessem ter uma participação ativa no projeto. É importante lembrar que no início não havia tanta clareza sobre a participação dos EES no projeto e nos seminários.

Por muitas vezes discutimos o formato dos seminários, os dias da semana em que se realizariam, visando aumentar a viabilidade de participação destes. Além da possibilidade de encontro e articulação de EES nos seminários, pensou-se também na realização de visitas a EES acompanhados pelas incubadoras nos momentos de reuniões presenciais do CG. Como cada reunião seria sediada por uma incubadora diferente, seria possível visitar os EES acompanhados por todas, trazendo uma dimensão do trabalho de cada uma e um panorama geral do próprio movimento. Compreendia-se que esse contato direto com experiências, metodologias e realidades diferentes seria enriquecedor para todos, inclusive para os EES, que perceberiam seu trabalho sendo reconhecido por pessoas que compartilham de princípios comuns, vindas de lugares diversos, trazendo mais confiança para a luta cotidiana.

Para a preparação das formações, criou-se uma metodologia participativa que envolvia, em diferentes níveis a cada ciclo, todas as incubadoras. Então, a incubadora responsável pelo ciclo vigente sugeria para o CG dois roteiros, sendo um teórico (estudo) e outro prático (levantamento de experiências anteriores). A partir deles

o CG propunha alterações e complementos e, por fim, preparavam as formações relativas aos temas estudados naquele ciclo em cada incubadora, de modo a compartilhar o estudo com os demais formadores que não compunham o CG.

Com relação à forma como as formações aconteceriam dentro das incubadoras, optou-se por preservar autonomia para que cada uma pudesse realizá-las à sua maneira, respeitando e adequando-se à sua própria dinâmica interna. Algumas incubadoras tiveram maior dificuldade para inseri-las na sua dinâmica de trabalho. A criação e legitimação de um ou mais espaços/momentos reservados às formações do projeto Articulação ITCPs se deu também por meio de uma construção coletiva, nesse caso, em uma instância fora do CG, dentro das incubadoras. Foi possível, nesse processo, alcançar a compreensão geral da importância das formações, garantindo, assim, o espaço/tempo reservado ao projeto, comum a todas e de forma singular em cada uma.

Avaliação do processo

Entendia-se que a rotatividade de responsabilidades contribuiria para que cada incubadora se apropriasse da gestão do projeto, uma vez que chegada sua vez de sediar o CG, ela teria que cuidar e garantir a hospedagem e alimentação das pessoas, bem como construir uma metodologia para o andamento do encontro.

Os encontros do CG revelaram a todos os membros muito de como cada incubadora se organiza e os motivos dessas diferentes formas de compreender e realizar sua autogestão interna, a partir das demandas, bem como das próprias concepções do trabalho realizado, que são distintas em cada uma. Essa troca de experiências ajudou a quebrar preconceitos e contribuiu para o amadurecimento e a ampliação do leque de possibilidades de soluções e caminhos para o trabalho de formação em Economia Solidária.

Quanto às formações virtuais, estavam previstas via plataforma Moodle, o objetivo era propiciar um contínuo nas formações e debate entre todos os formadores das cinco incubadoras, para que essa troca de todos com todos não ocorresse apenas nos seminários, além de ser uma possibilidade de amadurecer e aprofundar os debates iniciados nos coletivos. No entanto, já durante o segundo ciclo de formações, não houve tanto esforço para utilizá-lo, uma vez que percebeu-se na prática que demandava dos formadores que não compunham a equipe do projeto uma dedicação que para a maioria não era possível, posto que já tinham grande volume de trabalho. Assim, com o decorrer do tempo, avaliou-se que as formações presenciais eram bem mais viáveis e produtivas, de forma que essa ferramenta acabou se transformando em um arquivo virtual coletivo do projeto, com toda a bibliografia utilizada, bem como os roteiros de formação e as produções frutos dos debates.

Quanto aos registros em vídeos, observou-se que, por se tratar de outro tipo de sistematização, com linguagens diferentes das convencionais, eram mais acessíveis tanto para os EES quanto para os próprios formadores. É um produto que poderemos usar em futuros processos de incubação como material didático, além de ser uma forma de comunicação de experiências mais atrativo e lúdico. A ideia inicial foi elaborar em conjunto com o coletivo Camará (responsável pela elaboração destes) um roteiro para cada seminário ou conjunto de temas. A proposta seguia para o CG, que contribuía com sugestões, sendo que a incubadora responsável detinha a autonomia na elaboração final do vídeo. Interessante também foi o fato desses materiais terem sido gravados, em parte, durante os próprios seminários.

A respeito da gestão do projeto como um todo, percebeu-se que é importante a centralização burocrática, caso contrário o projeto ficaria repleto de entraves. Mas também foi importante que as demais incubadoras estivessem a par de todos os procedimentos burocráticos bem como se responsabilizassem e auxiliassem onde fosse possível. A prestação de contas foi transparente e periódica, sendo o

planejamento e as decisões coletivas, realizados nas reuniões virtuais.

Uma gestão coletivo-democrática é possível, mas não significa descentralizar toda a burocracia. Ela é possível quando todos os envolvidos no processo têm apropriação do que está acontecendo, participam dos planejamentos, da decisão e da avaliação da execução.

Planejamento dos Seminários

A execução do projeto previa a realização de cinco Encontros Formativos como estratégia de formação e troca entre todos os formadores das cinco incubadoras nos temas abordados. Esses encontros, os quais denominamos Seminários de Articulação de ITCPs, além de marcarem o encerramento e fechamento de cada um dos cinco ciclos de estudos, foram idealizados como meio de socializar ao público participante – representantes de EES, formadores das ITCPs, gestores públicos e demais interessados – o resultado dos trabalhos realizados pelo Comitê Gestor, sobre cada um dos temas abordados durante os ciclos de estudo.

Uma vez que as equipes de formadores das ITCPs e membros de EES estivessem, em certa medida, familiarizados com os temas estudados, principalmente devido ao processo de formações internas, os seminários se configurariam como espaços para o aprofundamento dos debates, inquietações, desafios e possibilidades identificados durante esse processo.

Alcançar tais objetivos durante esses encontros se tornou um grande desafio no que diz respeito à participação dos EES's: como organizar um evento para um público pouco habituado a ocupar os espaços acadêmicos e a participar desse tipo de atividade? Pensar a grande tarefa de obter um ponto ótimo entre a discussão acadêmica dos temas e a participação dos EES foi uma questão prioritária, presente no processo de planejamento do primeiro seminário. A realização de atividades em

que fosse possível conciliar a abordagem das temáticas em um ambiente menos formal com a adoção de uma linguagem mais acessível foi uma das estratégias adotadas pelo Comitê Gestor para dar conta desse desafio.

Não apenas esse, mas todos os aspectos pertinentes ao processo de idealização, organização e realização dos seminários foram consequência de um procedimento democrático que envolveu a participação de todos os representantes das incubadoras na execução do projeto. Ainda que apenas uma incubadora fosse responsável por sediar o evento, ao longo das reuniões mensais do Comitê Gestor é que se definiram conjuntamente datas, locais, conteúdo, programação, palestrantes e convidados, bem como a estratégia adotada para a avaliação dos encontros.

Vale ressaltar que, a partir dos feedbacks dos participantes de cada seminário, nos foi possível buscar alternativas para o aperfeiçoamento e novas experimentações para a realização dos encontros seguintes.

Entretanto, as informações sobre a avaliação dos eventos apenas produziram sentido se os representantes dos EES participassem efetivamente das atividades constantes da programação dos seminários, a ponto de poderem avaliá-las a partir da experiência concreta de participação. Prepará-los previamente para participarem dos eventos foi outro desafio com o qual nos deparamos ao planejar e organizar cada um dos cinco seminários.

Preparação dos EES para os Seminários

Como já mencionado, a preparação para a participação nos encontros, não apenas dos membros dos EES acompanhados, mas também dos formadores das ITCP's, ficou sob a responsabilidade dos representantes das incubadoras que compunham o CG, de maneira que não houve uma fórmula, metodologia ou estratégia a ser reproduzida com todos os possíveis participantes dos seminários. Essa preparação

foi pensada e executada de maneira distinta, respeitando a realidade, singularidade e historicidade de cada EES e incubadora.

Consideramos que essa preparação teve início concomitante ao processo de formação sobre as temáticas, pois, à medida que as formações ocorriam e as pessoas se envolviam de forma progressiva com os assuntos relacionados às temáticas, cada vez mais elas reuniam elementos e conhecimentos que posteriormente também seriam abordados durante os seminários.

Entretanto, apenas o contato com as temáticas durante o processo de formação poderia não ser suficiente para garantir a participação nos seminários, principalmente para os representantes dos EES em que pese o fato de que a ausência no cotidiano de trabalho, por um período de três dias ou mais, pudesse representar um ônus considerável para seus empreendimentos.

A solução adotada para superar essa dificuldade veio por meio da estratégia de abordar as temáticas e definir o conteúdo dos seminários, a partir da realidade concreta de cada associação ou cooperativa e não apenas de impressões, diagnósticos e avaliações resultantes da inter-relação que os formadores das ITCP's pudessem fazer entre as temáticas abordadas e essa realidade.

Para tanto, era necessário que os próprios membros dos empreendimentos participassem desses espaços, apresentando e, por vezes, confrontando essas realidades durante as atividades dos seminários. Assim, para o primeiro seminário, que abordou a questão dos movimentos sociais, os representantes dos empreendimentos foram convidados a apresentar as participações em movimentos sociais aos quais pertenciam, relacionando uma possível articulação dessa participação com o movimento de Economia Solidária.

Para o segundo seminário, após o mapeamento das tecnologias e necessidades para o processo produtivo autogestionário, os representantes das associações e cooperativas puderam apresentar não apenas as demandas para o processo

produtivo, mas as soluções adotadas a partir de um (des)envolvimento tecnológico, resultado de um processo de análise e atendimento das reais necessidades de cada grupo, respeitando as singularidades da organização produtiva de cada cadeia de empreendimento de Economia Solidária, em detrimento às soluções elaboradas pelo desenvolvimento tecnológico tradicional para as grandes empresas e corporações.

Durante o terceiro seminário os empreendimentos foram convidados a participar de oficinas nas quais puderam socializar seus conhecimentos acerca do processo de comercialização e consumo que faz parte do cotidiano de cada grupo. Essas oficinas foram preparadas a partir do resultado de um mapeamento da comercialização e do consumo praticados pelos empreendimentos de diferentes cadeias produtivas: agricultura, artesanato, confecção, produtos de limpeza.

Os dois últimos seminários trataram de políticas públicas, desenvolvimento territorial, legalização e captação de recursos, temas que estão relacionados aos empreendimentos de Economia Solidária de maneira mais genérica e que, em decorrência disso, foram transversalmente abordados, ou seja, independentemente da cadeia produtiva às quais pertencem cada um desses empreendimentos.

Nesses casos, conforme verificado nas avaliações dos seminários, esses eventos acabaram representando uma excelente oportunidade para a troca de experiências e aprofundamentos nas questões referentes aos temas, isso porque a preparação para a participação nas mesas temáticas, oficinas, GTs e rodas de conversa possibilitou aos associados e cooperados contribuir com as discussões a partir da realidade na qual estão inseridos e que representa fielmente seu cotidiano de trabalho.

Participação nos Seminários

O número de pessoas que participaram dos seminários ficou condicionado à capacidade do projeto de mobilizar, transportar e hospedar os participantes, assim,

estabelecemos que teríamos cerca de 150 pessoas por seminário. A divisão entre as incubadoras foi efetuada segundo uma estimativa de formadores e empreendedores que demonstravam interesse em participar e, deste modo, variava conforme o tema e o local do seminário.

Para avaliar o desempenho e receber os feedbacks dos participantes, utilizamos uma ficha de avaliação, que deveria ser entregue ao final de cada seminário. A primeira parte da ficha é composta de quatro critérios: conteúdo do seminário; programação do seminário; organização geral e adequação dos espaços e instalações físicas. E cada critério os participantes poderiam classificar como: insatisfatório; regular; satisfatório; superou as expectativas.

Cada ficha contava com uma segunda seção, que permitia aos participantes fazerem uma avaliação qualitativa do seminário, destacando os pontos positivos e negativos que experimentaram durante o evento.

A seguir, uma síntese das avaliações de cada seminário realizado pelo projeto.

1º Seminário: Metodologia de Incubação, Autogestão e Movimento de Economia Solidária

Foi realizado nas dependências da USP em São Paulo, nos dias 26 a 28 de abril de 2011. Contou com 158 pessoas inscritas, das quais 52 preencheram as fichas de avaliação. Os principais pontos positivos levantados na avaliação qualitativa foram: participação dos EES, discussão entre os movimentos sociais, atividade de Teatro do Oprimido, infraestrutura, troca de experiências entre cooperativas. Quanto aos aspectos negativos se destacam: programação muito extensa, atrasos.

2º Seminário: Tecnologia Social e Estratégias de Qualificação de Produtos e Processos dos EES

Foi realizado nas dependências da Unicamp em Campinas, nos dias 16 a 18 de agosto de 2011. Contou com 132 pessoas inscritas, das quais 49 preencheram

as fichas de avaliação. Os principais pontos positivos levantados na avaliação qualitativa foram: feira de tecnologia social, visita à Flaskô, mesas (conteúdo, falas, composição, formato), participação dos EES, teatro, hotel, música/ornamentoção. Quanto aos aspectos negativos se destacam: programação muito extensa, distância do alojamento para local do seminário.

3º Seminário: Comercialização, Consumo e Finanças Solidárias

Foi realizado nas dependências do Centro Missionário de Estudos Pastorais no bairro do Capão Redondo, em São Paulo, nos dias 9 a 11 de fevereiro de 2012, organizado pela ITCP-FGV. Contou com 139 pessoas inscritas, das quais 31 preencheram as fichas de avaliação. Os principais pontos positivos levantados na avaliação qualitativa foram: feira de trocas solidárias, grupos de trabalho das cadeias produtivas, visita ao Banco União Sampaio, grupo de teatro Brava Companhia. Quanto aos aspectos negativos se destacam: estrutura do local, organização do seminário, ser realizado em um local de repouso de freiras.

4º Seminário: Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Economia Solidária

Foi realizado nas dependências da UFSCar, em São Carlos, nos dias 28 a 30 de junho de 2012. Contou com 188 pessoas inscritas, das quais 61 preencheram as fichas de avaliação. Os principais pontos positivos levantados na avaliação qualitativa foram: mesas de discussão e debates (em especial a dos EES), organização do seminário, qualidade da alimentação, participação do Cirandas (grupo de acompanhamento das crianças durante o seminário), feira de comercialização. Já quanto aos aspectos negativos se destacam: estrutura do alojamento, oficinas muito teóricas, algumas linguagens não foram apropriadas para comunicação junto aos EES participantes.

5º Seminário: Formalização, Captação de Recursos e Políticas Públicas para Economia Solidária

Foi realizado nas dependências da Unesp – Faculdade de Ciências e Letras, em Assis, SP, nos dias 12 a 15 de setembro de 2012. Contou com 104 pessoas inscritas, das quais 27 preencheram as fichas de avaliação. Os principais pontos positivos levantados na avaliação qualitativa foram: mesas de discussão e debates (em especial a dos EES), organização do seminário, qualidade da alimentação, participação do Cirandas (grupo de acompanhamento das crianças durante o seminário), feira de comercialização. Já quanto aos aspectos negativos se destacam: estrutura do alojamento, oficinas muito teóricas, algumas linguagens não apropriadas para comunicação junto aos EES participantes.

Impactos dos Seminários

Por fim, levantaram-se alguns pontos que cada incubadora identificou, tanto internamente quanto nos EES parceiros, sobre as consequências e os impactos da participação nos seminários realizados.

INCOOP/UFSCAR

Os processos formativos foram essenciais para a INCOOP/UFSCar. Foram trabalhados temas que precisávamos debater e cujo debate só aconteceu em função do projeto Articulação. Mesmo quanto aos temas sob responsabilidade da UFSCar, tivemos a oportunidade de maior aprofundamento.

O que se pôde observar de mudanças diretas com o projeto foi a inclusão de um ponto sobre comercialização no método de incubação; a troca de conhecimento entre EES que a UFSCar assessora e entre EES assessorados por outras incubadoras; as

trabalhadoras que realizaram troca de conhecimento se conheceram nos seminários do projeto; a distinção entre autogestão e gestão participativa, pois antes dos estudos não tínhamos o entendimento adequado do conceito de gestão participativa e o usávamos como sinônimo de autogestão; a mudança nas relações estabelecidas entre membros da incubadora e membros dos EES, pois passamos a identificar um pouco mais algumas ações paternalistas, buscando trabalhar mais a autonomia com os grupos. Por meio dos estudos de política pública, tivemos conhecimento da legislação estadual para a Economia Solidária; desmistificamos a atuação de outras incubadoras, podendo compreender como cada ITCP trabalha e como podemos nos ajudar trabalhando coletivamente; ocorreu maior valorização dos trabalhadores dos EES como pessoas que têm muito para nos ensinar, muito além do ensino de suas atividades, mas também debates políticos e debates sobre a vida e; na organização do seminário da UFSCar pudemos experimentar uma organização verdadeiramente dialógica e coletiva com a incubadora, EES e coletivo do projeto Articulação.

INCOP/UNESP-Assis

Ao participarem do projeto, a Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp de Assis e os grupos populares que assessora tiveram a possibilidade de entrar em contato com diferentes maneiras de atuação na Economia Solidária. As formações internas sobre finanças solidárias e comércio justo contribuíram para que o Grupo de Trabalho Articulação Política da Incubadora organizasse durante o ano de 2012 feiras de trocas na comunidade acadêmica da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis. Os conteúdos presentes no quarto seminário de articulação de ITCPs: Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Economia Solidária contribuíram para as discussões já iniciadas sobre a constituição da Rede Oeste Paulista de Processamento e Comercialização Conjunta de Materiais

Recicláveis, acelerando o seu processo de articulação. E, também, a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos – Recicla Ourinhos iniciou em 2012 a produção de bolsas de embalagens longa vida a partir do contato durante os seminários com os empreendimentos produtores deste artigo, Brasileirinhas e Charlotte. Esse seminário proporcionou também que os trabalhadores da Cooperativa de Agricultores Agroecológicos Boa Esperança de João Ramalho, SP, iniciassem, ainda em curso, a organização de uma feira no seu município para criar um espaço de articulação com a comunidade, abrindo a possibilidade para que artesãos locais comercializem seus produtos.

Além desses ganhos, a realização do projeto como um todo foi um aprendizado impar à equipe da Incop Unesp-Assis, como coletivo de formadores em Economia Solidária. Aprendizado que refletirá na metodologia da incubadora, que está em processo de sistematização.

ITCP-UNICAMP

Podemos destacar os seguintes aspectos: a partir do acúmulo de outras ITCPs, pudemos reorganizar a metodologia de trabalho, que ficava principalmente na organização do processo produtivo. Durante o projeto, pudemos iniciar e aprofundar as discussões sobre comercialização e finanças solidárias, resultando na formação de uma nova equipe de trabalho da ITCP (que começa a se organizar de fato apenas agora, porque foi quando os recursos relativos ao Proninc 2010 chegaram).

Com a chegada desse recurso também incorporamos à ITCP um assessor contábil. Até o Articulação, tínhamos em nossa estrutura apenas assessores de informática, comunicação e artes e assessor jurídico.

Termos participado pela primeira vez da elaboração de um vídeo sobre a ITCP fez com que nos atentássemos ainda mais para a importância deste como ferramenta

de educação popular. Atualmente está em fase de finalização um vídeo apoiado pela ITCP, sobre um dos grupos incubados, com a finalidade de angariar recursos para a compra de transporte próprio.

As formações sobre desenvolvimento territorial também tiveram um impacto muito forte no nosso coletivo. No último planejamento decidimos incorporar questões relativas a territorialidade e identidade nos próximos estudos e ações da ITCP, no sentido de que nossa atuação pode colaborar com a defesa de alguns territórios, como acampamentos de trabalhadores sem-terra, quilombos etc.

No que se refere ao impacto direto nos grupos, destacamos como principal formação de um Fundo Rotativo de Produção Gerido por Mulheres, resultado da discussão sobre o tema de finanças solidárias que o Articulação possibilitou juntamente com o acúmulo da incubadora acerca das questões de gênero. Essa ação tem financiado hortas coletivas, conserto de maquinário etc.

A relação com o MNCR, já tão consolidada entre a Unesp-Assis e o núcleo do Oeste Paulista, também nos fez pensar sobre novos formatos de parcerias com o movimento e o poder público, começando a consolidar uma relação também em nossa região.

ITCP-USP

O primeiro seminário, além de aprofundar os debates de longa data realizados pela incubadora, foi uma oportunidade importante para o processo de sistematização dessas reflexões. Dele se originaram documentos que têm sido utilizados como referências do nosso entendimento da autogestão e do trabalho de incubação, principalmente para os novos formadores.

O segundo seminário, além de proporcionar um olhar mais cuidadoso para esse tema, sobre o qual a incubadora não possuía acúmulo, embora reconhecesse

sua importância, possibilitou o contato da equipe com o Claudinei da Coopcent, que se aproximou de outros projetos desta incubadora que têm como objetivo o desenvolvimento de TS adequada aos grupos da cadeia de resíduos sólidos e com perspectivas de aproximação à grupos de outras cadeias produtivas, alimentação, que também apresentam necessidade de tecnologia adequada.

Já quanto ao quarto e ao quinto seminários, há uma dificuldade anterior desta incubadora em envolver todos os formadores nos espaços políticos do movimento de Economia Solidária. Isso acaba sempre ficando centralizado nos formadores que de fato são designados a participarem desses espaços. Nesse sentido, as formações realizadas para esse tema permitiram o estudo e entendimento da lei estadual que criou o PEFES e da nova lei do cooperativismo (12.690/12), além de permitirem uma apropriação do funcionamento e da construção das políticas públicas e, conseqüentemente, a importância da atuação da incubadora e dos empreendimentos nesses processos e nos espaços políticos da Economia Solidária. No que diz respeito aos conhecimentos específicos nas áreas de contabilidade e direito, embora ainda não tenha sido definida a contratação de técnicos para lidar especificamente com essas questões, foi amadurecido o entendimento da necessidade de aproximar estudantes dessas áreas.

Vale ressaltar que a participação dos EES nos seminários foi muito produtiva. Como a incubadora tem como uma de suas diretrizes trabalhar com as bases desorganizadas, é muito comum que os integrantes dos grupos incubados tenham pouca experiência de participação em espaços políticos mais amplos, sentindo-se, muitas vezes, isolados em seus próprios grupos. Nesse sentido, os seminários possibilitaram a troca de experiências e o contato com outros EES e com o movimento de Economia Solidária, ou seja, a percepção de que eles estão inseridos num contexto muito maior. Isso deu ânimo a muitos dos integrantes dos grupos acompanhados.

ITCP-FGV

O primeiro seminário foi muito importante para conhecermos uns aos outros, os empreendimentos, as outras incubadoras, e vermos suas características e particularidades. Foi o início de um processo longo de convívio, que teve como principal elemento a proximidade e a troca entre as ITCPs. Os EES passaram a entender a questão da rede de outra forma, sabendo que as próprias ITCPs se articulam enquanto uma, o que deu um novo impulso para a organização de suas próprias redes. Atualmente, no final do projeto, já são três redes de empreendimentos operando regularmente, o que era algo muito incipiente na época do primeiro seminário.

Já na realização do segundo seminário as trocas foram mais práticas e houve muitos momentos de diálogo (Feira de Tecnologia Social, Roteiros de Tecnologias por Cadeia Produtiva). Foi aqui que os empreendimentos que fabricam sabão (Limpsol e Cooperselecta) puderam modificar seus métodos de produção ao verem as experiências do outro. E também gerou um impulso, tanto nos formadores quanto nos empreendedores, de procurarem seus próprios meios de modificar e criar equipamentos, algo que não ocorria até então.

Durante o processo de preparação do terceiro seminário houve uma aproximação com práticas de Economia Solidária que não são ligadas diretamente à produção, à questão dos fornecedores e consumidores, de pensar na cadeia produtiva, nos arranjos entre empreendimentos para comercialização. Também foi importante para estreitar as relações dos empreendedores, formadores e a comunidade do Maria Sampaio. Iniciou-se uma parceria duradoura que tem gerado uma relação próxima de assessoria mútua e organização de eventos e projetos conjuntos.

A questão da formalização e das formações em políticas públicas, temas dos seminários finais, foi acompanhada da emergência da nova lei do cooperativismo,

criando uma relação teoria-prática muito rica. Nesse momento de muitas dúvidas, foi essencial ter o processo coletivo e organizado de formação e discussão, para orientar os formadores e empreendedores no entendimento dessa nova lei. Apesar de ser um tema aparentemente muito complicado, a formalização e a manutenção da regularidade são prioritárias e interessam a todos os participantes da Economia Solidária. Alguns grupos que têm dificuldades em relação a isso puderam compartilhar com outros e conhecer experiências similares.



USP



Para o tema Pedagogia da Autogestão, apresentamos três textos. O primeiro, produzido pela então formadora Ana Luzia Alvares de Laporte, introduz conceitualmente o tema e serviu de disparador das discussões no coletivo, a partir das quais foi feita uma sistematização pela então equipe do projeto, Gabriela Veras Iglesias, Julio Cesar Bueno, Silvia Soares de Camargo e professora Sylvia Leser de Melo, responsáveis pela organização dos outros dois textos desse mesmo tema, bem como do texto “Tecnologia Social: nosso olhar e suas implicações”.

PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO



Ana Luzia Alvares de Laporte

Este texto tem como finalidade introduzir o tema da pedagogia da autogestão, a partir da retomada de como este é abordado pelo movimento de Economia Solidária e por autores que defendem a autogestão como estratégia necessária na luta pela construção de uma sociedade para além do capital.

O tema Pedagogia da Autogestão remete ao aprendizado dos trabalhadores na auto-organização das relações no interior da produção, ou de determinado território. Para abordar o caráter educativo das práticas autogestionárias irei, inicialmente, apresentar o conceito de autogestão.

A autogestão é a forma de organização dos trabalhadores que se manifestou nos

conselhos populares que surgiram em diversos contextos no mundo (revolucionários ou não) e se caracteriza pela ação direta de seus membros, a partir da construção de estruturas igualitárias, que entram em choque com as relações sociais de hierarquia e exploração. Ao longo da história, podemos destacar diversas experiências de autogestão, como na Revolução Espanhola, Revolução dos Cravos, Comuna de Paris etc, nas quais houve, por parte dos trabalhadores auto-organizados, a negação das estruturas verticais de atuação da própria esquerda, como os sindicatos, partidos políticos e o Estado.

Segundo Guilhem e Bourdet (1976 apud NASCIMENTO, 2007, p. 29) a palavra autogestão surgiu na França, no início dos anos 60, para identificar a experiência iugoslava, em que foram instaurados pelo governo, a partir dos anos 50, os conselhos de trabalhadores. Apesar da origem recente da palavra, a ideia da autogestão é antiga e está ligada diretamente à história de resistência da classe operária às formas de exploração capitalista (NASCIMENTO, 2007).

A luta anticapitalista por meio das organizações autogestionárias tem potencial transformador, à medida que permite uma ação direta dos trabalhadores, a partir da unificação entre planejamento e ação e superando a divisão entre os que decidem e os que executam. Segundo Tragtenberg (2008, p. 15):

No século XIX, a autogestão das lutas operárias apresentou-se sob a forma de organização de associações operárias, as quais, por meio das greves, faziam-se ouvir e reagiam à exploração do trabalho e à extinção do próprio salariado como forma predominante de remuneração.

Assim, as lutas operárias reconheceram as relações de trabalho assalariado como um obstáculo central para a ação direta dos trabalhadores e para a superação da exploração. A partir dessa premissa é que a Economia Solidária reconhece a

cooperativa como forma jurídica mais adequada às formas de trabalho autogeridas.

As cooperativas surgem como uma das respostas dos trabalhadores à emergência do capitalismo, no século XVIII. Singer (1998) apresenta um resgate histórico dessa luta contra as formas de produção e exploração impostas pela revolução industrial inglesa, demonstrando como as cooperativas se constituíram em atores econômicos que possuem uma lógica interna anticapitalista.

As cooperativas têm uma estrutura adequada à autogestão, pois são sociedades de pessoas e não de capital. Nestas, as decisões são tomadas a partir de relações horizontais e igualitárias, todos os sócios têm direito ao voto e à fala e são, ao mesmo tempo, trabalhadores e possuidores dos meios de produção.

Porém, ao desenvolvimento dessa possibilidade anticapitalista se colocam diversas resistências, que estão relacionadas à tendência de degeneração das cooperativas, sobretudo quando isoladas, no contexto das relações econômicas do mercado capitalista. Assim, a sustentabilidade das formas de organização econômica autogestionárias também depende da generalização desse tipo de relação econômica, na articulação com outras lutas sociais que tenham como pauta superar a exploração do trabalho a partir da autogestão.

Para alcançar a multiplicação das experiências autogestionárias é necessária uma reeducação das pessoas, já que fomos socializados a partir da valorização das práticas de competição, hierarquia, consumismo etc. Essa reeducação, porém, se desenvolve na própria prática, experimentando relações de maior igualdade e solidariedade.

O caráter prático do aprendizado e da formação para autogestão é destacado pela II OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, que afirma: “Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo, o método para a integração, construção e partilha dos saberes deve ser também autogestionado” (2007, p. 7).

Assim, a autogestão não se aprende ou se ensina teoricamente, ela está para além

da reprodução de princípios expressos em qualquer doutrina. Seu aprendizado ocorre no enfrentamento cotidiano dos conflitos gerados entre as relações sociais postas e a tentativa de construção de possibilidades viáveis que desmercantilizem os homens e as relações de trabalho. KRAYCHETE (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, p. 37) aborda essa característica ao colocar que:

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Incluem as relações do trabalhador com os outros, com a organização e o processo de trabalho específico de cada atividade. Incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos usos que faz de si – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.

É no processo de planejar, discutir e repensar coletivamente a prática que o trabalho aparece como princípio educativo fundamental e é concebido pelo movimento de Economia Solidária como “(...) trabalho-criação, no qual homens e mulheres têm o controle sobre todo o processo (produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho)” (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 16).

O conceito de “trabalho-criação” atrela diretamente o trabalho à autogestão, ao compreendê-lo como momento criativo, significativo e transformador do sujeito que o desenvolve. Esse significado é bem diferente do conceito hegemônico de trabalho produtivo (no capitalismo), como um meio para a acumulação. Portanto, a pedagogia da autogestão envolve um processo de construção e valorização dos

sujeitos que executam o trabalho, para que possam exercer sua liberdade criativa.

(...) os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas, reconhecidas como sujeitos de conhecimento, possam resgatar os sentidos do trabalho, construindo sua autonomia como atores econômicos, construtores de história e de cultura. Concebidos, também, como processo de trabalho, os processos educativos promovem a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, pela participação – entendida como princípio emancipador dos trabalhadores e trabalhadoras (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 16).

Apesar da importância da participação, a autogestão não se restringe a esta, envolvendo a ação coletiva na perspectiva da socialização dos meios de produção, sobretudo, do poder sobre eles. Nesse sentido, o potencial político-pedagógico das experiências participativas da classe trabalhadora é a “aquisição progressiva dos poderes alienados da tomada de decisão por parte do antagonista estrutural do capital que se transforma, no devido tempo, em corpo social de produtores livremente organizados” (MÉSZÁROS, 2004, p. 52).

A partir da formulação de Méészáros, busquei enfatizar que a autogestão deve estar diretamente vinculada a um projeto societário, não se tratando de mera forma de gestão. A pedagogia da autogestão é esse aprendizado cotidiano de compartilhamento do poder, do exercício de horizontalidade nas relações de trabalho e, para além disso, da construção de um projeto de desmercantilização destas.

Atualmente é fundamental a diferenciação entre as experiências reais de autogestão dos trabalhadores e as que ampliam a precarização e exploração destes, como é o caso das cooperativas fraudulentas de terceirização dos trabalhadores, ou

das estratégias que valorizam a participação tutelada dos empregados nas empresas.

(A Economia Solidária) Incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. A metodologia autogestionária une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas. A metodologia autogestionária é o caminho para uma nova sociedade. A metodologia deve valorizar o empoderamento dos atores sociais/ sujeitos da Economia Solidária. (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, p. 8).

A autogestão deve compreender a participação no seguinte sentido: “participação significa exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos” (MÉSZÁROS, 2004, p. 52). É justamente essa capacidade de decisão o maior desafio colocado à autogestão dos empreendimentos, que precisam estar articulados em redes e cadeias produtivas para não reproduzirem a lógica de exploração capitalista.

Assim, a pedagogia da autogestão envolve esse aprendizado que ocorre diretamente na prática de organização da produção, interna aos empreendimentos, nas relações econômicas de consumo e comercialização e de organização política e comunitária que estes estabelecem com o entorno. Busca-se ampliar cada vez mais o raio de abrangência das relações autogestionárias para além dos EES o que requer a radicalização dessas práticas.

A ‘Metodologia Autogestionária’ deve contemplar a participação radical de toda(o)s a(o)s envolvida(o)s nos processos decisórios de planejamento, execução, avaliação e sistematização das atividades. A metodologia autogestionária não se

resume à formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica Economia Solidária. Ela deve propiciar o sentido da participação e cooperação, simultaneamente à formação para os serviços e produtos ofertados pelos empreendimentos e a busca do exercício da cidadania ativa (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, p. 9).

Portanto, a pedagogia da autogestão é, sobretudo, um aprendizado pela experiência de auto-organização dos trabalhadores, que também é potencializada a partir de ações de formação, caracterizadas como processos contínuos que apoiam, promovem e estimulam os grupos. Para tal, a formação atua no sentido de valorizar os saberes dos participantes – estimulando sua participação e a construção coletiva a partir dos saberes de diferentes áreas/experiências – e de possibilitar a apropriação e tradução de conceitos. Ela também estimula a reflexão crítica sobre o vivido, com o objetivo de qualificar a prática, tendo como base diferentes saberes, desde o técnico até o político e o cultural.

Há inúmeros desafios colocados à pedagogia da autogestão, dentre eles está a não separação entre a eficiência econômica e autogestionária dos grupos, já que a viabilidade que está em jogo é a de um projeto político.

Este texto foi uma breve apresentação sobre o tema da autogestão e da pedagogia que acompanha suas práticas. A intenção é trazer algumas questões para a reflexão sobre o trabalho de formação realizado pelas ITCPs com os empreendimentos e com suas equipes internas (alunos e professores).

Referências

NASCIMENTO, Claudio. “Autogestão: palavra e ideia”. In MELLO, S; BARBIERI, E; SIGOLO, V. (Org.). **Economia Solidária e autogestão: Encontros internacionais**, v. 2. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, 2007.

OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, Brasília. “Educação em Economia Solidária”. Documento final. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2006.


OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, Brasília. “Uma outra prática educativa acontece”. Documento final. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2007.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GUILHEM, Alain e BOURDET, Yvon. **Autogestão, uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: LIMITES DO TRABALHO DA ITCP-USP, CONSIDERANDO SUAS ATUAIS POTENCIALIDADES



Coletivo ITCP-USP¹

Sistematizado por Gabriela Veras Iglesias, Júlio César Bueno, Sílvia Soares de Camargo e Sílvia Leser de Mello

Criada a partir da inspiração e dos sonhos de docentes, funcionários e

¹ O processo de escrita deste texto foi fruto dos debates e sistematizações que ocorrem nas reuniões do coletivo da incubadora sobre o tema, escrito em diversas mãos pelas pessoas que participaram deste espaço, cabe também a autoria aos seguintes companheiros: Aline Queiroz de Souza, Ana Luzia Alvares de Laporte, Beatriz Rossi Corrales, Daniela Fontes Garcia, Danilo Queiroz de Souza, Denizart Busto de Fazio, Diego dos Santos Veiga Silva, Elisângela Soares Teixeira, Erica Aparhyan Stella, Gabriela Rizzo Iervolino, João Conrado Dias Fabbri, João Rafael Vissotto Paiva Diniz, Leonardo Griz Carvalheira, Lívia Akemi Kishimoto, Maíra Costa Etzel, Mariana de Mello Beisiegel, Nadir Silva Moraes, Paulo Ernesto Diaz Rocha, Pedro Paulo Ferreira Felipe da Silva, Werner Regenthal.

alunos que, juntos, decidem estudar autogestão e realizá-la tanto para dentro como para além dos muros, a ITCP-USP inicia um trabalho que tem por finalidade aproximar dois mundos através da vivência em autogestão, buscando criar “buracos nesta parede cinza e opaca”; dois mundos separados por um grande muro que cerca a propriedade do saber no rigor da academia.

Os limites estão dados: dois mundos que possuem linguagem e costumes próprios. Na academia encontramos a “singeleza” dos conceitos, os quais são cuidadosamente alimentados através da busca constante pelo conhecimento. Trata-se de um ambiente carregado pela separação simbólica entre teoria e prática, afinal a academia se configura como local privilegiado para a reflexão e formulação de teorias sobre a prática, que está além dos muros!

Estamos sediados na Cidade Universitária, com as suas regras e governança características de uma fase histórica, intrinsecamente ligadas aos interesses do dispositivo governamental atual. Não esqueçamos que o nosso reitor é indicação do governador em exercício do estado de São Paulo. A comunidade acadêmica não elege o seu reitor; simplesmente o aceita de forma deliberada, mantendo, como centro de preocupação, o desenvolvimento da ciência. Assim, estamos inseridos numa realidade hierarquizada, pouco democrática. Além disso, apesar de a USP ser considerada uma autarquia, sua autonomia está diretamente comprometida com os interesses das instituições que investem recursos na universidade: as agências de fomento e as empresas privadas. Donos do capital, exercem grande influência nos rumos das pesquisas e no desenvolvimento de paradigmas para a ciência. Essa lógica aproxima bastante a universidade da realidade da economia de mercado, em que o capital é importante elemento de mediação das relações sociais.

Para além dos muros universitários está presente outra realidade, a qual se configura pela mescla de diversos mundos que, apesar de se unirem por

regras comuns dos poderes legislativo, executivo e judiciário e do mercado econômico, se separam fortemente pelas consequências dessas ligações, majoritariamente pautadas por uma lógica de desigualdade e competição em que, como afirma o professor Paul Singer, “na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”. (SINGER, 2002, p. 8). As comunidades das quais a ITCP-USP se propõe a aproximar são justamente as que possuem grande fragilidade econômica e que não desfrutam plenamente da tecnologia e da riqueza promovidas pelo desenvolvimento capitalista.

Tais comunidades, muitas vezes, se colocam de forma resistente a permitir essa relação, por estarem incomodadas pela atuação anterior da universidade no local, a qual fora pautada a partir da relação entre objeto e pesquisador, no processo de construção do conhecimento. Outra dificuldade é lidar com a expectativa da carteira assinada e do patrão.

Apesar de estarmos inseridos na universidade, questionamos constantemente esse tipo de atuação da academia e negamos, sobretudo, sua função histórica de manutenção do *status quo* social. Transformar essa ordem nos inspira e nos move a pensar em outra forma de organização do trabalho, tanto para dentro da ITCP quanto para fora, nas cooperativas: uma organização do trabalho a partir do exercício da autogestão, reconfigurando as relações entre os sujeitos de forma igualitária. Nesta perspectiva, quem está em primeiro plano é o ser humano e não o capital. Assim, retoma-se outra função histórica da universidade, que é a da formação em seu sentido humanístico, pensada em contraposição ao modelo de universidade que deslegitima a formação dos alunos, em seu sentido mais amplo, em prol de uma educação mais técnica, voltada a atender as demandas do mercado em geral. Internamente, no coletivo da ITCP, é colocado em prática o exercício

da autogestão. Exercemos essa experiência, no sentido benjaminiano do termo, como algo que pode ser narrado e compartilhado com o outro, numa experiência comum.

Apesar de nos dividirmos em equipes (os grupos de ensino, pesquisa e extensão multidisciplinar – Gepem) para atuar em campo, mantemos nossa unidade em espaços coletivos internos, tanto de formação como de deliberação, os quais possuem frequência semanal. Esses encontros semanais variam entre o Conselho Orientador, onde se dão as decisões gerais que o grupo irá executar, e os espaços formativos, como: Estado da Arte, onde as equipes compartilham os desafios que estão enfrentando, formações temáticas e práticas corporais, como a permacultura do espaço físico. De forma mais estratégica realizamos planejamento coletivo, importante espaço para fortalecer a identidade do grupo e organização do trabalho. O olhar para dentro, atento às questões formativas e burocráticas, é exercido pela coordenação interna, composta de alunos e recém-formados e eleita pelo grupo. Atualmente a coordenação é formada por três pessoas, as quais possuem mandato de um ano e meio. A cada seis meses se dá um processo eleitoral que muda a composição desse trio. Prezamos muito pela igualdade de posições entre as diferentes categorias da universidade, as relações de autoridade criadas no espaço não são baseadas diretamente pela função ou categoria que a pessoa tem, mas sim pelo acúmulo que possui em relação às questões de fundo da ITCP, bem como pelo seu envolvimento com o trabalho realizado. A entrada de novas pessoas no grupo se dá anualmente, por meio de um processo formativo, composto de uma formação que tem como um dos objetivos propiciar uma entrada na perspectiva de grupo e não do indivíduo, fortalecendo, assim, a identidade do coletivo, que se reconfigura com os novos integrantes.

O fato de se tratar de um espaço rotativo permite que esse acúmulo

individual seja compartilhado entre diversas pessoas em diferentes períodos. Assim, por um lado, a questão da rotatividade fortalece a autogestão, pois dificulta a centralização, por muito tempo, de informações e funções em uma pessoa específica. Por outro lado, essa rotatividade também nos coloca desafios em relação a processos que já estão em andamento, fragilizando, muitas vezes, a manutenção de relações e trabalhos consolidados. Por exemplo, a troca de um formador no acompanhamento de uma cooperativa pode ocasionar conflitos se não houver cuidado com a transição do que e de como já foi realizado junto ao grupo, e exige que seja reconstruída a relação de confiança que existia anteriormente. Atuar sempre em dupla é uma das estratégias para minimizar o vácuo criado nessas situações.

Ao vivenciar essa experiência de autogestão, permite-se criar outro espaço de formação na universidade que não está presente entre as quatro paredes da sala de aula. Praticar a autogestão, antes de tudo, representa realizar aquilo que se propõe para além dos muros, buscando aliar o discurso à prática. Obviamente que encontramos diversas dificuldades no cotidiano, as quais representam também inspirações em superá-las. Todos os que permanecem na equipe precisam estar abertos a vivenciar e tentar superar essas limitações, causadas, muitas vezes, pela dificuldade de construção conjunta de algo que represente, ao mesmo tempo, o todo e cada um, fazendo com que todos se reconheçam naquilo que está em permanente construção.

O fato de não alimentarmos internamente a construção ou manutenção de relações hierárquicas exige o constante exercício de saber escutar e ser escutado. Abrir mão da própria opinião, permitir ser contrariado e construir a partir da perspectiva do outro são práticas muito frequentes e necessárias para a criação de um acordo comum, o que preferimos denominar de consenso. Atingir esse estado em sua totalidade representaria a harmonia

plena deste movimento de construção coletiva, o que se aproxima muito mais do plano do ideal do que do plano da realidade. No cotidiano, pode-se dizer que realizamos uma dança constante que varia entre o estado harmônico e desarmônico. Mas o desafio não está em manter a plenitude dessa harmonia, e sim em não refazer os mesmos erros, aprendendo com eles e sofisticando esses processos. Assim, voltamos ao caráter de experiência de Walter Benjamin, afinal, a dança experimentada está em constante movimento, sua lógica não é pautada pela técnica, mas pela narração.

Para fora, a criação de cooperativas ou de outras formas de trabalho associativo, que compartilhem desse mesmo ideário, é uma das maiores inspirações da ITCP-USP. Para tal, realiza-se o trabalho de incubação junto a esses grupos. Um processo longo que não possui modelo pronto a ser seguido. Apesar de termos uma base comum, partimos da perspectiva de autonomia da equipe, a qual planeja a incubação num processo dialógico, a partir da realidade específica do grupo. Por isso, cada caso sempre será um caso próprio, com demandas e questões muito particulares daquele grupo. Essa característica da nossa metodologia de incubação, apesar de proporcionar maior abertura em adaptá-la para cada realidade, gera também alguns descompassos no processo e frustrações mútuas, pois, muitas vezes, tanto os formadores quanto os cooperados esperam por algo já elaborado a ser aplicado ou replicado. O processo de formação do formador se dá muito mais pela atuação na prática do que pelos passos contidos numa cartilha. Apesar de termos orientações e princípios gerais que norteiam essas práticas, há certa dificuldade em nomeá-las numa metodologia comum.

Apesar de compartilharmos, em muitos casos, princípios ideológicos que nos aproximam dos grupos com os quais atuamos, os abismos, promovidos pela linguagem, posição e perspectiva de classe, estão dados. Nesse encontro,

há uma construção de algo que é gerado a partir tanto de momentos conflituosos quanto de alianças. Os incômodos gerados frequentemente resultam na frustração de ambos, advinda por diversos motivos. Muitas vezes pelo fato da comunidade esperar da universidade justamente o que nos negamos a realizar: simples transferência de saber e assessoria técnica. Afinal, partimos da perspectiva da pedagogia da autogestão, na qual a construção do saber também será gerada no processo do encontro, numa relação de troca e não numa via de mão única, na qual só a universidade leva algo, afinal a comunidade também possui muitos conhecimentos que são importantes bases para o desenvolvimento do trabalho. Por outro lado, nos frustramos quando não conseguimos realizar o ideal que nos move: o exercício de autogestão no empreendimento em formação. Talvez isso ocorra em alguns casos justamente por se tratar de um projeto nosso e não do grupo incubado.

Dois mundos que se aproximam e se distanciam de acordo com necessidades materiais, expectativa de vida e concepção de mundo. A falta de sintonia entre as diferentes temporalidades presentes nas comunidades, na burocracia dos editais e na dinâmica da nossa autogestão proporciona diversos descompassos no processo de incubação. O fato de os empreendimentos não terem uma receita constante e equilibrada, leva-os muitas vezes a direcionar as suas energias para a geração de renda sem vinculá-la necessariamente a um projeto político. Possuem necessidade material em busca de respostas mais imediatas, as quais podem não ser contempladas com o tempo colocado pelos editais. Por outro lado, o exercício da autogestão da ITCP-USP gera um ritmo de decisões e planejamentos mais lento do que as demandas que os grupos apresentam.

Além disso, privilegiamos a questão política, tanto na organização do trabalho quanto no olhar para o mundo. Nesse conflito de múltiplos

objetivos, a questão de classe se aflora, uma vez que o vínculo universitário proporciona maior estrutura material e nos permite relativa liberdade em concentrar energia na questão política. Enquanto os indivíduos desses grupos estão muito mais vulneráveis em questões materiais, levando-os a priorizar o aumento da renda em detrimento da construção de uma estratégia política. Vivenciamos uma experiência em que o conflito se deu pelo fato de o grupo incubado reivindicar o recebimento de bolsas, tal como os formadores. Contudo, tempos depois a própria incubadora ficou dez meses sem recursos, fruto da dificuldade em acessar editais e da falta de apoio financeiro por parte da própria universidade. Nesse contexto, continuamos a atuação no bairro, mas o grupo se desfez.

Em outro caso, pode-se dizer que houve uma conciliação de classe, pois uma ex-cooperada passou a fazer parte da equipe da ITCP-USP. Sua entrada proporcionou grande debate interno em torno da relação da negação que ela estaria tendo de sua própria comunidade, mas esse argumento não foi suficiente para impedir sua entrada. Sua contribuição com outros olhares foi de extrema importância para enriquecer tanto os debates internos quanto as ações com os grupos incubados.

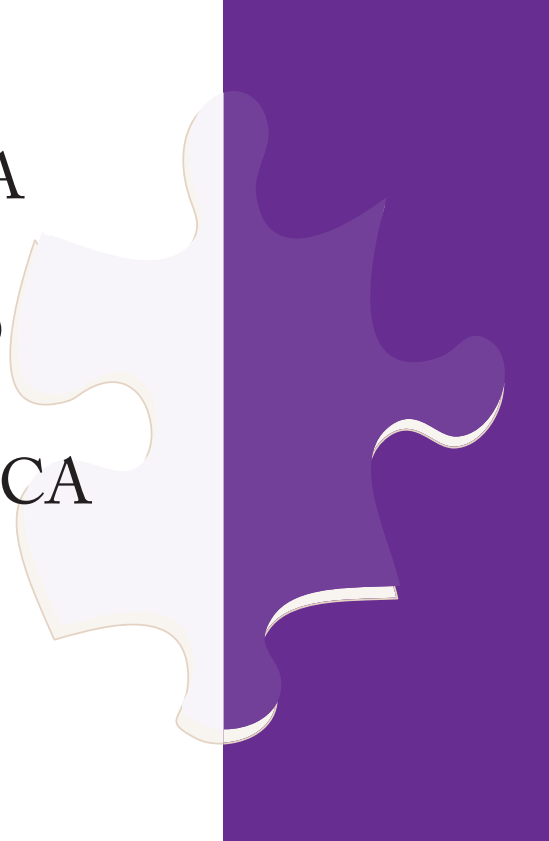
Talvez os conflitos se apresentem também pela escolha de não atuarmos em comunidades politicamente organizadas. Por muitos anos atuamos na perspectiva de envolvimento com bases desorganizadas, ou seja, com pessoas e grupos sem vínculos com outros movimentos sociais. Porém, quando nos propusemos a atuar com movimento organizado de moradia urbana, também enfrentamos enormes conflitos de perspectivas políticas. Nesse projeto, tivemos conflitos de concepções de estratégias políticas e de entendimento sobre autogestão. O movimento, tal como nós, se intitulava autogestionário, contudo, ao longo do processo percebemos diferentes paradigmas de

autogestão que, de certa forma, eram até mesmo excludentes: enquanto partimos para o fortalecimento das bases, eles fortaleciam as lideranças. Para nós a autogestão se dava no fortalecimento dos espaços de decisões coletivas, enquanto o movimento mantinha a prática de decisões em pequenos espaços entre as próprias lideranças. O conflito surgiu a partir do momento em que foram explicitadas as diferenças entre a apropriação de conceitos, o que nos levou para uma postura de disputa mais do que de construção coletiva, algo que reflete a prática de alguns grupos de esquerda. Infelizmente, caímos nessa dinâmica sem nos darmos conta.

Contudo, esse conflito nos levou a rever uma série de questionamentos profundos em relação à própria existência da incubadora: Qual o nosso papel? O que somos? O que nos propomos a fazer? Refletindo a falta de clareza da identidade da própria ITCP-USP. Nosso trabalho não é somente geração de trabalho e renda. Temos que formular melhor nosso papel, para ter segurança e para dizer o que podemos ou não fazer. Em meio a esses questionamentos, há dois anos nos propusemos a construir nosso Projeto Político Pedagógico (PPP), que ainda está em processo de construção, na busca do fortalecimento de uma identidade. Nossa atuação está relacionada ao fortalecimento das iniciativas econômicas, mas muitas vezes caímos na dicotomia entre formação política e questão econômica. É necessário dar maior organicidade entre essas esferas e não dissociá-las. Ao debater com os empreendimentos sobre as condições do trabalho e as possíveis formas de se organizar, caminhamos em busca de aliar a formação política à organização econômica, mas, como já dito, não temos condições técnicas para dar suporte suficiente na produção. A multidisciplinaridade dos formadores não se aplica na especialização de tarefas, mas na formação mútua que se pode proporcionar. Há grande dificuldade de mediar parcerias em outros

espaços internos da universidade, ainda não encontramos na universidade (falamos da USP) um diálogo fecundo com as áreas mais aptas a prestar auxílio nas dificuldades dos empreendimentos, como nas questões legais, administrativas e contábeis, ou na construção de tecnologia adequada aos diversos tipos de processos produtivos que fazem parte de nossa experiência nos empreendimentos. Existe a dificuldade também por estarmos trabalhando com pessoas extremamente pobres que não têm habilidades básicas de leitura e interpretação de texto, visualização de tabelas, contas simples etc. É muito difícil os grupos conseguirem acompanhar até mesmo a linguagem Sebrae. Procurar parceiros? Interessá-los nos problemas dos pequenos empreendimentos? Muitas vezes aparecemos, aos olhos de nossos colegas da universidade, como militantes de uma causa utópica, de uma ação sem futuro. Diálogo com a universidade é importante e desejável, mas também, se possível, com atores de outros movimentos presentes na comunidade de modo a não isolar a ação da ITCP.

PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: APRENDIZADO E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA



Coletivo ITCP-USP¹

Sistematizado por Gabriela Veras Iglesias, Júlio César Bueno, Sílvia Soares de Camargo e Sílvia Leser de Mello

Teoricamente, a proposta de criação das Incubadoras de Cooperativas

1 O processo de escrita deste texto foi fruto dos debates e sistematizações que ocorrem nas reuniões do coletivo da incubadora sobre o tema, escrito em diversas mãos pelas pessoas que participaram deste espaço, cabe também a autoria aos seguintes companheiros: Aline Queiroz de Souza, Ana Luzia Alvares de Laporte, Beatriz Rossi Corrales, Daniela Fontes Garcia, Danilo Queiroz de Souza, Denizart Busto de Fazio, Diego dos Santos Veiga Silva, Elisângela Soares Teixeira, Erica Aparhyan Stella, Gabriela Rizzo Iervolino, João Conrado Dias Fabbri, João Rafael Vissotto Paiva Diniz, Leonardo Griz Carvalheira, Lívia Akemi Kishimoto, Maíra Costa Etzel, Mariana de Mello Beisiegel, Nadir Silva Moraes, Paulo Ernesto Diaz Rocha, Pedro Paulo Ferreira Felipe da Silva, Werner Regenthal.

Populares nas universidades estava ancorada nas concepções socialistas da sociedade justa, do trabalho decente² e da ausência de dominação. Pelo fato de estarem dentro da universidade davam corpo à necessidade de se formularem as questões da Economia Solidária sob uma ótica acadêmica, do enriquecimento das pesquisas, das reflexões e da formulação de um quadro conceitual para a Economia Solidária. A característica essencial da universidade é a formação dos jovens, trabalhando os diferentes processos educativos que se dão dentro das diversas áreas do conhecimento segundo as suas especificidades. Para isso, deveria aliar a pesquisa à extensão. A incubação é uma atividade pedagógica e educativa por excelência. Porém, diferentemente dos processos centrados na transmissão unilateral de conhecimentos, dos professores para os alunos, a ITCP-USP se propõe um processo de formação coletiva, de troca de experiências, de reflexão sobre o sistema e sobre a reprodução da vida. Aqui, nossa participação na universidade, como um projeto de extensão, se diferencia radicalmente da concepção de extensão comum às universidades. Cooperação não é apenas uma palavra, é uma constante no processo de incubação, cujo objetivo mais amplo é fortalecer a experiência de autonomia dos grupos e das pessoas. Autonomia individual e coletiva são interdependentes. Se as pessoas não fazem a experiência da autonomia individual terão dificuldades para conceber e procurar a autonomia coletiva, que nasce no trabalho, no exercício da autogestão. Mas a autonomia individual é o cerne da possibilidade do desenvolvimento da autonomia coletiva. Ser autônomo significa ser capaz de fazer escolhas. Ser autônomo e fazer escolhas não envolve apenas a minha autonomia, mas a dos outros. A escolha é um

²Tal como definido pela OIT, o trabalho decente caracteriza-se pelo trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (MTE, 2006).

princípio ético. Implica o outro, os outros, uma escolha para todos. Esse é o mais caro e o mais problemático objetivo da Economia Solidária. Ela já parte de uma escolha, de transformações de amplo efeito na sociedade, da proposta de uma outra sociedade, cujo centro seja o trabalho e não o capital, os trabalhadores e não o lucro. Precisamos da autonomia para transformar a heteronomia e a submissão dos trabalhadores (e dos formadores) em um movimento de independência, de pensar e dar voz aos seus pensamentos; precisamos contar com a educação e com a sua companheira, a experiência. Não apenas a formação automática e a educação formal, mas a capacidade de reflexão sobre a própria experiência, de apropriação dos valores que aí ganham significado e potência criativa e transformadora. São numerosos os exemplos de transformação pessoal das pessoas com as quais trabalhamos e que se refletem na transformação dos formadores. A Economia Solidária é, essencialmente, um processo pedagógico. Educação e formação para novos valores, dentre eles a liberdade. Parece muito para um processo de incubação, mas, como diz Castoriadis, “não é correndo atrás ‘do que se usa’ e ‘do que se diz’, não é emasculando o que pensamos e queremos que aumentaremos as chances da liberdade. Não é o que é, mas o que poderia e deveria ser, que precisa de nós”³.

O nosso objetivo é fortalecer o grupo enquanto grupo, de modo que possa realizar o trabalho coletivo da melhor maneira possível, atendendo e reconhecendo as escolhas e os seus caminhos, mesmo quando não cumpre todos os princípios da Economia Solidária.

Outra questão que constantemente nos deparamos é que ainda não sabemos em que medida a interdisciplinaridade dos formadores, dentro da

3 Castoriadis, Cornelius. Feito e a ser feito – As Encruzilhadas do Labirinto V , RJ. Ed.DP&A, 1999, p. 84.

nossa dinâmica, é eficaz na busca por essa ajuda. Deve haver uma formação básica que oriente a visão política e os objetivos dos processos de incubação dos formadores: uma perspectiva neoliberal ou assistencialista não cabem nas práticas da ITCP-USP, mas a discussão, a divergência ou o dissenso são bem-vindos. As diferenças de formação enriquecem o processo de discussão dentro da ITCP. Mas durante a incubação elas oferecem perspectivas variadas sobre o que está ocorrendo: o economista ou o engenheiro veem com olhos próprios o que fazemos, críticos e atentos, e trazem problemas que seriam impossíveis de detectar para pessoas com outra formação. Mas nem sempre é o psicólogo que tem sensibilidade para perceber problemas de relacionamentos dentro dos grupos e na ITCP. Seja sociólogo, educador, engenheiro ou biólogo, sua sensibilidade é bem-vinda e o conhecimento do psicólogo também se beneficia dessa capacidade humana de perceber. A possibilidade de articulação dos diferentes saberes é semelhante àquela que propomos aos empreendimentos e vem do reconhecimento das diferenças como legítimas. Na experiência que vivemos em Guarulhos, no projeto da Escola Itinerante, na construção civil, território tradicionalmente masculino, as mulheres não só aprenderam as técnicas da edificação como ensinaram aos homens, a pedido deles, a arte do crochê. Essa experiência acrescenta conhecimento e prática, mostra como saberes, tradicionalmente vistos como apanágios de gênero, masculino ou feminino, são aprendidos e definidos culturalmente. Autonomia é, também, libertar-se de práticas culturais que perderam o seu significado pessoal, embora mantenham o seu valor social.

O tempo de experiência e estudo acaba virando uma questão de hierarquia política, quando na verdade deveríamos, a partir do reconhecimento de que cada um carrega um conhecimento específico (que vem de trajetórias diferentes), construir coletivamente as metodologias de incubação tendo

como base a assimetria. Autogestão não precisa significar que todas as áreas do conhecimento virem processos formativos. É desesperador todo mundo ter que saber tudo.

Referências

NASCIMENTO, Claudio. “*Autogestão: palavra e ideia*”. In MELLO, S; BARBIERI, E; SIGOLO, V. (Org.). **Economia Solidária e autogestão: Encontros internacionais**, v. 2. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, 2007.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária como ato pedagógico*. In: KRUPPA, Sônia M^a (Org.), **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.



MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Gabriela Veras Iglesias

Concepção¹

A proposta deste texto é apontar algumas questões com relação à prática e à teoria da Economia Solidária de forma introdutória ao tema. Não se pretende realizar uma extensa revisão bibliográfica, mas levantar algumas reflexões a partir da experiência da incubadora da USP.

A Economia Solidária é uma prática social exercida por diversos atores que, a partir da vivência e exigência do cotidiano, experimentam outro modo de produção. Essa prática está calcada na horizontalidade das relações e na

¹ Esse texto foi produzido e utilizado como disparador das discussões

autogestão da produção, na qual se cria uma experiência diferenciada do sujeito com o trabalho e em relação a si mesmo. Experiência é uma prática que se reflete para a pessoa, como um todo; as experiências permitem questionar as relações hegemônicas, naturalizadas, e projetar novas possibilidades de construção nas relações do trabalho.

Para Singer (1998), a economia solidária representa inequivocamente um novo modo de produção, que se opõe a uma formação histórica e social hegemonicamente capitalista, com uma superestrutura legal e institucionalizada. Nesse sentido, a Economia Solidária é um modo de produção que convive com o modo capitalista, mas que possui princípios norteadores próprios e distintos; uma das principais características que a diferencia do modo de produção capitalista predominante está na relação entre capital e trabalho: enquanto na base do capitalismo há forte separação entre trabalho e posse de meios de produção, na Economia Solidária não há diferença entre quem detém os meios de produção e a força de trabalho, pois o capital (representado pelos meios de produção) é de propriedade de todos que exercem a força de trabalho. A forma jurídica atual que mais se aproxima desse princípio é a cooperativa, pois se trata de uma associação de pessoas e não de capital e, por isso, privilegia as relações sociais entre os homens à acumulação de capital.

O autor atrela o surgimento da Economia Solidária às experiências de cooperativismo que ocorreram nos séculos XVIII e XIX, no desenvolvimento da Revolução Industrial. As cooperativas surgiram por meio da resistência dos operários, como forma de recuperar trabalho e autonomia econômica. Contudo, a forma de trabalho assalariado foi se fortalecendo e se consolidando como o principal modelo de organização, enquanto as cooperativas se configuraram como minoria nesse quadro. Os momentos de crise econômica

representaram períodos de fragilidade dessa estrutura de trabalho assalariado, quando a Economia Solidária cresceu como forma alternativa à organização do trabalhador. O fato de o capitalismo gerar o fenômeno do desemprego estrutural, por não absorver a demanda de toda população economicamente ativa, abre possibilidades para o surgimento de outros modos de produção. Crises sociais geradas pela dinâmica do capital representam momentos de potencial crescimento da Economia Solidária.

No Brasil, a Economia Solidária teve seu marco de surgimento no período das crises das décadas de 80 e 90. Esteve presente, sobretudo, nas seguintes esferas sociais: movimentos sindicais – processos de recuperação de fábricas falidas pelos trabalhadores (fábricas recuperadas); reforma agrária – quando os camponeses iniciam a organização da produção por meio de redes de cooperativas de caráter mais corporativo; esfera progressista da Igreja – com os programas de ação social que investiram em projetos alternativos comunitários, originalmente vinculados à linha da Teologia da Libertação; e nas universidades – com o desenvolvimento da extensão universitária via incubadoras de cooperativas populares.

Consolidaram-se práticas de Economia Solidária experiências que tiveram como inspiração outra organização nas relações sociais de produção e entre os trabalhadores. Obviamente, esse leque de práticas sociais não obteve êxito em todas as tentativas de auto-organização, pois se trata de uma lógica não hegemônica, na qual é preciso se formar e resistir no ato da luta contra as pressões ideológicas e economicamente opostas. Por isso, observam-se experiências que tiveram êxito durante um curto período e outras que resistem em meio a tantas pressões das esferas políticas e econômicas que seguem na lógica dominante.

No acompanhamento de algumas experiências percebem-se importantes

mudanças nos sujeitos envolvidos, gerando provocações e reflexões acerca dos sentidos de viver e lutar. Algo que não é mensurado em números e gráficos, mas interiorizado nas histórias de cada um, que, em conjunto com as demais, transformam-se também em experiências coletivas. Também fornecem aprendizados para além do próprio indivíduo que viveu a experiência, construindo uma memória coletiva e servindo de exemplo a novas experiências.

Nesse período, também consolidaram-se outras formas de organização que experimentaram práticas de autogestão. Assim, surgem as redes políticas, entidades de representação e apoio e fóruns civis que trabalharam na formação da Economia Solidária e na reivindicação junto ao Estado. Daí advém um embrião de um movimento social.

Nessa conjuntura, surgem diversos grupos que configuram o marco dos novos movimentos sociais da América Latina, os quais ressignificam as bases dos movimentos tradicionais vinculados, sobretudo, ao sindicato e a partidos políticos. Como menciona Raúl Zibechi (2003, p. 185):

Los nuevos caminos que recorren (os movimientos sociales contemporáneos) suponen un viraje de largo aliento. Hasta la década de 1970 la acción social giraba en torno a las demandas de derechos a los estados, al establecimiento de alianzas con otros sectores sociales y partidos políticos y al desarrollo de planes de lucha para modificar la relación de fuerzas a escala nacional. Los objetivos finales se plasmaban en programas que orientaban la actividad estratégica de movimientos que se habían construido en relación a los roles estructurales de sus seguidores. En consecuencia, la acción social perseguía el acceso al estado para modificar las relaciones de propiedad, y ese objetivo justificaba las formas estadocéntricas de organización, asentadas en el centralismo, la división entre dirigentes y dirigidos y la disposición piramidal de la estructura de los movimientos.

Portanto, abre-se um cenário em que surgem novos grupos sociais que têm como base comum a participação popular com base territorial, vinculada a uma prática cotidiana alternativa ao modelo hegemônico, em que se fortalecem ações descentralizadas e articuladas de maneira autogestionária.

Nesse contexto, cabe questionar as peculiaridades de organização da Economia Solidária, pois unifica grupos sociais que possuem diferentes perspectivas de mundo, mantendo em comum a tentativa de fomentar uma produção alternativa que se baseie em princípios ligados à autogestão. Porém, mantém um diálogo direto com o Estado, pois, em diversos momentos, privilegia reivindicações de políticas públicas às ações de caráter mais direto, como passeatas e ocupações. É importante refletir as peculiaridades dessa forma de configuração de movimento social, quando comparada a outras experiências de organização de grupos sociais no Brasil.

A prática

O movimento de Economia Solidária possui um diálogo constante com o poder público. Ainda que sua base seja a constituição dos Empreendimentos de Economia Solidária, sua estrutura organizacional está baseada na prática de representatividade, sintetizada na ação de três atores principais: EES, entidades de fomento/assessoria e rede de gestores públicos. Esses atores estão presentes nas dimensões regional, estadual e nacional, por meio de seus respectivos fóruns.

Um dos pilares das atividades da incubadora da USP é fortalecer os espaços públicos da Economia Solidária, ou seja, ocupar as instâncias dos fóruns. Portanto, a incubadora esteve presente na origem e manutenção desses espaços no Estado de São Paulo e em nível nacional. Considerados

importantes esferas de articulação política e de construção de bases comuns, as quais norteiam reivindicações de políticas públicas e práticas do movimento.

Para ter uma ideia da abrangência desse movimento no Brasil, segundo os dados do mapeamento realizado em 2008 sobre o período de 2005 a 2007, que estão sistematizados no Atlas de Economia Solidária, existiam 14.954 EES e 1.120 entidades de apoio e fomento. No gráfico sobre as formas de organização no Brasil, explicita-se que os empreendimentos estão presentes em 41% dos municípios brasileiros, sendo organizados 54% em associações, 11% em cooperativas e 33% em grupos informais. (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006, p. 15, 19 e 55).

Esses dados demonstram que a maioria dos EES está formalizada como associação e não como cooperativa, que seria a forma jurídica que mais se aproxima dos princípios da Economia Solidária. Além disso, os dados demonstram relativa dificuldade de legalização, pelo fato de praticamente um terço estar em situação informal. A prática de trabalho da incubadora da USP nos últimos doze anos reflete esses dados. A maioria dos empreendimentos acompanhados nesse período era informal, seguida pelas associações e uma minoria legalizada como cooperativa.

Essa condição reflete os termos em que se encontra a luta pelo marco legal da Economia Solidária. Há grande dificuldade de adequar a lei do cooperativismo à realidade dos empreendimentos nas esferas urbana e rural, sobretudo, em relação à necessidade de redução do número mínimo de sócios cooperados e dos impostos sobre a produção ou dos serviços prestados². Dentre os grupos

²Discussão referente à legislação que regula a sociedade cooperativa no país, em especial, a Lei 5.764/71 e o projeto de Lei Federal 171/99 sobre o mesmo tema. Para aprofundar sobre o tema: LOMAR, Maria Clara Paletta. "O Cooperativismo e a Economia Solidária: discutindo o marco legal". In: A Gestão da autogestão na Economia Solidária: Contribuições iniciais. Org. ITCP-USP. São Paulo: Calábria, 2007.

formalizados a opção pela legalização em associação passa pelo fato de se tratar de uma figura jurídica mais simples e com menos impostos. Porém, restringe as operações de venda por não possuir a característica comercial como objetivo central. Tal condição leva a que muitos grupos permaneçam na informalidade, pois os custos fixos são menores, vinculando suas atividades comerciais a feiras fixas e de eventos. Porém, a condição informal limita o crescimento e fortalecimento do empreendimento.

Por um lado, a falta de uma figura jurídica que contemple as necessidades e se adéque à realidade desses grupos dificulta o fortalecimento do próprio movimento. Por outro, fica evidente o potencial existente nesses grupos que sobrevivem de maneira informal, em condições não favoráveis nas esferas jurídicas e econômicas. O que demonstra o caráter de resistência e de outra organização econômica.

Outro dado interessante diz respeito à participação das mulheres nos EES:

Se examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos, verificaremos que quanto menor o seu tamanho maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos EES com menos de dez sócios (63%) e os homens nos EES que possuem mais de vinte sócios (60% nos EES de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios). Há cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por homens e mulheres. (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006, p. 31).

Observa-se certa dicotomia na relação de gênero e composição dos empreendimentos. A atuação exclusiva de mulheres se encontra nos

empreendimentos pequenos, em oposição aos homens, que são maioria nos empreendimentos maiores. Na experiência da incubadora da USP fica evidente a presença majoritária de mulheres nas práticas de economia Economia Solidária, sobretudo nos grupos menores, que em geral possuem atividade econômica baseada no ramo de artesanato, costura e alimentação. Nos processos avaliativos de acompanhamento dos EES's, se explicitam as mudanças que a inserção no movimento proporcionou à subjetividade de cada mulher, impactando desde separações conjugais, na esfera privada, até a o engajamento político, na esfera pública.

Críticas e Reflexões sobre a Economia Solidária

Uma das críticas ideológicas realizadas à economia Economia Solidária tem por base o papel ambíguo que as cooperativas proporcionam, à medida que transforma o operário em patrão e empregado ao mesmo tempo. Essa categoria não colaboraria com a luta de classe dos trabalhadores, pois estes não estariam apropriando sua mais-valia para um terceiro. Neste sentido, somente a classe operária assalariada teria a função histórica de realizar reivindicações e a mudança do capitalismo para o socialismo.

Outro questionamento à economia Economia Solidária parte do pressuposto de que a população que pratica ações de Economia Solidária é fruto do próprio capitalismo e de sua omissão de empregar toda a população economicamente ativa. Neste sentido, esse sistema comporta uma parcela de população que, não tendo acesso aos recursos da organização do trabalho predominante, se localizam à margem da economia e não têm condições políticas e econômicas para se identificar enquanto classe trabalhadora e contribuir para um possível processo de transformação social. Contudo,

Singer (1998) considera as cooperativas operárias como frutos do próprio movimento da classe trabalhadora. As entidades de representação política das cooperativas surgem inspiradas em princípios socialistas e de práticas militantes. O autor defende que os sindicatos deveriam ampliar sua abrangência aos trabalhadores de cooperativas por não estarem limitados às relações de trabalho assalariadas, tal como ocorre em diversas experiências na Europa, sobretudo na Itália.

Um ponto fundamental do caráter revolucionário da Economia Solidária estaria no fato de que ela representa muito mais uma resistência à hegemonia capitalista do que um fruto deste modelo econômico. Assim, desloca-se o olhar da Economia Solidária como reprodução automática do capitalismo para uma resistência ao próprio capitalismo.

Esse processo não se dá por um modelo preconcebido, mas sim numa prática social das relações de trabalho, que gradativamente constrói outra realidade com potencial caráter de mudança. Contudo, não se trata de uma ruptura do sistema, mas de uma transformação gradual dentro deste, no qual está a à mercê de inúmeros avanços e retrocessos, configurando-se como um processo transformador de longa duração.

Referências

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

LOMAR, Maria Clara Paletta, “O Cooperativismo e a Economia Solidária: discutindo o marco legal, ”. in In: **A Gestão da autogestão na Economia Solidária: Contribuições iniciais**. Org. ITCP-USP. São PauloCalábria: São Paulo Calábria, 2007.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante** - Repensando o socialismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ZIBECHI, Raúl. “Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos”. En: OSAL :OSAL: Observatorio Social social de América Latina. No. 9 (ene. 2003). Buenos Aires : CLACSO, 2003.

TECNOLOGIA SOCIAL: NOSSO OLHAR E SUAS IMPLICAÇÕES



Coletivo ITCP-USP¹

Sistematizado por Gabriela Veras Iglesias, Júlio César Bueno, Sílvia Soares de Camargo e Sílvia Leser de Mello

1 O processo de escrita deste texto foi fruto dos debates e sistematizações que ocorrem nas reuniões do coletivo da incubadora sobre o tema, escrito em diversas mãos pelas pessoas que participaram deste espaço, cabe também a autoria aos seguintes companheiros: Aline Queiroz de Souza, Ana Luzia Alvares de Laporte, Beatriz Rossi Corrales, Daniela Fontes Garcia, Danilo Queiroz de Souza, Denizart Busto de Fazio, Diego dos Santos Veiga Silva, Elisângela Soares Teixeira, Erica Aparhyan Stella, Gabriela Rizzo Iervolino, João Conrado Dias Fabbri, João Rafael Vissotto Paiva Diniz, Leonardo Griz Carvalheira, Lívia Akemi Kishimoto, Maíra Costa Etzel, Mariana de Mello Beisiegel, Nadir Silva Moraes, Paulo Ernesto Diaz Rocha, Pedro Paulo Ferreira Felipe da Silva, Werner Regenthal.

Reflexões sobre Tecnologia Social

O debate conceitual sobre tecnologia social (TS) é recente na universidade brasileira, ainda que a ideia de alternativas tecnológicas visando ao desenvolvimento social em alguns casos, e a inclusão social em outros, já exista há bastante tempo em diversos lugares do mundo.

O conceito de TS incorpora críticas ao desenvolvimento tecnológico convencional e, a partir dessa incorporação, busca aperfeiçoar o tradicional conceito de tecnologia apropriada (TA), desenvolvido nos países do então chamado Primeiro Mundo, com o intuito de gerar tecnologias apropriadas ao contexto dos países chamados, à época, de Terceiro Mundo. Tal apropriação da tecnologia convencional se justificava no sentido de resolver problemas das populações pobres a partir da produção de tecnologias mais simples e baratas. Essa proposta tem por base o pensamento de que o desenvolvimento da ciência está atrelado ao desenvolvimento de mais tecnologia que, indubitavelmente, geraria efeitos positivos para a sociedade como um todo. Com o passar do tempo e a implementação de projetos como, por exemplo, a bomba atômica, começa-se a questionar se o desenvolvimento da ciência e da tecnologia necessariamente traria tais efeitos positivos, principalmente nos países onde se buscavam caminhos para a superação das desigualdades sociais. Porém, cabe perguntar se é possível, no sistema capitalista, superar as desigualdades tendo como foco a inclusão social. E, neste sentido, talvez seja importante também olhar para qual futuro vislumbramos, ou seja, que sociedade queremos construir, para então tentar traçar a melhor estratégia.

O conceito de TS esta incorporado ao atual debate acadêmico sobre o desenvolvimento de ciência e tecnologia, ou seja, a disputa de quem a produz e para quem. Dagnino, Cruvinel e Novaes (2004) são importantes autores

nesse debate, pois criam e desenvolvem um conceito de TS em oposição ao conceito de tecnologia convencional (TC), iluminando uma discussão política de uma sociedade mais justa e igualitária a partir da inclusão (produtiva) social, geralmente desprezada pela perspectiva convencional da TC.

É possível pensar que a desigualdade social na qual vivemos e que queremos abolir, tem suas raízes no início do desenvolvimento do capitalismo, modo de produção assegurado, entre outros motivos, pela acumulação primitiva de capital. Isso significa que, em dado momento histórico, determinados países europeus concentraram sua riqueza local sob o controle de um governo centralizado, o que proporcionou a busca e extração de mais riqueza em outros territórios além-mar, Américas e África. Essa concentração de riqueza foi imprescindível para o desenvolvimento capitalista, que tem como base material e subjetiva a produção e circulação de mercadorias; ou seja, a noção adotada de crescimento econômico e desenvolvimento social está estritamente vinculada à produção e circulação incessante de produtos, cuja vida útil é diminuída (obsolescência programada), através da pesquisa científica, de acordo com os interesses capitalistas e dentro da lógica da acumulação, e cuja própria utilidade pode ser questionada quando se buscam outros princípios para a reprodução da vida, que não sejam dominação, humilhação, concentração de poder e riqueza nas mãos de alguns, operacionalizada pela expropriação de outros. Além disso, a produção desses produtos objetiva o crescimento da concentração de riqueza e poder, independentemente das consequências de tal produção, e baseia-se em uma lógica inerente de multiplicação de necessidades. Quem cria tais necessidades? É nesse sentido que podemos dizer que a base subjetiva (do valor) do sistema capitalista está no fato de que toda a sociedade, inclusive, e talvez principalmente, os expropriados, incorpora tal necessidade de produção incessante como a melhor (e talvez a única) possibilidade de felicidade: a

televisão diz e a sociedade acredita que só é feliz quem compra um carro novo por ano, tem trinta pares de sapato e frequenta o restaurante da moda. Pequenas ideologias transformadas em grande alienação.

Qual significado os seres humanos atribuem à materialidade, desde os artefatos produzidos até o ar que respiram? Talvez pensar em uma sociedade mais justa e igualitária passe por ressignificar a relação com as coisas, materiais ou da fantasia, como nos fala Marx. Talvez questionar até mesmo o que entendemos por justiça e igualdade, assim como felicidade, necessidades (materiais e subjetivas), utilidade.

Será possível construir essa nova sociedade a partir da inclusão dos aparentemente excluídos no sistema hegemônico vigente? É isso que queremos? Talvez seja possível pensar que os ditos excluídos na verdade estão inseridos no sistema, uma vez que têm o papel de mercado consumidor das mercadorias descartáveis (e ao nosso entender majoritariamente desnecessárias), assim como de mão de obra de reserva, diminuindo o preço do trabalho, o que aumenta o lucro e conseqüentemente a concentração de riqueza nas mãos de quem contrata a mão de obra, aumentando a desigualdade. E, mesmo que fossem de fato excluídos, seria incluí-los nesse sistema a melhor estratégia para pensar em condições mais dignas de reprodução da vida? Talvez o conceito de inclusão social desvie o foco do problema, à medida que coloca a inserção dos excluídos no mercado de trabalho como solução para o estabelecimento de relações mais humanas. Mas o que significa inserir essa enorme quantidade de mão de obra excluída no mercado de trabalho? Uma primeira hipótese seria dizer que é impossível, pois não há postos de trabalho suficientes para tanta mão de obra, e ainda que fosse possível, a inserção no mercado de trabalho parece reproduzir a lógica vigente, mantendo a expropriação de muitos por poucos, aumentando, ou pelo menos mantendo, a desigualdade social.

Dessa forma a região de entendimento da TS possui contradições muito semelhantes às encontradas na Economia Solidária. Ainda que pautada por propriedade, decisões e controle coletivos dos meios de produção, há a reprodução da lógica da produção de mercadorias e, conseqüentemente, da acumulação de capital. Para a TS ter de fato o potencial de uma estratégia rumo a um estilo alternativo de desenvolvimento, não deve se restringir ao processo produtivo. Superar o capitalismo passa por superar a lógica da produção de mercadoria e, para tal, não basta olhar apenas para quem e como se produz. É necessário pensar também o que e quanto. E, neste sentido, parece imprescindível olhar para a relação estabelecida entre felicidade e consumo, além de outras variáveis comportamentais. Não parece ser possível olhar a TS como uma estratégia apartada da lógica na qual ela está inserida. Talvez colocar o foco no controle e propriedade do processo produtivo, sem levar em consideração que ainda assim permanece a lógica de produção de mercadorias, seria alimentar uma ilusão e reproduzir ideologias (capitalistas). Um exemplo disso é dizer que na TS o trabalhador passa a ter controle/ autonomia sobre o processo produtivo, o que, olhando de perto, não parece ser possível. Mesmo que o próprio grupo desenvolva melhorias no processo produtivo que aperfeiçoem a qualidade do trabalho, o que dita o ritmo da produção continua sendo o mercado, já que o grupo precisará alcançar determinada meta para conseguir uma remuneração que julgue suficiente, remuneração esta que continuará partindo do mínimo para a subsistência do trabalhador e de sua família.

Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer os pontos fortes do aprimoramento do processo produtivo dos grupos fomentados pela Economia Solidária. A melhoria das condições de trabalho traz condições mais dignas de vida para as pessoas envolvidas. Aprimorar o processo produtivo traz consigo

o aumento da produtividade do grupo, que pode vir no sentido de aproximar a renda dos integrantes do que eles julgaram necessário, ou então no sentido de diminuir as horas trabalhadas. Ou seja, não se trata de dizer que não se deve olhar para o conceito de TS. Apenas atentamos para a importância de tatear algumas das dificuldades encontradas ao tentar construir outros princípios para pensar as relações sociais de produção. Esse não é um processo fácil, pois, ainda que os sujeitos que estimulam a construção dessa sociedade mais igualitária, e dentre eles os fomentadores da TS, tenham na sua prática uma intenção de transformação e resistência ao capitalismo, são engolidos por um contexto mais abrangente, que é preciso entender para poder transformar.

Para além do cotidiano dos grupos, a TS aparece como uma disputa sobre o papel da universidade. Este é um debate árduo, dado que o papel da universidade sempre foi servir e formar elites. A universidade deve desenvolver tecnologia para quem? Para as grandes empresas capitalistas ou para os pequenos empreendimentos de Economia Solidária? Talvez seja pertinente não desconsiderar que as comunidades onde os grupos estão inseridos também podem trazer grandes contribuições para as inovações tecnológicas. E fomentar esse processo de apropriação e criação dos grupos e seu entorno também nos parece muito importante no sentido de ressignificar o papel da universidade. Não no sentido de legitimar o conhecimento ali produzido, mas sim de pensar e construir junto com os grupos que nos propomos a dialogar.

Ciência, Tecnologia e Consumo: Notas sobre o Fetiche do Pajé

Fazemos parte de uma sociedade em que parece estar tudo pronto. Os processos são ocultos, e com isso perdemos a noção de continuidade e somos

desestimulados a exercer a curiosidade. Neste processo, o conhecimento passa a ser algo construído de fora para dentro e deixa de ser questionado. A ciência passa a ser vista como única forma legítima de conhecimento – nem sempre produto de uma criação coletiva e dirigida ao bem comum da sociedade, dizendo respeito, muitas vezes, a interesses de grupos privados.

Em outra perspectiva a ciência é um recorte, uma forma de se relacionar com a realidade. Neste sentido, mito e ciência são formas de conhecer o mundo. A ciência é produzida a partir de um contexto específico, partindo de necessidades dos sujeitos, produzindo intencionalidade em sua criação, diferente do discurso encontrado no meio acadêmico de neutralidade política da ciência.

Por estar vinculado a um contexto social, cultural, político e econômico, o indivíduo produtor do conhecimento carrega em si visões de mundo, valores e interesses que acabam por nortear a sua prática na produção de conhecimentos. Ao mesmo tempo, tais indivíduos estão inseridos em instituições que condicionam, também, essa produção, refletindo interesses políticos e econômicos, a partir de instrumentos como, por exemplo, as políticas de financiamento científico.

Espera-se da ciência que ela produza bem-estar coletivo, contudo, considerando o modelo de desenvolvimento capitalista, intensificado pela hegemonia neoliberal a partir dos anos 80, isso não ocorreu. A ciência acaba se legitimando, cada vez mais, em função da produção de um modelo de tecnologia que tem por objetivo a maximização do lucro, que, traduzida em termos de crescimento econômico, é apresentada na mídia e nos programas de governo como a melhor forma de promover o desenvolvimento da sociedade.

Essa ciência produtora de tecnologia, simbolicamente agregada ao discurso de racionalidade pura, objetiva e neutra, traz consigo o ideal de um progresso

infinito e inevitável, o qual seria capaz de solucionar qualquer problema da sociedade. No entanto, cabe perguntar: essa ciência, e as tecnologias por ela produzidas, busca solucionar quais problemas, e como resolvê-los? Quais são os beneficiados pelas supostas soluções? Quem produz e detém esse conhecimento? Quem formula os problemas?

Por outro lado, no debate acadêmico sobre tecnologia social, em oposição às características da tecnologia convencional, parte-se do pressuposto da não neutralidade da ciência. Nesse sentido, a elaboração da TS pode ser concebida dentro de um processo de criação em conjunto com os sujeitos que utilizarão essa tecnologia, predominantemente a partir de uma adaptação sociotécnica. Nesses casos, a partir da realidade prática, são definidos processos de produção que aliam o conhecimento técnico-acadêmico ao saber popular. Podemos citar, como exemplo desse processo, a produção do carrinho de catadores da cidade de Assis, em que os próprios catadores, com o auxílio dos formadores da Incop-Unesp (núcleo Assis), produziram esse artefato a partir de suas necessidades reais e participaram do processo de criação desse objeto, desalienando-se, assim, o sujeito que utiliza o artefato na esfera de sua produção.

Contudo, mesmo entre pessoas que estão trabalhando no sentido de construir alternativas, encontra-se a reprodução da lógica consumista, uma vez que o consumo está vinculado à realização individual, sendo esse vínculo fruto da construção da cultura capitalista. Enquanto uma relação de fetiche da mercadoria, a humanização dos objetos e a mercantilização das relações entre os seres humanos deve ser rompida. Elaborar uma nova tecnologia, tendo em vista o contexto da circulação da mercadoria, romperia com a lógica do fetiche?

Na sociedade capitalista legitima-se o papel da ciência de servir ao mercado

ao se produzirem objetos de consumo descartáveis e inúteis, estimulando o consumo exacerbado como forma de provimento da felicidade. Além disso, como forma de intensificar essa lógica de consumo, a obsolescência programada estabeleceu-se no processo de produção das mercadorias, no qual os cientistas – trabalhando a serviço dos interesses do capital privado – desenvolvem pesquisas na elaboração de produtos de menor qualidade do que têm capacidade. Isso é desconcertante! Que mundo é esse de somente satisfazer necessidades e quais são elas? Muitas vezes elas se confundem com desejos sublimados. Essa confusão não é mero acaso, esses desejos são criados e direcionados para servir ao mercado, tendo impacto direto na construção da subjetividade dos indivíduos. Tendo isso em vista, percebe-se que a alienação é uma imposição cultural para reproduzir esta sociedade tecno-burocrática que visa à acumulação do capital. O discurso da neutralidade política da ciência é uma forma de anuviar os diversos interesses que motivam a produção científica.

Uma perspectiva sobre Tecnologia Social

O início dos nossos estudos em tecnologia social (TS) se deu a partir do conceito apresentado por Dagnino:

(...) [a tecnologia social] seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (2010, p. 210).

Com base nessa ideia é que se estabelecem os critérios para definir quais são as formas de tecnologia que se enquadram na definição de TS. Contudo, ao refletirmos sobre o assunto e olharmos para nossa prática, encontramos dificuldades de perceber tal fenômeno acontecendo na realidade. Os esforços da academia para constituir o conceito criam, aparentemente, uma separação entre teoria e prática, e fazem com que a tecnologia social se apresente como um formato idealizado de desenvolvimento que enfrenta dificuldades para existir na realidade. Por exemplo, os ideais acadêmicos da tecnologia social partem da ideia de uma mudança no processo produtivo, a qual deve surgir de uma percepção interna do grupo que será afetado por ela.

Entretanto, na realidade, o que vemos nos grupos incubados pela ITCP-USP é que as inovações realizadas partem de sujeitos que nem sempre são genuinamente daquele coletivo, até porque na maioria dos casos os grupos não possuem os conhecimentos técnico-científicos necessários. Esse tipo de situação decorre principalmente de um posicionamento da ITCP-USP de trabalhar prioritariamente com a base desorganizada, na qual os trabalhadores frequentemente são carentes, inclusive, de graus básicos de escolaridade. Comumente técnicos são contratados para pensar essas soluções junto ao grupo ou mesmo há troca de experiências entre grupos. Isso, academicamente, já desqualifica a experiência como tecnologia social, mesmo que ela se enquadre em outros aspectos, como melhoria das condições de trabalho ou desalienação em relação ao processo produtivo ao qual o trabalhador está submetido.

Na atual conjuntura da organização do trabalho, a maioria dos trabalhadores vive uma lógica que prioriza o processo de produção do ponto de vista do lucro, em que tudo que for capaz de aumentá-lo é válido e bem-vindo. Neste sentido, os seres humanos são desconsiderados em seus aspectos

fundamentais, como bem-estar e felicidade, e sofrem perdas na sua qualidade de vida material e imaterial. Talvez a pureza dos conceitos da tecnologia social crie uma barreira para que as experiências práticas de transformação social através do desenvolvimento de técnicas de trabalho alternativas sejam identificadas, valorizadas e promovidas.

Um aspecto notável da tecnologia social é a sua potencial capacidade de conscientizar o trabalhador do processo produtivo no qual ele está inserido. Consideramos essa possibilidade um fator de grande importância quando se pensa o tema. A maneira como se dá o processo de desenvolvimento de uma mudança tecnológica é fundamental para que ela seja conscientizadora para o trabalhador. É o próprio usuário da tecnologia (trabalhador) que irá compreendê-la, modificá-la e usar seus benefícios.

Comparando os casos vivenciados na ITCP-USP, percebemos que as principais diferenças estão na “origem” do grupo: se ele vem de um movimento social organizado ou se ele vem da base desorganizada. Ainda que isso não altere a necessidade do trabalho de técnicos especializados em ambos os casos – o que por si só já foi problematizado –, observamos na base organizada maior domínio ou um domínio mais maduro sobre o processo produtivo como um todo, o que influencia, de maneira própria, a percepção das falhas e possíveis melhorias do processo produtivo.

Estamos passando por uma experiência de melhoria das condições de produção, trabalhando com um movimento social organizado – Movimento Nacional dos Catadores de Rua (MNCR). A partir de um edital lançado em 2010, formalizamos um projeto que, entre outras metas, propunha o desenvolvimento de TS, a fim de participarmos de um novo processo de trabalho dentro dessa temática.

Realizamos um diagnóstico para escolher qual grupo seria o mais adequado para trabalharmos dentro do projeto. Esse diagnóstico considerou

cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, fossem elas incubadas ou parceiras. Assim, a partir do diagnóstico, selecionamos a cooperativa Sempreverde, cuja demanda por uma prensa decorria principalmente da falta de espaço para o armazenamento de materiais dentro de seu galpão, o que acarretava dificuldades não só na esfera produtiva, como também na financeira, uma vez que a quantidade e a qualidade do material comercializado interferem diretamente em seu preço de venda.

Entretanto, coube ao técnico – já conhecido por outros trabalhos com cooperativas de catadores –, e não aos cooperados, o projeto dessa prensa. Refletimos sobre o fato de a demanda ter surgido da cooperativa, baseada em uma dificuldade cotidiana enfrentada pelos catadores no processo produtivo, embora o desenvolvimento da prensa tenha sido inteiramente conduzido por um técnico. De acordo com o conceito, os cooperados seriam, assim, apenas usuários passivos da TS. Mas seria de fato necessário que eles participassem de todo o processo de desenvolvimento da prensa só para que pudessem ser considerados desenvolvedores de TS? O que isso teria garantido a eles?

A dinâmica de desenvolvimento da tecnologia em um grupo de trabalho coletivo cria autonomia em relação às tecnologias convencionais e pode diminuir a necessidade de compra de equipamentos para a produção. Também teremos mudanças na relação homem-máquina, em que o homem não ficaria submetido à máquina, mas sim o contrário. Aqui enxergamos uma potencial quebra com a lógica de trabalho vigente, na qual trabalhadores são donos dos meios de produção e podem trabalhar com eles de forma mais emancipada. Nesse cenário, os trabalhadores exercem o controle sobre os equipamentos. São eles que decidem como as máquinas serão utilizadas. São eles que vão tomar as decisões fundamentais do processo produtivo e dessa maneira

buscar autonomia. Concordamos, conseqüentemente, que todo esse processo de desenvolvimento tecnológico, desacompanhado de uma formação política que reflita sobre qual sociedade buscamos construir, perderia seu sentido. É quando percebemos e vemos um caminho para a tecnologia social.

Referências

FEENBERG, Andrew. **Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia.** Coletânea de artigos, capítulos e textos em português da obra de Andrew Feenberg, disponíveis no site: <http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/>, 2008, pg. 92-135.

OLIVEIRA, Marcos B. **Não se pode deter o avanço da ciência?.** São Paulo: Reportagem V(68), maio 2005, pg. 42-43.

DAGNINO, Renato. *Em direção a uma teoria crítica da tecnologia.* In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas, SP: Komedi, 2010, pg. 175-220.


DAGNINO, Renato, CRUVINEL, Flavio B. e NOVAES, Henrique T. *Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social.* In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas, SP: Komedi, 2010, pg. 175-220.

FRAGA, Lais S. *Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento.* In: BENINI, Édi A., SARDÁ, Maurício., NOVAES, Henrique T., DAGNINO, Renato (Orgs.). **Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia**

solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2008.

VARSAVSKY, Oscar. **Ciencia, politica y cientificismo.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1969, cap. I e II.

REFLEXÕES DO COLETIVO DA ITCP-USP SOBRE CONSUMO CONSCIENTE, COMÉRCIO JUSTO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS



Coletivo ITCP-USP¹

Sistematizado por Erica Aparhyan Stella

Entender o sistema financeiro mundial é tarefa complicada, devido principalmente à complexidade que esse sistema atingiu ao longo do

1 O processo de escrita deste texto foi fruto dos debates e sistematizações que ocorrem nas reuniões do coletivo da incubadora sobre o tema, escrito em diversas mãos pelas pessoas que participaram deste espaço, cabe também a autoria aos seguintes companheiros: Aline Queiroz de Souza, Ana Luzia Alvares de Laporte, Beatriz Rossi Corrales, Daniela Fontes Garcia, Danilo Queiroz de Souza, Denizart Busto de Fazio, Diego dos Santos Veiga Silva, Elisângela Soares Teixeira, Gabriela Rizzo Iervolino, Gabriela Veras Iglesias, João Conrado Dias Fabbri, Júlio César Bueno, Leonardo Griz Carvalheira, Livia Akemi Kishimoto, Maíra Costa Etzel, Mariana de Mello Beisiegel, Nadir Silva Moraes, Paulo Ernesto Diaz Rocha, Pedro Paulo Ferreira Felipe da Silva, Sílvia Soares de Camargo e Werner Regenthal.

desenvolvimento do capitalismo, especialmente em sua fase financeira. Entretanto, basta que se entenda a base sobre a qual esse sistema se mantém – a dívida – para que se perceba onde estão suas principais falhas e por que esse sistema é tão injusto. Foi a partir da percepção dessas falhas e incoerências do sistema financeiro que buscamos compreender as estratégias da Economia Solidária no âmbito da comercialização, do consumo e das finanças solidárias.

Identifica-se o início do sistema financeiro nos primeiros empréstimos a juros, que contribuíram para o desenvolvimento de uma lógica de produção e comercialização inexoravelmente amarrada ao crédito. Isso ocorreu porque é necessário que o excedente de produção (ou seja, o tão desejado lucro) não só remunere meios de produção e força de trabalho (capital funcionante), como também remunere o empréstimo (capital portador de juros), à taxa de juros acordada; somente assim um produtor ou comerciante se manteria. O próprio sistema monetário atual, lastreado apenas na confiança (moeda fiduciária), parece-nos incoerente e nos leva a indagar sobre quais seriam as verdadeiras funções da moeda e sobre qual é a sua concretude, materialidade, já que não existe mais o lastro real.

A atual crise financeira mundial tem como origem o deslocamento da centralidade do sistema capitalista da esfera da produção para a esfera financeira. A realização do lucro passou a ocorrer principalmente pela manipulação de ativos financeiros, sem que houvesse, necessariamente, correspondência no mundo produtivo, real e concreto. Daí surge uma impressão de que a riqueza no mundo financeiro é infinita e exponencialmente crescente, enquanto a riqueza no mundo real é finita. Assim, acreditamos que as constantes crises do sistema capitalista, especialmente a mais recente (2008) com base financeira, devem-se a ganância, individualismo e irracionalidade das elites dirigentes. Enquanto a lógica for de acumulação irrefreável e de consumo exacerbado, não haverá nenhuma mudança

no sistema e continuaremos dependentes de entidades financeiras.

A concepção de desenvolvimento subjacente a esse sistema é o crescimento constante baseado no endividamento para a reprodução e acumulação do capital. Essa concepção de desenvolvimento tem um caráter paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que há acúmulo de capital enriquecendo grandes corporações, há endividamento das classes médias e baixas e dependência às instituições financeiras, as quais viabilizam a participação dessas classes no sistema econômico por meio do crédito (dívida) e, portanto, do pagamento dos juros financeiros. Estamos submetidos a esse sistema que não foi por nós elaborado e que existe para a manutenção desse modelo de desenvolvimento insustentável, que não considera a satisfação das necessidades de todos, a reprodução da vida e a defesa de interesses sociais e coletivos.

O sistema financeiro está de tal modo estruturado e enraizado que se torna difícil conceber e dimensionar o potencial de alternativas que o contraponham. Que podem fazer as finanças solidárias diante desse contexto: Desenvolvimento local? Geração de renda? Como romper a alienação e tomar consciência do valor econômico?

Embora acreditemos que, frequentemente, as finanças solidárias insiram o território e a comunidade na lógica maior da reprodução do capital, enxergamos nelas a possibilidade de repensar as formas de relação com o dinheiro e o crédito, a possibilidade de criação de empreendimentos originados na própria comunidade, a possibilidade de gerar desenvolvimento local atrelado ao debate político e à descentralização da governança, sem falar dos benefícios de uma base monetária criada onde não existem liquidez nem, muitas vezes, serviços bancários². São práticas que ressignificam as relações econômicas e

² Idalvo Santiago (2004) observa que mais de 50% dos trabalhadores brasileiros não possuem conta bancária.

contribuem na luta por um modelo de sociedade mais justo. Parece-nos, enfim, que mudar a lógica de consumo e das próprias relações humanas de produção e comercialização pode levar a uma verdadeira transformação.

A reflexão acerca do poder do consumo e do poder de fazer consumir levou à reflexão sobre o papel do dinheiro, principalmente como meio de troca. Essa função do dinheiro conduz, inevitavelmente, à alienação do consumidor em relação ao produtor, ao processo de produção e à própria função de produzir. No limite, refletimos sobre o que aconteceria caso o dinheiro não fosse utilizado, caso as pessoas das cidades parassem de trabalhar e tivessem que produzir seus alimentos, suas roupas. O modo de vida urbano em que as relações humanas e de trabalho se tornam relações mercantis leva essa alienação ao extremo. A reflexão sobre o papel do dinheiro nos levou ainda a questionar sua função como reserva de valor e, conseqüentemente, a refletir sobre o dinheiro enquanto objeto de consumo e o fetiche do dinheiro que aí se origina, já que, nesse caso, ele será um fim em si mesmo.

Acreditamos que o consumo consciente é uma forma de ação política militante e, como tal, possui limites e possibilidades. É necessário enxergar o ato da compra solidária como um investimento que pode ser feito no pequeno produtor agrícola, nos empreendimentos econômicos solidários, nos empreendimentos que fazem parte do sistema de comércio justo e solidário. Embora seja ingênuo acreditar que apenas modificando os hábitos de consumo conseguiremos mudanças relevantes, é necessário ter a consciência de que o consumo desenfreado anima a produção desenfreada. A partir do momento em que oferta e demanda se alinham no diálogo entre consumidor e produtor, estabelecendo-se um vínculo com este e com seu trabalho, um passo é dado em direção às mudanças na lógica de consumo e de alienação.

Infelizmente, observamos que, muitas vezes, os empreendimentos da

Economia Solidária produzem coisas que as pessoas já têm, coisas que talvez elas nem precisem. Essa produção está descolada do consumo. Corre-se o risco de seguir a mesma lógica de que consumismo e necessidade se confundem. É importante comprar produtos da Economia Solidária. Mas, ainda assim, é desnecessário comprar dez unidades de um mesmo produto. Portanto, acreditamos que seja negligência não trabalhar e discutir a questão do consumo com os empreendimentos incubados, uma vez que priorizamos nossa atuação em suas formações políticas. Afinal, como vamos propor a resistência a esse modo predatório de produção e consumo, se não o discutirmos?

Por fim, estendemos a reflexão para além de nosso trabalho como formadores, pensando nossas ações enquanto militantes da Economia Solidária. Acreditamos que a incubadora, mesmo sendo um programa de extensão universitária com todas as suas implicações, é também uma forma de militância. Buscamos a autogestão em meio a um estilo de vida dado, capitalista. Acreditamos que, embora estejamos vivendo em uma sociedade baseada em modelos dos quais discordamos, nossa militância vem de uma escolha consciente, de uma capacidade de questionar e de se indignar diante do mundo. Enquanto sustentamos nossas vidas, sobrevivendo em meio a esses modelos, militamos por nossos ideais, encontrando o sentido de nossas existências. Assumimos os desafios e dilemas de viver e sobreviver da militância no sistema capitalista. Assumimos que, sendo humanos, somos contraditórios, complexos e históricos. Enfim, sabemos que precisamos de algo urgente, mas não imediatista, e assumimos a responsabilidade de propor mudanças ainda que isso exija tempo, trabalho e paciência.

Referências

MARX, K. **O capital**, Tomo 3. São Paulo: Editora Abril, 1996.

Dilma e o presente. Entrevista concedida à revista Carta Capital, publicada em 17/08/2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-o-presente-2/>

HARVEY, David. **Discurso de abertura na Tenda de Reforma Urbana**, 29 de Janeiro de 2009, Fórum Social Mundial, Belém, PA.

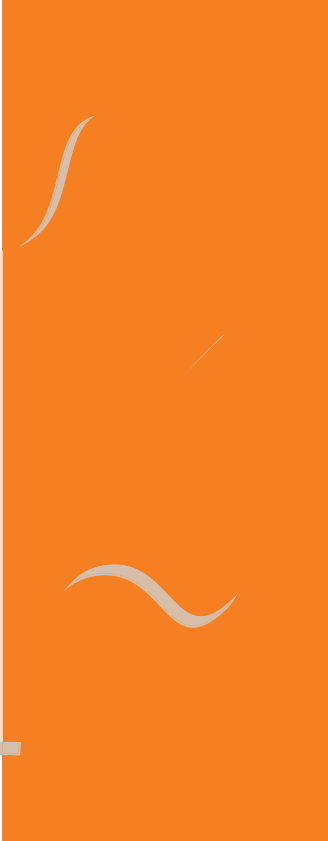
TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário**. 2004. Artigo disponível em: <http://www.direitoacidade.org.br/download/27.pdf>

REDLASES. **Moeda Social e Democracia: manual para compreender e fazer**. Disponível em: http://redlases.files.wordpress.com/2008/09/cartilha_ms_e_democracia.pdf



UNICAMP

METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DA ITCP-UNICAMP DE 2001 A 2011: DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO À PARCERIA POLÍTICA



Tessy Priscila Pavan

Ioli Wirth

Assim, do tecnológico, que oculta o político, passa-se para o político, que submete o tecnológico. Antes de o lavrador meeiro aprender com o extensionista rural a usar melhor a terra, regando-a com adubos e defensivos, que aprenda com o educador popular e, cada vez mais, com a sua própria prática, a lutar pelo seu direito de possuir a terra (BRANDÃO, 2002 p. 48).

1. Sobre como Foi Feita a Linha do Tempo

O texto que segue pretende ser a sistematização de um exercício coletivo:

a construção de uma linha do tempo da metodologia de incubação da ITCP-Unicamp. Realizamos essa atividade no dia 31 de janeiro de 2011. Para reconstruir o histórico do projeto tínhamos à disposição: artigos, textos, publicações, relatos verbais, relatos coletados por e-mail, uma entrevista e a memória dos formadores que pertencem ao coletivo.

No primeiro momento da atividade os formadores presentes foram divididos em grupos. Cada grupo tinha à disposição um conjunto de materiais que correspondiam a determinado período. O grupo foi incumbido de ler, discutir e destacar pontos relativos à compreensão de educação e incubação presentes nos mesmos.

Na segunda parte os grupos apresentaram e localizaram suas discussões no varal do tempo. Os parágrafos-síntese foram estendidos e os materiais foram depositados embaixo do varal.

Após as apresentações iniciou-se uma discussão que buscava identificar e interpretar as permanências e mudanças na metodologia de incubação. Ao longo do debate novos materiais, documentos e publicações foram agregados.

Por último os formadores foram convidados a redigir uma carta ao coletivo expressando as suas impressões sobre o processo histórico e anunciando o que esperavam para o futuro.

Essa atividade serviu como momento disparador para a sistematização da linha do tempo da metodologia de incubação.

1.1. Metodologia de Incubação – Mudanças e Permanências

É muito difícil separar o desenvolvimento da metodologia da incubadora de seu processo histórico como um todo. Como nos ensina a autogestão, a concepção política se expressa mais por nossas práticas do que por formulações

teóricas. Assim, estrutura interna, prática de incubação e concepção política se transformam dialeticamente. A concepção inicial da incubadora se relaciona profundamente com as expectativas e aspirações do cenário no qual foi criada, por isso retomamos o contexto de fundação da ITCP-Unicamp para então nos centrarmos na metodologia.

[2000] Fatos que Antecederam a Criação da ITCP-Unicamp

No ano de 2000 a reitoria da universidade enxergou no cooperativismo uma solução para um conflito trabalhista interno. Nesse ano houve uma greve organizada pelos funcionários da Unicamp que durou cerca de três meses. Além dos funcionários da Unicamp, os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas também participaram da greve. Sujeitos a uma precarização intensa e instabilidade empregatícia, esses trabalhadores acabaram sendo demitidos por participarem do movimento. A coordenação da Cori (Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp) foi chamada a resolver essa questão e o coordenador da época sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas.

O grupo aceitou a sugestão e então se contratou o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para assessorar a organização desse coletivo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar. Esse foi um dos fatos que motivaram a criação da ITCP-Unicamp.

Paralelamente a esse acontecimento, em 2001 assumiu a prefeitura municipal de Campinas (PMC) o prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de

fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho conjunto da prefeitura com a Unicamp.

[2001] Criação da ITCP-Unicamp

Essa conjuntura motivou a elaboração de uma primeira versão de projeto de Incubadora, que foi escrita pelo pró-reitor de extensão e assuntos comunitários (PREAC), professor doutor Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib. Posteriormente a proposta foi revisitada por outros membros da Preac em uma reunião com a participação de professores, alunos e funcionários, para se discutir a viabilidade de constituição de uma incubadora dentro da Unicamp. Houve dificuldade por parte desse grupo em chegar a um consenso de como seria essa incubadora. O movimento estudantil tensionou a discussão no sentido de garantir que a incubadora tivesse uma estrutura democrática de decisão.

Após a reunião formaram-se duas comissões para dar andamento ao projeto Incubadora. A primeira comissão foi constituída por um docente do Instituto de Geociências, um docente da Faculdade de Educação Física, uma docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o pró-reitor de extensão. Essa comissão teve como função institucionalizar a ITCP-Unicamp e tratar de sua regulamentação nos moldes das normas da universidade. A outra comissão, constituída por pós-graduandos da Unicamp e um membro do grupo da prefeitura, ficou responsável pelo processo de formação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial os grupos que estavam sendo formados pela prefeitura municipal de Campinas.

Em 28 de agosto de 2001, a Resolução nº 86 do gabinete do reitor Hemano Tavares reconheceu a ITCP-Unicamp junto à Preac, que estabelecia

os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

Aparentemente a deliberação pela institucionalização rápida da incubadora se justifica pelo cenário favorável ao projeto no conselho universitário e pela conjuntura política municipal.

Para coroar o início do programa foi realizado o Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nos dias 9, 10 e 11 de setembro de 2001. Segundo folder de divulgação o evento representava:

(...) a consolidação do processo extensionista da universidade na direção de sua responsabilidade social (...). A incubadora de base tecnológica se caracteriza por ser um ambiente que apresenta as condições necessárias e suficientes em termos de estímulo e apoio às organizações recém-criadas, para que elas possam desenvolver-se em um “espaço protegido”. Este processo, que deve acontecer durante um período determinado, possibilita às organizações o acesso à infraestrutura compartilhada e assessoria especializada visando o crescimento e a ocupação de um lugar no mercado, para posteriormente, permitir uma autogestão sustentada.

Essa concepção evidencia a tentativa de transposição do modelo de incubadoras de empresas para incubadoras populares. A excelência acadêmica e o ambiente protegido por certo período de tempo (simbolizado por uma casca de ovo) gerariam condições suficientes para que os empreendimentos posteriormente se sustentassem no mercado.

Autoridades como o então senador Eduardo Suplicy, o então governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, o professor Paul Singer, o professor Márcio Pochmann, representantes do Banco do Brasil, da Financiadora de

Estudos e Projetos (Finep), da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) e inclusive da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) estavam previstos para palestrar¹.

No dia 9 de setembro de 2001, durante o seminário, foi assinado um acordo entre a prefeitura municipal de Campinas e a Unicamp para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura desse acordo, o prefeito foi assassinado², fato que causou impacto em toda a gestão do programa e na Economia Solidária do município de Campinas. Devido ao assassinato o seminário não foi concluído.

Depois de lograda a institucionalização do programa de extensão e a assinatura de convênio com a prefeitura, passou a ser difícil a construção de um consenso entre o grupo de professores sobre como a incubadora deveria funcionar na prática. Tal situação era agravada pela pressão exercida pela prefeitura, parceira na criação do programa, que queria que a incubação começasse logo. Diante do impasse entre a lentidão acadêmica e a pressa política, o grupo de estudantes de pós-graduação tomou a frente do processo. A ausência de docentes engajados no cotidiano desse programa de extensão parece ser marcante desde o seu começo.

Do ponto de vista do programa municipal de geração de trabalho e renda havia três frentes de trabalho em construção: uma frente emergencial para cuidar da manutenção da cidade, em que havia a ideia de fazer uma

1 É importante ressaltar que o campo da Economia Solidária ainda não estava consolidado naquele momento, o que pode justificar a presença da OCB, que é corporativista e contrária ao cooperativismo popular. Atualmente representa no Congresso Nacional posição contrária à construção de um marco jurídico para a Economia Solidária.

2 Na manhã seguinte ao assassinato do prefeito caem as torres gêmeas nos EUA. Esse acontecimento ofuscou o crime político local.

cooperativa de limpeza pública e de paisagismo; outra frente direcionada para a coleta seletiva, que seriam as cooperativas de triagem e de reciclagem de resíduos sólidos e; a última frente, que cuidaria da área de merenda escolar – a ideia era que essas cooperativas de merendeiras viessem a participar de licitação do corrente ano.

Realizou-se uma pesquisa preliminar junto à população da cidade pra localizar pessoas interessadas em constituir cooperativas, seguida do cadastramento desses interessados. Era um público que vinha de vários níveis de expropriação social: algumas pessoas estavam desempregadas, outras nunca tinham trabalhado, muitas mulheres, muitos negros e muitas pessoas acima de 40 anos de idade, que estavam quase sempre excluídas do mercado de trabalho.

[2002]

Para atender a demanda da prefeitura seria preciso a formação e remuneração de mais discentes. Foram então selecionados 40 estudantes bolsistas para a realização de um curso concentrado durante as férias escolares (janeiro de 2002). A seleção dos estudantes foi realizada de acordo com as áreas demandadas pelo projeto (Planejamento Econômico, Saúde e Meio Ambiente, Dinâmica das Relações Humanas, Produção e Tecnologia e Processos Pedagógicos). A partir dessas áreas foram criados os grupos de estudo e pesquisa em Economia Solidárias (Gepes), que representam uma permanência em nossa estrutura metodológica.

Outro critério que chama a atenção nessa primeira seleção é uma cota para estudantes negros. Por último vale destacar que, conforme relato de formadores mais antigos, o currículo acadêmico dos estudantes deve ter

sido determinante nessa primeira seleção. Segundo esses depoimentos uma parte dos formadores tinha ótimo desempenho acadêmico, mas nenhuma experiência ou afinidade com extensão universitária e educação popular.

O primeiro curso de formação consistiu em três módulos: Mudança no Mundo do Trabalho, ministrado por professores da Unicamp, Gestão e Autogestão, ministrado pela Anteag com temas pragmáticos, e Educação Popular de Jovens e Adultos, ministrado por Silmara de Campos (FE-Unicamp). Durante o curso foi desenvolvida a metodologia de intervenção que resultou na produção de “caderninhos temáticos”, que estão diretamente ligados aos temas apresentados pela Anteag no segundo módulo.

A primeira intervenção da ITCP-Unicamp ocorreu por meio do Programa de Qualificação de Cooperativas, atendendo cerca de 320 trabalhadores desempregados ou de baixa renda recrutados pelo poder público. O programa consistia em um curso sobre cooperativismo. Os planos de curso da época sugerem que havia uma turma para a área de cozinheiras e outra para reciclagem de lixo. Ao final do curso havia certificado de conclusão para os trabalhadores e celebração de encerramento com a presença de autoridades. Os formadores dessa época relatam a dificuldade de coesão e construção de um sentido coletivo de trabalho, uma vez que era um cadastro de desempregados que reunia aquelas pessoas. Apesar das dificuldades, onze grupos produtivos formaram-se a partir do programa de qualificação.

Em março de 2002 a ITCP-Unicamp inicia de fato o processo de incubação, ou seja, o acompanhamento e a formação de trabalhadores em seu local de trabalho. Essa mudança é marcada pelo II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A partir da programação desse segundo seminário é possível perceber algumas diferenças em relação ao primeiro. Enquanto o primeiro se caracterizava por um evento político com

falas de autoridades que apoiavam a iniciativa, o segundo representa um encontro acadêmico entre pares que discutem a prática de incubação. As ITCPs das seguintes universidades estavam presentes: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Católica de Pelotas (UCPel). A partir dos registros do encontro é possível perceber que a ITCP-Unicamp buscava estruturar sua metodologia de incubação a partir da troca de experiências e metodologias entre as incubadoras mais antigas. Quatro questões orientaram as exposições Princípios para a Seleção das Iniciativas a Serem Incubadas, Objetivos e Princípios Teóricos da Incubação, Metodologia, Estrutura e Funcionamento das Incubadoras.

Também em 2002 realizou-se o segundo curso de formação de formadores.

Diferentemente de hoje, cada equipe de incubação acompanhava grupos de diferentes cadeias produtivas. Uma formadora relatou que a sua equipe incubava um empreendimento de produção de alimentos, um de triagem de material reciclável e outro composto de deficientes auditivos. A incubação consistia em uma assessoria isolada prestada por cada uma das áreas (Gepes). Conforme atestam os planos de incubação relativos àquele período, as equipes definiam um calendário de atividades para o empreendimento e as distribuíam entre seus formadores. Cada formador ia sozinho “a campo” e apenas para aquelas atividades relativas à sua área específica ou ao seu Gepes. O Plano de Negócios norteava a incubação. Os caderninhos de incubação “Faturamento e Retiradas”, “Equilíbrio Econômico” e “Orçamento” evidenciam a primazia da viabilidade econômica nesse processo.

Alguns relatos indicam que, embora houvesse uma linha mestre da incubadora, havia equipes que se pautavam por outros princípios. Também

havia divergências e conflitos dentro de algumas equipes.

Havia uma instância de avaliação tripartite constituída por poder público, cooperativas e ITCP. A falta de parâmetros prévios e a pouca experiência dos envolvidos com esse tipo de instância deturpou a ideia inicial do espaço. “Não se construiu um espaço de parecerias efetivas, mas de ataques e defesas, mantendo uma distância entre os envolvidos” (PPP, 2005, p. 19). Os diálogos eram marcados por cobrança de estrutura por parte das cooperativas e da incubadora, questionamento do trabalho da ITCP-Unicamp por parte da prefeitura, enquanto nas falas dos cooperados prevaleciam as relações interpessoais.

A perspectiva do “acompanhamento técnico”, linha mestre da metodologia de incubação nesse período, somada à meritocracia universitária, gerou uma estrutura interna distante do que hoje entendemos por autogestão. A remuneração dos formadores era diferenciada segundo nível de escolaridade. Havia diferentes faixas entre graduando (R\$ 450) e doutorando (R\$ 1.050). Essa situação contrastava com o discurso de igualdade na tomada de decisão.

Os limites dessa concepção de educação e da estrutura de remuneração foram sentidos por membros daquele coletivo, principalmente por aqueles ligados ao movimento estudantil e à militância partidária. Não à toa tal tensão foi apontada como dicotomia entre tecnocracia e partidarismo em nosso varal do tempo.

Existia naquela época um confronto praticamente aberto entre diferentes visões de organização política da incubadora, e para mim duas se destacavam: uma visão gerencial e outra partidarizada. A gerencial privilegiava como orientação a excelência acadêmica e a tecnocracia. A partidarizada trouxe a disputa escarnecida da organização por correntes para dentro da incubadora, e acabava agindo como se esta fosse uma célula do partido. Essa briga

ideológica não foi tão legal, mas, como uma visão acabou se prevalecendo (a partidarizada), com o tempo seus conceitos ideológicos (trotskismo, freireanismo, vigotskismo) prevaleceram na incubadora (relato de um formador).

[2003]

Em 2003 o curso de formação de formadores estava orientado por essa nova tendência. O primeiro módulo do curso abordava a estrutura e o funcionamento da sociedade e uma análise de conjuntura. O segundo módulo era dedicado às temáticas de cada um dos Gepes que compunham a incubadora. O terceiro módulo era de oficinas práticas e instrumentos de intervenção: pesquisa-ação, teatro do oprimido, jogos cooperativos, além de uma discussão permanente sobre o papel da extensão universitária. Nesse módulo os alunos foram convidados a fazer uma releitura crítica dos “caderninhos temáticos” produzidos em 2002.

Em abril de 2004 a ITCP-Unicamp organizou o primeiro encontro de cooperativas populares com o tema: “Procurando se encontrar? 1o Encontro de Cooperativas Populares”.

Se por um lado esse período foi profícuo em termos do início da construção de uma nova concepção de projeto, por outro, as atividades junto aos grupos incubados perderam intensidade. A prefeitura municipal de Campinas começou a atrasar o repasse da verba, o que levou o coletivo de formadores a entrar em greve.

[2004]

Ao final de 2004 “a ITCP-Unicamp rompe o convênio com a prefeitura, alegando fundamentalmente condições inadequadas de trabalho por falta de suporte da prefeitura, como atraso no repasse de recursos e infraestrutura para os grupos incubados” (MARCONSIN, 2008). Enquanto o município dava sinais de retrocesso no fomento ao cooperativismo, o governo federal instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

[2005]

Em janeiro de 2005 a ITCP-Unicamp começou a executar o Programa Nacional de Incubação (Proninc), elaborado pela SENAES, que passou a financiar integralmente o trabalho da ITCP. A partir desse projeto as equipes começaram a atuação por cadeia produtiva. Havia uma equipe de seis formadores que incubava três empreendimentos da cadeia da reciclagem, outra que incubava três empreendimentos agrícolas e uma terceira que atuava com empreendimentos formados por jovens.

A concepção de educação, incubação e o objetivo da intervenção da ITCP-Unicamp encontram-se sistematizados no projeto político-pedagógico elaborado em 2005. No PPP apresenta-se um aporte teórico para a atuação prática, que entende o formador como condutor do processo de conscientização, levando o caminho da autogestão e transformação aos cooperados e cooperadas. Para isso traz a “doutrina marxista para análise da sociedade de classes”. O projeto aborda a questão da educação popular enquanto práxis transformadora e entende o educador como agente da libertação. Segundo essa concepção, é ele quem leva a tomada de consciência

ao oprimido. Outro autor bastante presente é Pistrak, um pedagogo soviético que escreveu *A escola do trabalho*. Nessa obra a escola é concebida como espaço para pensar a realidade e transformá-la segundo os princípios da sociedade socialista, passando pela auto-organização dos educandos e pelo trabalho auto-organizado como princípio educativo. O PPP estabelece a ponte dessa experiência soviética com as cooperativas como lugar para pensar a relação do homem com o trabalho, refletir sobre sua realidade e transformá-la. Também nessa perspectiva o formador aparece como figura central no processo.

Outro aspecto que esse PPP apresenta é uma metodologia de incubação por “eixos temáticos”. Cada equipe deveria, a partir de um diagnóstico participativo da realidade do grupo produtivo, estabelecer uma questão central que perpassasse a atuação de todos os Gepes. Esperava-se que a equipe deixasse de ser “um ajuntado de formadores” e começasse a realizar de fato um trabalho coletivo e interdisciplinar de incubação. Outra diretriz que o PPP estabelece é a construção de projeto de Gepes. Cada grupo de estudo deveria apresentar o seu embasamento teórico e, em caso de divergência, o coletivo decidiria por uma das linhas.

Em 2005 o coletivo de formadores da ITCP-Unicamp realizou um encontro interno que resultou na produção do documento “Consenso de Jaguariúna”, em que se afirma a primazia da formação política:

(...) entendemos que a tarefa colocada aos militantes da Economia Solidária deve ser maior do que buscar a geração de trabalho e renda a uma parcela excluída da sociedade; deve acima de tudo contribuir com a transformação social, pois somente a transformação social e o fim do capitalismo poderão incluir de forma definitiva todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Assim, o trabalho de formação política deve ser entendido como um princípio a ser seguido (Consenso de Jaguariúna, 2005).

O documento final também aborda a avaliação das equipes que atuaram segundo a nova metodologia proposta no período de pré-incubação. Questões como a dificuldade de encontrar um grupo, o estranhamento das comunidades (principalmente rurais) com a proposta e a falta de estrutura para início da produção aparecem nas avaliações.

Embora todas essas formulações apontem para uma relevância do trabalho de incubação, para muitos formadores a ITCP era um espaço secundário. A campanha eleitoral, o movimento estudantil e outros espaços revelaram-se prioritários para a “formação política” quando comparados às atividades da incubadora. Esse foi um período cheio de ausências, rotatividade de formadores e debates políticos acalorados. O Proninc foi finalizado em dezembro de 2006, nove grupos foram incubados e quatro foram formalizados. O convênio com o Proninc possibilitou ainda a realização do quarto e quinto cursos de formação de formadores da ITCP-Unicamp.

[2006]

O ano de 2006 marca o fim dos grandes financiamentos. Os convênios com a prefeitura e o Proninc se direcionavam ao financiamento integral da incubadora. Permitiam o desenvolvimento do projeto de extensão como um todo abarcando o ensino e a pesquisa. A partir de 2006 os projetos não focalizam a extensão, mas alguma realidade social específica. A extensão deixava assim de ser o objeto de financiamento e passava a ser o meio pelo qual as agências financiadoras alcançam suas “metas sociais”. Isso teve

consequências para a metodologia de incubação. O volume de trabalho burocrático aumentou consideravelmente e o descompasso de duração entre os diferentes projetos dificultou o estabelecimento de uma ação coordenada entre as equipes.

Em 2006 a ITCP-Unicamp dá início a duas novas frentes de atuação financiadas por meio do convênio Finep-Rede de Tecnologia Social (RTS). Esse é o primeiro de muitos projetos que financiam apenas “um pedaço” da incubadora. Entre fevereiro de 2006 e outubro de 2007, uma nova equipe começou a incubar dois grupos autogestionários no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS: um grupo de artesanato (formado por portadores de HIV/AIDS) e uma associação de mulheres profissionais do sexo. Por meio do mesmo financiamento, uma dupla de formadores coordenou a incubação de uma incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – Idesc, com sede em Registro.

Esse projeto trouxe mudanças para a metodologia de incubação. Em primeiro lugar, a temática dos novos empreendimentos possuía centralidade no corpo e na sexualidade. A incubadora não tinha desenvolvido um olhar para esses temas tabus. Essas discussões tomaram corpo em um grupo de estudos de gênero acompanhado por uma docente, que posteriormente foi transformado em um dos Gepes da ITCP-Unicamp. Outra novidade foi a incubação de uma associação política de profissionais de sexo que, diferentemente dos demais EES, não possuía a centralidade no processo de produção. O trabalho consistia na discussão política sobre o mundo do trabalho e sua intersecção com gênero, sexualidade e violência, focando na especificidade dessa ocupação que, assim como catadores, camelôs e ambulantes, está à margem da concepção tradicional de trabalho. Esse

conjunto de trabalhadores é constantemente atingido por ações do poder público, em nome da uma concepção de “limpeza urbana”.

A associação das profissionais do sexo se tornou um espaço de formação, discussão e reivindicação dessa categoria, estabelecendo parcerias com outros movimentos sociais e entidades trabalhistas, como a CUT³.

A incubação da incubadora também foi significativa para a metodologia da ITCP-Unicamp. A necessidade de apresentar uma metodologia de incubação na perspectiva de formação de uma nova incubadora forçou uma melhor organização e sistematização das ações e debates teóricos. Esse processo foi coordenado por dois formadores e contou com a participação rotativa de formadores pertencentes aos diferentes Gepes, que apresentavam seus debates teóricos específicos.

Diante dessa necessidade, a elaboração dos projetos de Gepes ganhou mais sentido. O Gepes de Comunicação e Arte escreveu o artigo “A comunicação popular na construção da identidade”, em que aborda o desenvolvimento de uma identidade visual popular em oposição àquela demandada pelo marketing capitalista.

O Gepes de Produção e Tecnologia elaborou o “Engenheiro educador”, em que aparece um debate mais avançado, tomando mais cuidado com a dialogicidade do processo, colocado à primazia na demanda real das cooperativas. Por outro lado o texto estabelece um diálogo com os estudantes de engenharia. Ao mesmo tempo em que faz uma crítica aos cursos de engenharia, orientados para a produção capitalista, convida os estudantes a colocar seus conhecimentos sobre processo produtivo a serviço dos pequenos

3 Atualmente a Associação Mulheres Guerreiras tem como sede uma sala no prédio da CUT Campinas, demonstrando a perspectiva de reconhecimento dessa atividade como um trabalho.

empreendimentos com valores igualitários.

Em março de 2006 foi firmado um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esse projeto teve como objetivo proporcionar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos. Esse é o único projeto na história da ITCP-Unicamp que financiou estrutura para os grupos incubados (Esse edital foi uma conquista do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável - MNCR). Por meio desse financiamento foram adquiridos equipamentos de triagem e de proteção individual para duas cooperativas de Campinas. Além disso, o projeto permitiu colocar a tecnologia social em prática. Uma mesa de triagem foi projetada conjuntamente por trabalhadores e formadores⁴. Também dentro da perspectiva da tecnologia social, ocorreram visitas às cooperativas de triagem de São Paulo com o intuito de levantar as soluções tecnológicas encontradas pelos trabalhadores. As visitas foram realizadas por um formador e uma cooperada e culminaram na realização de um seminário em que participaram as cooperativas de triagem de Campinas e um representante do MNCR.

[2007]

2007 é o tempo das vacas magras. A ausência de financiamento reduz o quadro de formadores e a incubação se limita a acompanhamentos pontuais com o objetivo de não perder o vínculo com os grupos e poder regressar com mais efetividade com a chegada de novos financiamentos.

No segundo semestre de 2008 inicia a execução de um novo projeto

⁴ Um relato completo da experiência encontra-se em FRAGA, VASCONCELLOS e SILVEIRA, Projeto de Construção “Mesa de Triagem de Materiais Recicláveis”. (mimeo)

Proninc. Em sua origem esse programa previa o financiamento integral das incubadoras, mas a edição de 2007 cortou em 50% os recursos previstos em relação à edição anterior. Dessa forma a busca por financiamentos paralelos continuou sendo uma preocupação constante da ITCP-Unicamp. Soma-se a isso a diminuição do apoio financeira por parte da pró-reitoria de extensão, que também passou a adotar a prática dos editais. A partir de então, para ter apoio financeiro da universidade, passou a ser necessário submeter um projeto internamente e aguardar todos os trâmites e atrasos burocráticos até a sua aprovação.

[2008]

Com a chegada dos recursos do Proninc 2007, os formadores que ainda estavam no coletivo organizaram uma seleção para oito novos educadores, para a qual fora feita uma ampla divulgação. Essa seleção contou com mais de cem inscritos e o critério mais forte era não apenas o contato com a educação popular, mas o trabalho junto aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo mantêm-se a cota de formadores por área de conhecimento.

Os formadores selecionados, no entanto, não haviam feito o curso de formação de formadores organizado pela ITCP-Unicamp, que havia passado do critério “obrigatório”, para o “desejável”, mas se comprometeram a cursá-lo concomitantemente ao trabalho. Destaca-se aí um primeiro ponto no que se refere à metodologia da incubadora: os formadores novos, além de fazerem o curso, ministravam algumas aulas. O reconhecimento dos formadores como educandos-educadores fez com que os selecionados compreendessem esse conceito fundamental de Paulo Freire a partir da prática, talvez alterando o comportamento dos mesmos, diante das atividades de incubação.

Podemos dizer que a chegada desses novos educadores reforçou um posicionamento político do grupo que havia permanecido na ITCP-Unicamp. Ao mesmo tempo o vínculo cada vez maior com os movimentos sociais se fortalecia. O grupo de estudos de processos pedagógicos, que, por pressuposto, faz o debate metodológico na incubadora, escreve então um novo artigo, no qual as ideias de autogestão, o distanciamento teórico-prático dos partidos políticos de esquerda brasileiros e o aprofundamento na filosofia freireana são percebidos (WIRTH, CHABES e PAVAN, 2008).

Nesse momento a dicotomia entre tecnocracia e partidarização já não era central na incubadora. A questão dos partidos, em especial, deixou de ser estruturante (mesmo que de forma velada) do nosso coletivo de formadores.

[2009]

Em 2009 é finalmente publicada a “Empírica”, um caderno de metodologia de incubação que resultou de um intenso esforço de sistematização das oficinas e instrumentos práticos produzidos e utilizados durante o processo de incubação.

A presença da ITCP-Unicamp é notada pelos movimentos sociais da região nos espaços de reivindicações e lutas dos mesmos, destacando-se, aí, a Marcha do MST em 2009, ocupações de terra, ato campo-cidade do MST, atividades organizadas pela Fábrica Ocupada Flaskô como passeatas e atos culturais, diálogo com o MNCR através da participação nas formações organizadas pelo mesmo, convites para que os movimentos ministrassem aulas no curso de formadores, entre outras ações.

Ao convivermos mais e compreendermos um pouco melhor a realidade dos movimentos, estes também começam a procurar a ITCP-Unicamp

e sua concepção (e não apenas a realização). Dessa forma, novos projetos relacionados à organização produtiva dos trabalhadores se iniciam. É importante salientar o trabalho do Gepes de gênero. Como faz parte do perfil da ITCP-Unicamp tratar essa questão com a mesma relevância que o sucesso econômico dos EES, o Setor Regional de Gênero do MST elabora conosco um projeto de organização produtiva das mulheres do campo, que não foi aprovado. Porém, o vínculo criado nesse momento com o setor de gênero e a participação das formadoras da ITCP-Unicamp em diversos espaços organizativos das mulheres do MST fortaleceram uma parceria para além de “simples espaços educacionais”, reconhecendo-nos como companheiras de luta.

Essa participação constante nos espaços de luta dos movimentos representa também nossa posição no momento da “crise econômica” alardeada nos meios de comunicação de massa, em 2009. E esse foi o norte do debate que levamos para a Argentina, quando apresentamos o artigo “Educação popular, universidade e autogestão: Uma experiência brasileira de incubação de empreendimentos populares”, no II Encuentro de Economía de los Trabajadores.

É também em 2009 que o coletivo de formadores inicia o debate e a escrita do novo PPP da incubadora. Como fruto desse processo, no planejamento de 2010, os formadores decidem como linha política para os próximos períodos o trabalho junto aos grupos produtivos ligados aos movimentos sociais que temos contato.

[2010]

E novas ocupações e lutas acontecem. E os recursos da incubadora

continuam diminuindo. E nosso posicionamento político fica mais claro não apenas para os grupos com os quais atuamos, mas também, por exemplo, para a PMC, que, no início de 2010, através de uma carta, tenta constranger a continuidade de nossa incubação nos grupos de Campinas. O fato ocorre logo após o encontro de cooperativas, que nesse ano fora organizado não apenas pela ITCP-Unicamp. Representantes de cooperativas compunham a organização e o encontro revela-se um espaço combativo e de reivindicação dos trabalhadores, no qual houve falas dos trabalhadores e formadores da ITCP, cobrando da prefeitura municipal, as melhorias que a mesma outrora prometera.

Esse enfrentamento com a PMC e a resposta unilateral que recebemos (carta de expulsão do programa), ecoou em algumas instâncias da Economia Solidária, sobretudo no Fórum Paulista de Economia Solidária, que no mês de maio se reuniu em Campinas.

Para nós, essa data é significativa, uma vez que não apenas as trabalhadoras da cooperativa incubada por nós fizeram falas em nosso apoio, como também os movimentos sociais (MST e Flaskô), que falaram sobre a importância da autogestão e do nosso trabalho. Nós, que sempre cumprimos o papel de apoiadores dos movimentos, nessa ocasião, nos sentimos apoiados pelos mesmos.

O fórum paulista encaminhou a realização de uma reunião entre prefeitura e ITCP-Unicamp, com participação de outros membros do fórum, para debater o conflito existente. Apesar de o pedido de reunião ter sido formalmente protocolado, esta não ocorreu.

Por conta da relação cada vez mais orgânica com os movimentos sociais, participamos, juntamente com outros estudantes da universidade, de algumas atividades na Unicamp que denunciavam o mau uso dos espaços públicos.

Divulgamos em nosso site os vídeos, feitos pelos estudantes, denunciando as péssimas condições dos trabalhadores terceirizados na Unicamp e, nessas ocasiões, os movimentos sociais sempre estiveram presentes, trazendo para dentro da universidade extremamente elitizada um pouco de sua força, de sua mística, suas bandeiras e cores.

O ano de 2010, além de ter sido de muita luta, dentro e fora da universidade, também foi um ano de experimentações para o coletivo. No segundo semestre do ano, podemos pontuar dois fatos: a diferenciação na carga horária dos formadores e a mudança na estrutura da coordenação.

O primeiro fato ocorre na tentativa de contemplar a participação de todos os formadores que pudessem dedicar algum tempo para a ITCP. E percebemos que havia perfis diferenciados, com formação e disponibilidade de tempo também muito diferentes. Nosso coletivo contava com graduandos, graduados, pessoas que não eram alunas da Unicamp, pós-graduandos, pós-graduados, mães, pais, pessoas que tinham outras fontes de remuneração, pessoas que viviam apenas da remuneração da ITCP. Nossa carga horária na época era de vinte horas de trabalho mais dez horas de estudo. Discutimos diversos critérios para a mudança da carga horária, a saber: formação acadêmica, tipo de trabalho que realizaria na ITCP, carga horária prevista em editais aprovados, experiência na ITCP e disponibilidade de cada formador. Após essa discussão coletiva, definimos quatro jornadas: 10, 15, 20 e 25 horas de trabalho semanais, mais 10 horas de estudo. Também chegamos ao valor de R\$ 10 por hora de trabalho (que era o que nosso financiamento permitia), o que contemplaria também a arrecadação de INSS dos formadores.

Essa discussão, aliada ao fato de que havíamos sido “retirados” do prédio que ocupávamos e alojados em um prédio com condições piores de trabalho (fato ocorrido em julho de 2010), fez com que o coletivo retomasse uma

discussão deixada de lado pela universidade, que seria a criação de uma categoria que valorizasse o trabalho de extensionista, dando-lhes os mesmos direitos e assistências que as demais categorias, como a dos pesquisadores-colaboradores, possuem. Acreditamos que apenas uma mobilização muito forte conseguiria aprovar uma proposta assim no Consu (órgão deliberativo da Unicamp). Todavia, uma primeira conversa fora feita com o pró-reitor de extensão, assim como a preparação dessa pauta, que ainda não conseguimos força e articulação suficientes para aprovar. Mesmo assim, o processo de conversas sobre a criação dessa categoria fora muito rico, pois nos dá mais clareza do descaso que há com a extensão e conseqüentemente mais certeza de que essa luta precisa ser feita.

Corroborando com essa luta o fato de que muitos formadores passam pela incubadora e não têm reconhecimento institucional nenhum. Vide a batalha pelo reconhecimento das horas trabalhadas na ITCP-Unicamp como horas de estágio. Mesmo alegando que o estágio é do tipo não remunerado, o formador que se atreve a pedir reconhecimento percorre uma verdadeira odisséia burocrática na Unicamp. Em 2010 tivemos o nosso primeiro caso de um processo de reconhecimento de estágio que está dando certo (no gerúndio, porque não está concluído).

Esse reconhecimento daria possibilidade a alunos que não querem utilizar suas horas de estágio em um trabalho vazio e voltado ao capital de o fazerem na Incubadora, na extensão e na luta concreta junto aos movimentos.

O segundo fato foi a alteração da estrutura de coordenação da ITCP-Unicamp (composta até hoje apenas de alunos). Tínhamos até outubro de 2010 o que chamávamos de Coordenação Executiva (CE), que era composta de formadores que não participavam das incubações, mas cumpriam as tarefas de representação – externas e internas à Unicamp –, de organização e, muitas

vezes, de execução de todo o trabalho burocrático da ITCP. Devido à falta de recursos, do conseqüente enxugamento do quadro de formadores (ninguém fora desligado da ITCP, mas a incerteza que o financiamento via editais nos traz faz com que os formadores procurem outros trabalhos) a CE passou de quatro para duas formadoras.

Com a chegada de novos recursos, com a avaliação de alguns formadores de que a CE tendia a uma forte burocratização e distanciamento da realidade dos grupos e com a preocupação de não compormos as novas equipes apenas com formadores inexperientes (pensando na continuidade dos trabalhos junto aos EES e na apropriação dos novos com a metodologia de trabalho), alocamos as duas formadoras da CE em equipes de trabalho. Cada equipe passou a ter um coordenador de equipe, que está presente nas incubações, cumpre as mesmas funções dos demais, no entanto cuida da gestão de alguns editais e representação. Esses são os formadores que cumprem a maior jornada de trabalho, 25 horas semanais.

Esse novo modelo de coordenação, que reúne os coordenadores de todas as equipes, é chamado de Coordenação Geral. Além da integração e socialização das ações das diferentes equipes, do acompanhamento burocrático dos projetos, essa instância tem a função de organizar as pautas e a reunião do coletivo.

A supressão da Coordenação Executiva para o modelo de coordenação descentralizada e por equipes (CG) ainda está em fase de avaliação.

Foi apenas com a chegada dos novos formadores em outubro que o coletivo se estimulou e finalizou finalmente seu PPP, apresentado aos novos na semana de formação Camille Guerin, organizada como forma de recepção. Infelizmente, por falta de recursos, a ITCP não organizou em 2010 o curso de formação de formadores.

Para dar coesão ao novo grupo e explorar outras formas de diálogo inicia-se, ao final de 2010, um trabalho de Teatro do Oprimido e Laboratório do Sensível. A utilização de outras linguagens é coerente e necessária em qualquer coletivo e organização que se pretenda transformadora. Essas técnicas vêm sendo conduzidas por um ex-formador, que enxergou nos cursos de teatro realizados a oportunidade de retribuir ao coletivo o aprendizado que teve na ITCP.

1.2. Perspectivas

[2011]

Em fevereiro de 2011, data de elaboração deste documento, já conseguimos vislumbrar alguns acontecimentos que certamente irão compor esta linha do tempo, a saber:

- . O novo planejamento, a ser realizado em breve;
- . A vivência, que o coletivo fará no quilombo de Ivaporanduva no Vale do Ribeira. Nessa vivência poderemos conhecer um pouco da realidade de uma formadora do coletivo, quilombola, com a qual tivemos alguns problemas no que diz respeito à apropriação da mesma sobre a dinâmica do coletivo e a realidade da Unicamp. Além disso, nos propusemos a refletir sobre a nossa dificuldade de compreendermos o outro, sem o que não faz nenhum sentido falarmos em educação popular e dialogicidade. Nessa ocasião, vislumbramos uma interação mais rica entre nós e também um espaço de formação no qual exporemos as vísceras das nossas contradições, imprescindível para que possamos crescer coletivamente;
- . A decisão sobre a supressão ou não da Coordenação Executiva;

. O aprofundamento de uma discussão que iniciamos, acerca da organização de um banco solidário;

. A organização e participação dos seminários do projeto Articulação ITCPs.

As cartas escritas ao final da atividade da linha do tempo mostram que a busca incessante pela coerência teórico-prática não terminou e que as respostas para tal dilema se encontram no processo. Segue alguns trechos selecionados:

Estamos passando por uma mudança a partir da linha “aproximação dos movimentos sociais” que penso que daqui a algum tempo vamos avaliar e isso influenciará nossa metodologia de incubação como também mudará nossas preocupações em termos de alianças e parcerias.

Apesar de visualizarmos as mudanças e avanços da ITCP olhamos ainda para um futuro e uma intervenção cheios de desafios. (...) As oficinas e a ação das equipes são pensadas internamente e acordadas com as cooperativas, afirmando a segregação do trabalho braçal, do trabalho intelectual.

(...) resignificando aos poucos sua postura e ações junto aos grupos e movimentos sociais, descobrindo aos poucos qual seu papel e suas tarefas dentro desse novo universo que começa a aflorar. Nesse novo lugar busca, ao mesmo tempo, reorganizar sua posição dentro da universidade nessa relação conflituosa com a burocracia e a institucionalidade entre rubricas e relatórios e ofícios e a necessidade de auto-organizar, construir acordos e sistematizar os acúmulos teóricos e metodológicos.

Crises que são parte do processo, dinâmico, de enfrentamentos de realidades e de possibilidades de construção conjunta de uma nova realidade.

2. A Metodologia de Incubação Hoje

Atualmente a ITCP-Unicamp possui as seguintes instâncias em sua organização interna: Coletivo (instância máxima de nossa organização, ocorre quinzenalmente); Coordenação Geral (composta de um coordenador de cada equipe); três equipes de trabalho (que realizam a incubação) nas cadeias de agricultura, resíduos sólidos e construção civil; Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária – Gepes (em sete áreas do conhecimento: Processo Pedagógico, Planejamento Econômico, Saúde do Trabalhador, Dinâmica das Relações Humanas, Comunicação e Artes, Produção e Tecnologia e Gênero); Pesquisadoras (mulheres que fazem ou fizeram parte do coletivo de formadores e realizam ou realizaram pesquisa acadêmica em temas relacionados ao nosso trabalho, estudam temas relativos à pesquisa e são responsáveis por encaminhar as demandas relacionadas a projetos acadêmicos que chegam para a ITCP ou EES incubados) e GTs (Grupos de Trabalho para resolver questões mais específicas do coletivo).

É com essa organização interna que a incubadora tem como horizonte trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam, através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção. A opção por essa direção se dá por sabermos dos limites de nossa atuação no campo da Economia Solidária, uma iniciativa quase consensual e, por isso, perigosa: pode abarcar desde grupos patrocinados por empresas privadas, que visam ao lucro e falam de solidariedade, auto-organização para se autopromoverem e competirem melhor no mercado, até cooperativas

de mulheres do acampamento mais precário do MST. Nós, ao longo dos últimos dez anos, fizemos nossa escolha. Tentar construir e aprender com a experiência dos movimentos como podemos criar condições objetivas e materiais, de auto-organização dos trabalhadores, horizontais e, ainda, que apontem para novas formas de organizar o processo produtivo da sociedade. Sabemos que é um projeto um pouco ambicioso, porém, uma mulher nova, livre, que vai construir uma sociedade nova e livre, junto com os homens, não surgirá senão de nossos sonhos. E muita luta. É através dessa luta e de nossa presença nela que as diferenças de classe muitas vezes presentes entre cooperados e universitários tendem a ser um problema menor. Por um lado, aprende-se com a realidade concreta dos oprimidos e se reconhece como opressor, pré-condição para qualquer possibilidade de transformação. Por outro, respeita-se a opção de classe e enxerga-se naquele que poderia ser muitas vezes opressor a condição de oprimido do mesmo, quando juntos, na luta, estão do mesmo lado.

Bem, na prática, o processo de incubação tem como passos centrais a realização de diagnóstico por áreas do conhecimento (e cada formador deve ter o olhar atento para a área da qual faz parte), um planejamento conjunto e avaliação permanente, pautados o tempo todo pelos princípios da educação popular. A vivência junto aos grupos e a presença nos espaços, seja delegacia, quando da reintegração de posse em que é comum a detenção de militantes, seja em festa para arrecadação de fundos, hoje são consideradas fundamentais para que o processo de incubação passe de “oficinas que os estudantes dão para os cooperados melhorarem”, para espaços de companheirismo e produção, necessários para que possamos atingir nossos objetivos maiores em comum, já descritos acima.

Ao longo dos anos, a incubadora optou por alguns critérios para tornar

o trabalho viável: que os grupos existissem com uma identidade mínima; não preterir algum grupo de acordo com sua organização formal, ou seja, trabalhamos, com cooperativas, associação, grupos que não optaram por legalização; que os grupos fizessem parte da nossa região geográfica, para respeitar um acordo na rede de ITCPs que preza por isso, além de tornar viáveis e frequentes os espaços de vivência; que os grupos tivessem alinhamento político e atuassem junto aos movimentos sociais.

Mesmo com esses critérios, a diversidade no que se refere à realidade de cada grupo ou movimento social é muito grande e é necessária uma metodologia muito balizada nos princípios da educação popular, sobretudo a dialogicidade, para conseguirmos trabalhar de forma coerente. Nesse sentido, os movimentos cumprem um papel importantíssimo, à medida que proporcionam outros espaços de aprendizagem e formação política, sejam mutirões, assembleias, cursos, entre outros.

Também é necessária uma sensibilidade grande da parte dos educadores e uma autoavaliação permanente, para que a metodologia não seja encarada como um guia ou uma cartilha a se aplicar nos grupos, uma vez que, durante o processo de incubação, elaboramos muitas oficinas, tanto nas equipes quanto nos Gepes, o que faz com que as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares.

É através dessas oficinas que se estabelece o diálogo com os cooperados sobre formas de organização, divisão entre trabalhos formal e intelectual, instâncias decisórias, respeito entre diversos tipos de saberes, busca por novas linguagens, entre outros aspectos.

3. Conclusão

A linha do tempo da metodologia de incubação e o PPP 2009/2010 deixam

clara a opção por focar nosso trabalho junto às cooperativas e associações ligadas aos movimentos sociais com os quais nos relacionamos, nos quais se destacam o MST, MNCR, Movimento Feminista, e a Fábrica Ocupada Flaskô.

É importante lembrar que não apenas nós nos posicionamos politicamente junto aos movimentos sociais, mas também representantes dos mesmos procuraram a incubadora a fim de colaborarmos pensando e experimentando outra organização possível da produção, seja no campo, seja nas cidades.

Acreditamos que isso se deu devido à nossa postura nos momentos de ações concretas e expressivas das lutas dos movimentos, como ocupações de terras, marchas, eventos culturais promovidos por estes, nos quais sempre nos fizemos presentes e, mais do que isso, auxiliamos durante o processo de construção de algumas ações, nos mostrando para além de formadores da Economia Solidária, como companheiros de luta e deixando claro, para além de moções de apoio ou discurso, que a luta dos movimentos é legítima e nossa também.

A ITCP-Unicamp não se posicionou assim por fetiche, esquerdismo ou acreditando que essa “potencialização” de nosso trabalho se daria automaticamente, acreditando que os trabalhadores já teriam “a consciência” para a transformação, adquiridas com as formações políticas dos movimentos sociais.

Ao contrário, quando nos propusemos a esse trabalho, iniciamos o desafio de lidar com as contradições internas presentes nos movimentos e com as nossas próprias contradições (inerentes à nossa condição de universitários, em geral de classe média e brancos). Sabemos que a opção e identidade de classe não são suficientes para resolver essas contradições, mas pensamos que um trabalho sério, comprometido, politicamente posicionado, pautado pela

autogestão, talvez aponte para um novo caminho, diferente dos percorridos historicamente pelos setores da esquerda.

REFLEXÕES E PRÁTICAS SOBRE CONSUMO, COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Patrícia Tavares da Silva*¹

*Mariana Pereira de Castro*²

*Theo Martins Lubliner*³

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de um ciclo de estudos e debates realizado

1 Economista pela Universidade Estadual de Campinas, monitora da ITCP UNICAMP, patricia@itcp.unicamp.br

2 Economista pela Universidade Federal de Viçosa, monitora da ITCP UNICAMP, maripereira@itcp.unicamp.br

3 Graduando em Ciências Econômicas na UNICAMP, monitor da ITCP UNICAMP, theo@itcp.unicamp.br

pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Planejamento Econômico (Gepes de PE), que faz parte da estrutura organizativa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP Unicamp). Tais estudos foram, por sua vez, motivados pelos debates ocorridos no projeto Articulação ITCPs, que visa à troca e sistematização de experiências entre cinco incubadoras do Estado de São Paulo, e que entre os meses de agosto de 2011 e fevereiro de 2012 teve como tema de discussão consumo, comercialização e finanças solidárias. O objetivo de tais estudos e debates foi conhecer teórica e metodologicamente experiências de atuação, bem como sistematizar experiências da ITCP Unicamp nesse campo.

Ao iniciarmos os debates um incômodo tomou conta dos membros do Gepes de PE. Apesar das reflexões teóricas e práticas sobre o tema se preocuparem com a proposição e construção de outro modelo de relações econômicas, percebemos que em grande medida as análises acabavam por reproduzir o pensamento econômico hegemônico, fruto da carência de novas interpretações críticas e também da prevalência do senso comum, ou seja, propostas alternativas que mantêm pressupostos liberais (como a eficiência e autorregulação do mercado e o valor não ser fruto do trabalho).

Iniciamos então um debate sobre a não neutralidade do discurso econômico. Nossa intenção era demonstrar que por trás dessa suposta neutralidade existe uma intencionalidade política e ideológica, que molda as proposições econômicas. Mais do que um interesse de dominação de classe, tal intencionalidade apresenta também um interesse de dominação de gênero, produzindo análises e proposições androcêntricas.

O androcentrismo refere-se às construções de noções que tomam a experiência dos homens como universais, ou seja, que ocultam ou desconsideram as

experiências das mulheres. Um exemplo presente na linguagem, mas que acaba se reproduzindo em distintas áreas do conhecimento, é o uso do termo “homem” para se referir ao conjunto dos seres humanos. Uma ciência que se produza naturalizando as experiências dos “homens” como se fossem universais termina por reproduzir uma visão enviesada do fenômeno que pretende demonstrar e estudar, pois desconsidera que a humanidade é composta de homens e mulheres e que há diferenças e desigualdades entre esses sujeitos. Dessa forma, a produção de conhecimento torna invisíveis as experiências das mulheres na elaboração de noções, conceitos e teorias (FARIA; MORENO, 2012).

Partimos, portanto, do pressuposto de que as análises e proposições no campo da economia estão intrinsecamente ligadas ao posicionamento político e ideológico de seus proponentes, mesmo que em muitos momentos esse posicionamento não seja explícito. Dessa forma, quando nos propomos a pensar alternativas econômicas para e com a classe trabalhadora, não podemos reproduzir o mesmo discurso que segrega e discrimina esses sujeitos, principalmente as mulheres trabalhadoras, que estão presentes de forma massiva nos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Dessa forma, procuramos, por meio de debates, estudos e da sistematização do presente artigo, contribuir com a reflexão e proposição de alternativas socioeconômicas para as mulheres (e os homens) trabalhadoras(es). Para tanto, nos ancoramos na crítica à economia política de Marx e também nos pressupostos da economia feminista, por acreditarmos que a partir desse referencial teórico e metodológico podemos pensar alternativas realmente transformadoras da economia, que tenham um posicionamento claro a favor da classe trabalhadora e contrário ao androcentrismo.

Nesse sentido, no campo de debate e experiências sobre consumo,

comercialização e finanças solidárias, acreditamos ser necessário trabalhar outra questão que está por trás disso tudo: a ideia de viabilidade econômica. É através do debate sobre o que significa viabilidade econômica na sociedade capitalista e o que isso significa no contexto da Economia Solidária que damos início ao nosso debate sobre os temas. Em seguida apresentamos algumas reflexões e experiências da ITCP Unicamp acerca do consumo e comercialização solidárias. Por fim, trataremos de finanças solidárias e faremos algumas considerações.

2. O que é Viabilidade Econômica?

O debate sobre consumo, comercialização e finanças solidárias deve ser fruto de uma crítica ampla sobre o modo de produção capitalista. Porém, esse debate é muitas vezes reduzido pelo que vagamente chamamos de viabilidade econômica. Mas, afinal, o que isso quer dizer? O que se entende por viabilidade econômica? Para uma empresa capitalista viabilidade econômica significa rentabilidade⁴, ou seja, o rendimento deve minimamente superar os investimentos e os custos de forma a não ter prejuízos (ou ter lucro).

E para um empreendimento econômico solidário (EES), o que significa viabilidade econômica? Considerando que viabilidade econômica para um EES tem o mesmo significado do que para um empreendimento capitalista (EC), podemos afirmar que todos os EES são economicamente inviáveis,

⁴ Atualmente costuma-se usar no lugar de “rentabilidade” ou “lucratividade”, o termo “sustentabilidade” como forma de dar um ar de responsabilidade socioambiental às empresas capitalistas e mascarar o único, verdadeiro e último objetivo dessas empresas: o lucro. Utilizamos aqui o termo “rentabilidade” como forma de expressar a sobrevivência de empresas em meio à concorrência capitalista. O que implica ter lucro, ou no limite não ter prejuízo.

ainda que suas(seus) trabalhadoras(es) estejam capacitadas(os) para entender a linguagem econômica e para administrar um empreendimento⁵.

Sabemos da necessidade dos EES de viver em meio ao mercado capitalista, onde têm que competir com os ECs. Essa competição impossibilita a sobrevivência dos EES por motivos de ordem econômica, política e ideológica, seja pelo acesso ao crédito, pela escala de produção, por boicote, pela disputa por mercado, pelo monopólio, pelo custo dos atravessadores, pelas necessidades de certificação, regulamentação. É justamente por essa impossibilidade de competição que os EES atuam nos setores em que os ECs não identificam viabilidade econômica ou ainda não a identificaram. Em geral os EES atuam em setores de reprodução⁶ (como limpeza, triagem, artesanato) ou de produção marginal (como no caso das pequenas propriedades de agricultura familiar). Tais setores são os que “sobram” aos EES em uma economia capitalista, não por escolha, mas por falta de opções⁷.

Em muitos EES acredita-se que o problema das baixas remunerações

5 Não se trata aqui de desqualificar a capacitação contábil e administrativa das(os) trabalhadoras(es) dos EES em relação a cálculo de custos e de preços, criação de reservas para manutenção e depreciação, saber o ponto de equilíbrio etc., mas sim de enfatizar a insuficiência de tal capacitação em relação à viabilidade de fato dos EES e demonstrar que sua inviabilidade é estrutural e não a falta de capacitação empreendedora das(os) trabalhadoras(es).

6 Segundo os pressupostos da economia feminista, com a consolidação da economia neoclássica “se consolida a separação entre uma esfera pública e outra privada, como a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso que as mulheres são destinadas à esfera privada como parte de um destino biológico vinculado à maternidade e logicamente reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família” (FARIA, 2009). Dessa forma, o trabalho de reprodução da vida fica sob a responsabilidade das mulheres e passa a ser desvalorizado e invisibilizado. Acreditamos que na Economia Solidária isso se reproduz e os seguimentos onde se concentram as mulheres são ligados à atividades de reprodução.

7 Aos ECs cabem, por sua vez, os setores produtivos e de serviços que garantem alta taxa de lucro.

seja consequência da baixa produtividade. Uma das “soluções” dadas às(aos) trabalhadoras(es) é o aumento da intensidade de trabalho. Uma vez que as(os) trabalhadoras(es) se veem obrigadas(os) a alcançar as novas metas de produção traçadas, ainda que tenham sido elas(es) próprias(os) que as criaram, caracteriza-se erroneamente o que se costuma chamar de autoexploração, quando na verdade o que ocorre é superexploração⁸. Não cabe aqui debruçarmos sobre o conceito de superexploração e nem o processo de transferência de mais-valia entre setores da economia⁹, mas, sim, identificar a marginalidade em que se encontram os EES, denunciada pelas baixíssimas remunerações das(os) trabalhadoras(es), ainda que não haja um patrão que explore mais-valia diretamente do trabalho.

Ao lado da grande corporação ou mesmo da empresa moderna, de menor ou maior porte, atua ainda, particularmente nos países subdesenvolvidos, um enorme conjunto de atividades, muitas vezes de natureza familiar, que não se utilizam do crédito nem movimentam recursos vultuosos. Em vários casos, empregam como matéria-prima produtos usados e não cumprem ou não têm nenhuma formalidade, quer administrativa, quer vinculada ao mercado (atividades informais). [Milton] Santos as denomina circuito inferior da economia, em

8 Segundo Marini (2005), a superexploração pode ser definida como um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Pode ser percebida através da intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Desta forma, configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, em vez do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Para entender mais sobre os mecanismos da superexploração do trabalho, ler artigo publicado pelo Gepes de PE. Rampone, Bruno M.; Taufic, Rodrigo O.; Lubliner, Theo M.; Castro, Mariana P.; Silva, Leonardo O., 2011.

9 Para um estudo aprofundado, ler o capítulo XVII, “A circulação de mais-valia”, Livro Segundo, Marx, 1983.

oposição às formas, pertencentes ao superior, ou seja, o circuito moderno. Essas atividades do circuito inferior não são independentes das outras, mas um meio através do qual o processo de acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa. Além do mais, garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria emprego fixo nas atividades modernas (CORREA, 2000, p. 65).

Quando o autor fala de atividades não atrativas, refere-se justamente aos EES. Os EES pertencem ao que Milton Santos chamou de circuito inferior da economia, e são de fundamental importância para as atividades reprodutivas, sem as quais não seria possível o processo de acumulação capitalista pela atividade que executam em si (de reprodução), além de manter a população que não tem emprego fixo como consumidora e como exército industrial de reserva, tornando as(os) trabalhadoras(es) dos EES não só exploradas(os) como superexploradas(os)¹⁰.

É nesse contexto de inviabilidade econômica (ou de viabilidade com superexploração) que se impõe um grande desafio aos EES e à Economia Solidária. Como viabilizar os EES sem superexploração do trabalho, ou minimamente com remuneração e condições de trabalho dignas? Segundo Kraychete, “a sustentabilidade dos empreendimentos de Economia Solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento” (2007, p. 15). Fica claro que a viabilidade dos EES não será garantida somente com mudanças internas (organização, administração, produtividade), mas é

10 Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária 76,1% dos sócios dos empreendimentos têm remuneração de até meio salário mínimo. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

necessário articular outras esferas da economia e da sociedade.

Não sabemos se a viabilidade sem exploração dos EES é possível em meio à economia capitalista, mas sabemos que ela não existirá sem que tentemos novas iniciativas de comercialização e de financiamento. Assim, o acúmulo em debates e experiências da ITCP Unicamp e dos EES com que trabalhamos na esfera produtiva nos fez perceber que é necessário articular as questões produtivas às questões da circulação e das finanças, assim como historicamente se desenvolvem os processos de trocas e a economia capitalista. Foi diante da compreensão desse contexto e desse desafio que a ITCP Unicamp passou a estudar experiências e propor novas alternativas no campo do consumo, da comercialização e das finanças solidárias.

3. Consumo e Comercialização Solidários

*A produção produz não só um objeto para o sujeito,
mas também um sujeito para o objeto.*

Karl Marx

Dada a situação de superexploração, uma das alternativas para os EES é olhar atentamente para as possibilidades de circulação. Dentro dessa esfera o mercado capitalista alienou o processo de realização das mercadorias, ou seja, separou o ato de comprar do ato de vender. O produtor já não é mais o vendedor. Já não se sabe mais o que se compra, nem de quem se compra. Já não se sabe a quem se vende. Veem-se somente mercadorias, tanto no ato de produzir, como no ato de vender e de comprar. Portanto, um dos desafios para pensar novas formas de circulação de produtos e serviços é entender e superar a polarização entre o consumo e a venda.

Para a Economia Solidária, como um processo formativo permanente, os debates sobre consumo e comércio devem estar intimamente ligados. Quando falamos do consumo não podemos nos referir ao consumo responsável, em que a ótica é a do consumidor, mas sim ao consumo consciente, em que a ótica é a do produtor. Enquanto o consumo responsável busca alternativas para o consumidor, o consumo consciente busca soluções para a(o) trabalhadora(or).

A literatura sobre o assunto geralmente utiliza esses conceitos (assim como consumo ético e sustentável) como sinônimos. Um exemplo disso é o trabalho de Gomes (2006) em que, segundo a autora, “o consumo consciente e responsável é a principal manifestação de responsabilidade social do cidadão” (GOMES, 2006, p. 26).

Porém, ainda que essa diferença entre o entendimento sobre o consumo pareça não existir, ou ainda que pareça muito sutil, deve-se atentar para o sentido das palavras. Uma coisa é optar por consumir produtos de empresas que se dizem “ecologicamente corretas” ou “respeitosas aos direitos humanos”, mas que consideram as relações de troca um negócio. Outra é se tornar consciente do que envolve a produção daquele produto e o que essas empresas pretendem com o discurso da “responsabilidade socioambiental”.

A pretendida e desejada mudança nos hábitos de consumo inicia-se por adesão individual e de forma voluntária, mas não pode ser apenas um comportamento solitário. Tal como colocamos e pretendemos sugerir, e já temos visto sinais de que isto vem acontecendo, deve constituir-se num pacto coletivo. Um pacto entre os consumidores, entre consumidores e produtores, entre governos e cidadãos, enfim, por toda a comunidade planetária, que irá se construir na teia das relações sociais, onde a educação desempenha papel estratégico e fundamental, promovendo as mudanças culturais necessárias ao pretendido e proposto (MARTIRANI, 2006, p. 5).

Preferir o consumo de produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, ainda que não possuam selos ou qualidade orgânica, a produtos de empresas milionárias de orgânicos é um exemplo emblemático da compreensão sobre a monopolização da produção agrícola, o processo de luta pela sobrevivência de trabalhadoras(es) rurais e o que envolve a indústria da terra e dos produtos orgânicos.

Ao longo do trabalho da ITCP Unicamp com trabalhadoras rurais, algumas tentativas foram realizadas com coletivos de consumo, feiras fixas e temporárias, utilização de políticas públicas de compra direta de alimentos agrícolas por órgãos públicos etc. Nem todas essas experiências foram bem-sucedidas, no entanto, todas reforçaram a necessidade de articulação política. Não por acaso, a pesquisa realizada pela SENAES informa que “60% dos empreendimentos [econômicos solidários] têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares”¹¹.

Dentre essas tentativas podemos destacar duas experiências que nasceram da compra de cestas de produtos orgânicos e da venda avulsa de produtos processados. Tentamos então iniciar uma espécie de compra individual, através de encomendas de produtos orgânicos montados em cestas pelas agricultoras. Porém, essa experiência, além de exigir um trabalho logístico e organizativo muito complexo e instável, carregava consigo a mesma relação mercadológica entre consumidores e produtores. Sem conhecer a realidade dos assentamentos fornecedores dos alimentos, alguns consumidores chegaram a fazer reclamações que não estavam ao alcance das agricultoras atender, deixando de comprar as cestas. Já a experiência de venda de produtos processados nos mostrou o aumento da dependência das agricultoras em

¹¹ Informação encontrada em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

comprar cada vez mais produtos externos ao assentamento e a consequente mudança do foco em relação à produção agrícola, além da instabilidade das vendas. Por algum tempo, essas experiências existiram, ainda que precariamente, e deixaram alguns aprendizados.

Forçados ainda a buscar alternativas, dada a persistente falta de transporte, de acesso a crédito e de qualquer apoio governamental, e inspirados na experiência do coletivo de consumo Comerativamente de São Paulo, iniciamos em agosto de 2011 um novo processo de compra coletiva dos produtos agrícolas dos grupos de mulheres com os quais trabalhamos, chamado “Sacolão”.

Levando em consideração toda a problemática da primeira experiência com as cestas em relação à organização, à logística e à lógica de mercado entre consumidores e produtores, chegamos à conclusão de que para iniciar essa nova experiência seria necessário pensar em toda a nova logística de funcionamento dessa compra, desde o pagamento até a entrega dos alimentos (de forma a diminuir e otimizar o trabalho de gestão), além de fazer uma sequência de estudos e debates sobre consumo com as(os) formadoras(es) da incubadora. Iniciamos assim algumas conversas e realizamos um estudo que consistiu em diferenciarmos o que consideramos consumo consciente, consumo responsável e consumo alienado. Levamos produtos agrícolas de diferentes produtores, como óleo de soja transgênica, café orgânico de grandes empresas e produtos da reforma agrária. Elencamos as características comuns e diferentes entre aqueles produtos e os diferenciamos dentro das categorias estabelecidas – como consumo consciente, para os produtos da reforma agrária; responsável, para o café orgânico; alienado, para o óleo de soja.

Quando consideramos o consumo de óleo de soja transgênica um

consumo alienado, não empreendemos um julgamento das pessoas que os consomem, chamando-as de consumidoras(es) desinformadas(os) ou considerando seu consumo irresponsável, mas consideramos que esse tipo de consumo ocorre principalmente pelo fato de não haver opção de consumir produtos semelhantes alternativos, principalmente pela acessibilidade e pelo preço. Ou seja, a alienação não advém somente da falta de interesse da(o) consumidora(or) em conhecer os produtos que consome, mas, principalmente, da impossibilidade de escolher.

Caracterizamos o consumo responsável como o consumo daqueles produtos que, apesar de orgânicos, sustentáveis, ou social e ambientalmente corretos, são de grandes empresas privadas e envolvem exploração de trabalhadoras(es) ou de pequenas(os) produtoras(es), como no caso da agricultura.

Por fim, caracterizamos o consumo consciente como um consumo ativo e de caráter político, em que há a preocupação com as(os) trabalhadoras(es) e em apoiar movimentos sociais e organizações populares.

A partir desse estudo formativo sobre consumo, o coletivo de formadoras(es) da ITCP Unicamp concordou em participar da compra coletiva sem se preocupar com a quantidade e a variedade dos produtos, compreendendo que havia muita dificuldade para as agricultoras (como falta de água, luz, insumos, financiamento, equipamentos) e que optar pelo consumo consciente e pelo apoio político ao grupo significaria receber aqueles produtos que elas conseguissem enviar. Assim, acordou-se que cada formadora(or) contribuiria mensalmente com R\$ 20, ou seja, R\$ 10 para cada grupo incubado¹².

Em seguida, começamos a pensar em qual seria a logística de funcionamento

12 Referimo-nos à Associação de Mulheres Agroecológicas do Assentamento 12 de Outubro em Mogi Mirim, e ao Grupo de Mulheres do pré-assentamento Elizabete Teixeira em Limeira.

do Sacolão. Para torná-lo viável, iniciamos o transporte dos alimentos aproveitando as viagens de incubação que ocorrem às terças-feiras. Assim, não seria necessário, inicialmente, adicionar os custos de transporte ao preço dos alimentos.

Junto às mulheres dos grupos, fizemos oficinas de formação de preço, em que, pautadas(os) pelo preço de mercado, pelo preço-base e pelo valor do trabalho, estabelecemos preços para os produtos que elas poderiam fornecer. Recolhemos o dinheiro das(os) formadoras(os) na assembleia geral da incubadora, levamos a quantia recolhida no dia da incubação, repartindo-a igualmente entre elas (para que não houvesse diferenciação nos ganhos) e passamos nos lotes recolhendo os produtos disponíveis equivalentes à quantia levada, usando de base a tabela de preços estabelecida por elas. Após a reunião de incubação e a coleta dos produtos, retornamos à incubadora e expusemos os produtos para que cada formadora(or) montasse sua cesta equivalente aos R\$ 10 pagos por Sacolão. Caso a(o) formadora(or) não busque a sua cota em produtos dentro do tempo estabelecido, estes são encaminhados para doação.

Em pouco tempo de funcionamento, avaliando o início da prática e corrigindo alguns erros de organização e logística, a compra garantida permitiu que os produtos, que antes eram pouco variados, passassem a ser diversificados e a melhorar em qualidade. No caso do pré-assentamento Elizabete Teixeira, a quantidade de hortas, que era pouca, começou a crescer (ainda que o acesso à água seja uma grande dificuldade no acampamento). Os grupos que estavam desarticulados fizeram com que antigas participantes voltassem e até dobrasse o número de mulheres. Além do aumento dos grupos, do acréscimo à renda e do novo incentivo à produção, os debates e as demandas por formações da incubadora também aumentaram.

Sem dúvida, o fato de o pré-assentamento Elizabete Teixeira fazer

parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e estar ligado a movimentos sociais e sindicais da região possibilitou uma maior articulação com parceiros, de forma a se pensar em potenciais núcleos de consumo. Tanto que em poucas semanas de funcionamento do Sacolão, criou-se um novo núcleo de consumo com outro coletivo de educação popular, que realiza trabalhos educativos com as crianças, com alfabetização de jovens e adultos e com a produção no acampamento.

Atualmente estamos organizando a criação de novos núcleos de consumo na Fábrica Ocupada Flaskô e no Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, além de estar em contato com outros sindicatos da região. Assim, a construção dessa nova forma de comercialização se torna cada vez mais autônoma em relação à ITCP Unicamp e ganha um caráter permanente, além de simbolizar um processo de articulação política entre essas importantes organizações da região de Campinas.

4. Finanças Solidárias

Há um senso comum recente que tem insistido em defender uma independência entre os setores financeiro e produtivo. A maior parte dessas análises foi publicada após a crise iniciada com a bolha imobiliária estadunidense em 2008, a fim de culpar a ganância dos especuladores como causadora da crise. Contudo, acreditamos que os fatos nos revelam uma interdependência desses setores. Nesse sentido, Saad Filho contribui:

[...] o desenvolvimento do sistema de crédito reduz a necessidade de cada capitalista entesourar, porque as reservas da classe capitalista como um todo estão disponíveis através dos empréstimos bancários. Esses empréstimos

bancários facilitam a realização de investimentos de longo prazo ou em grande escala [o que historicamente se transformou em necessidade para a acumulação]; entretanto, eles também facilitam a atividade especulativa e, mais geralmente, aumentam a probabilidade de que distúrbios localizados se difundam através da economia, gerando crises econômicas. [...] Essa instabilidade deriva da ausência de uma relação direta [temporária] entre oferta desse tipo de moeda e o processo de acumulação de capital (SAAD FILHO, 2011, p. 155-156).

Entendemos, então, que não existe uma dissociação entre as três esferas que compreendem as relações econômicas (produtiva, de circulação e financeira), sejam estas capitalistas ou solidárias. Acreditamos também que é necessário desmitificar o maniqueísmo existente, que insiste na ideia de um setor produtivo “bom” e um setor financeiro “mau”. Para nós o problema não é ser mau e bom, mas sim quem controla e toma as decisões a respeito do funcionamento desses setores.

Dessa forma, assim como as(os) trabalhadoras(es) devem se apropriar do processo produtivo, conforme proposto pela Economia Solidária, acreditamos que a classe trabalhadora deve também tomar para si o setor financeiro. A necessidade de crédito para a produção e a necessidade da circulação fazem com que tanto o estudo como a prática de integração dessas esferas sejam essenciais no entendimento de como funciona o processo de atuação na vida econômica, bem como na elaboração de propostas que venham ao encontro das necessidades dos grupos de trabalhadoras(es).

Nesse sentido, a Economia Solidária tem se proposto a refletir sobre questões ligadas a crédito, financiamento, moeda, formulando alternativas que têm sido chamadas de finanças solidárias. Por se tratar de um tema novo, ainda existem poucas sistematizações e reflexões sobre as experiências

práticas, bem como pouco acúmulo teórico e metodológico sobre o assunto. Porém, muitas vezes esses estudos e análises acabam por reproduzir conceitos e interpretações conservadoras.

Como sabemos, as análises econômicas e as propostas advindas delas não são neutras¹³. Por isso nossos estudos e propostas procuram ter um posicionamento político claro e, para tanto, nos utilizamos do arcabouço da crítica da economia política marxista¹⁴, em que o trabalho é central na análise econômica, sendo a única fonte de geração de valor¹⁵. Nesse sentido, acreditamos que as finanças solidárias contribuem para a crítica do sistema financeiro e, portanto, do sistema capitalista, e propõe novos instrumentos para pensar a superação desse sistema. Porém, entendemos que o debate acerca das finanças solidárias ainda não tem exercido tal papel. A produção e a circulação para a viabilidade econômica dos EES dependem das finanças e para eles a falta de acesso ao crédito pode inviabilizar sua existência, e isso tem sido demonstrado no cotidiano de incubação.

No trabalho de incubação a ITCP Unicamp tem se deparado com muitas demandas dos grupos relacionadas a crédito e financiamento. Nas três

13 Assumimos que “A teoria do valor é uma teoria de classe e, mais especificamente, uma teoria da exploração. O conceito de valor é útil, entre outras razões, porque ele expressa as relações de exploração no capitalismo e permite explicá-las apesar da predominância de trocas voluntárias no mercado” (SAAD FILHO, 2011, p.15).

14 “Ações de massa são necessárias para resolver importantes problemas de nossa época, entre eles a degradação ambiental, o desemprego estrutural, a pobreza em meio à abundância nos países “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, a disseminação de doenças curáveis ou controláveis, o analfabetismo, a opressão cultural, ética e econômica, e outros problemas. Ao tratar desses problemas e de suas possíveis soluções, Karl Marx oferece uma análise livre de preconceitos correntes, e que pode inspirar soluções criativas” (SAAD FILHO, 2011, p. 176).

15 A teoria marxista é importante porque “substancia o argumento de que apenas o trabalho vivo, e não o trabalho morto representado pelos meios de produção [nem a emissão de moeda], cria valor e mais-valia” (SAAD FILHO, 2011, p.145).

cadeias produtivas nas quais atuamos (resíduos sólidos, agricultura familiar e construção civil), fica claro que o sistema financeiro tradicional não é capaz de suprir as demandas dos coletivos de trabalhadoras(es), principalmente devido ao fato de que eles não participam e não têm influência no processo de decisão sobre a concessão do crédito.

Na cadeia de agricultura familiar uma das demandas foi a compra de uma perua Kombi pela Associação de Mulheres Agroecológicas (AMA). Dadas as altas taxas de juros dos bancos comerciais e a exclusão das mulheres do setor formal em razão de endividamento e inadimplência, muitas vezes de seus companheiros e não delas¹⁶, o grupo buscou o Banco do Povo do Estado de São Paulo, que apresenta linha de microcrédito. Porém, a burocracia impossibilitou o acesso à linha disponibilizada¹⁷. Como resultado, a compra da perua não ocorreu até o presente momento.

A experiência da Cooperativa de Construção Civil União e suas demandas de crédito apresentam encaminhamentos bastante diferentes. Por se tratar de um setor em crescimento intenso, ou é contratada pelo setor privado, ou acessam financiamento público para moradias populares. Os principais problemas encontrados nesse caso são o descasamento de prazos e a dificuldade de gestão dos recursos. Tais dificuldades se dão principalmente

16 Muitas vezes os recursos liberados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são feitos sem planejamento, fazendo com que as(os) agricultoras(es) se endividem e não consigam saldar suas dívidas. É muito comum ainda as mulheres serem impossibilitadas de acessar os créditos pelo fato de seus companheiros, maridos, pais ou familiares homens estarem inadimplentes e serem eles os proprietários do lote e terem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (registro do Pronaf para acesso à crédito) em seu nome. Isso ocorre até mesmo com o Pronaf Mulher, recurso destinado exclusivamente a mulheres agricultoras.

17 Após muitas visitas das mulheres ao Banco do Povo e uma série de exigências, visitas ao assentamento, toda documentação regularizada e promessas do banco de que seria concedido o crédito, este não foi aprovado

no momento em que os recursos de origem de financiamento público seguem um cronograma de liberação em tempo maior do que o necessário para efetuar compras de materiais que não são vendidos a prazo, isto é, aqueles materiais que só podem ser comprados à vista na escala em que são utilizados na obra. Essa situação gera um desencontro de prazos e abre-se uma lacuna entre o momento em que o material deve ser utilizado e o momento em que ele é efetivamente comprado.

Percebe-se, então, que o caso da Cooperativa União não apresenta dois dos principais problemas da maioria dos EES: a dificuldade com a linguagem matemática e a falta de recursos. O primeiro porque a atividade desenvolvida pelos trabalhadores em um canteiro de obras exige grande capacidade de abstração do projeto que está sendo desenvolvido, ou seja, é um trabalho que permite ao trabalhador uma compreensão sobre o produto do seu trabalho¹⁸. O segundo porque é possível, em um ambiente protegido pelos movimentos sociais e populares, o acesso a recursos de fundos públicos, com dificuldades, mas com certa perenidade. O que, ainda assim, permite identificar que o sistema de crédito convencional não supre as necessidades também dessa cadeia produtiva quando se trata de um EES, podendo até ser ainda mais perverso.

Por sua vez, a cadeia de resíduos sólidos encontra outras dificuldades. Como a questão do tratamento e destinação de resíduos sólidos é também responsabilidade direta do poder público, as cooperativas e associações de catadores muitas vezes ficam à mercê da existência de uma política pública que trate decentemente da situação. Caso contrário, o trabalho de catação, triagem e venda de materiais recicláveis se torna extremamente insalubre.

18 Para melhor entender a questão do trabalhador na construção civil no Brasil como detentor do conhecimento do processo produtivo no canteiro de obras, ler FERRO, 2006.

Atualmente, não existe uma política pública de financiamento para compra de maquinário ou investimentos em infraestrutura, apenas escassos editais públicos que não conseguem atender a necessidade de crédito dos EES dessa cadeia produtiva, ou políticas focais de governos, ou seja, instáveis e na maioria das vezes de curto prazo. Sem o apoio do poder público e sem financiamentos perenes e substanciais, as catadoras e os catadores não conseguem avançar na cadeia produtiva, permanecendo como o elo mais fraco, completamente suscetíveis às oscilações de mercado.

Assim, percebemos que, apesar de as necessidades de crédito e financiamento dos EES se manifestarem de formas diferentes, o sistema financeiro atual não consegue dar respostas satisfatórias a tais demandas. Sem a apropriação por parte das(os) trabalhadoras(es) do sistema financeiro, sua forma de funcionamento, gestão e as escolhas políticas aí embutidas, acreditamos que essas respostas não serão dadas. Nesse sentido, desde que se iniciaram as discussões sobre finanças solidárias, algumas possibilidades de implementar e experimentar práticas relacionadas ao tema começaram a surgir. Dentre elas: a criação de uma moeda social para ser utilizada na feira da Unicamp (feira que acontece semanalmente com barracas de comercialização não ligadas à Economia Solidária); a criação de bancos comunitários, sendo um na Vila Operária (comunidade formada no entorno da Flaskô¹⁹) e outro na Comuna Urbana Dom Helder Câmara (experiência urbana do MST, onde é incubada pela ITCP Unicamp a Cooperativa de Construção Civil União); a criação de um fundo social rotativo para os movimentos sociais realizarem atividades (como exemplo, foi financiada a vinda da escola de samba do MST Unidos da Lona Preta para atividade em Campinas); a proposta de um fundo

19 Fábrica ocupada pelos trabalhadores localizada em Sumaré – região metropolitana de Campinas.

rotativo de produção gerido por trabalhadoras dos EES incubados.

O Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres (FRPM) é hoje nossa proposta mais concreta de atuação no campo das finanças solidárias em conjunto com as trabalhadoras dos EES. A proposta de implementação do fundo e de doação da primeira quantia de dinheiro para fazê-lo foi aprovada recentemente pelo nosso coletivo.

4.1. Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres (FRPM)

4.1.1 – Apresentação da proposta

A ideia do FRPM surge a partir do contato com outras experiências (em especial a Casa da Mulher do Nordeste, uma iniciativa bastante desburocratizada e bem avaliada por suas integrantes) e de reflexões teórico-metodológicas no interior do Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Planejamento Econômico (Gepes de PE).

A ideia é simples: formar uma espécie de conselho, com uma (ou mais) representante de cada grupo que incubamos, que deve se reunir com uma frequência definida por elas de acordo com suas necessidades. Esse conselho, então, define a prioridade dos empréstimos e faz a sua gestão. O coletivo de formadores da ITCP Unicamp faria uma doação para consolidar a formação do FRPM. Os recursos do FRPM devem servir como investimento para atender as necessidades relativas à produção dos EES, gerando excedente e garantindo que esses recursos retornem ao fundo, sem se tornarem mais uma forma de endividamento dos grupos²⁰.

²⁰ O crédito concedido pelo FRPM deve ser utilizado na produção e pode aumentar a capacidade produtiva do grupo, aumentando a renda das trabalhadoras, o que possibilita

No Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Relações de Gênero (Gepes de Gênero) estudamos que em praticamente todas as experiências de microcrédito as mulheres são o público-alvo. Segundo pesquisas, elas utilizam esse recurso de maneira mais responsável, pensando nas necessidades básicas da família²¹. Esse tipo de justificativa envolve um risco: responsabilizar ainda mais as mulheres pelas suas funções tradicionais. As “habilidades femininas” são utilizadas assim de forma utilitária para remediar a pobreza, mas não para questionar sua estrutura. No entanto, diferentemente da proposta que estamos apresentando, nessas experiências as mulheres não participam da gestão do fundo. Por isso, é essencial que sejam mulheres as gestoras desse fundo, uma vez que elas são maioria nos grupos que incubamos e normalmente excluídas de atividades financeiras. Acreditamos que a autogestão do fundo pelas mulheres tem potencial para dar outro caráter a essa experiência e a possibilidade de desvelar as desigualdades de gênero da estrutura financeira.

4.1.2 – Breve Relato da Experiência Iniciada

Diante desse acúmulo teórico e após termos conhecido outras experiências de fundos rotativos, iniciamos um debate em nosso coletivo de formadoras(es)

que o empréstimo volte ao fundo e possa ser utilizado novamente por outros grupos. Assim, ao aumentar a capacidade produtiva e a possibilidade de comercialização dos produtos, as necessidades de consumo podem ser atendidas sem gerar endividamento.

21 Um exemplo claro dessa responsabilização das mulheres é o modelo proposto pelo economista Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres. Yunus criou o Grameen Bank, em Bangladesh, que concede microcrédito para famílias pobres do país, o que ele próprio chamou de “a revolução do microcrédito que ajudou os pobres”. A procura por crédito no banco é 97% feminina e uma das justificativas dadas pelo economista são as habilidades femininas para gestão dos recursos. Para conhecer melhor a experiência ler: YUNUS, 2000.

no sentido de pensarmos praticamente como poderíamos viabilizar essa experiência.

Em janeiro de 2012 decidimos que faríamos uma doação de R\$ 6 mil para iniciar o FRPM. Decidimos também que viabilizaríamos a logística de transporte dos grupos para as primeiras reuniões até que o grupo adquirisse uma dinâmica própria. Após discutirmos nas equipes de incubação e também com os próprios grupos incubados, decidimos que somente quatro desses cinco grupos participariam da primeira formação do fundo. Seriam, portanto, os grupos ligados às cadeias de resíduos sólidos e agricultura familiar, visto que a cadeia de construção civil tem outra dinâmica de gestão de recursos.

A primeira reunião foi realizada no dia 21 de janeiro, na sede da ITCP Unicamp. Os quatro grupos incubados foram convidados e as equipes de incubação ficaram responsáveis por garantir o transporte de todas até o local da reunião e pela realização de uma Ciranda (espaço educativo destinado às crianças e que garante a participação das suas responsáveis na reunião). A reunião aconteceu com três dos quatro grupos e as(os) formadoras(es) da ITCP. Por fim, foi feita a doação e ressaltada a necessidade de o conselho que compõe o fundo se tornar autônomo na gestão dos recursos.

Como saldo dessa primeira reunião algumas decisões foram tomadas: será formado um conselho gestor do FRPM composto de uma representante de cada grupo e uma suplente; as reuniões desse conselho gestor serão mensais e terão sedes rodiziadas entre os grupos; para acessar o crédito, cada grupo deve apresentar uma proposta que responda quatro perguntas (para quê?; quanto?; como vai pagar?; quando vai pagar?). A partir das respostas, o conselho gestor avalia a proposta, decidindo pela concessão ou não do crédito, e o repasse do recurso para o grupo é encaminhado e registrado em ata própria.

Várias outras questões ficaram pendentes, por exemplo, se haverá ou

não taxa de juros, onde ficará guardado o dinheiro do fundo, como será o procedimento de pagamento do crédito, entre outras. Contudo, acreditamos que essas questões serão resolvidas no decorrer da experiência, a partir da necessidade dos grupos e do Conselho Gestor do fundo.

5. Considerações Finais

Apresentamos aqui a tentativa de sistematizar o que foi discutido entre o debate trazido pelo projeto Articulação ITCPs em seu terceiro tema – consumo, comercialização e finanças solidárias – e o Gepes de PE, somado às experiências da ITCP Unicamp.

Primeiramente, a partir das leituras e referências bibliográficas encontradas, identificamos uma deficiência teórica e analítica da Economia Solidária nesses temas, pois não encontramos referências com críticas estruturais ao modelo econômico hegemônico.

Nesse primeiro momento foi percebida a necessidade de alguns apontamentos quanto à não neutralidade do discurso econômico, isto é, a escolha de um arcabouço teórico tem implicações diretas nas propostas que serão construídas. Tomando o discurso hegemônico como verdadeiro, mesmo que parcialmente, incorre-se em “erros” metodológicos, uma vez que a Economia Solidária se propõe a ser uma nova forma de organização econômica e social. Assim, para atender as demandas e os anseios dos EES, devemos partir de um entendimento da realidade claro e posicionado politicamente.

Por fim, entendemos que novas experiências devem ser tentadas, inventadas e sistematizadas. Consideramos necessário, para que essas experiências tenham um caráter transformador, que olhemos para a experiência das

mulheres, não como uma coincidente maioria nos EES e setores econômicos de menor representatividade, mas como uma consequência estrutural da sociedade capitalista e patriarcal. Consideramos também necessária a articulação entre EES e movimentos sociais e populares como a forma de travar as lutas políticas que estão colocadas na sociedade, para que assim a classe trabalhadora possa superar a condição de explorada e marginalizada.

Referências

- CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- FARIA, N. “Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural”. In: Di Sabato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; Andrea Butto (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres** / Brasília: MDA, 2009.
- FARIA, N.; MORENO, R. “Apresentação da edição brasileira”. In: CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.
- FERRO, Sérgio. “O canteiro e o desenho”. In: **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- GOMES, D. V., “Educação para o consumo ético e responsável”. In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, vol. 16, 2006. pp.18-31. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art02v16.pdf>>.

KRAYCHETE, G. “Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social”. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K (Orgs.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: OIKOS, 2007. pp. 32-66. Disponível em: < <http://www.capina.org.br/download/semi/gkrtxtsemi.pdf>>.

MARINI, R. M. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTIRANI, L. A.; LIMA, S. T. S.; ANDRADE, T. O. ; VELASCO, G. N. “Sociedade de consumo e ambiente: valores sociais, necessidades psicológicas e nova educação”. In: **III Encontro da Anppas – GT Meio ambiente, sociedade e educação**, 2006, Brasília. pp. 01-16. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT9.html>.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RAMPONE, B. M.; TAUFIC, R. O.; LUBLINER, T. M.; CASTRO, M. P.; SILVA, L. O. “Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração”. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp. (Org.). **Coletiva: reflexões sobre incubação e autogestão**. 1. ed. Campinas: Instituto de Economia, 2011, vol.1, pp. 91-110. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Artigo%20GEPES%20de%20PE.pdf>>.


SAAD FILHO, A. **O valor de Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>>.

YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2000.

A large, stylized green letter 'E' with a thick brown outline. The letter is positioned on the right side of the page, with its left edge partially cut off. The interior of the 'E' is a solid green color, and the outline is a solid brown color. The letter is set against a white background.

FGV



SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE TECNOLOGIA SOCIAL: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (ITCP-FGV)

Tarcila Mantovan Atolini

Rafael Furlan Moraes

1. Introdução

Este texto tem como objetivo sistematizar um processo de trabalho realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV). Nas próximas páginas se encontrará uma fotografia atual das impressões, concepções, práticas e conceitos sobre tecnologia social desta. Tal processo, que em si é permanentemente dinâmico,

de sistematização de conceitos e práticas, foi formatado e construído através do desenvolvimento do projeto Articulação ITCPs, que abriu um espaço de diálogo profundo entre as incubadoras envolvidas, de modo que pudessem (re)significar suas práticas de tecnologia social.

Inicialmente, o texto aborda a problematização acerca da tecnologia convencional, procurando apontar suas implicações socioespaciais. Em seguida, inicia-se a construção de um contraponto a esta tecnologia, através das diferentes definições de tecnologia social existentes e a sua consonância com o projeto político-pedagógico adotado pela ITCP-FGV. E, por fim, sistematiza um processo de construção de tecnologia social desenvolvido junto ao empreendimento Limpet Tonato.

Cabe ressaltar que durante o texto serão reproduzidos trechos extraídos dos apontamentos realizados pelos membros da ITCP-FGV durante as atividades de formação e debate sobre tecnologia social. Essa técnica foi escolhida para reforçar o caráter coletivo desta discussão, e também para ressaltar que através deste texto se encontram as vozes de muitas pessoas envolvidas na construção cotidiana de uma economia (e também de uma tecnologia) mais justa e solidária.

2. Crítica à Tecnologia Convencional

Dentre muitos autores que procuram definir as fronteiras entre os conceitos de tecnologia, cabe aqui destacar os esforços de Dagnino, Novaes e Brandão (2004) ao proporem um marco conceitual analítico, que traz ao debate o papel central da tecnologia no *modus viventi* moderno. Vale ressaltar que este texto não busca entrar no mérito acadêmico, ao propor uma discussão aprofundada sobre tais conceitos.

Podemos iniciar a crítica à tecnologia por um dos seus pontos fundamentais, a condição histórica, de que a tecnologia é a principal fonte do progresso humano, sendo, portanto, universal o parâmetro para a evolução humana.

A partir da Revolução Industrial, e particularmente durante os últimos cinquenta anos, passou a ser geralmente aceito o fato de que uma tecnologia em contínuo desenvolvimento é a única que oferece possibilidades realistas de progresso humano. O desenvolvimento tecnológico, que inicialmente consistiu na melhora das técnicas artesanais tradicionais, e que posteriormente se estendeu à aplicação do conhecimento abstrato aos problemas sociais, prometeu conduzir a sociedade pelo caminho que leva a um próspero e brilhante futuro. O desenvolvimento da tecnologia tem servido inclusive como indicador do progresso geral do desenvolvimento social, fazendo com que se tenda a julgar as sociedades como avançadas ou atrasadas segundo seu nível de sofisticação tecnológica (DICKSON apud DAGNINO, NOVAES & BRANDÃO, 2004).

Tal concepção exclui a possibilidade de uma tecnologia embutir consigo uma proposta política, uma visão de mundo que molda seu desenvolvimento, ao passo que a retira do debate político, por ser uma esfera indiscutível do progresso humano.

Assim sendo, se concebermos a tecnologia como uma opção política, um fato social. Ela não pode mais ser considerada como uma coleção de dispositivos e nem, mais frequentemente, como a soma de meios racionais. Estas são definições tendenciosas que fazem a tecnologia parecer mais funcional e menos social do que de fato é. Enquanto um objeto social, a tecnologia deveria estar sujeita a uma interpretação como qualquer outro artefato cultural, mas geralmente é

excluída do estudo nas ciências humanas. No entanto, somos assegurados que sua essência repousa em uma função tecnicamente explicável, ao lugar de um significado interpretável hermeneuticamente. No máximo, os métodos das ciências humanas podem apenas trazer alguma luz aos aspectos extrínsecos da tecnologia, como a questão das embalagens e da publicidade, ou as reações populares para inovações consideradas controversas, como o poder nuclear ou mãos de aluguel. O determinismo tecnológico tira a sua força desta atitude. Se alguém ignora a maioria das conexões entre a tecnologia e a sociedade, não é surpreendente que a tecnologia possa parecer como algo autoengendrado. (FEENBERG, 2008).

No momento em que se questiona essa questão central da tecnologia, podem-se vislumbrar os interesses políticos imbuídos na determinação “neutra” que a tecnologia perfaz.

A tecnologia cumpriria uma dupla função: no nível material, mantém e promove os interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade em que se desenvolve; no nível simbólico, apoia e propaga a ideologia legitimadora desta sociedade, sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam (DAGNINO, NOVAES & BRANDÃO, 2004).

Portanto, parte-se do pressuposto de que a tecnologia é uma determinação social, sendo sua adoção não uma condição necessária para o progresso humano, e sim uma opção política.

A partir daí, as consequências negativas que o desenvolvimento tecnológico traz à(s) sociedade(s) passam a ser passíveis de questionamentos, em que a tecnologia não mais se legitima “sobre” os interesses humanos e sim “por”

esses interesses, à medida que, de fato, os realiza.

Alguns trechos reproduzidos a seguir, destacados em itálico, são depoimentos de membros da ITCP e tratam dessas consequências, vale a pena ressaltar que, de modo a se diferenciar da tecnologia social, utiliza-se o termo tecnologia convencional para definir o modelo vigente de desenvolvimento tecnológico:

“Na perspectiva da eficiência, padronização, maximização da produção e do lucro, a tecnologia é desenvolvida de modo a controlar o trabalho e o trabalhador, tirando deste último o poder de intervenção na produção, alienando-o. Como as demandas do capital são demandas da elite que detém os meios de produção, as tecnologias são produzidas por ela e para ela. Seu avanço é guiado pelo lucro que pode provocar, pela mais-valia relativa que pode extrair.”

“A tecnologia é desenhada com o objetivo de: 1) maximizar o lucro; 2) subordinar e controlar o trabalho; e 3) criar barreiras à entrada de novas empresas no mercado. Nesse sentido, a tecnologia convencional é peça-chave no processo de acúmulo de vantagens competitivas por oligopólios internacionais que investem massivamente em Pesquisa e Desenvolvimento”.

“A tecnologia dominante na sociedade globalizada é uma tecnologia que serve à lógica econômica hegemônica de servir à produção, também global, de mais-valia. Isso quer dizer que ela é produzida com uma intenção, por alguns atores, e está ligada de maneira intrínseca a certo tipo de organização da produção e a uma realidade social.”

“A tecnologia convencional mantém a lógica do sistema capitalista vigente.

É voltada para maximizar o lucro, explorar os trabalhadores, mantém a figura do chefe, é monopolizada pelas grandes empresas e alienante. Está a serviço somente das grandes empresas capitalistas e dos países mais ricos.”

Um grande apontamento levantado é que, se existem interesses que definem as escolhas por trás do desenvolvimento tecnológico, é ponto comum que esses são interesses voltados para a lógica econômica vigente. Assim, apesar de se contrapor a vários interesses, a lógica de extração de produtividade do capital sobre o trabalho é uma meta indissociável ao desenvolvimento desta. Portanto:

(...) é que ela (a TC) é mais poupadora de mão de obra do que seria conveniente, porque o lucro das empresas depende de uma constante redução da mão de obra incorporada ao produto, ou do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias. A TC maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada. Na realidade, o indicador de produtividade que correntemente se utiliza é enviesado, não é um indicador neutro. Ele implica que se esteja sempre considerando mais produtiva uma empresa que diminui o denominador da fração produção por mão de obra ocupada. Assim, por exemplo, se uma empresa consegue diminuir a mão de obra numa proporção maior do que diminuiu sua produção, ela se torna mais “produtiva” (DAGNINO, NOVAES & BRANDÃO, 2004).

Outra crítica levantada é o caso das externalidades geradas pelo desenvolvimento tecnológico.

“A tecnologia é ambientalmente insustentável, por não considerar como custo

na sua contabilidade a deterioração do meio ambiente.”

“A tecnologia convencional também apresenta aspectos ambientais negativos ligados à lógica de maximização dos lucros a partir da externalização dos custos ambientais que viabilizam, de forma artificial, a manutenção dos custos básicos de produção, em detrimento da adoção de um padrão ambientalmente sustentável.”

Isso se dá de forma veemente no debate ambiental e na dificuldade de obter soluções que possam adquirir viabilidade dentro de um padrão cuja única fonte de sustentabilidade é a maximização escalar da produtividade.

Também vale ressaltar o aspecto segregador da tecnologia, que cria enormes contingentes de excluídos tecnológicos.

“O termo tecnologia me remete a uma ideia de segregação: de informação, de inserção, de utilização. Quem não pode acessar as tecnologias fica parado no espaço/tempo. Conseqüentemente não consegue acompanhar linguagens, ideias, informações que só nos chegam através da tecnologia.”

“A realidade que sustenta essa produção (de tecnologia) é uma sociedade que gira em torno das mercadorias, uma sociedade consumista. Mas que não dá a possibilidade de todos terem acesso a esses bens produzidos e propagandeados, gerando uma série de excluídos.”

Longe de esgotar as possibilidades críticas à tecnologia, desenha-se um fosso entre a promessa de progresso tecnológico que a sociedade moderna divulga e a realidade que se vive de fato.

“A tecnologia consegue construir um foguete que vence a gravidade, viaja milhares de quilômetros por hora, até chegar à Lua, mas não dá conta de acabar com a fome no próprio planeta.”

“A tecnologia convencional não responde aos verdadeiros dilemas da humanidade, dentre eles: a pobreza, a degradação ambiental e a fragmentação da sociedade pela lógica individualista.”

Pode-se perceber que os membros da incubadora, de maneira geral, concordam que a TC é orientada para a obtenção de lucro em escala mundial pelos grandes oligopólios, gera excluídos da própria tecnologia e/ou dos seus produtos e explora a natureza de maneira insustentável. Ela promete resolver os problemas sociais, mas na verdade não resolve. Em escala micro, entendemos que essa tecnologia, apesar de se apresentar como neutra, carrega um projeto político de sociedade que controla e aliena o trabalho e o trabalhador.

3. A Tecnologia Social como Contraponto

Construir uma concepção de tecnologia que possa servir de contraponto à tecnologia convencional parece de início uma tarefa simples. Basta elencar todas as críticas ao modelo tecnológico convencional e procurar um modelo alternativo que busca saná-las. Se o fosse, bastaria construir tecnologias que não produzissem externalidades sociais e ambientais, que não objetivassem a produtividade pela eliminação de mão de obra e que fossem pequenas, de modo a não segregar enormes contingentes de pessoas.

Entretanto, isso não se mostra suficiente, apesar de ser óbvio que não compartilhar dos efeitos perversos estabelecidos pela tecnologia convencional

já é um avanço. Somam-se outras questões, especialmente quando dialogam o modelo de produção de tecnologia padrão e o projeto político-pedagógico das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares universitárias.

Primeiro é importante convencionar qual é o modelo de produção de tecnologia a que se remete. A ciência moderna encontra seu lugar dentro das universidades. É ali que se encontra a gênese da produção científica moderna e, conseqüentemente, dentro da concepção convencional de tecnologia, da produção tecnológica.

As universidades ainda trabalham sob a ótica da ciência como neutra e universal, uma vez que o homem e a natureza são os mesmos em qualquer lugar. Isso define um modelo de construção científica pautado no sujeito-objeto, em que o cientista, externo, examina o objeto, a natureza e, através de uma metodologia, experimenta, formaliza e extrai a ciência pura. Após isso, outros cientistas vão utilizar essa ciência pura para “aplicar” e transformar em tecnologia. Existem vários autores que examinam o método científico, como Thomas Kuhn, Karl Popper e Michel Thiollent, e o propósito deste texto não é escrutinar ou trazer um debate epistemológico em questão (apesar de este ser de profunda significância para o tema). O que vale a pena ser ressaltado é que todo esse processo se dá dentro da universidade, sendo a realidade um objeto externo que o cientista analisa para construir a ciência propriamente dita.

Essa concepção isola a ciência das demandas sociais, criando um fosso entre a universidade e o seu redor. Assim, apenas criar tecnologias dentro da universidade e levá-las aos trabalhadores não poderia ser concebido como uma tecnologia social.

Uma vez que toda a proposta pedagógica das ITCPs está pautada na

participação coletiva, no construtivismo freiriano¹, na autonomia dos sujeitos envolvidos, não se pode pensar uma construção de tecnologia externa à realidade dos trabalhadores de empreendimentos autogestionários.

Portanto, assim como a concepção de extensão universitária defendida não é meramente uma via de mão única – em que se entregam às comunidades os produtos e/ou processos construídos internamente – também não o pode ser o processo de construção de tecnologias.

Assim, para qualificar a tecnologia social, procura-se não apenas compreender a quais interesses ela está dedicada, mas também entender o próprio processo de construção desta. A participação dos agentes beneficiados na concepção, no design e no formato dessas tecnologias é imprescindível, tendo em vista que são eles que irão operá-la cotidianamente.

Desse modo, aproxima-se da concepção democrática defendida por Andrew Feenberg (2008):

Um século atrás se acreditava que a economia não poderia ser democraticamente controlada, que era um poder autônomo e que operava de acordo com as leis inflexíveis. Hoje nós assumimos o contrário, que podemos influenciar a direção do desenvolvimento econômico de nossas instituições democráticas. A teoria crítica da tecnologia sustenta que chegou o momento de estender a democracia também à tecnologia. Assim, tentar salvar os valores do Iluminismo que guiaram o progresso durante os últimos cem anos sem ignorar a ameaça que tal progresso nos trouxe (FEENBERG, 2008).

Assim, a concepção de tecnologia social assume duas formas essenciais (entendidas como necessárias à sua denominação): a proposta de construção

1 GADOTTI, Moacir. Rev. Fac. Educ. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

coletiva junto aos trabalhadores e a adequação às necessidades de inclusão produtiva, negada pela tecnologia social (pelo tamanho, custo, escala, e uma série de outros fatores). Alguns trechos dos formadores ilustram essa questão.

“A tecnologia social é toda ferramenta/técnica criada para as necessidades das pessoas com vistas ao empoderamento e à autonomia dos beneficiados. Dessa forma a TS traz aspectos de democracia, participação e organização social. A sua reaplicação deve considerar os aspectos específicos de cada grupo, com vista a atender princípios de participação e autonomia. (...) A tecnologia social deve primar pela adequação sociotécnica e em prol do benefício coletivo, seja na gestão ou na produção.”

“Vivemos em uma sociedade cada vez mais tecnocrata, em que muitas pessoas não são favorecidas pelos avanços da tecnologia e acabam sendo excluídas do privilégio e usufruto disto. O desenvolvimento, então, da TS é primordial para a inclusão social.”

“Acredito que a tecnologia social venha também para facilitar, especializar e progredir em um processo. Porém, com outra proposta, a de que não é o usuário que tem que se adaptar à tecnologia, e sim a tecnologia que deve ser criada de acordo com suas capacidades e necessidades.”

Por fim, além dos aspectos anteriormente levantados, existe um ponto que não se pode perder de vista ao definir a tecnologia social, que é o projeto societário vislumbrado pela proposta política das incubadoras.

“A tecnologia social deve estar atenta também que a tecnologia convencional

produz e sustenta a desigualdade social, a tecnologia social não deve servir para a inclusão social simplesmente, (...) mas deve também ter o horizonte de uma ordem econômica mais democrática.”

“Se está a serviço do mercado (a tecnologia) e este coloca também a sociedade a seu serviço, será que não precisamos colocar o mercado a serviço da sociedade, para então colocar a ciência e a tecnologia a serviço da sociedade?”

O papel das universidades, assim como o das ITCPs, é de aproximar as demandas sociais, desenvolvendo, desta forma, alternativas visando à democratização e à adequação sociotécnica, em contraponto ao modelo convencional da tecnologia, que produz desigualdades na sociedade.

Assim como a atuação junto aos grupos incubados possui, claramente, um modelo societário que a embasa e orienta, a tecnologia social adotada pela ITCP também deve ter essa proposta política como base para seu desenvolvimento.

4. Construção de Tecnologia Social: Caso dos Limpets (Limpet Tonato e Limpet Valongo)

Essa sistematização é uma forma de relatar uma recente experiência de construção de tecnologia social, que teve início com o grupo Limpet Tonato (Carapicuíba, SP), mas que posteriormente ampliou-se para outro grupo, o Limpet Valongo (Santos, SP). No sentido de resgatar e compartilhar as reflexões daí surgidas faremos uma breve introdução contextualizando o grupo do Tonato e sua situação produtiva para, a partir daí, apresentarmos a trajetória de identificação dos problemas e necessidades. Descrevemos também o processo de construção das soluções e das tecnologias sociais para,

finalmente, apresentar os resultados e suas implicações diretas e indiretas.

4.1. O Grupo:

Limpet Tonato é um empreendimento que teve seu início em 2009 e tem sua atividade econômica baseada na produção de vassouras ecológicas a partir da reutilização de garrafas PET. São nove as pessoas envolvidas com o empreendimento, as quais realizam a coleta de garrafas e produzem vassouras no bairro do Ana Estela e Tonato, bairros afastados da cidade de Carapicuíba, São Paulo. O grupo é formado por oito mulheres e um homem. A média de idade é de 54 anos, sem contar uma jovem de 17. As pessoas se relacionam muito bem, todos(as) já eram conhecidos(as) do bairro e/ou participam juntos(as) da associação de bairro. O único homem é o presidente dessa associação e foi um dos responsáveis pela mobilização da comunidade para organização do grupo Limpet.

4.2. Os Produtos:

O grupo começou produzindo e comercializando vassouras tipo Original, mas hoje produz também a vassoura tipo Gari.



Figura 1: Linha de produtos Limpet

4.3. O Processo Produtivo:

Para a fabricação das vassouras com fios de PET reciclado o processo produtivo conta com cinco etapas principais:

- limpeza das garrafas;
- corte do fundo das garrafas;
- desfiamento das garrafas;
- choque térmico nos fios de PET;
- acabamento (prensagem ou tufagem, dependendo do tipo de vassoura).

Em fase de compras de equipamentos foi realizada uma pesquisa de mercado do maquinário para a fábrica. Existem desde equipamentos artesanais para fabricação de vassouras até máquinas de alto custo. Porém, com o recurso disponível, o que viabilizou a montagem da fábrica foi a compra de máquinas com uma tecnologia intermediária.

O fabricante contatado comercializa máquinas padrão. Os equipamentos foram entregues prontos, sem instruções de uso e não houve capacitação para operação e manutenção dos mesmos. Por serem máquinas padrão não eram adaptadas às pessoas que as utilizariam, tampouco ao formato de organização do grupo. Esses fatores ocasionaram uma série de problemas operacionais, de relacionamento e gestão. O grupo ficou refém do fabricante quanto à manutenção dos equipamentos, que sempre dão problema. Diante dessa situação realizamos um diagnóstico de produção na tentativa de identificar com mais clareza os problemas operacionais e, a partir disso, desenhar estratégias de ação no sentido de buscar soluções.

4.4. Diagnóstico de Produção

Para melhor entender o processo produtivo, desenhamos o fluxograma do processo produtivo das duas linhas de vassouras: Original e Gari.

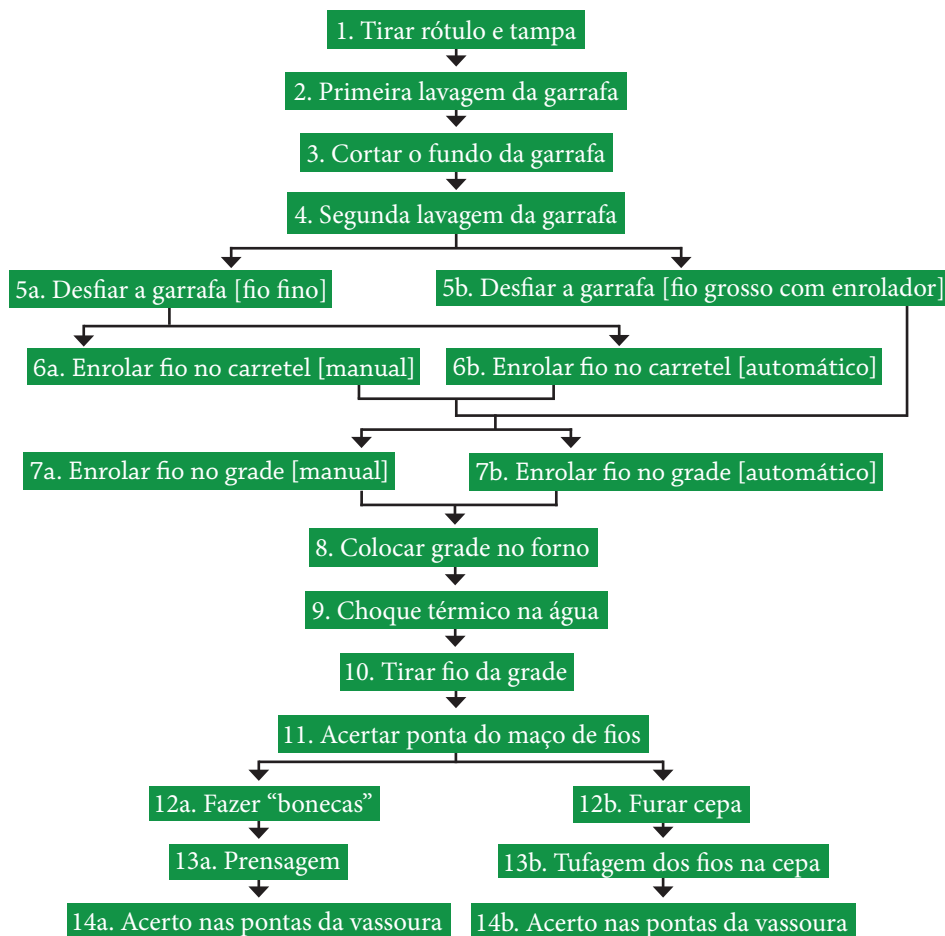


Figura 2: Fluxograma de produção das vassouras Limpet

A metodologia utilizada foi realizar uma conversa individual com cada membro, com a intenção de levantar principais problemas envolvidos na produção, suas implicações na organização do trabalho, relações interpessoais, de gestão, e por fim sondar as possibilidades de soluções já pensadas por cada um. Depois, com todo o grupo, fizemos um levantamento ponto a ponto de todos os problemas mencionados e discutimos as propostas para a busca de soluções coletivamente. O quadro a seguir ilustra o produto desse exercício.

N.	Etapas	Equipamentos	Problemas	Propostas
1	Tirar rótulo da tampa	Faca	Local é de chão de barro. Quando chove forma corrente de barro por baixo das garrafas	Cimentar o chão.
2	Primeira lavagem da garrafa	Caixa d'água	Difícil e demorado lavar garrafas por dentro através da borda que é estreita.	Lavar somente após cortar o fundo.
3	Cortar o fundo da garrafa	Disco de corte elétrico	O olho arde; deixa rebarbas na garrafa; perigo de se cortar no disco.	Usar óculos de proteção; trocar disco; remodelar equipamento.
4	Segunda lavagem da garrafa	Caixa d'água	As rebarbas cortam o braço; repete etapa.	Usar luvas compridas; construir equipamento de lavagem
5	Desfiar a garrafa	A - Desfiadeira de fio fino	Embaraça o fio	Utilizar luvar mais resistentes para manuseio do fio. Acoplar um equipamento que direcione o fio. Pular a etapa de enrolar o fio no carretel para enrolar direto na grade.
		B - Desfiadeira de fio grosso	Necessita direcionamento manual do fio, o que ocasiona cortes nas mãos	
6	Enrolar fio no carretel	A - Enrolador manual	Requer movimento repetitivo intenso e provoca dores no ombro e braço.	
		B - Enrolador automático	Necessita direcionamento manual do fio, o que ocasiona cortes nas mãos	
7	Enrolar fio na grade	A - Manivela manual	Requer movimento repetitivo intenso e provoca dores no ombro e braço.	
		B - Enrolador automático	Necessita direcionamento manual do fio, o que ocasiona cortes nas mãos	

8	Colocar grade no forno	Forno	Seu ajuste é desconhecido	Verificar manual e/ou contatar fornecedor.
9	Choque térmico na água	Tambor de água	Fica muito longe do forno. Perigo de alguém se queimar. É maior que o necessário, ocupando muito espaço.	Reorganizar disposição de equipamentos. Arrumar um tambor menor.
10	Tio fio da grade	Estilete		
11	Acertar as pontas do maço de fios	Guilhotina	Lâmina fica cega (provavelmente é uma guilhotina para papel)	Trocar lâmina. Trocar por guilhotina para metais.
12	A - Fazer "bonecas"	Alicate		
	B - Furar a cepa	Furadeira	Equipamento com altíssimo grau de dificuldade na operação. Requer: elasticidade ou estatura alta para levantar a perna na altura da alavanca (60cm), equilíbrio do corpo em um pé só, força para segurar base de ferro enquanto se equilibra em um pé só. O equipamento fura duas peças por vez e são 120 flexões de perna (uma para cada furo). Não há um guidão para segurar a base a ser furada. Perigo de se furar a mão.	Pedir para o fornecedor adequá-la: abaixar a alavanca, instalar um guidão para segurar a base, automatizar o movimento da furadeira para evitar as flexões.
13	A - Prensagem	Prensa e martelo	Pedal muito estreito, a operadora precisa subir com um pé em cima do outro. Causa dores nas pernas. Requer equilíbrio. Mesa muito baixa, a operadora fica com dor nas costas. Requer muita força. Martela os dedos.	Pedir para o fornecedor adequá-la: Aumentar a base do peda, subir a mesa, automatizar movimento da prensa, trocar martelo e prego por grampo pneumático.
	B - Tufar fios na cepa	Tufadeira	Trava o tempo todo. Manutenção complexa e desconhecida. Não prende o tufo com eficiência. Desperdiça muito fio e arame. Provoca rachaduras na cepa.	Pedir para o fornecedor instruir quanto a ajustes de uso do equipamento e manutenção básica.
14	A - Acertar pontas da Vassoura	Guilhotina	Precisa fazer muita força. Lâmina fica cega (provavelmente é uma guilhotina para papel)	Trocar a lâmina. Trocar por guilhotina para metais.
	B - Acertar pontas da Vassoura	Aparador	Precisa passar várias vezes	Avaliar fiação das lâminas e potência do motor.

Tabela 1: Levantamento dos problemas produtivos

De todo esse levantamento realizado, apesar de termos encaminhado outras propostas de soluções, este relato se aterá a duas etapas para discorrer como experiência de construção de tecnologia social. São elas as etapas de furar cepa (12 b) e prensagem (13 a).

Como resumidamente verifica-se no quadro, essas duas etapas correspondiam às mais problemáticas do processo todo, uma vez que se deparavam com limitações físicas dos(as) trabalhadores(as). Além disso, as máquinas não foram projetadas para o produto produzido pelo empreendimento, foram construídas para fabricação de vassouras com cerdas convencionais e não de PET reciclado. Para além de gargalos e problemas produtivos na forma mais explícita, esses limites desencadeavam também uma série de conflitos internos no grupo.

4.5. Tentando Solucionar os Problemas Tecnológicos

Conforme o resultado do diagnóstico apresentado no quadro, o primeiro passo no sentido de solucionar os problemas tecnológicos existentes era recorrer ao fabricante dos equipamentos e solicitar as adaptações que o grupo listou como necessárias. O contato foi feito, mas o diálogo com o fabricante não animou. Um ponto importante de ser destacado é a forma como a situação é encarada pelo fabricante quando questionado quanto à incompatibilidade dos equipamentos em relação às necessidades do grupo. Repetiu algumas vezes que o problema não eram as máquinas e que as pessoas que tinham que se adaptar a elas. Uma das vezes ele sugeriu para o grupo contratar um rapaz forte e alto para usar a máquina.

Diante do insucesso da tentativa pensamos em novas estratégias. Lembramos de um contato feito em dezembro de 2010, na Expocatador.

Era uma pessoa que expunha na feira uma fábrica de varal feito de PET reciclado, num processo de produção muito similar ao das vassouras, fato que nos chamou bastante a atenção. Explorando a oportunidade soubemos que essa pessoa, chamada Claudinei de Lima, era a idealizadora e construtora dos equipamentos da fábrica. Fizemos contato para verificar a possibilidade de ele nos auxiliar, e ele aceitou o convite. Mas, antes de entrar no relato desse contato, cabe um breve histórico da trajetória de vida dele para contextualizar a ação.

4.6. Um Catador-Inventor!

O Claudinei é um catador que trabalhava às margens de uma represa junto de seu irmão, onde via todos os dias centenas de garrafas PET boiando. Como observava que dia após dia as garrafas pareciam intactas, pensou que o material que a constituía deveria ser bastante resistente. Então pôs-se a fazer fios das garrafas utilizando uma tesoura e os trançando em forma de corda. Com o calejar das mãos foi idealizando maneiras de facilitar esse trabalho. Tentou levar ideias de equipamentos para técnicos, engenheiros, mas não conseguiu apoio.

Com seu irmão tentou materializar algumas das suas ideias. Primeiro com madeira, o que acabou não dando muito certo. Depois, com uma solda, começaram a emendar peças que encontravam nos recicláveis com os quais trabalhavam. Com freio de bicicleta, motor de máquina de lavar, roda de Fusca e por aí vai, eles construíram os primeiros equipamentos para a fábrica de varal. Nessa empreitada, para angariar apoio financeiro que lhe possibilitasse melhorar a fábrica, já que não encontrou caminhos que o incentivassem nas suas experiências como inventor, Claudinei precisou transmitir seus

conhecimentos para uma pequena indústria metalúrgica em Diadema, que passou a fabricar os equipamentos. Seguindo a ordem vigente, uma das consequências dessa parceria com a metalúrgica foi ter seus equipamentos patenteados em conjunto com ela.

Hoje a fábrica conta com apoio da Petrobras, num movimento que passa por parcerias com universidades e colaboração do movimento nacional dos catadores. Ela é parte de uma cooperativa de segundo grau, a Coopcent ABC, que agrega cooperativas de catadores na região do ABC paulista para comercialização. A cooperativa produz e comercializa cerca de 10 mil unidades de varal por mês com 10 metros cada um.

4.7. Um Inventor-Educador!

O convite para visita ao Limpet foi aceito, e o Claudinei foi conhecer o grupo que fabrica vassouras. Ele observou todo o processo produtivo cuidadosamente e conversou com as pessoas. Em alguns momentos demonstrou sua inconformação diante das condições de trabalho e já foi comparando os processos de fabricação de fio com suas experiências no varal. Ele mostrou um vídeo contendo cenas da fábrica de varal e todos ficamos encantados, pois percebemos o quão mais fácil a fábrica de varal realiza as mesmas tarefas de produção de fios.

Como as dificuldades eram maiores na prensa e na furadeira naquele momento, o grupo começou a questioná-lo quanto à possibilidade de melhora nesses equipamentos. Ele observou as duas etapas e criticou muito, porém não tinha experiência com elas. O grupo apresentou as demandas e necessidades, e a partir disso o Claudinei começou a dar algumas sugestões. O grupo gostou e o Claudinei se propôs a tentar automatizar as duas máquinas,

deixando claro que era a primeira vez que o fazia.

Para realizar a automatização o Claudinei levou as sugestões e demandas do grupo, comprou peças e levou para montagem e construção no galpão do Limpet. As pessoas que utilizariam os equipamentos acompanharam todo o processo. Esse ponto é importante ressaltar, pois flagra a proposta pedagógica na ação dele. Para ele é importante que pelo menos uma pessoa esteja junto na construção (e foi uma condição), para que, assim, além de construir junto e conforme a demanda, o grupo ganhe autonomia quanto à tecnologia, não dependendo dele para manutenção, por exemplo. Ele acredita que, para um grupo como o Limpet “ir pra frente”, como ele diz, precisa pensar em construir suas próprias soluções. Ele defende que o grupo incentive pelo menos uma pessoa a se dedicar à criatividade: “Essa pessoa começa apertando um parafuso aqui, emendando ferro ali e daqui a pouco está pensando em como melhorar esse ou aquele processo”. Percebe-se aqui que ele não trata a habilidade dele como um dom, mas sim como um permitir-se e ser permitido a pensar e criar. É o que ele diz fazer no ambiente da fábrica de varal entre os cooperados.

Além de pensar na autonomia do grupo, a construção dos equipamentos é realizada de forma a atender as necessidades e especificidades dos usuários. Como ele diz, “se a fábrica não dá produção o problema não é a pessoa, é a máquina!” e “não tem uma tecnologia absolutamente melhor que outra, tem uma melhor para cada situação e para cada pessoa”.



Figura 3: Claudinei montando máquina do galpão do Limpet

4.8. As Adequações Sociotécnicas – O que Mudou?

No que tange às modificações físicas dos equipamentos, faremos uma descrição anterior e uma posterior à adequação das duas máquinas, ressaltando suas implicações na gestão, organização e relações no grupo.

4.8.1. A Prensa

Sua finalidade:

Este equipamento é utilizado na finalização do processo da vassoura Limpet Original. Essa finalização consiste em prensar os fios de PET sob uma cunha de madeira dentro de uma capa plástica. O conjunto é pregado

com cinco pregos de cada lado da capa.

Seu funcionamento antes da adequação:

O acionamento da prensa era manual. Um cilindro era anexado a uma alavanca e movimentado por um pedal. O operador precisava subir no pedal para realizar a força necessária de prensagem e, nessa posição, pregar pelo menos dois pregos de cada lado da capa. Os demais pregos eram pregados depois de retirar a vassoura da prensa, em cima da bancada.

Implicações:

Sua operação requeria muita força física. Pela dificuldade de operação a maiorias dos membros do grupo não conseguia utilizá-la. A operadora que assumiu essa etapa de produção, uma jovem de 17 anos, subia no pequeno pedal com os dois pés, um por cima do outro e curvava as costas, nessa posição, para bater os pregos. Com essa dificuldade ela não conseguia manter um ritmo de produção, tendo às vezes que ficar dias sem trabalhar para se recuperar das dores no corpo. Pela pressão que sofria chegou perto de desistir do grupo algumas vezes. Na tentativa de contornar o problema com certa urgência, o grupo convidou pessoas para trabalhar na prensa. Pensaram até propostas para remunerar essa pessoa por vassoura produzida. Três pessoas passaram pelo grupo, mas ficaram por alguns dias apenas.

Seu funcionamento após a adequação:

A alavanca foi substituída por um pistão com acionamento pneumático. O operador atua através de uma válvula e comanda com a mão através dela a subida e descida do pistão sem precisar fazer força alguma. Aproveitando o compressor, necessário para o funcionamento pneumático do equipamento,

prego e martelo puderam ser substituídos por grampeador. Este funciona como uma pistola, que introduz um grampo na capa ao ser apertado o gatilho sem dificuldades.

4.8.2. *A Furadeira*

Sua finalidade:

Este equipamento é utilizado para furar as cepas de madeira. É nesses furos que os tufos de fios são grampeados posteriormente em outro equipamento.

Seu funcionamento antes da adequação:

O equipamento possui um sistema com duas furadeiras, que, no entanto, fura duas cepas ao mesmo tempo a cada operação. Uma operação completa realiza 120 furos em cada cepa. O direcionamento dos furos é manual. O operador segue um gabarito de furos posicionado no meio, entre as furadeiras. As cepas são afixadas numa base móvel. Essa base é movimentada angularmente para a frente, para trás e para os lados, a fim de o operador posicioná-la para o furo sustentando-a com as mãos. O furo é realizado mediante acionamento de uma alavanca com o pé. Essa alavanca transmite o movimento para o sistema de furadeiras, que desce e sobe de acordo com as flexões na perna.

Implicações:

Somente uma pessoa conseguia manuseá-la, o único homem do grupo, e com dificuldades. Esse fato veio a reforçar a questão de gênero colocada e a hierarquia já existente. Com a dependência do grupo em relação a essa pessoa se estendendo para o processo produtivo, esta etapa era claramente

um grande gargalo, tanto para a própria produção, quanto para a autogestão do grupo.

Seu funcionamento após a adequação:

A base móvel em que as cepas são colocadas foi adaptada para um trilho, para que o operador não precisasse sustentá-la ao direcionar o furo. Um guidão foi soldado para que o operador a segurasse longe da furadeira (sem correr risco de se machucar). O movimento do sistema de furadeiras, antes acionado por alavanca, foi substituído por uma válvula que controla um pistão pneumático através de pedal. Funciona como uma máquina de costura, ao pisar no pedal, as furadeiras sobem e descem, enquanto o operador vai correndo a base no trilho para direcionar os furos.



Figura 4: Dona Giorgina operando a furadeira

Impactos das adequações sociotécnicas:

Qualquer pessoa consegue utilizar as duas máquinas. Esse fato abre para o grupo outras possibilidades de organização de produção, rotatividade de funções, maior autonomia no processo produtivo e horizontalidade nas tarefas. Por facilitar a produção e não desgastar fisicamente o “usuário” também a produtividade aumentou consideravelmente.

Por terem participado do processo de construção da tecnologia, se apropriaram dela. Conseguem identificar com facilidade as soluções e interferem na tecnologia, como é o caso da guia da furadeira. A guia antiga não serviu para o novo sistema, então desenharam uma nova e mandaram fazer. O mesmo já aconteceu com a prensa. Para dar o acabamento que achavam ideal nas vassouras, regularam altura e força do pistão.

4.9. A Experiência se Multiplica!

Com o sucesso da experiência de adequação sociotécnica dos equipamentos no Limpet Tonato, a incubadora articulou uma reaplicação dela no Limpet Valongo.

Limpet Valongo é outro grupo incubado pela ITCP-FGV, que produz os mesmos produtos do Limpet Tonato, daí os nomes parecidos. Valongo é um bairro de Santos (SP), onde o grupo está instalado. Esse grupo já produz vassouras há mais tempo que o grupo do Tonato, suas dificuldades operacionais eram parecidas, porém seus aparatos tecnológicos, um pouco mais antigos.

O mesmo caminho foi traçado para solucionar alguns problemas tecnológicos. O Claudinei foi visitar o grupo, entender sua realidade e refletir junto sobre suas necessidades. Dessa forma pudemos perceber as

especificidades de cada grupo. Mesmo em processos produtivos tão parecidos quanto os dois Limpets, cada contexto levantou prioridades diferentes para as adequações.

No Valongo o pedido foi de solucionar a etapa de desfiar a garrafa, enrolar o fio na grade e automatizar as duas prensas (como a do Tonato).

No caso da prensa segue a descrição da adequação do Tonato, pois era o mesmo sistema de funcionamento antes, e a modificação feita seguiu o mesmo caminho. Cabe ressaltar, porém, que para cada caso respeitaram-se as especificidades dos usuários, como altura das pessoas para definir local para instalação da manivela e altura da bancada, preferência por acionamento pela mão ou pelo pé e por aí vai.

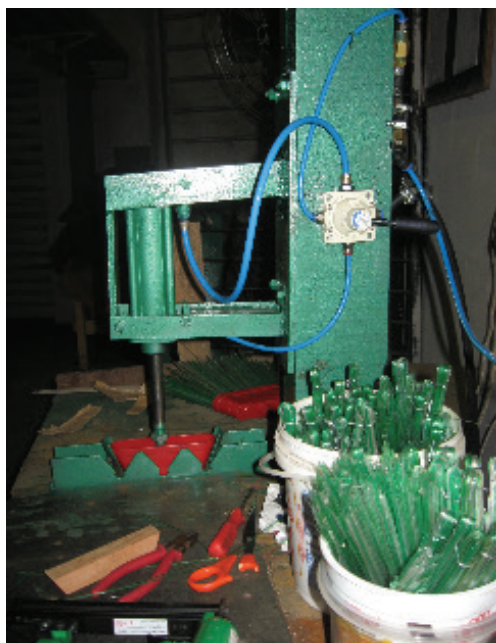


Figura 5: Uma das prensas do Limpet Valongo automatizadas

4.9.1. A Desfiadeira e a Grade

Sua finalidade:

A desfiadeira corta a garrafa PET produzindo o fio. A grade é onde esse fio é enrolado para que possa tomar o choque térmico, pois é com esse tratamento que o fio fica esticado e rígido.

Seu funcionamento antes da adequação:

A etapa de desfiar a garrafa era realizada por um equipamento automático, no qual se rosqueava a boca da garrafa a uma rosca infinita que, ao acionar-se um botão, rotacionava a garrafa ao mesmo tempo que a conduzia em direção a uma lâmina. Assim, a garrafa era desfiada e o fio resultante desse processo entrava numa espécie de fila, aguardando para ser enrolado na grade.

O processo de enrolar o fio na grade era realizado manualmente. Três senhoras trabalhavam em pé nessa etapa enrolando os fios nas grades sobre uma bancada



Figura 6: Maria Izabel e Olinda enrolando o fio na grade

Implicações:

O fio, que fica amontoado quando sai da desfiadeira, se enrosca e dificulta o trabalho. Pode-se notar na foto da figura 7 que a senhora usa uma proteção nos dedos, que faz com fita adesiva, para evitar cortar a mão. Além de poder se cortar com o fio, que é bastante abrasivo, essa prática é muito desgastante. Como nesse grupo há as prensas dando vazão aos fios, as senhoras trabalhavam em ritmo acelerado para que não faltasse fio.

Seu funcionamento após a adequação:

O equipamento é praticamente um novo. O Claudinei trouxe a experiência da fábrica de varal, que também faz fio. Porém, no caso do varal, o fio é desfiado enquanto é enrolado num carretel. Para o Limpet ele adaptou uma peça para que, em vez de enrolar no carretel, o fio fosse enrolado direto na grade. Nesse sistema, a grade gira (acionada por um motor) e puxa o fio, fazendo a garrafa girar sobre uma base com uma lâmina que a desfia. Entre garrafa e grade tem uma peça que direciona o fio automaticamente, distribuindo-o na superfície da grade.



Figura 7: Paula operando a nova desfiadeira

Impactos das adequações sociotécnicas:

Enquanto quatro pessoas realizavam as tarefas de desfiar garrafa e enrolar o fio na grade, no novo sistema apenas uma pessoa é capaz de fazer a mesma coisa e em menos tempo. Essas pessoas puderam assim se organizar melhor até para realizar tarefas de gestão no grupo, que antes ficavam comprometidas.

Como o manuseio é simples, outras pessoas se aventuram nos equipamentos. No caso da prensa, por exemplo, somente os homens a utilizavam, agora as mulheres estão aprendendo a operá-la.

5. Considerações Finais

Com essa busca por soluções às necessidades específicas dos grupos e pelos grupos incubados, pudemos experienciar um processo bem claro de construção de tecnologia social. O resultado desse processo é um aparato tecnológico, mas percebemos que a tecnologia social não é somente a máquina, mas sim o próprio processo, a construção da tecnologia. Ao reaplicar a tecnologia, o processo de construção é o que deve ser levado em conta, e é parte essencial da tecnologia social, é a metodologia para chegar a ela. No caso da experiência dos Limpets, vimos que para cada grupo o resultado foi diferente, pois suas necessidades eram diferentes, mesmo sendo grupos muito parecidos, que produzem os mesmos produtos.

Nesse processo de construção da tecnologia social, o papel desempenhado pelo Claudinei foi fundamental. Ele era responsável por criar as máquinas que solucionassem os problemas dos processos produtivos. No entanto, sua postura não foi a de um simples técnico ou engenheiro. A sua preocupação era que o grupo expusesse as reais necessidades e que participasse da construção da solução desses problemas. Aí entra uma postura essencialmente diferente

da economia dominante. Não se subordina o trabalhador a uma tecnologia externa para gerar um lucro de maneira alienante. A intenção é que os trabalhadores se apropriem de todas as técnicas de produção, e não só de uma parte, até mesmo da construção das máquinas com as quais produzirão, para que elas sejam subordinadas ao trabalhador, e não o contrário. Assim, como já foi dito, o Claudinei fazia questão de construir a máquina no local do empreendimento e para isso cobrava a presença de um representante do grupo. As necessidades podiam, dessa forma, ser garantidas, assim como o grupo teria condições para realizar as manutenções e/ou modificações necessárias nos equipamentos construídos.

A tecnologia social, assim, se torna uma forma de os trabalhadores se desenvolverem como sujeitos. Eles passam a dominar o processo de construção dos seus meios de produção. Não ficam reféns de um saber que não conhecem e que se torna uma forma de dominação. A figura do Claudinei é essencial para o processo e simbólica para a proposta política. Ele não desempenha somente o papel de técnico, mas também um papel político e pedagógico. E essa posição não foi uma formação embutida de fora, com um curso universitário. A sua vontade pessoal fez sentido para um contexto político e social específico, no meio do qual ele pôde desenvolver essas qualidades pessoais ao mesmo tempo em que resolvia problemas da sua cooperativa. O ambiente de cooperativismo e de luta de uma categoria, a dos catadores, e mesmo as lutas para a construção da rede de cooperativas do ABC foi o ambiente que permitiu que ele se desenvolvesse dessa forma. O surgimento da fábrica de varal da Coopcent e as parcerias com universidades, com a prefeitura de Diadema e com outros parceiros que acreditavam na mesma visão política, enfim, a figura do Claudinei condensa um movimento de solução social por meio do desenvolvimento de técnicas.

No entanto, é evidente que esse movimento enfrentou e enfrenta enormes dificuldades. Para receber apoio financeiro, o Claudinei precisou submeter suas invenções à indústria e às patentes. Como ele disse: “Para pegar peças do lixo e transformá-las em soluções tecnológicas para minha cooperativa não tenho apoio nenhum, mas dinheiro para comprar uma máquina nova dessa ou daquela empresa, conseguimos muito mais facilmente”. Isso, de certa forma, explicita a falta de uma política científica e tecnológica comprometida com as reais necessidades das camadas populares, uma política que de um lado promova o desenvolvimento de tecnologias sociais, mas, de outro, estimule e dê condições para que diversos atores, que não só os técnicos e engenheiros, possam desenvolvê-las.

Referências

DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia social**: Ferramenta para se construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010. 2 ed.

DAGNINO, Novaes, Brandão et al. **Tecnologia social**: Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

FEENBERG, Andrew. “O que é a filosofia da tecnologia?” In: NEDER, Ricardo T. (org.). Andrew Feenberg: **Racionalização democrática, poder e tecnologia**. Trad.: Agustín Apaza e Newton Ramos-de-Oliveira. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, 2010 (2008).

BANCO DE TROCAS SOLIDÁRIAS DO CENTRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIAS

Isabele Caroline Levy Afonso Notari
Alexandre Henrique Assada
Rafael Furlan Moraes

Introdução

O presente capítulo apresenta, de forma resumida, a tecnologia social de finanças solidárias, chamada Banco de Trocas Solidárias (BTS), que integra microcrédito e moedas sociais com o objetivo de criar um ambiente fértil para estimular pessoas em situação de vulnerabilidade social a iniciar atividades econômicas associativas e solidárias, gerando renda, inclusão social e desenvolvimento local.

Para isso, apresentaremos o caso do Banco de Trocas do Centro de São Paulo (BTS-Centro), o primeiro e maior BTS implementado pela ITCP-FGV, em parceria com a Associação Minha Rua Minha Casa, que administra um centro de convivência para a população de rua a partir de um convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

O BTS-Centro foi implementado em outubro de 2006 e possui um interessante histórico de desenvolvimento marcado por avanços, dificuldades e adaptações que possibilitaram o desenvolvimento de certas técnicas para lidar com os desafios e a realização de mudanças estratégicas.

Este texto pretende relatar resumidamente essa experiência desde o seu início até o momento atual. Acreditamos que a experiência BTS-Centro pode contribuir para pensar outras ações de BTS e bancos comunitários, assim como ajudar a pensar trabalhos coletivos e cooperativistas com as pessoas em situação e rua.

1. Matriz Metodológica do BTS

A construção da metodologia básica do BTS foi realizada em 2004 na interação da equipe da ITCP-USP responsável pela feira de trocas do Jardim Ângela, Felipe Bannitz e Sandra Helena, e lideranças locais, com destaque a Emília, Alvina, Alice e Itamar. Seu impulso foi marcado pela busca de qualificar o uso de instrumentos de finanças solidárias, como moedas sociais e microcrédito, inspirada nas práticas do Banco Palmas, no fortalecimento das atividades de incubação de EES.

1.1. Marcos Referências

A seguir apresentamos as principais reflexões e diretrizes metodológicas atreladas a essa Tecnologia Social:

1.1.1. Proteção aos EES nascentes incubados

A idealização do BTS parte de duas ideias básicas.

a) Os EES, que iniciam sua produção com pouca infraestrutura e conhecimento técnico, precisam de um período de aprendizado antes de disputarem mercado com as grandes empresas consolidadas. Ou seja, precisam de uma proteção.

b) Essa proteção pode ser criada por meio do uso de uma moeda social.

Essas ideias básicas partem de uma argumentação elaborada pelo professor Paul Singer que ressalta a oportunidade para que a massa de desempregados possa reinserir-se por sua própria iniciativa na economia:

(...) pode ser criada a partir de um novo setor econômico formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenham um mercado protegido da competição externa para seus produtos. Tal condição é indispensável porque os ex-desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem e angariar fregueses. Para garantir o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas (SINGER, 1998, p. 122)

Segundo o mesmo autor, há a possibilidade de criar uma moeda própria do movimento de Economia Solidária, capaz de garantir uma reserva de

mercado para os produtos dos empreendimentos ainda não consolidados. Sua proposta parte da ideia de que

(...) as transações entre cooperados deveriam ser feitas com uma moeda própria, diferente da moeda geral do país, digamos um 'Sol' (de solidariedade) em vez do 'Real'. O uso dessa moeda, que só terá validade para pagar produtos do novo setor, dará a proteção que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar (...) sendo [a pequena empresa] protegida da concorrência da grande empresa capitalista... porque as mercadorias destes concorrentes 'externos' não poderão ser compradas com 'Sóis', mas apenas com 'Reais' (SINGER, 1998, p. 123).

Ou seja, a criação de uma moeda complementar, conhecida como moeda social, é uma estratégia possível para proteger os pequenos grupos produtivos, até que eles atinjam um bom padrão de qualidade em seus produtos e serviços e adquiram uma capacidade de gerenciamento suficiente para a aquisição de um microcrédito e, assim, disputarem mercado com as grandes empresas.

Chamamos de proteção a possibilidade de os "grupos nascentes" produzirem e venderem seus produtos, mesmo que os mesmos não tenham a qualidade ou o preço dos produtos concorrentes. Essa proteção gera a possibilidade de os grupos produtivos entrarem em um ciclo econômico que chamamos de giro produtivo, ilustrado pela imagem abaixo:

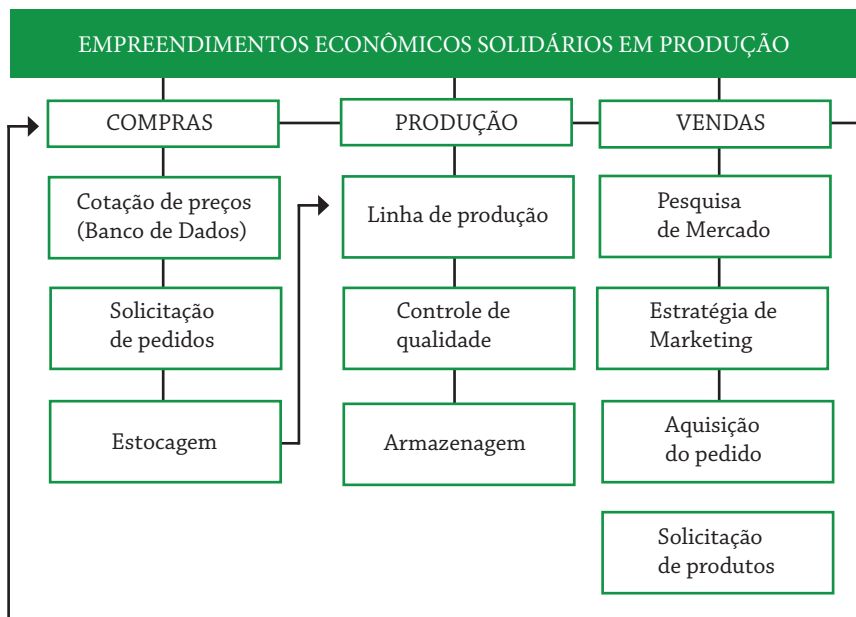


Figura 1: Fases do giro produtivo orientado

O caráter cíclico se dá pelo fato de que depois das compras e da produção o EES consegue vender seus produtos e reiniciar o ciclo comprando novas matérias-primas. É a partir desse giro que o grupo adquire habilidades para consolidar sua atividade econômica, garantir a geração de renda efetiva e a sustentabilidade econômica do EES.

1.1.2. Mercado Escola

Para que tal proteção realmente ocorra, o BTS organiza uma feira de trocas solidárias (FTS) e oferece um microcrédito no valor de até R\$ 600 para os EES incubados, que serão pagos em doze prestações, sem juros, de cinquenta moedas sociais. Com esse dinheiro os EES compram matérias-

primas, produzem e comercializam seus produtos nas FTS mensais.

Além disso, cada EES tem a possibilidade de, no final das FTS, trocar uma cota de duzentas moedas sociais por R\$ 200 para a aquisição de mais matérias-primas para a continuidade da produção destinada para a próxima FTS.

Os microcréditos e as cotas mensais de matéria-prima representam uma entrada de R\$ 1.500 em produtos produzidos pelos grupos incubados. Ou seja, todo mês a feira de trocas oferecerá R\$ 1.500 em produtos, o que possivelmente gerará uma mínima “viabilidade econômica” para que outros EES, pequenos produtores e comerciantes locais comecem a aceitar a moeda social em seus estabelecimentos, iniciando um círculo virtuoso de fortalecimento do poder de compra da moeda social local, mobilização comunitária e desenvolvimento local.

Os pagamentos dos créditos e as conversões realizadas pelos EES geram para o BTS um grande volume de moedas sociais que podem ser usadas para remunerar equipes de organização, divulgação, limpeza, atividades culturais, entre outras, e comprar produtos dos participantes da FTS, empoderando e motivando pessoas desempregadas a resgatarem ou descobrirem talentos e dons, a fim de iniciarem novos projetos produtivos.

Com isso, a FTS tende a se tornar cada vez mais atrativa, fomentando a participação de mais pessoas, principalmente produtores e comerciantes locais, que podem se articular para a elaboração de projetos coletivos. Nesse sentido, o BTS desempenha o papel de articulador, formador, proponente de ações de rede como práticas de comércio justo solidário, como feiras de Economia Solidária, lojas itinerantes, entre outras ações.

Os recursos financeiros necessários para pagar os créditos e conversões dos EES são financiados por investimentos sociais públicos ou privados

interessados na geração de trabalho e renda com estratégia de redução da pobreza. Essa operação remete às políticas keynesianas de pleno emprego, a partir da utilização das moedas sociais arrecadadas (política fiscal) para geração de demanda para os produtos dos EES incubados (política monetária).

1.1.3. Incubação, Redes e Bancos Comunitários

No Mercado Escola, durante dois anos, os EES's têm garantido o seu giro produtivo e, portanto, estão protegidos. Após esse período, cada EES já deve estar preparado para angariar novos fregueses e perder a proteção, podendo solicitar um microcrédito oficial e ampliar suas atividades produtivas. Uma estratégia de graduação. Essa tecnologia social está inspirada no conceito de proteção à indústria nascente, que protege setores industriais estratégicos com impostos e restrições às importações.

A partir do fortalecimento dos EES e da FTS, pode-se começar a construção de Redes Locais. A vivência coletiva da FTS cria um ambiente ideal para o fortalecimento dos vínculos entre os EES e a elaboração de estratégias coletivas que viabilizam a construção de EES de práticas associativas.

Essas estratégias podem começar com atividades ligadas à comercialização, como a organização de uma feira local, que utiliza real, criação de materiais de comunicação e website para divulgar os produtos, passando por formações coletivas e troca de experiências e saberes, até a constituição de Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas, integrando os EES em estratégias de desenvolvimento local e regional.

Além de integrar os EES, a FTS se torna um ponto de referência da Economia Solidária na região, mobilizando pessoas, instituições e gestores públicos na busca por soluções e melhorias para o bairro. Existiriam esses

dois focos: integrar as estratégias de fortalecimento de EES e mobilizar a comunidade para implementar, a partir do BTS, um banco comunitário capaz de gerir uma moeda social aceita em todo o comércio local, além de operar diferentes linhas de crédito e oferecer serviços de correspondente bancário.

1.2. Gestão do Banco de Trocas Solidárias

O BTS se organiza no formato de um comitê gestor, autogerido, formado por:

- equipe da ITCP-FGV;
- equipe das entidades parceiras que incubam EES em parceria com a ITCP-FGV;
- representantes dos EES atendidos;
- representantes de ONGs locais interessadas;
- representantes de movimentos sociais;
- gestores públicos interessados.

Quinzenalmente o BTS deve realizar reuniões para avaliação das suas atividades e elaboração de planejamentos e estratégias de ampliação das suas ações. As principais atividades desempenhadas pelo BTS são:

- organização da feira de trocas solidárias mensal;
- assessoria aos empreendimentos econômicos solidários;
- oferecimento de serviços financeiros aos EES.

1.2.1. Organização da FTS

As feiras de trocas solidárias são espaços que têm o intuito de organizar

e tornar permanentes as trocas de mercadorias, serviços e saberes para o desenvolvimento de uma comunidade local.

Sua proposta parte da busca de respostas à falta de dinheiro oficial (reais), nas regiões empobrecidas pelo atual modelo de desenvolvimento econômico. Seu objetivo é tornar a troca de produtos, serviços e saberes permanente e organizada e, assim, construir um mercado complementar ao oficial capaz de ajudar a viabilização da comercialização dos produtos gerados por pessoas ou grupos produtivos “nascentes” e também facilitar o acesso de pessoas pobres ao consumo de produtos e serviços gerados na região.

O espaço proporciona um ambiente de cooperação entre os “prossumidores” (pessoas que são ao mesmo tempo produtores e consumidores), no lugar da acirrada competição do mercado. Para isso, utiliza-se a moeda social, que visa ser exclusivamente um meio de troca, que só pode ser usada durante as feiras.

Do ponto de vista econômico, a FTS abre espaço para que as pessoas se desenvolvam como sujeitos de mudança na busca por alternativas para o desemprego e a concentração de renda, pois cooperam entre si para gerar benefícios para todos. Além disso, é um ambiente pedagógico, pois proporciona aos produtores um espaço para se desenvolverem enquanto empreendedores, para poderem enfrentar o mercado no futuro próximo. É também uma oportunidade de criar uma cultura de consumo consciente na comunidade, trazendo para o indivíduo a noção das consequências do seu consumo no âmbito social, ambiental e econômico.

Por fim, a feira possibilita às pessoas realizarem-se fazendo trabalhos que gostam, como: poesias, quadros, artesanatos, dentre outros, permitindo melhoras também no nível psicológico de cada um, por se sentirem úteis, realizado e estimulado com as novas coisas que podem oferecer, e com as que podem receber em troca.

As FTS também contribuem para o fortalecimento das relações comunitárias, pois são um espaço de construção coletiva onde todos são convidados a ajudar na organização, dar sugestões, criticar e melhorar. Um espaço democrático de partilha e união. Elas criam um ambiente de encontro entre pessoas que não se veem no dia a dia, fortalecendo amizades antigas, criando novas e facilitando o nascimento de projetos comunitários e propostas de melhoria do bairro.

Por último, as feiras representam um ótimo local para realizar trabalhos pedagógicos e reflexões sobre temas importantes como:

- ecologia e cuidado com o meio ambiente;
- questões de gênero e raça;
- consumo consciente e as consequências dos nossos hábitos de consumo;
- cidadania ativa;
- educação alimentar;
- Economia Solidária;
- empreendedorismo popular;
- desenvolvimento local;
- políticas públicas e demais temas afins.

Para isso, podemos utilizar palestras, oficinas, vídeos, música, teatro, entre outras atividades socioculturais e educativas.

A realização da FTS ocorre de forma a capacitar as pessoas que estarão executando as tarefas, a fim de torná-las multiplicadoras dessa tecnologia social. A supervisão das tarefas é de responsabilidade da equipe de incubação da ITCP-FGV, que oferece inicialmente um conjunto de oficinas sobre trocas solidárias, de forma a introduzir o tema para as pessoas que coordenarão todas as atividades da feira.

Para a constituição da equipe de coordenação da FTS é efetuada uma

divisão de tarefas seguida pela capacitação da equipe. Essa equipe é organizada de forma autogestionária, garantindo a tomada de decisão democrática e o envolvimento e empoderamento de todos no processo. Suas reuniões ocorrem quinzenalmente para o planejamento e avaliação das suas atividades.

1.2.2. Tarefas da Equipe de Coordenação

As atividades de responsabilidade da Equipe de Coordenação da FTS são divididas antes e durante a feira, sendo elas:

Antes da Feira:

- elaborar, emitir e controlar a moeda social;
- divulgar a FTS;
- arrecadar doações e recursos para a realização da feira, com destaque a produtos de primeira necessidade;
- viabilizar atrações culturais e oficinas educativas para serem realizadas durante a feira;
- preparar o local para os expositores e para as atividades culturais e educativas;
- dividir o trabalho das barracas do BTS durante a feira;
- separar o valor a ser pago para aqueles que trabalharão durante a feira.

Durante a Feira:

- realizar a recepção das pessoas;
- realizar o câmbio, trocando moedas sociais por real;
- adquirir parte dos produtos oferecidos pelas pessoas;
- disponibiliza local para as pessoas exporem os seus produtos, serviços e

saberes;

- organizar o mural do Classificado Solidário, anotando as procuras e ofertas;
- dar suporte às atividades culturais e educativas.

1.2.3. Procedimentos de Gestão

A Gestão do BTS é composta basicamente de:

- controle do fluxo de caixa das entradas e saídas de moedas sociais;
- controle das contas-correntes dos EES;
- contas-correntes pessoais dos participantes em geral.

1.2.4. Controle do Fluxo de Caixa do BTS

Tipos de Entrada:

- depósito de empreendimentos;
- depósitos pessoais;
- venda das barracas (bazar feminino, bazar masculino, lojinha, lanchonete, armazém e brincadeiras).

Tipo de Saída:

- compras de produtos – lastro e resíduos sólidos;
- compras de serviços – organização, cultura;
- compras de saberes – oficinas de capacitação; compras de câmbio – troca de mirucas por reais;
- saques pessoais; empréstimos (experimental).

A tabela abaixo mostra o fluxo de caixa do BTS com as entradas e saídas citadas acima:

Banco de Trocas Solidárias do Centro				
Fluxo de Caixa				
Moeda: Miruca		Valor de Câmbio: R\$ 1 = \$ 1		
Mês: Junho/2007		Saldo Inicial: \$ 3.500,00		
Data	Descrição	Entradas	Saída	Saldo
23/06/07	Câmbio		\$ 121,50	\$ 3.378,50
23/06/07	Compra resíduos sólidos		\$ 235,00	\$ 3.143,50
23/06/07	Compra do lastro		\$ 341,00	\$ 2.802,50
23/06/07	Atividades culturais		\$ 460,00	\$ 2.342,50
23/06/07	Saques pessoais		\$325,00	\$ 2.017,50
23/06/07	Equipe de apoio		\$ 524,00	\$ 1.493,50
23/06/07	Doações		\$ 651,00	\$ 842,50
23/06/07	Depósitos pessoais	\$ 160,00		\$ 1.002,50
23/06/07	Vendas das AMRMC	\$ 1.445,50		\$ 2.448,00
23/06/07	Depósitos empreendimentos	\$ 949,00		\$ 3.397,00
Total		\$ 2.554,50	\$ 2.657,50	\$ 3.397,00

Tabela 1: Fluxo de caixa com entradas e saídas de moedas

1.2.5. Controle das Contas-Correntes dos EES

Cada EES incubado possui uma conta-corrente, na qual se registram as entradas e saídas de mirucas e conversões de mirucas para reais. As movimentações se resumem a:

- entradas – depósitos das mirucas arrecadadas na FTS;
- saídas – prestações do microcrédito e conversão de mirucas por reais.

A seguir apresentamos o modelo de planilha de gestão das contas-correntes dos EES incubados:

Conta-corrente				
Nova Geração				
Valor do Microcrédito			R\$ 400,00	
Número de Prestações			5	
Valor da Prestação			R\$ 80,00	
Saldo Inicial		R\$ 0,00		
Data	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
20/10/06	Depósito 1	\$ 215,00		\$ 215,00
25/10/06	Conversão 1		\$ 205,00	\$ 10,00
24/11/06	Depósito 2	\$ 571,50		\$ 581,50
30/11/06	Conversão 2		\$ 531,50	\$ 50,00
10/02/07	Depósito 3	\$ 201,00		\$ 251,00
20/02/07	Conversão 3		\$ 235,50	\$ 15,50
10/03/07	Depósito 4	\$ 220,00		\$ 235,50
14/03/07	Microcrédito	\$ 400,00		\$ 635,50
15/03/07	Conversão 4		\$ 576,00	\$ 59,50
14/04/07	Depósito 5	\$ 280,50		\$ 340,00
14/04/07	Prestação 1		\$ 80,00	\$ 260,00
Saldo Final				\$ 260,00

Tabela 2: Controle de moedas sociais nas contas-correntes dos EES

1.2.6. Contas-correntes pessoais

Ao término e/ou início das feiras de trocas solidárias, cada pessoa pode

sacar suas mirucas ou depositá-las no BTS,abrindo assim uma conta-corrente. A cada FTS o saldo se atualiza. O gráfico abaixo ilustra a quantidades de contas-correntes criadas:

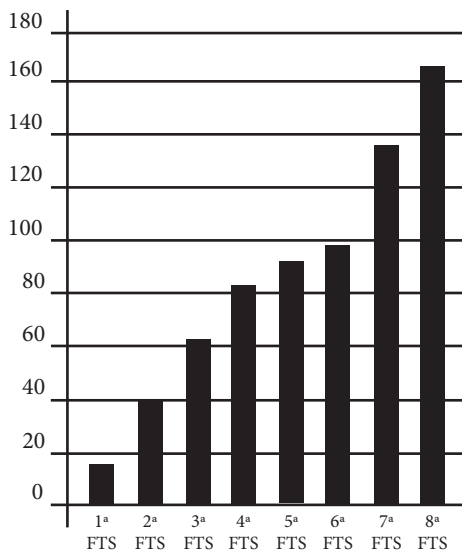


Gráfico 1: Ilustra quantidades de contas-correntes pessoais

1.3. Instrumentos de Gestão

As planilhas utilizadas nas FTS são as seguintes.

- Planilha de doação: registra a quantidade de pessoas que vieram à feira e receberam duas unidades de moeda social.
- Planilha de câmbio: registra a entrada da moeda nacional real no caixa do BTS através da troca desta pela moeda social. Esse registro também pode servir como um medidor do fluxo de visitantes da feira.

- Planilha do lastro: registra as compras dos produtos trazidos pelos participantes (usuários e visitantes), pagando-lhes em moeda social. Esta planilha situa-se na barraca do BTS na FTS e funciona como o principal controle de oferta de moeda social e produtos a serem comercializados no bazar.
- Planilha de depósitos pessoais: registra cada montante de moeda social que as pessoas não gastaram na FTS. Depositando, as pessoas têm o direito de sacar as moedas sociais numa próxima feira, uma conta-corrente, assim como uma conta bancária tradicional.
- Planilha de depósitos dos empreendimentos: registra a quantidade de moeda social que os empreendimentos e fontes de moedas do BTS depositam em suas contas-correntes. Fornece dados significativos para avaliação da atividade comercial dos grupos de geração de renda no evento.
- Planilha de vendas de ofertas individuais: registra os produtos vendidos durante a feira. Quanto mais pessoas preencherem, mais saberemos a quantidade de riqueza que esse mercado de trocas está movimentando.

1.4. Serviços Financeiros

Para realizar a gestão dos microcréditos e conversões realizadas pelo BTS, são utilizadas as seguintes planilhas.

- Fluxo de caixa da moeda social: registra as movimentações (entradas e saídas) de moedas sociais no caixa do BTS. Essa movimentação está relacionada tanto ao recebimento de moedas sociais, relativo à venda de produtos do BTS, recebimento de depósitos pessoais e dos empreendimentos, quanto à utilização das moedas sociais para a compra de produtos e serviços na FTS, destacando as transações do lastro, câmbio (troca de moedas sociais

por reais) e pagamento das equipes de organização e divulgação da FTS.

- Fluxo de caixa da moeda nacional, real: registra as movimentações (entrada e saída) de reais no caixa do BTS. As entradas referem-se à arrecadação do câmbio, da venda dos materiais recicláveis arrecadados pelo lastro e doações. Por outro lado, as saídas de reais são realizadas na cessão dos empréstimos e conversão de moedas sociais por reais, oferecidas aos empreendimentos, compras das barracas, materiais de divulgação e alimentos.
- Plano de pagamento de crédito: é utilizada para planejar e monitorar a cessão dos microcréditos cedidos aos empreendimentos. Para isso, devem-se registrar os dados do empréstimo, como: data, valor, número de prestações e taxa de juros. Com isso, sabemos qual o valor de cada prestação. Por fim, monitoram-se os pagamentos, lançando o valor e a data de cada prestação paga.
- Volume de insumos disponíveis: é utilizada para monitorar a conversão de moedas sociais por reais, realizada pelos empreendimentos. Inserindo o valor do microcrédito, sabemos o valor das cotas mensais de conversão. A cada mês, o valor da conversão é registrado, demonstrando o volume ainda disponível de reais para cada empreendimento.

Contexto da AMRMC

O projeto Banco de Trocas Solidárias do Centro de São Paulo (BTS-Centro) foi iniciado em setembro de 2006 e funciona até hoje (dezembro de 2012). Ele foi desenvolvido em parceria com a Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV). A ITCP-FGV implementou

a metodologia do BTS na AMRMC e captou recurso com o HSBC por um ano, renovando-o para mais três anos, para a realização do projeto, e a AMRMC entrou com a experiência de doze anos com adultos em situação de rua e a infraestrutura para a execução do projeto BTS.

A Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC) foi criada em 1994, fruto de uma parceria do PNE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) com a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), e é hoje um centro de referência para moradores de rua reconhecido pelo seu trabalho inovador, que vai muito além de uma abordagem assistencialista. Com capacidade para receber 200 pessoas no espaço que foi cedido em comodato pela prefeitura municipal de São Paulo, a associação tem diversificado suas atividades e ampliado suas parcerias.

1.5. O trabalho Coletivo da Associação

Apesar de a AMRMC possuir um convênio com a prefeitura para a prestação de serviços à população em situação de rua, recebendo auxílio financeiro e ficando obrigada a servir alimentação e permitir o uso de equipamentos para a higienização pessoal para determinado número de pessoas em situação de rua, a AMRMC desenvolve outras atividades socioeducativas, de acordo com sua missão.

As atividades socioeducativas constituem-se em programas ou simplesmente oficinas que buscam “promover um processo de fortalecimento pessoal, motivação e conquista de uma maior autonomia”(Associação Minha Rua Minha Casa, sem data). Podem se referir a atividades de lazer, cultura, trabalho e cuidados pessoais, que visam o restabelecimento de vínculos fora da sociabilidade adquirida na condição de morador de rua, e estimula os sujeitos a

buscar autonomia, quebrando a situação de dependência e de assistencialismo.

Trata-se de uma postura que vem desde o início do trabalho da OAF, de não “fazer por” e sim “fazer com”, e visa destacar a ampliação do protagonismo, estimulando a percepção dos sujeitos não como recebedores de um serviço, simplesmente, e sim como participantes ativos, sujeitos propícios a buscar direitos e exercer deveres (Idem, *ibidem*).

Para o seu funcionamento, a AMRMC possui uma equipe de educadores, um profissional de assistência social e um de psicologia, além da coordenadora, que ficam responsáveis pelas atividades cotidianas da associação. Somam-se a eles também funcionários que ajudam na portaria, como vigilantes, e na cozinha, como cozinheiros. No início do projeto, havia o Programa de Geração de Renda – Caminhos Produtivos e a Oficina Escola, com educadores que ficavam responsáveis por acompanhar mais de perto os grupos produtivos formados por pessoas em situação de rua frequentadoras da AMRMC.

A metodologia da AMRMC constituía-se, assim, em três fases. Na primeira, os usuários buscavam ser atendidos, principalmente, em suas necessidades básicas, como alimentação e higiene; guardar ou retirar documentos; conseguir encaminhamentos para albergue, saúde e documentação. É chamada de “Olhar para si”. Na segunda fase, os usuários, chamados agora de usuários participantes, participavam de equipes de cooperação (onde colaboram com atividades realizadas para atender o público) – Apoio, Manutenção, Cozinha e Jardinagem – e grupos de artesanato. As equipes e os grupos envolvem processos de capacitação, funcionando como núcleos-escolas. São essas pessoas que cooperam para que a AMRMC possa oferecer seus serviços aos participantes da tarde. Esta fase chama-se “Olhar para si e para o mundo”. A terceira fase, por fim, chamada “Olhar para o mundo”, envolve um processo educativo preparatório para o encaminhamento da pessoa a programas de

geração de renda ou para a saída da AMRMC, em busca de sua autonomia (seja preparando-se para o mundo do trabalho, seja buscando formar algum empreendimento, revertendo a postura de dependência em relação à rede socioassistencial).

Essa metodologia de trabalho da AMRMC casou-se com a metodologia de aproximação das pessoas em situação de rua com as atividades do BTS-Centro. As quatro fases de aproximação da AMRMC corresponderiam: primeiramente, aos momentos em que a pessoa participaria da feira recebendo doações de 2 mirucas ao entrar, para garantir a alimentação; a segunda, ao momento em que o usuário começa a participar das equipes da AMRMC e colabora para a organização da feira antes e durante, recebendo pagamento do banco; e a terceira corresponderia ao momento em que o associado passa a realizar as conversões de mirucas por reais, para a produção de produtos que são levados para feiras de trocas, e receber microcrédito para a aquisição de equipamentos. Acrescenta-se uma nova fase com o BTS, uma fase em que os empreendimentos desenvolvidos dentro do mercado protegido da FTS, estando com os processos produtivos consolidados, começam a participar de eventos e feiras em reais. Nesse momento, recebem microcrédito oficial, em reais, e pagam em reais, não mais com moeda social. Esse recurso para os microcréditos é oriundo dos apoiadores financeiros do projeto, o Instituto HSBC e a Campanha da Fraternidade. A tabela abaixo ilustra as fases da AMRMC e do BTS.

Metodologia			
1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE: Rede de Grupos
“Olhar para si”	“Olhar para si e para o outro”	“Olhar para o mundo”	“Fortalecimento da autonomia”
Acolhimento e atividades socioeducativas (com inserção de voluntários e educadores)	Torna-se associado	Constituição de Grupos de Geração de Renda dentro dos princípios da Economia Solidária/ Formação.	Estratégia coletiva de comercialização
Atividades			
<ul style="list-style-type: none"> . Cuidados pessoais; . Oficinas artesanato; . Oficina cultural; . Oficina mutirão (lanche/limpeza); . Encaminhamento (social, jurídico, saúde, documentos); . Participação das FTS; . Doação de mirucas. 	Participação em núcleos-escolas - Equipe Jardinagem - Equipe Apoio - Equipe Manutenção - Unidade Produtiva Participação das FTS - Cotas 20 (geração individual de mirucas) - Troca de produto - Cultura - Participação nos Grupos Colaboração	- Oficina Escola (Arte Cidadania e Artesanato Consciente) - Programa de Geração de Renda Caminhos Produtivos. Participação das FTS e BTS - Conversão de R\$ 200 por mês . - Microcrédito para equipamentos	Feira em reais Feira Solidária Anhangabaú Feira de FEI Feira da prefeitura Feira Estadual de Economia Solidária - Microcrédito Oficial para Grupos (recurso do câmbio)
Resultados Esperados			
Convivência/ Vínculo/Melhoria da qualidade de vida	Terapêutico/ Organização e Motivação para o Trabalho	Educação para o Trabalho	Apropriação do Trabalho

Tabela 3 : Fases de implantação da feira de trocas sociais

Estratégia do BTS-Centro

O projeto tem como objetivo criar um ambiente propício à formação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, para iniciarem atividades econômicas associativas e solidárias, gerando renda, inclusão social e desenvolvimento local. Para isso trabalhamos em parceria com outras organizações que já acompanham esses grupos produtivos.

Ele é desenvolvido pela Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC), que trabalha com pessoas em situação de rua no centro de São Paulo e conta com o apoio financeiro do Instituto HSBC Solidariedade e apoio técnico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV).

O projeto organiza uma feira de troca solidárias que funciona uma vez por mês, aos sábados, na sede da AMRMC, na rua Dr. Lund, 361, Baixada do Glicério. Essa feira comercializa produtos e serviços através de uma moeda social chamada miruca, que só pode ser utilizada para comprar os produtos na própria feira. Utiliza essa moeda para estimular as trocas e facilitar a comercialização dos produtos oferecidos, já que ela fica circulando dentro da feira.

Na feira de trocas os grupos têm facilidade de vender seus produtos, cria-se então um ambiente ideal para o desenvolvimento das atividades de treinamento para geração de renda (como gestão financeira, atendimento ao cliente, comunicação visual, melhoria da qualidade dos produtos e formação em Economia Solidária), ambiente chamado de mercado escola. Esse mercado escola possibilita que os empreendimentos realizem seu giro produtivo, ou seja, que possam comprar matérias-primas, produzir e comercializar seus produtos. Estando nesse ciclo, os empreendimentos tendem a melhorar

gradativamente a qualidade de seus produtos, os seus custos, a sua capacidade de negociar, contabilizar e gerir seu grupo de maneira autogestionária, rumo à sua profissionalização e consolidação. Além disso, o ciclo gera o ambiente ideal para trabalhar as questões do cooperativismo, Economia Solidária e autogestão.

Os grupos apoiados pelo projeto BTS participam da feira vendendo seus produtos por miruca, tendo a possibilidade de, mensalmente, trocar mirucas por reais, também chamada de conversão (cada miruca equivale a 1 real), para a reposição de matérias-primas, além de pegar um empréstimo feito para a compra de equipamentos e material de comunicação, que pode ser pago em mirucas, viabilizando que o grupo possa crescer e se fortalecer para levar produtos cada vez melhores, fortalecendo sua prática empreendedora.

Por fim, os grupos participam de feiras e eventos para gerar oportunidades de comercialização de seus produtos por reais e iniciar a geração de renda de fato.

Os grupos em 2007 participavam e organizavam a feira solidária do Anhangabaú (que funcionava com reais), realizada mensalmente no centro de São Paulo. Atualmente participam das atividades comerciais do Mercosol, apoiados pela ITCP-FGV, com destaque para as feiras realizadas no Conjunto Nacional, que no ano de 2011 teve um faturamento de R\$ 28 mil com participação de 13 empreendimentos. A figura abaixo ilustra as principais áreas que o banco desenvolve com EES.

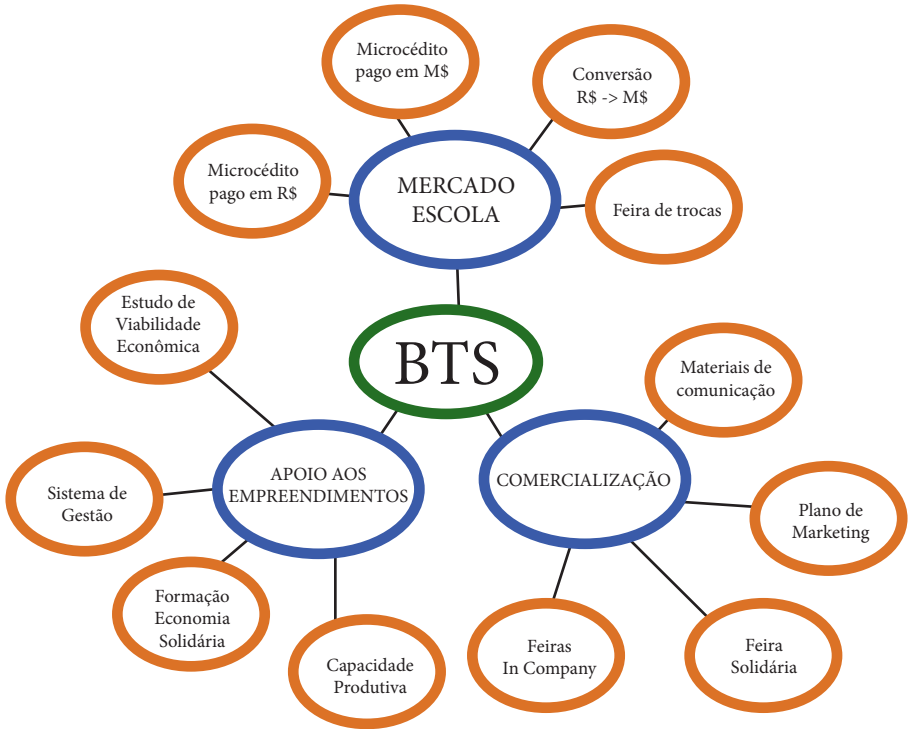


Figura 3: Eixos de ação do Banco de Trocas Solidária

1.5.1. Parceiros que contribuíram ao longo do projeto BTS

Programa Extensão de Serviços à Comunidade da USP (Pesc-USP)

O apoio de estudantes do Pesc-USP no projeto BTS teve seu início em junho de 2006, durante esses cinco anos o projeto BTS recebeu cinco grupos de estudantes, tendo o primeiro grupo uma participação fundamental para a implementação do BTS na AMRMC; o segundo estudou formas de aprimorar a organização da feira e a sua divulgação; o terceiro estudou

a contabilidade de cinco empreendimentos apoiados pelo BTS-Centro; o quarto grupo realizou o estudo da viabilidade econômica do empreendimento Quero Mais Salgados; e o quinto e último grupo estudou a gestão do BTS e a circulação da moeda social na FTS.

Projeto Metuia

De 2008 até 2010 o projeto Metuia, com estudantes de terapia ocupacional da USP, apoiou a feira de trocas na sua organização, divulgação e, durante as feiras, com a realização de oficinas de confecção de brinquedos feitos com materiais recicláveis e atividades lúdicas com as crianças.

Estágio de Psicologia da Unip

Projeto Enriquecendo nas Relações

Orientador: Luis Guilherme Galeão

Estudantes: Beatriz de Deus Boa Sorte e Rodrigo Tadeu Pereira

Universidade Paulista – Unip

Data: Abril/2009

Os estagiários fizeram contato com os grupos (cooperativas e cooperados) que participavam da feira de trocas solidárias do centro, conheceram o local, as pessoas, a dinâmica das relações presentes nesses grupos, bem como suas necessidades e possibilidades de trabalho. Esse contato ocorreu através de visitas dos estagiários às feiras de trocas, utilizando o método de roda de conversa, em que foram reunidas pessoas do mesmo grupo ou de grupos diferentes.

O objetivo deste projeto foi viabilizar, tanto às cooperativas como aos cooperados assistidos pela ITCP-FGV, a possibilidade de compreenderem seus papéis na dinâmica da cooperativa ao qual são pertencentes, assim como na “rede” em que estão inseridos.

Através de reuniões de grupos e, se necessário, atendimentos a cooperativas de maneira individualizada, procura-se auxiliar os indivíduos inseridos nessas “redes” a identificarem-se com o propósito do projeto e, com isso, compreender a sua importância e a do outro nessas relações.

Acredita-se que, conforme constatado em terapias de grupos, mudanças aconteçam através da troca de experiência e nas relações, e buscamos, através deste projeto, possibilitar isto: a troca de uma experiência enriquecedora entre cooperativas e cooperados.

Desafios e Soluções

1.6. Dificuldades e Avanços, Descobertas e Mudanças

Ao longo do seu desenvolvimento, muitas foram as dificuldades, e diante delas é que foi sendo criada uma série de técnicas para, primeiramente, pôr em prática a ideia inicial e, depois, aprimorar o trabalho do projeto. Como já foi descrito desde o início, a organização das feiras de trocas solidárias e o funcionamento do Banco de Trocas Solidárias tiveram que se alinhar com a estrutura da AMRMC, tanto a física quanto a de pessoal.

Durante o seu desenvolvimento, o projeto possuiu várias fases e eventos marcantes. Primeiramente, de outubro de 2006 a dezembro de 2007, podemos dizer que foi a fase de implementação do projeto, em que as ideias iniciais se confrontaram com a realidade. A lógica de funcionamento do banco já

estava estruturada, posteriormente houve apenas algumas modificações, mas ficou mais claro que, para o desenvolvimento de empreendimentos capazes de se inserir no mercado oficial e de articular um desenvolvimento local, era preciso mais tempo.

Depois desse primeiro ano e meio, em junho de 2007, o projeto foi renovado, dessa vez por mais três anos. Com a perspectiva de ampliar o atendimento aos grupos produtivos populares e a empreendedores individuais.

À medida que ia se complexificando a gestão da feira e do banco, foi sendo desenvolvida uma série de planilhas de controle das movimentações financeiras e do desempenho de vendas das barracas da AMRMC e de empreendimentos durante a feira, assim como práticas administrativas rotineiras, como estão descritas na parte 1.1. No âmbito da gestão financeira e da gestão operacional, o avanço do Centro SP foi grande, e as técnicas podem servir de modelo para outros bancos e outras feiras de trocas. Nesse sentido é que se caminha para um plano antigo e ainda em projeto de transformar essas planilhas num software, que traria mais agilidade e facilidade às atividades do BTS-Centro.

A ideia era também ir aumentando a circulação da moeda no cotidiano da AMRMC. Assim, passaram a ser realizados bazares, com as roupas e calçados recebidos como doação, em que os associados e usuários participantes podiam comprar com a moeda social ou com o saldo de sua conta-corrente pessoal. As moedas sociais podiam ser adquiridas tanto na feira quanto uma semana antes dela, quando o trabalho das equipes da AMRMC valiam algumas mirucas, que seriam retiradas no dia da feira de trocas ou depositadas na sua conta-corrente. Para melhor exercer tal controle, foi criada, também, uma planilha de frequência, com os valores de cada dia, que passou a ser preenchida pelos educadores da AMRMC. Além disso, começou-se a aceitar trocar

materiais recicláveis de resíduos sólidos por mirucas, que no início serviram de matéria-prima para empreendimentos de artesanato. Mais tarde esses empreendimentos deixaram de aproveitar o material, mas a prática já estava consolidada. Para isso também foram criadas planilhas e procedimentos que somavam mirucas para as pessoas em situação de rua durante o mês.

Com relação aos empreendimentos, apareceram alguns problemas. Dos cinco grupos produtivos apoiados pelos BTS em 2007, três encerraram suas atividades econômicas. Os grupos de alimentação Nova Geração e Chá Franciscanos, compostos por adultos em situação de rua, tiveram seu fim devido a sua fragilidade interna, dificuldade na autogestão e ao fato de quase todos os membros estarem em tratamento de dependência química e alcoólica. O terceiro grupo, o Limpe Bem, acabou por ter sua sede lacrada pela Anvisa por falta de alvará de funcionamento. Restando apenas dois grupos no projeto, foi alterado o perfil do público-alvo, que no início era focado especialmente em grupos de adultos em situação de rua, e passou a atender pessoas em situação de vulnerabilidade social podendo desenvolver atividade econômica individual ou coletiva. Assim, percebeu-se também que o trabalho com pessoas em situação de rua não era tão simples e exigia mais cuidados e uma metodologia própria.

A interrupção do programa Caminhos Produtivos, de fomento à geração de renda, da OAF, que possibilitava um apoio mais cuidadoso aos grupos produtivos formados pelas pessoas em situação de rua que frequentavam a AMRMC, fez com que empreendimentos formados pela população em situação de rua fossem enfraquecendo até se desmobilizar. Esse foi o destino do grupo Motiró e do grupo de alimentação.

Deve ser lembrado também que a realidade da AMRMC, e da população em situação de rua em geral, é rotativa, 150 a 200 pessoas passam pela

AMRMC todos os dias, muitas somente pela refeição, outras em busca de assistência social, que, uma vez conseguida, podem não mais aparecer na AMRMC. As pessoas, então, que participavam desse grupo produtivo, sendo novas, precisariam de um educador para auxiliar nas atividades. Sem esses educadores a inserção de pessoas novas ficava comprometida. A AMRMC tentou por algum tempo manter um oficinairo para orientar o Motiró e fazer com que os educadores e funcionários da equipe da cozinha tentassem realizar essa assistência. Mas a forma de trabalho mais precária não produz o mesmo resultado.

A realidade delicada dessas pessoas, a marginalização, o preconceito e os problemas com drogas, vindos antes ou depois da entrada delas na condição de moradores de rua, obrigou uma adaptação na estratégia. O caso de um empreendimento que se findou por conta de conflitos internos, mesmo sendo apoiado por uma ONG, é um exemplo dessa realidade, que, se não leva ao fim de outros, é ao menos uma grande dificuldade com que eles têm que lidar. Optou-se por apoiar também empreendimentos autônomos, com um valor de conversão de mirucas em reais para compra de matérias-primas e insumos um pouco menores.

Já os estudantes da Unip que realizaram intervenções junto aos grupos produtivos que participavam da feria de trocas solidárias destacaram a vulnerabilidade dessas pessoas, que pode ser um elemento explicativo da dificuldade de trabalho em grupo e de aprendizado prático de tarefas, processos e reflexão sobre a constituição de um grupo produtivo. São decorrência dos próprios processos de exclusão social e econômica que os levaram à situação de rua, que deixam marcas profundas na subjetividade dos indivíduos. Em seu relatório de estágio, citam um psicólogo que explica essa condição da seguinte forma:

A humilhação social corresponde a um caso particularmente doloroso de angústia: um afeto mórbido derivado da exposição do homem pobre a mensagens de inferioridade social. Mensagens que lhe são assiduamente dirigidas pelos outros e pela cidade. Mensagens verbais e também mensagens mudas: são palavras ou são circunstâncias públicas que lhe parecem como o perpétuo lembrete de que não estão em casa (GONÇALVES FILHO, 2000 apud SANTOS et al, 2009, p. 5).

Esse é um dos fatores que deve ser considerado quando se leva em conta a dificuldade encontrada para que as pessoas em situação de rua sigam os princípios da feira e a lentidão de aprendizado na gestão do seu empreendimento. Soma-se a isso, também, a grande quantidade de pessoas com baixa escolaridade e analfabetas. Esses problemas ultrapassam a capacidade da metodologia do projeto, sendo problemas estruturais de deficiência educacional da sociedade brasileira, mas são obstáculos que podem atrapalhar o projeto. Por conta disso, a educação popular tem grande importância na postura dos educadores. É também essencial manter as parcerias com outros projetos, para que esses assuntos sejam trabalhados com os associados e usuários da AMRMC.

Essa questão delicada fica na mão dos educadores da AMRMC. Porém, assim como foram interrompidos os programas de geração de renda, houve uma diminuição no salário dos educadores, fato esse que começou a gerar evasão e uma grande rotatividade de educadores, algumas vezes sem experiência com grupos populares, que deviam aprender sobre a metodologia da AMRMC e do BTS-Centro. Por não permanecerem o tempo suficiente, saíam sem entender a metodologia do BTS, e o trabalho assim ficava sem

avançar, quando não regredia. Nesse sentido se caminha no projeto para sistematizar a integração da metodologia do BTS com a da AMRMC, considerando uma ênfase na postura do educador diante dessa realidade complexa e delicada das pessoas em situação de rua, para que a formação dos educadores seja garantida. É uma tentativa de combater esse problema, mas a sua solução mesmo se dá em outras instâncias.

Diante dessa situação, a saída do BTS foi mapear, na sua mudança de público-alvo, empreendimentos econômicos solidários da região central apoiados por organizações sociais e os convidar para participar do projeto, iniciando, assim, um novo ciclo com novos empreendimentos.

Dentro da feira de trocas, a falta de produtos de primeira necessidade na feira de trocas solidárias do centro fez com que a AMRMC começasse a buscar doações desses produtos, no intuito de oferecê-los nas feiras. Isso possibilitou o consumo desses produtos (como produtos de higiene pessoal, açúcar, farinha e sal) pela população em situação de rua, que, de outra forma, a eles não teria acesso. Há uma grande procura por esses bens nas feiras de trocas, enquanto alguns produtos de artesanato, de costura e de decoração têm alguma dificuldade para serem vendidos.

As feiras em reais são a saída para isso, como a feira solidária do Anhangabaú, uma articulação de entidades e movimentos no centro de São Paulo, mas que não teve continuidade devido a problemas com lideranças locais e com o poder público. A saída foi a realização de feiras itinerantes em empresas e eventos. Na última dessas feiras, realizada no Conjunto Nacional em dezembro de 2011, alguns empreendimentos conseguiram realizar vendas no valor de mais de R\$ 2 mil.

Um fato a considerar, sobre o qual há alguns indícios, é a dificuldade de empreendedores com uma condição menos precária e de um público com

mais condições de comprar produtos que não sejam de primeira necessidade frequentarem a AMRMC e conviver com a população em situação de rua. É uma questão que marca o bairro Baixada do Glicério, onde a população de rua se ajunta, onde muitos são vítimas de um trabalho quase escravo de sucateiros, do qual não é possível se livrar com facilidade. Uma divisão espacial que traz embutida uma questão social, um preconceito. Esse tipo de pensamento com relação à população em situação de rua pode impedir que a feira de trocas solidárias expanda o seu público para uma população de classe média, que teria a renda para consumir esses produtos, para além daquelas pessoas que se interessam pela Economia Solidária, ou por trabalhos sociais. Daí a solução pelas feiras itinerantes em empresas ou lugares de melhor circulação, que é capitaneada pela Agesol (Agência de Comunicação e Comércio Solidário), uma organização ligada à ITCP-FGV.

As dificuldades já elencadas dos programas e educadores, somadas às dificuldades da população em situação de rua e à mudança do público-alvo, fizeram com que somente dois empreendimentos formados pela população em situação de rua conseguissem participar dessas feiras. Das feiras de maneira contínua, apenas duas senhoras, que participavam da OAF Pinheiros, participam, mas como individuais. O encaminhamento dessas pessoas para o trabalho continua, mas, devido a uma conjuntura adversa (que pode ser de um apoio insuficiente da prefeitura, de diminuição de recursos na OAF-SP, de mudanças políticas em nível federal da entidade de classe de assistência social e uma dificuldade de trabalhar com a população em situação de rua), não como se esperava no começo do projeto, com grupos produtivos que se formariam dentro da AMRMC e amadureceriam nas feiras até acessarem o microcrédito. Uma cooperativa de catadores ligada à OAF, a Coopamare, tem sido um dos principais destinos com relação a trabalho dos associados da

AMRMC. Atualmente, pode-se resumir a estratégia do BTS e da AMRMC por meio da seguinte tabela.

Convivência e autonomia para o trabalho na AMRMC e no BTS



Tabela 4: Trajetória de inclusão da população de rua para o mundo do trabalho

Ainda que tenha muitos desafios, o projeto traz muitos frutos. A partir da experiência do BTS-Centro, foram criados dois outros bancos de trocas solidárias, um no Centro de Convivência e Cooperativa de Santo Amaro (Cecco Santo Amaro) e um no Jabaquara, com sede na AME Jabaquara, formando duas outras redes de empreendimentos. Alguns empreendimentos chegam até a participar das outras feiras, numa rica troca de experiências e

articulação. A partir daí, de uma forma espontânea, começaram a circular moedas desses outros bancos nas diversas feiras de trocas solidárias, fazendo com que os bancos de trocas dessas redes começassem a aceitar essa moeda e a realizar o câmbio das diferentes moedas entre si.

Um impacto local positivo é a participação da comunidade do bairro nas feiras de trocas solidárias. Há um público além das pessoas em situação de rua, formado pelas pessoas de baixa renda do entorno, que, como já dito, se caracteriza por altos índices de pobreza. A feira de trocas solidárias serve como um evento cultural na região, e muitas pessoas vêm trazer produtos para serem trocados no lastro ou para vendê-los.

O projeto também teve influências com mudanças em políticas públicas. Sua experiência contribui para a aprovação da Lei n° 14.731, de 20 de maio de 2008, que institui a feira municipal de Economia Solidária – Ecosol – e as feiras regionais de Economia Solidária das subprefeituras – Ecosol regionais – no município de São Paulo.

Essa lei pode ser uma boa estratégia para o tal desenvolvimento local, mas ainda há uma série de desafios a ser superados. Para resumir, dentre os vários tipos de desafios, podemos esboçar uma divisão em quatro tipos de problemas: 1) problemas de gestão e/ou logística; 2) problemas de ordem material, falta de equipamentos, instrumentos, recursos financeiros; 3) problemas metodológicos e pedagógicos. Para o primeiro e o último já há um grande avanço, mas para o segundo há problemas estruturais e conjunturais.

Por fim, um grande desafio que é mais palpável é a apropriação das pessoas da gestão do banco, que, ainda que tenha avançado, algumas questões técnicas ficam nas mãos de um conselho gestor limitado entre técnicos, os funcionários e a coordenação da AMRMC. Além de um desafio metodológico, há uma limitação de ordem estrutural, própria da realidade das cooperativas, porque

os empreendimentos teriam que conciliar mais uma atividade além da produção, comercialização e capacitações.

Considerações Finais

Não há como negar o importante papel que a feira de trocas solidárias e o banco de trocas têm entre a população de rua no centro de São Paulo. As feiras de trocas são eventos culturais em que se criam e recriam culturas, e se pode ressignificar a dolorosa experiência da rua. É um encontro, é uma possibilidade de recriar uma sociabilidade com confiança, na qual se pode recuperar a solidariedade. As feiras de trocas, as moedas sociais e o banco de trocas ajudam sobremaneira a criar outro ambiente, protegido, para se recriar uma sociabilidade sofrida.

As técnicas criadas para as trocas ajudam, mas não são mágicas. Existe todo o problema de educação de uma população oprimida, excluída, explorada e descartada pela economia oficial, com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo avançando na periferia em crescimento. Muitos problemas estruturais são mais difíceis de resolver.

Como estratégia de inclusão de empreendimentos, têm conseguido inserir empreendimentos em situação de vulnerabilidade social, com êxitos com relação a resultados econômicos e sociais, e caminhando para a consolidação de uma rede. Entretanto, as pessoas em situação de rua poderiam também tentar ingressar nesse caminho, mas para isso seria preciso mais apoio do poder público em programas de inclusão produtiva. Esses problemas mais estruturais e conjunturais atrapalham também uma expansão maior do projeto. A dependência de escrita de projetos e apoio privado, ainda que dê maior liberdade no uso de recursos, não visa atender, pela sua própria natureza, a universalidade das pessoas.

Referências

AMRMC. **Manual de referência para equipe técnica**. AMRMC, sem data.

BARROS, D.D.; LOPES,R.E.; REIS,T.A.M.; MALFITANO.A.P.S. População adulta em situação de rua: Resgatando percursos e construindo projetos – A experiência do projeto Metuia. In: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2002, João Pessoa. I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Anais. João Pessoa : Universidade Federal da Paraíba / Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, 2002. v. 1. p. 58-58. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/direitoshumanos/rua.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, S.R.; BARROS, D.D.; GALVANI, D. “Vida na rua e cooperativismo: Transitando pela produção de valores”. In: Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 18, 2005. p. 601-610.

GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação social: Um problema político em psicologia. Conselho Federal de Psicologia, artigo n° 62, março de 2000. ITCP – FGV. Gestão financeira do Banco de Trocas Solidárias. ITCP-FGV, 2007.


Prefeitura do município de São Paulo. Lei n° 14.731, de 20 de maio de 2008.

SANTOS, F.C.S.; L. RODRIGUES; L.T. PEREIRA. **Relatório de estágio para curso de psicologia da Unip Pompeia**. Unip Pompeia, 2009.

SINGER, P.I. “Uma solução não-capitalista para o desemprego”. In: Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.



UFSCar



CONSUMO, COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS NA INCOOP/ UFSCAR: HISTÓRICO, FORMAÇÃO E AVANÇOS

Patrícia Guarany Cunha Santos

Danilo Ferreira Malta

Tatiane Marina Pinto de Godoy

Apresentação

Este texto traz as experiências acumuladas pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop/UFSCar) e as reflexões que delas se fizeram em temas estratégicos para a Economia Solidária. Isso não significa que todos os demais temas tratados no projeto Articulação ITCPs sejam menos importantes na consolidação de uma economia que valorize o homem e não o capital. No entanto, se nos basearmos na afirmação de Marx (2008) de que não há produção

sem consumo, tanto quanto sem a distribuição e a troca, veremos que os empreendimentos econômicos solidários (EES) encontram na esfera da troca o elo importante para que sua produção seja consumida.

Se o consumo está diretamente relacionado à produção, a comercialização solidária entra em campo como uma das formas de troca que aproximam produtor e consumidor. Pensar em novas formas de comercialização que incluam valores pautados pela solidariedade e cooperação é uma das demandas da Economia Solidária e, nesse sentido, vê-se que as finanças solidárias podem ir além de incrementar a produção dos EES. Elas fomentam a produção, mas também ampliam as condições de consumo e fazem circular novas referências de valores.

A estrutura que apresentamos aqui se apoia em três momentos: o primeiro relata a maneira pela qual a Incoop UFSCar tem trabalhado com os referidos temas ao longo de sua atuação até o início da formação no projeto Articulação ITCPs; o segundo descreve como se deu o processo de formação a partir de julho de 2011 e; o terceiro faz indicações dos caminhos que a incubadora começou a trilhar a partir das contribuições e dos avanços do projeto.

1. Estudos e Atuação da Incoop/UFSCar Anteriores ao Projeto Articulação

Dos três temas da terceira formação do projeto Articulação ITCPs, o tema Consumo foi aquele trabalhado há mais tempo e de forma sistemática pela Incoop UFSCar. O desenvolvimento desse tema deve-se à parceria com o grupo ConsumoSol (Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável). De acordo com Cortegoso¹ (2008) uma das práticas de interesse para a

1 Ana Lucia Cortegoso é docente coordenadora da Incoop UFSCar e membro do ConsumoSol.

Economia Solidária é a de consumo. A autora afirma que essa prática produz consequências que podem estar relacionadas com problemas sociais atuais relevantes devido ao sistema econômico vigente. O tema Comercialização foi discutido de forma mais pontual junto aos EES assessorados pela Incoop UFSCar que enfrentavam dificuldades nessa questão. Já a temática Finanças Solidárias começou a ser estudada mais recentemente com a estruturação da equipe de incubação do Banco Comunitário Nascente.

O ConsumoSol é um grupo articulado pela Incoop/UFSCar, em atuação desde 2004, formado por componentes da equipe da incubadora e por membros da comunidade de São Carlos de maneira geral. Seu objetivo é realizar reflexões sobre os padrões de consumo vigentes em nossa sociedade e apoiar o consumo ético e solidário, especialmente por meio da articulação entre empreendimentos e consumidores e pela promoção de eventos econômicos solidários (como compras coletivas e feiras de trocas) e educativos (como apresentação de filmes relacionados aos objetivos do grupo e discussões sobre a temática – Cine ConsumoSol).

Esse grupo, formado por psicólogos com atuação e/ou parceria na Incoop UFSCar, trabalha na perspectiva de que essa área de conhecimento pode

(...) contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária à medida que pode descrever ações de pessoas que participam de EES e pode também indicar formas de promover comportamentos considerados adequados do ponto de vista da EcoSol como tomar decisões por meio de autogestão, preservar o ambiente no processo de produção, entre outros (CORTEGOSO, CIA E LUCAS, 2008 apud MÉDICI, 2011).

A parceria entre Incoop/UFSCar e ConsumoSol tem qualificado as discussões sobre as práticas de consumo nesses dois coletivos. Além da realização de estudos e debates que buscam questionar e mudar hábitos de

consumo de seus participantes, a parceria tem colaborado com estratégias para consumir produtos e serviços oferecidos pelos EES incubados pela Incoop/UFSCar. O quadro a seguir apresenta os objetivos do ConsumoSol.

Quadro 1 – Objetivos do ConsumoSol

- 1) Promover um padrão de consumo que corresponda ao mínimo necessário para atender a necessidades humanas e dos seres em geral, significativas e relevantes, de modo a produzir melhor equilíbrio no acesso a produtos e serviços por todos e com maior grau de conservação ambiental.
- 2) Promover produção, comercialização e uso de diferentes produtos e serviços necessários ao atendimento de necessidades humanas e dos seres em geral, desde que garantidas características como: melhor qualidade possível; preço justo; processo ético de produção de bens/prestação de serviço; adequação aos princípios de conservação da natureza, ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos e serviços (incluindo concepção, produção, comercialização, utilização e destinação pós-uso), promoção da saúde humana, preservação da diversidade biológica e de processos naturais sustentadores da vida, prevenção e prudência diante dos limites do conhecimento.
- 3) Promover a inclusão social para o maior número possível de pessoas, tanto no processo de produção e comercialização quanto no de consumo, com acesso a produtos e serviços com as características propostas.
- 4) Dar preferência a produtos e serviços: de origem local, de modo a fortalecer a economia local, passando a abrangências maiores conforme não existam produtos e serviços próximos ou em função de outras prioridades previstas (por exemplo, possibilidade de inclusão, oferta por empreendimentos solidários etc.); preferencialmente oriundos de empreendimentos solidários, ou que apresentem potencial para contribuir com a construção de relações solidárias no interior da economia.
- 5) Capacitar produtores, fornecedores, distribuidores e consumidores (membros do grupo ou não) para produzir, fornecer, distribuir, adquirir e utilizar produtos e serviços com essas mesmas características.
- 6) Favorecer a educação alimentar e o consumo de produtos mais adequados para a saúde.

- 7) Incentivar e facilitar a relação ética e respeitosa entre produtores, fornecedores, distribuidores e consumidores, por meio de fidelidade, transparência e integração das atividades desses atores.
- 8) Apoiar também empreendimentos que, mesmo atendendo a apenas parte das características previstas, possam vir a melhorar suas condições de funcionamento na direção dos objetivos do grupo.
- 9) Promover a cultura local, valorizando a diversidade cultural, o conhecimento e a identidade das comunidades tradicionais nas transações comerciais.
- 10) Contribuir para a construção de práticas de produção, comercialização e consumo baseadas em valores que questionem as regras dos mercados vigentes (incluindo os de trabalho, da ciência, da tecnologia, das mercadorias, do dinheiro, da comunicação, da publicidade, da cultura etc.), priorizando: bem-estar do ser humano (vs das corporações), benefício coletivo (vs apenas individual), ganho social (vs ganho e acúmulo financeiro), cooperação (vs competição), prevenção (vs apenas remediação).
- 11) Buscar e consolidar relações com outras iniciativas similares, em redes de cooperação solidária.
- 12) Pautar-se, em seu funcionamento, pelos princípios do cooperativismo, como: livre acesso, adesão voluntária, participação coletiva e democrática dos membros, autogestão, cooperação e intercooperação.
- 13) Monitorar os processos de funcionamento do grupo, permanentemente, por meio de indicadores diversos.

Dentre as atividades desenvolvidas na parceria entre ConsumoSol e Incoop/UFSCar estão as compras coletivas. Ainda que as atividades estejam temporariamente suspensas no período que corresponde a esta descrição, mensalmente circula entre os membros da incubadora uma planilha com os produtos oferecidos não apenas por EES incubados pelo Incoop UFSCar, mas também por outros grupos de São Carlos. A variedade de produtos

oferecidos inclui alimentos, tanto in natura como processados, como é o caso de massas frescas e pães, bem como produtos de limpeza.

Assim como para os EES em geral, tal qual mostram os diferentes dados e informações sobre a Economia Solidária no Brasil, o tema da comercialização sempre foi uma dificuldade enfrentada pelos grupos incubados pela Incoop/UFSCar. Reverter o trabalho incorporado aos produtos e serviços oferecidos pelos EES em ganho econômico que suporte a sua sobrevivência e a de seus membros é um dos fatores centrais que implicam a existência permanente dos grupos.

Diferentes experiências foram vividas pelos grupos incubados pela Incoop/UFSCar. Da venda dos serviços para órgãos governamentais, como foi o caso das cooperativas de limpeza e alimentação Cooperlimp e Coopercook, à facção na qual se viu dependente a cooperativa de costura Coosturarte, passando pelos espaços tradicionais de comercialização dos produtos artesanais como as feiras, sejam elas de Economia Solidária ou daquelas que reúnem empreendedores individuais. O que se pode explicitar sobre essas experiências é que a particularidade de cada produto e serviço exige uma estratégia de comercialização diferente, que deve levar em consideração as especificidades daquilo que é produzido na Economia Solidária. As condições de trabalho, por exemplo, são determinantes para que um EES consiga oferecer seus serviços para órgãos governamentais. Os casos da Cooperlimp e da Coopercook são notórios nesse sentido. À medida que passaram a concorrer, e ganhar, em editais públicos em condição de igualdade (inclusive mais vantajosa porque essas cooperativas não têm fim lucrativo) com empresas capitalistas, tornaram-se vulneráveis em razão de uma legislação que não contempla as especificidades do trabalho associado no contexto da Economia Solidária. Assim, à medida que os serviços oferecidos por essas

cooperativas ganharam visibilidade, também se tornaram alvo de lobbies que se viram ameaçados de perder um mercado que sempre dominaram.

Da facção a que se vê dependente a Coosturarte pode-se afirmar que um sistema de comercialização solidária mudaria a situação atualmente enfrentada. Sair dessa condição é uma dificuldade que a incubadora e o EES vêm enfrentando nos últimos anos.

Colocar no mercado os produtos da Economia Solidária exige estratégias que se diferenciam das daqueles produzidos em massa. Isso porque a produção da Economia Solidária é na sua maioria artesanal. Ela emprega outro tempo de trabalho e, por isso, outro valor. Consequentemente o custo é maior, assim como geralmente é o preço dos produtos da Economia Solidária. Um sistema que considere o preço justo, em que produtor e consumidor se aproximam e tornam vantajosos para ambos a comercialização e o consumo, é um dos desafios que a Incoop/UFSCar tem enfrentado.

De 1998 até 2006 a centralidade da atuação da Incoop/UFSCar foi a incubação de EES em diferentes territórios, o que contribuiu para criação e consolidação de empreendimentos em várias cadeias produtivas, como limpeza, alimentação, costura, artesanato, resíduos, marcenaria, horta orgânica, derivados da cana orgânica, entre outros, atuando em diferentes municípios como São Carlos, Matão, Catanduva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras. Realizou, também, articulação com parceiros como prefeituras municipais, sindicatos e entidades da sociedade civil, além de elaborar e executar diversos projetos.

A partir de um balanço crítico interno realizado no início de 2007, a Incoop/UFSCar assumiu como forma de atuação preferencial a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos com os quais a incubadora atuava e que apresentavam potencial de ampliação e consolidação da Economia Solidária.

A Incoop/UFSCar passou, então, a atuar em dois territórios (urbano e rural) com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial. O território urbano foi, e ainda é, o bairro Jardim Gonzaga e entorno, localizado na cidade de São Carlos, SP. O território rural foi um assentamento localizado na cidade de Itapeva, SP.

Em 2008 foi formada uma equipe de finanças solidárias e compras coletivas, composta de pesquisadores e estudantes de graduação preocupados em experimentar diferentes iniciativas de finanças solidárias e organizar compras coletivas de produtos e serviços que se organizaram em quatro eixos temáticos: banco comunitário², feira de troca, banco de tempo e compras coletivas (em que há economia devido à compra em escala). Em 2009, após uma reestruturação da estrutura e funcionamento da Incoop/UFSCar foi constituída uma equipe de finanças solidárias com a responsabilidade de estudo e atuação na temática. Foram propostas no âmbito dessa equipe iniciativas de finanças solidárias como o banco comunitário, banco de tempo (em que a moeda é o tempo), feira de trocas e compras coletivas.

Sendo a estratégia de atuação da Incoop/UFSCar para desenvolvimento territorial ampliar e articular iniciativas de Economia Solidária por meio da consolidação dos EES existentes e de seu protagonismo no processo de criação e implantação de novos empreendimentos e iniciativas solidárias, é de fundamental importância o fomento a iniciativas de finanças solidárias. Nesse momento, a equipe entendia que tais iniciativas congregam o conjunto de esforços para a disponibilização de recursos monetários a pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional e o conjunto de tecnologias

² Banco Comunitário é um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda de acordo com os princípios da Economia Solidária (Relatório Proninc, 2008).

sociais que contribuem para a criação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários. Tais medidas contribuem para o fortalecimento da produção e do consumo local, de forma a potencializar a integração social e relações comunitárias.

Descrevemos nessa primeira parte a atuação da Incoop/UFSCar em cada um dos temas dessa terceira formação. A seguir, uma análise da atuação da incubadora durante o processo de formação em consumo, comercialização e finanças solidárias.

2. Articulando Práticas e Saberes: O Processo de Formação da Equipe Incoop/UFSCar

A participação da Incoop/UFSCar nos estudos sobre os temas de comercialização, consumo e finanças solidárias se desenvolveu em diferentes frentes. Na busca por melhores resultados na formação da equipe, algumas estratégias foram elaboradas. Uma delas consistiu na articulação interna da incubadora com outras equipes que têm atuação nos temas abordados nesse ciclo de estudos. Também foi uma estratégia a realização de um evento surpresa para a equipe, com o objetivo de promover uma discussão sobre comercialização e consumo usando ferramentas de marketing. Além disso, a equipe local do projeto esteve presente nas formações realizadas em reuniões presenciais do projeto Articulação ITCPs, bem como em discussões via videoconferência ao longo dos cinco meses que se seguiram para a preparação do terceiro seminário do projeto. Por fim, o levantamento das práticas de alguns dos EES assessorados pela Incoop/UFSCar teve papel importante para uma compreensão mais ampla das dificuldades e das potencialidades que apresentam esses temas.

O que esta parte do texto apresenta trata de uma descrição do processo de formação da equipe Incoop/UFSCar no período de preparação do comitê gestor para a realização do terceiro seminário do projeto Finanças Solidárias, Comercialização e Consumo Solidário. Apresentado o histórico das experiências da Incoop/UFSCar anteriores ao momento descrito nesse segundo momento do texto, o que se pretende é relatar como essa formação está subsidiando o debate de novas questões que esses temas suscitaram para a equipe.

2.1. Levantamento e Sistematização das Práticas nos Empreendimentos Assessorados pela Incoop/UFSCar

Assim como se apresenta nos dados parciais do Sies (Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária, 2005 e 2007), uma das principais dificuldades dos EES incubados pela Incoop/UFSCar está na comercialização de seus produtos e serviços. O retorno do investimento realizado na produção é uma das condições para reprodução dos empreendimentos econômicos solidários. A troca é uma das esferas imprescindíveis de reprodução da atividade econômica e dos sujeitos envolvidos nas suas práticas. Os empreendimentos de produção solidária necessitam da troca tanto quanto os empreendimentos de produção capitalista, pelo simples fato de que a produção precisa ser consumida para que possa ser novamente produzida (GODOY, 2009, p. 8). É importante entender de que maneira se dá essa relação na Economia Solidária.

O comércio é uma das formas de troca. Outras formas existem e a Economia Solidária tem desenvolvido algumas delas. Feiras e clubes de trocas são alguns dos exemplos. Aprimorar essas formas de troca de modo a propiciar que a cooperação e solidariedade extrapolem a esfera da produção

é um dos desafios.

A propriedade social dos meios de produção na Economia Solidária elimina a exploração do homem pelo homem no “chão da fábrica”, nas relações de produção limitadas ao espaço propriamente restrito da produção material. Fora dos muros da produção está a contradição. Se dentro dos empreendimentos as relações sociais de produção podem ser caracterizadas por relações mais horizontais e igualitárias, fora de seus muros imperam as relações sociais capitalistas de produção, desiguais, baseadas em hierarquia. Na distribuição e na troca o produto da Economia Solidária concorre frontalmente com o produto da economia capitalista (GODOY, 2009, p. 146).

Superar essa dificuldade é o desafio dos empreendimentos econômicos solidários. Para os empreendimentos assessorados pela Incoop UFSCar não é diferente. A depender do tipo de produção do empreendimento essa dificuldade vai para além de vender aquilo que produzem. Algumas especificidades implicam a maneira pela qual os produtos são divulgados. A informalidade do empreendimento restringe a sua cartela de clientes. Esse é o caso dos empreendimentos que produzem produtos de limpeza. As exigências da fiscalização sanitária para comercialização desses produtos implicam uma divulgação muito limitada e, conseqüentemente, numa comercialização que ainda não garante um retorno que possibilite aos trabalhadores desses empreendimentos não depender de outras fontes de rendimento.

O processo produtivo, ainda limitado pelas condições técnicas, também impede que a escala de venda seja ampliada. Espaço restrito, número reduzido de trabalhadores por empreendimento e demanda de soluções técnicas para o processo produtivo em si, como a demora na secagem do sabão feito a partir da reciclagem de óleo, são algumas das dificuldades de

produção que têm relação direta com o processo de comercialização. Nos casos levantados para essa sistematização todas essas questões aparecem nos quatro empreendimentos das cadeias de limpeza e confecções.

Um levantamento realizado junto aos empreendimentos assessorados pela Incoop UFSCar no segundo semestre de 2011, com o objetivo de formular diretrizes de políticas públicas, indicou que o acesso a condições para comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária apresenta, de maneira geral, uma incipiente estrutura e condições de comercialização da produção da Economia Solidária, bem como práticas de consumo desfavoráveis a ela, mesmo no âmbito da Economia Solidária.

Apareceram de forma mais específica algumas demandas, tais quais:

- . garantia de condições de legalização para empreendimentos solidários (por exemplo, possibilidade de atendimento a exigências de vigilância sanitária);

- . garantia de logística para distribuição e comercialização de produtos, no território e no município;

- . divulgação de produtos e serviços da Economia Solidária para potenciais consumidores;

- . compra pública dos produtos de uma potencial marcenaria (por exemplo, compra de brinquedos educativos pelas escolas).

A partir dessas demandas foram relacionadas algumas diretrizes para formulação de políticas públicas que atendessem as necessidades dos EES:

- . realização de compras públicas de produtos e serviços da Economia Solidária;

- . criação de espaços permanentes de comercialização, no território e no município;

- . facilitação da participação de empreendimentos em oportunidades de comercialização no município, como feiras;

- . formação para o consumo ético, responsável e solidário;
- . defesa da revisão da lei de licitação para se ajustar às necessidades da Economia Solidária.

Para a implementação dessas políticas públicas algumas formas foram sugeridas por EES, gestores públicos e assessores dos empreendimentos:

- . reserva de percentual para compras públicas;
- . formulação de editais públicos que possibilitem a participação dos EES (por exemplo, segmentados, de modo que EES menores também tenham condições de concorrer);
- . criação de mercado público de Economia Solidária, centro de comércio justo e solidário;
- . benefícios e facilidades para produtores locais da Economia Solidária (ou de outros lugares quando não houver oferta local), de modo que a comunidade tenha acesso a produtos da Economia Solidária, em feiras;
- . criação de uma Escola de Consumo no município.

2.1.1. Finanças Solidárias na Incoop/UFSCar

Dentre as equipes da Incoop UFSCar está a de finanças solidárias, responsável pela meta: Análise da Viabilidade de Implantação de Diferentes Iniciativas de Finanças Solidárias: Feiras de Trocas Solidárias, Banco de Tempo, Cooperativa de Crédito, Banco Comunitário, Moeda Social, Compras Coletivas. A equipe de finanças solidárias trabalha na incubação de duas iniciativas de Economia Solidária no Jardim Gonzaga (bairro com índice de alta vulnerabilidade social em São Carlos) e adjacências: um clube de trocas solidárias e um banco comunitário. O primeiro empreendimento começou seu processo de constituição em outubro de 2010. Participam das atividades

do clube de trocas no momento em que relatamos essa experiência um grupo de aproximadamente 15 mulheres da comunidade e, apesar da rotatividade, atualmente há cinco mulheres consolidadas no grupo. Elas se encontram uma vez por mês para realizar trocas solidárias de objetos e saberes. Já o início das discussões sobre a viabilidade de implantar um banco comunitário na comunidade se deu no final de outubro de 2010, e fazem parte do grupo cinco mulheres moradoras do Jardim Gonzaga e do Pacaembu.

A equipe de trabalho é composta de membros da incubadora (professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação) e membros do território de atuação da Incoop UFSCar (os agentes de desenvolvimento local – ADL). Essa equipe tem sido responsável por planejar e implementar atividades sobre finanças solidárias, construídas conjuntamente, dentro dos dois tipos de iniciativas financeiras propostos.

A atuação da equipe Incoop/UFSCar e das ADLs conjuntamente proporcionou uma relação de confiança e de diálogo constante sobre a situação da comunidade. Essa estratégia de diálogos para o clube de trocas e banco comunitário colaborou em parte para a rearticulação da associação de moradores, fruto também do trabalho e envolvimento do antigo coordenador da meta. A equipe tem o entendimento de que a estratégia de colaboração com movimentos emancipatórios como a associação de moradores do Jardim Gonzaga constrói reivindicações e mobilização política para o aumento da qualidade de vida e maior acesso aos direitos de cidadania.

O levantamento realizado junto aos EES assessorados pela Incoop/UFSCar também indicou as condições para acesso a crédito e implantação de um sistema de finanças solidárias. Os EES têm dificuldade de iniciar a atividade produtiva ou de serviços e de formalizar seu funcionamento em razão da falta de capital e das exigências das instituições financeiras para

acesso a crédito, que usualmente não podem cumprir; alto custo do crédito, quando este é possível de ser alcançado em instituições financeiras.

Demandas específicas foram apresentadas nesse levantamento:

- . apoio financeiro ou de crédito para aquisição de máquinas, matéria-prima e capital de giro para a Coosturarte;
- . apoio ao clube de trocas no Jardim Gonzaga e entorno;
- . aquisição de matéria-prima (grupos da cadeia de limpeza LimpSol e Sabão Recicla, Maria & Fuxicos);
- . criação de um fundo para o Banco Comunitário Nascente no Jardim Gonzaga.

Das soluções possíveis por meio da implementação de políticas públicas foram propostos:

- . destinação de recursos públicos municipais para constituição de um fundo para empréstimo produtivo (microcrédito) para bancos comunitários;
- fomento aos clubes de trocas no município de São Carlos.

O apoio aos EES, tanto por parte das incubadoras, quanto dos gestores públicos, de organizações não governamentais, entre outros, promoveu, por muito tempo, a formação e a produção. Grupos, nas mais diversas atividades, foram apoiados sistematicamente na aprendizagem de ofícios e na produção dos diversos produtos e serviços. Entretanto, a troca das mercadorias ainda é um campo pouco explorado. É fundamental que o produto se reverta em ganho econômico para que o trabalhador reproduza suas condições de vida. Do contrário constata-se o esvaziamento dos empreendimentos e a priorização, por parte do trabalhador, das atividades que garantam a sua reprodução, mesmo que de forma precária ou degradante. Estabelecer estratégias que facilitem a troca, por meio de suas diferentes formas, tais quais a comercialização, os clubes e feiras de trocas, por exemplo, com a utilização

de moedas sociais e outros instrumentos no âmbito das finanças solidárias é um caminho promissor para os empreendimentos. Algumas experiências estudadas pelo projeto Articulação ITCPs durante o período de formação do comitê gestor e preparação do III Seminário indicaram, por exemplo, como um sistema de finanças solidárias mobiliza comunidades e dinamiza a economia local.

2.1.2. Formação da Equipe Local nos Temas

Os temas trabalhados na terceira formação do projeto Articulação ITCPs já estavam no foco de atuação da Incoop/UFSCar, como foi relatado na primeira parte deste texto. O tema de finanças solidárias, por exemplo, está estruturado na estratégia de desenvolvimento territorial que a incubadora da UFSCar vem realizando há alguns anos. Parte dos integrantes da incubadora atua sistematicamente na consolidação de um consumo ético, solidário, responsável, por meio de uma articulação de consumidores com compras coletivas e outras atuações como feira de trocas e mudança de hábitos de consumo.

Dessa forma os temas não eram novidade na atuação da Incoop/UFSCar, mas, durante a formação para o projeto, que teve início em julho de 2011, com a primeira discussão presencial do comitê gestor, foi possível aprofundar conceitos e trocar experiências com as demais incubadoras que formam o coletivo do projeto.

Para entender quais são as potencialidades da Economia Solidária enquanto uma nova forma de produzir, de trocar, de consumir e, ainda, de viver, a contraposição com as práticas hegemônicas acaba sendo uma maneira de visualizar as diferenças, as fragilidades e os limites, e o quê de

cada experiência estudada pode ser extrapolado para a formação de outros coletivos. Se pudéssemos resumir, muito superficialmente, o principal objetivo do projeto Articulação ITCPs está em fazer com que a atuação em cada incubadora seja aprimorada a partir da troca de experiência, de saberes e de fazeres. Este é o objetivo da equipe local do projeto na Incoop UFSCar: atuar na articulação entre os coordenadores técnicos (ou formadores, como se diz nas demais ITCPs) e o comitê gestor, buscando levar as experiências desenvolvidas pela UFSCar e trazer para o coletivo local maneiras de superar dificuldades já vivenciadas por outras incubadoras.

Nessa terceira formação a equipe local conseguiu aproximar melhor os demais membros da Incoop/UFSCar do contexto do projeto. Algumas oficinas foram organizadas nesse sentido. O ConsumoSol, por exemplo, ofereceu uma oficina sobre práticas de consumo para o comitê gestor do projeto. O foco dessa formação foi repensar hábitos e lugares de consumo. Para o tema das finanças solidárias a equipe responsável por coordenar as ações de formação do Banco Comunitário Nascente, em São Carlos, apresentou para o comitê gestor a maneira com a qual a Incoop/UFSCar tem construído, juntamente com os moradores, uma estratégia de desenvolvimento territorial que tenha o banco comunitário como fomentador e articulador de empreendimentos. O banco comunitário no Jardim Gonzaga adquiriu centralidade ao longo da execução do projeto de desenvolvimento territorial da Incoop/UFSCar a partir da mudança da estratégia centrada no protagonismo de quatro cooperativas, que ao longo do período foram encerradas, por ação do Ministério Público, ou ainda reestruturadas, em razão da fusão com outras cooperativas do mesmo setor.

Experiências que indiretamente estão ligadas à atuação da Incoop/UFSCar também foram abordadas na formação. A Universidade Federal

de São Carlos possui uma rádio comunitária que promove, entre outros eventos, o Festival Contato há alguns anos. Uma das práticas desse festival é a circulação da moeda social Contato, que paga os serviços e produtos daqueles que trabalham no festival.

Entender como a moeda social dinamiza a economia local foi um dos avanços que o projeto trouxe. Os textos que relatavam experiências, aliados às visitas, por exemplo, ao Banco União Sampaio, permitiram compreender o que está por trás da circulação de um papel-moeda local.

2.1.3. Articulação Interna com as Equipes de Formação para Economia Solidária e ConsumoSol

Uma nova estratégia foi posta em prática pela equipe local do projeto Articulação ITCPs na terceira formação. Foram realizadas a aproximação e a construção de ações articuladas entre as equipes de finanças solidárias, formação em Economia Solidária e ConsumoSol.

Da articulação entre equipes de formação e ConsumoSol dois produtos principais foram obtidos: uma oficina com os temas de comercialização e consumo e uma enquete com a equipe da incubadora sobre os temas de maior interesse e as contribuições para formulação de novos materiais nos temas indicados. Essa enquete está em processo de avaliação pela equipe de formação em Economia Solidária.

A oficina realizada sobre comercialização e consumo teve desde a sua concepção a proposta de provocar uma reflexão sobre a maneira como o consumidor é conduzido pelas estratégias de marketing. Na divulgação sobre a oficina optou-se por não apresentar sobre o que trataria exatamente o evento para o qual todos os membros da incubadora estavam convidados.

Apenas para aguçar a curiosidade de todos foram espalhados cartazes, telas de proteção dos computadores e e-mails sem autoria com os dizeres sobre um grande evento em tom de propaganda.

Embora a autoria e o propósito da oficina tenham sido descobertos alguns dias antes da sua realização, a dinâmica atingiu, em parte, os resultados esperados. Dessa oficina saiu a construção de uma nova classe de comportamento para o método de incubação e o compromisso dos participantes de mudar hábitos de consumo depois da realização de uma dinâmica de tribunal em que as práticas de um “consumidor-personagem” foram discutidas.

As características elencadas desse consumidor, que mesclava hábitos responsáveis, éticos e solidários com outros que não condiziam com esses princípios, suscitaram um amplo debate na oficina, do qual se destacam alguns pontos principais como o que condiciona o consumo. Assim, foram destacados:

- . preço;
- . tempo de deslocamento e de validade dos produtos;
- . indução ao consumo de produtos tecnológicos;
- . obsolescência programada dos produtos;
- . tempo determina o que consumimos (micro-ondas);
- . falta de opção entre os produtos e serviços atualmente oferecidos pelos EES;
- . o livre-arbítrio é limitado pelas condições;
- . não basta a mudança individual, é preciso mudar o sistema;
- . o consumidor organizado pode mudar o sistema;
- . é difícil conseguir o ideal diante da hegemonia.

Algumas conclusões saíram dessa oficina: a primeira é a de que não

existem inocentes ou culpados no consumo. O que é necessário é a busca permanente pelas melhores alternativas de consumo, desde que elas existam. Por outro lado, temos que considerar que a Economia Solidária ainda não produz todas as alternativas ao modelo de consumo tradicional. As práticas individuais pouco interferem na mudança de um novo padrão de consumo, mas a articulação de consumidores e produtores pode induzir à construção de uma nova lógica que favoreça a produção local e solidária.

3. O Projeto Articulação ITCPs e as Contribuições para a Incoop/UFSCar

Diante do histórico apresentado na primeira parte deste artigo, e com as vivências do trabalho da equipe no projeto Articulação relatadas na segunda parte, é possível observar a atuação da Incoop UFSCar nos temas relacionados a finanças solidárias, consumo responsável e comercialização.

Embora essa temática proposta pelo projeto Articulação ITCPs já seja abordada pela Incoop UFSCar em metas de atuação e pelo ConsumoSol, os estudos realizados pelo comitê gestor foram de importante contribuição nas questões que seguem:

- . formação da equipe local do projeto Articulação ITCPs;
- . integração entre equipes com diferentes focos de atuação;
- . ampliação dos conhecimentos adquiridos previamente;
- . rediscussão interna dos temas, contribuindo para a formação da equipe da Incoop UFSCar;
- . reflexões individuais e em grupo importantes para a transformação de nossas ações no dia a dia.

Desde que iniciamos os estudos sobre o tema de finanças solidárias, a equipe local do projeto Articulação ITCPs na UFSCar passou a acompanhar

a formação das agentes de desenvolvimento local (ADL), responsáveis pela estruturação do Banco Comunitário Nascente, contribuindo com este processo. Buscamos participar das atividades de divulgação do banco na comunidade, nas quermesses do bairro e em algumas das inúmeras reuniões que foram realizadas com os diferentes segmentos sociais locais, como igrejas, terreiros, comerciantes, moradores e associação dos moradores. Também estivemos presentes em momentos de arrecadação de fundo para as atividades iniciais do banco, como a venda de pizzas, organização de bingo e venda de pastel em eventos do bairro.

Nesse processo de acompanhamento foi possível visualizar na prática o que foi estudado e discutido no comitê gestor do projeto, e fomos além. Também presenciamos como a prática da Economia Solidária e os processos de cooperação e colaboração não são conceitos fáceis de serem incorporados ao dia a dia de um indivíduo, seja ele profissional de EES, membro da incubadora ou não.

Dentro dos EES há, no mínimo, dois elementos de intersecção entre os profissionais: a necessidade de recursos financeiros para sobrevivência e o conhecimento para o desenvolvimento do que está sendo produzido. Nos empreendimentos que foram o foco desse terceiro estudo do projeto Articulação ITCPs, saber costurar é ponto comum entre as integrantes dos grupos Maria & Fuxicos e Coosturarte, e saber as etapas da produção de sabão e produtos de limpeza é ponto comum entre os grupos LimpSol e Sabão Recicla. No coletivo do Banco Comunitário Nascente, com as ADLs, a intersecção é o interesse e o empenho em participar das atividades de formação de um banco comunitário, e acreditar no banco comunitário como uma ferramenta propulsora do desenvolvimento do território à medida que contribui com o fomento e a articulação de EES. No entanto, há inúmeras

diferenças entre esses profissionais, o que gera muitas vezes atritos e desentendimentos.

A maneira como os indivíduos compreendem os conceitos “colaboração”, “cooperação”, “gestão do trabalho de forma horizontal”, entre outros, da Economia Solidária, é muitas vezes distinta, ocasionando desgastes entre os profissionais ou até rupturas nos grupos. Estar inserido no sistema capitalista, no qual a competição é uma das maiores características, é um argumento notável neste contexto, pois colaborar e cooperar dentro deste sistema têm conotação individualista, na qual todos colaboram para que poucos obtenham sucesso, diferente da proposta da Economia Solidária. Tal fato demonstra a importância dos processos formativos dentro dos EES em Economia Solidária, na qual todos cooperam para o sucesso do grupo. Andrada (2006) tem uma reflexão a esse respeito:

Em relação a isso, deve-se levar em conta um agravante importante: esses trabalhadores nasceram e se desenvolveram para o trabalho sob a égide de uma organização social capitalista, pautada pelo assalariamento, pela subordinação, pela divisão capital-trabalho, pela competitividade, enfim, por uma ordem francamente diferente daquela proposta pela Economia Solidária – a partir da qual, agora, assumiram o desafio de viver e trabalhar, ainda que “lá fora” a situação não tenha passado pelo mesmo processo de reorientação (Andrada, 2006).

Durante o processo de acompanhamento das ADLs, esse tipo de conflito apareceu em duas circunstâncias. As agentes passaram por um período de desconfiança entre elas, o que foi solucionado a partir de diálogo franco entre todos os participantes da equipe (ADLs e pessoas da Incoop UFSCar

que participam do processo de acompanhamento da criação do banco comunitário), e os constantes momentos de formação em Economia Solidária pelos quais passaram³.

A partir do processo desenvolvido nesse terceiro momento de formação do projeto Articulação ITCPs em comercialização, consumo e finanças solidárias, a Incoop/UFSCar construiu transformações, tanto individuais e coletivas, como no trabalho desenvolvido pela incubadora. Seguem abaixo as principais diretrizes e contribuições estabelecidas.

3.1. Inserção de uma Nova Classe de Comportamento no Método de Incubação

Durante o processo de debates sobre como seria realizada a formação da equipe da Incoop/UFSCar juntamente com a equipe de formação em Economia Solidária e o ConsumoSol, as discussões sobre consumo e comercialização apontaram lacunas relacionadas aos dois temas dentro das ações da incubadora. Sobre consumo será apresentado nos pontos 3.2 e 3.3. Sobre comercialização observamos a ausência do tema no método de incubação da Incoop UFSCar e trilhamos o caminho na busca da construção dessa nova classe de comportamento como um dos resultados de nossa atividade formativa.

Na formação em comercialização realizada com integrantes da incubadora foram relatadas dificuldades dos EES em comercializar seus produtos, como ausência de profissionais nos EES para a produção de grandes encomendas, a

3 Formação realizada pela equipe Incoop UFSCar; ida à Fortaleza para fazer curso no Banco Palmas; formação realizada pelo Nesol (Núcleo de Apoio às Atividades em Economia Solidária - USP).

não legalização de funcionamento dos EES (como apontado anteriormente) e a falta de habilidade em divulgar os produtos em diferentes meios de comunicação. Baseando-se nas dificuldades apresentadas e na maneira como a incubadora entende a comercialização, elaborou-se coletivamente a classe de comportamento “assessorar empreendimentos para comercializar”.

A Incoop/UFSCar contava com 22 classes de comportamento no método de incubação, que englobavam desde o momento de união do grupo e escolha do tipo de empreendimento e produto que será produzido até o acompanhamento do grupo após a consolidação de seu funcionamento. Além dessas, estão em fase de inserção cinco novas classes, dentre elas a classe “assessorar empreendimentos para a adoção de práticas de consumo ético, solidário e responsável” e “assessorar empreendimentos para comercializar”. Para compor a nova classe de comportamento sobre comercialização foi necessário responder a quatro questões:

- . em que situações ocorre/deveria ocorrer?
- . o que a incubadora leva/deve levar em consideração?
- . o que é esperado como resultados?
- . como a incubadora deve atuar no processo de assessoramento?

As dificuldades do empreendimento para garantir a comercialização do produto, necessidade de realizar ou aperfeiçoar procedimentos de comercialização e lacunas de conhecimento de membros de empreendimentos sobre processos adequados de comercialização, dentre outras, são situações que a incubadora necessita atenção para poder auxiliar no processo de incubação. Dois pontos importantes, dos seis levantados como resultado esperado do assessoramento para comercializar, são as necessidades de as pessoas serem atendidas e produtos e serviços comercializados realizados com preço justo. Como ação esperada da incubadora, esta deverá manter estudos atualizados,

compartilhados com o grupo assessorado, de viabilidade econômica e técnica e capacitar permanentemente os EES para o consumo e comercialização éticos e responsáveis.

3.2. Debate sobre Mudança de Hábitos da Equipe Incoop/UFSCar

Na atividade realizada em que se discutiu o perfil de um consumidor comum, conclusões foram apontadas questionando os hábitos individuais e coletivos da equipe da Incoop/UFSCar. A proposta da atividade foi debater sobre as práticas individuais e a inquietação “É possível ser um consumidor plenamente ético, solidário e responsável?”.

Para a consolidação desse debate, buscamos realizar uma atividade descontraída, em que todo o coletivo presente pudesse participar ao mesmo tempo. A atividade foi a dramatização de um julgamento de um consumidor hipotético, no entanto muito real, visto as ações dos indivíduos da Incoop UFSCar, que contou com juiz, promotores, advogados de defesa e júri popular. A questão colocada para o julgamento foi se este é um consumidor que segue as diretrizes apontadas pela Economia Solidária, sendo ético, solidário e responsável (defesa realizada pelos advogados), ou se é um consumidor inadequado (argumento relativo à promotoria).

Durante a atividade os participantes foram encontrando argumentos que classificavam o consumidor hipotético⁴ das duas maneiras apontadas acima, chegando à conclusão de que não é possível classificar um consumidor que adota algumas práticas economicamente solidárias de maneira emblemática, sendo, portanto, considerado um consumidor inadequado, entretanto responsável, considerando as limitações da oferta de produtos da Economia

⁴ O perfil do consumidor debatido na atividade encontra-se em anexo.

Solidária.

No debate posterior à atividade, questões de visível relevância foram discutidas e serão apresentadas a seguir como reflexões do grupo:

. os princípios da Economia Solidária necessitam ser debatidos e apresentados aos indivíduos desde criança, quando estão aprendendo a atuar dentro da sociedade, sendo uma forma de mudança social;

. ao consumir, os indivíduos buscam atender as suas necessidades de consumo, e não suprir as necessidades de desenvolvimento de um grupo ou território;

. o livre-arbítrio é limitado pelas condições e possibilidades apresentadas em cada situação;

. as mudanças individuais são importantes, no entanto não bastam. É necessário mudar o sistema, e consumidores organizados, agindo de forma coletiva, podem mudar o sistema;

. não há ainda oferta de EES nem para produtos de necessidades básicas;

. o que é ser um consumidor consciente num mundo capitalista?

. Para indivíduos com baixas condições financeiras, o preço justo torna-se viável?

Sobre a postura de consumo adotada pelos membros da equipe da Incoop/UFSCar ocorreu um debate interessante, ainda sem respostas. Parte da equipe considera que, para que a assessoria dos empreendimentos ocorra de maneira coerente nas questões relativas ao consumo ético, responsável e solidário, os integrantes da incubadora necessitam ter práticas de consumo condizentes com a proposta da Economia Solidária, para posteriormente poder capacitar os indivíduos dos EES. Outra parte da equipe considera que, apesar de não adotarmos todas as práticas solidárias possíveis, podemos capacitar as pessoas para um consumo responsável, pois frequentemente iremos nos deparar com

situações em que não é possível realizar a prática, mas indicá-la aos EES assessorados.

Seguindo adiante no debate proposto, o coletivo concluiu que, apesar de todas as limitações existentes na prática da Economia Solidária, ainda há posturas e atitudes individuais e coletivas a serem transformadas na perspectiva de aproximação da teoria com a prática. Como finalização dessa atividade os integrantes da Incoop UFSCar presentes realizaram um acordo coletivo de mudança de hábitos de consumo que inclui, dentre outros, consumir em supermercado local, não em grandes redes; andar de bicicleta, utilizando menos os meios de locomoção individuais a combustível; consumir mais produtos de EES e de compras coletivas; plantar em casa verduras que consome e consumir menos produtos supérfluos.

3.3. Feira de Trocas Interna em Conjunto com o ConsumoSol

Ainda inserido no acordo coletivo de mudança de hábitos de consumo, relatado no item 3.2, a equipe propôs transformações para todo o grupo da incubadora.

Após amplo debate a respeito de hábitos de consumo e processos de comercialização, e na perspectiva de vivenciar diferentes práticas de finanças solidárias, foi proposta uma feira de trocas interna da Incoop/UFSCar, em conjunto com o coletivo do ConsumoSol. Para tanto, a primeira ação será a elaboração de uma lista de necessidades e ofertas dos membros da incubadora, para posteriormente ser possível elaborar uma dinâmica sobre as trocas. As compras coletivas também serão reestruturadas para serem colocadas em prática com maior adesão dos membros da incubadora.

Mesmo realizando o clube de trocas no território de atuação da

incubadora, muitos dos integrantes da Incoop/UFSCar não o frequentam por diferentes razões. Algumas das justificativas apresentadas são a distância do local onde reside, o dia da semana em que é realizado (aos sábados), a não compatibilidade de gostos e interesses com o que é oferecido para troca e o não interesse na participação. Entretanto, consideramos a experiência da troca importante para o processo formativo dos indivíduos que atuam com Economia Solidária, pois as pessoas fazem uma reflexão sobre os apegos e acúmulos materiais, exercitam a solidariedade, voltam a colocar em uso produtos e materiais que seriam descartados, além de desfrutarem do momento de integração e aproximação do coletivo que atua em conjunto, sendo essa uma ação considerada importante na formação da equipe.

3.4. Fórum sobre Dificuldades Encontradas no Site do ConsumoSol

Outra proposta levantada pela equipe foi a inserção de um fórum sobre as dificuldades encontradas para o consumo e comercialização de empreendimentos da Economia Solidária, na perspectiva de elaborar uma rede de demandas e ofertas de produtos de EES. O fórum será parte da página do ConsumoSol na internet.

3.5. Avanço no Debate Teórico

A partir das leituras, filmes e atividades de formação propostas pela Fundação Getúlio Vargas, foi possível ampliar o conhecimento prévio adquirido nos temas de estudo.

O tema Finanças Solidárias foi bastante abordado, trazendo para o conhecimento da equipe os princípios básicos da economia. Compreendemos

o contexto de trocas no qual a moeda surgiu, de que forma essa condição foi sendo ressignificada, tornando-se o início da implementação do sistema capitalista, e de que maneira o dinheiro deixou de ser um facilitador nas operações de troca e passou a ser o produto de consumo, que necessita ser acumulado.

Os estudos a respeito das diversas iniciativas em finanças na Economia Solidária, que passaram os clubes e feiras de trocas, as moedas sociais e o banco comunitário, trouxeram para a equipe um acúmulo de informações que foram ao encontro das atividades realizadas pelas ADLs e equipe de finanças solidárias na Incoop/UFSCar. As iniciativas de bancos comunitários de diferentes partes do país e a avaliação e gestão dos fundos rotativos solidários trouxeram, mais uma vez, a compreensão de que o desenvolvimento de um território tem alto percentual de ocorrência por meio das iniciativas de finanças solidárias.

Considerações Finais

A solidariedade restrita apenas à esfera da produção não é suficiente para o estabelecimento e reprodução da Economia Solidária. As formas econômicas distintas de troca é que podem implicar decisivamente a efetivação dessa economia. Para isso algumas adaptações, ou, se podemos chamar de cooptações contra-hegemônicas (GODOY, 2009, p. 155), expressam formas de troca que externamente aparentam aquelas mesmas do capitalismo, mas cuja função é, em princípio, diversa. O comércio e a moeda, dois instrumentos de troca tradicionais da economia capitalista, ganharam adjetivos que os qualificam para também servirem à Economia Solidária.

Emitidas por bancos comunitários de desenvolvimento, as moedas sociais

surgem como alternativa à troca direta de mercadorias. Entre a moeda social e a moeda nacional oficial não existe obrigatoriamente vínculo. Sua circulação é restrita aos grupos que participam da Economia Solidária local, tem como objetivo redistribuir os recursos dentro da comunidade e diminuir a centralização do poder econômico, como ocorre na economia capitalista. À medida que aumentam as transações comerciais, aumenta, também, a quantidade de moeda social em circulação na comunidade. A moeda social estabelece uma relação diferenciada com o dinheiro. Ela serve para movimentar a economia local e não para ser acumulada.

Dos três temas trabalhados nessa terceira formação do projeto, o Consumo foi aquele que mais deixou ânsias por discussões e respostas. Talvez pelo pouco tempo destinado nos estudos do comitê gestor, que acabou centrando forças em entender o sistema financeiro capitalista para contrapor as finanças solidárias.

Internamente a equipe local promoveu espaço de discussão sobre esse tema e, em seguida, será apresentada uma síntese dessa oficina. Mas algumas questões, do nosso ponto de vista, merecem nossa atenção.

Em sua tese de doutorado, Godoy (2009) levanta algumas questões sobre o consumo solidário. Mance (In HESPANHA et al., 2009, p. 74) afirma a importância da consciência de um consumo solidário, que não se revele apenas como ato econômico, mas também ético e político. Para esse autor o consumo é um exercício de poder que tanto pode fomentar a exploração do trabalhador e a destruição progressiva do planeta, quanto pode realimentar a produção solidária. A questão ocultada para Godoy (2009) é: para quem o consumo é um exercício de poder? Não será para quem pode escolher e dispõe de condições para fazê-lo? Uma de suas explicações está no fato de que a mercadoria da Economia Solidária tem um fator de produção que

tem um custo a mais. A justa remuneração do trabalhador implica um preço maior da mercadoria, que nem todos podem pagar, mesmo que tenham consciência do processo produtivo. Responsabilizar o consumidor por suas escolhas obscurece as relações sociais estabelecidas no modo de produção hegemônico. A massa trabalhadora convencional, de empresas capitalistas tradicionais, remunerada com os salários de exploração da mais-valia, tem condições de optar por mercadorias mais caras que, entretanto, significam a não exploração do trabalhador? O consumidor pode ser ético e responsável à medida que suas condições de reprodução lhe permitam o exercício do consumo como um ato de poder.

Referências

ANDRADA, Cris Fernández. **Onde a autogestão acontece**: revelações a partir do cotidiano. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2006, vol. 9, n. 1, pp. 1-14.

GODOY, Tatiane M. P. de. **O espaço da Economia Solidária**: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

HESPANHA, Pedro. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Anexo: Julgamento do caso “Consumidor”

Caso analisado: André da Silva Santos

Problemática: consumo responsável x consumo inadequado

Perfil do consumidor:

André da Silva Santos, trabalhador, 30 anos. Mora com a família. Faz compras para sua casa duas vezes por semana no hipermercado Carrão.

Com a nova lei de proibição do uso de sacolas plásticas, o mercado passou a adotar um dia sem sacolinhas. Por conta disso, André passou a refletir a respeito de seu consumo e a questionar seus amigos e familiares mais próximos sobre seus hábitos de consumo. Assim, no supermercado, André passou a não utilizar mais sacolas plásticas, levando sua própria sacola de pano. Além disso, ele procura comprar mais produtos in natura do que em conserva ou embalados. Costuma optar por produtos mais baratos, por exemplo, na compra de papel higiênico, escolhe as embalagens com maior quantidade do produto, o que barateia os custos. Evita levar embalagens não recicláveis para casa, por exemplo, bandejas de isopor, papéis metalizados. Consome biscoitos e bolachas industrializados que são demandados pelos seus filhos pequenos. Evita pegar panfletos de propaganda em semáforos ou na porta do mercado.

Sua vizinha produz sabão caseiro, portanto esse item não é adquirido no supermercado. Uma vez por semana compra chocolate da Dona Maria, que mora no quarteirão de cima da sua casa, cujo marido está desempregado. Na hora de comprar cerveja para o churrasco, sempre opta pelas latinhas anunciadas no intervalo do jornal a que assiste na TV.


Em casa, André separa os resíduos recicláveis e encaminha para a coleta,

e sua esposa utiliza os resíduos orgânicos para fazer composto para o jardim.

Com relação ao transporte, utiliza o carro todos os dias para se locomover.

Todo ano, ele troca os móveis e a decoração da casa, adquirindo mobiliário novo, doando os móveis antigos. Certa vez trocou uma cadeira por um vaso com sua irmã. A família toda gostou da ideia, e passaram a praticar trocas no momento de mudar a mobília.

André gosta muito de assistir a filmes no cinema com a família. Costumam ver filmes de grandes produtoras cinematográficas no cinema do shopping todo final de semana. Quando vão ao cinema, se alimentam na praça de alimentação, num restaurante por quilo, aproveitam para passear e olhar vitrines.



AVANÇOS NA CONCEITUAÇÃO COLETIVA DOS TERMOS AUTOGESTÃO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO NuMI-EcoSol/ UFSCar

Tatiane Marina Pinto de Godoy

Danilo Malta Ferreira

Patrícia Guarany Cunha Santos

Apresentação

O texto que apresentamos como resultado do processo de formação interna da equipe do NuMI EcoSol (Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de

São Carlos) procura expressar e analisar as discussões que se realizaram a partir dos três temas principais do quarto ciclo de estudos, que culminou no IV Seminário de Articulação de ITCPs: Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Economia Solidária, realizado em junho de 2012 com a coordenação do NuMI EcoSol.

Esse quarto ciclo de estudos foi organizado pela equipe do NuMI EcoSol e teve duas frentes de ação: a formação do comitê gestor do projeto, integrado pelas cinco incubadoras executoras do projeto, e a formação da equipe interna do NuMI EcoSol. Neste texto nos focaremos no processo interno de formação da equipe do NuMI EcoSol.

Dividido em três partes principais, o texto apresenta no seu primeiro momento uma contextualização sobre o histórico de discussão desses temas na Incoop/UFSCar anterior à realização dos estudos dessa quarta formação; no segundo momento, um relato das oficinas realizadas junto à equipe interna e, no terceiro momento, uma análise da contribuição desse ciclo de estudos para as discussões no NuMI EcoSol.

É preciso esclarecer que a Incoop/UFSCar foi sucedida pelo NuMI EcoSol em agosto de 2011. Por isso, em alguns momentos o texto apresenta ainda essa denominação para o período em que era essa a institucionalidade da equipe.

1. Acúmulo da Incoop/UFSCar nos Temas Anteriores ao Projeto Articulação ITCPs

Esta primeira parte contempla o acúmulo de discussão que a Incoop/UFSCar (hoje NuMI EcoSol) apresentava até o início do ciclo de formações nos temas Gestão do Trabalho, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

De 1998 até 2006 a centralidade da atuação da Incoop/UFSCar foi a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) em diferentes territórios. Assim, a Incoop/UFSCar contribuiu para a criação e consolidação de EES em diferentes cadeias produtivas, atuando em diferentes municípios e realizando articulação com diversos parceiros. A partir de um balanço crítico realizado no início de 2007, a Incoop assumiu como forma de atuação preferencial a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos assessorados e que apresentavam um potencial de ampliação e consolidação na Economia Solidária. A Incoop/UFSCar passa a atuar em dois territórios (um urbano e outro rural), com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial de ambos.

Naquele momento foi elaborado um projeto da modalidade de Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), intitulado “Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”. Esse projeto pautou os temas de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Incoop/UFSCar, que vinha aprofundando-os de forma sistemática, por meio de oficinas preparadas por alguns de seus membros.

Diferentemente, o tema de Gestão do Trabalho não foi estudado por meio de oficinas e estudos, mas de alguma forma vinha sendo aprofundado, como relatado a seguir.

1.1. Gestão do Trabalho

Diferente dos outros dois temas, este não foi foco de estudos sistematizados, seja por oficinas, seja por encontros formativos, pelo coletivo da Incoop/

UFSCar. No entanto, este é um tema que aparece com frequência no dia a dia de trabalho, sobretudo porque a autogestão foi escolhida como forma preferencial de gestão das atividades internas da equipe. Entendendo esta forma de gestão como questionadora de outras formas convencionais, hoje, a equipe do NuMI EcoSol vem aumentando sua compreensão sobre ela, na tentativa de seu exercício cotidiano.

A Incoop/UFSCar iniciou em 2007 o oferecimento semestral, tanto para a comunidade acadêmica, como para a comunidade externa, de uma disciplina na universidade, intitulada Aciepe (atividade curricular de integração ensino, pesquisa e extensão) sobre cooperativas populares e Economia Solidária, que ainda é atualmente oferecida pelo NuMI EcoSol. Por meio de diversas atividades, como encontros, oficinas, visita de campo etc., os discentes têm a possibilidade de aumentar o conhecimento sobre os diversos temas de interesse do NuMI EcoSol. Essa atividade também é uma oportunidade para que os temas sejam aprofundados pela equipe que tem o papel de fomentar as discussões.

No encontro da Aciepe sobre Economia Solidária e sistema capitalista é construído um quadro em que são comparados esses dois conceitos a partir de diversos aspectos. A dinâmica proposta para o preenchimento de tal quadro é a seguinte: O membro da equipe responsável pelo encontro apresenta os aspectos, e os participantes apontam as características dos dois conceitos referentes a cada aspecto. Um dos aspectos é a forma de gestão. Os participantes do encontro sinalizam que no capitalismo ocorre a heterogestão e que na Economia Solidária se busca a autogestão. Já a cogestão é identificada como forma de gestão intermediária.

Na assessoria aos EES, a Incoop/UFSCar elaborou ao longo dos anos um método de incubação próprio, no qual compreende a incubação como

assessoraria a grupos para formação de empreendimentos econômicos solidários, “por meio da oferta de subsídios e de acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação de resultados, por meio de relações dialógicas” (Método de incubação do NuMI EcoSol).

Esse método de incubação é composto atualmente de 24 classes de comportamento, sendo uma delas “Promover formação contínua e permanente de todos os membros do grupo para autogestão”. Ou seja, no processo de assessoria aos grupos incubados, o tema de gestão do trabalho é pautado na perspectiva da autogestão.

1.2. Desenvolvimento Territorial

O acúmulo do tema Desenvolvimento Territorial vem sendo adquirido a partir da experiência na execução de ações, desde 2007, que visam à formação de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos incubados num território foco, definido a partir de estudos prévios sobre as possibilidades de tal estratégia para a consolidação das iniciativas de Economia Solidária. Além da formação de redes e cadeias, a estratégia de desenvolvimento territorial traçada pela Incoop/UFSCar estabeleceu metas relacionadas ao acesso aos direitos de cidadania pela população moradora do território.

A Incoop/UFSCar realizou até 2007 ações em diversos municípios, focadas nos processos de incubação de EES. Percebeu-se a partir de então que

(...) um novo elemento que, em princípio, não recebera muita atenção das teorias que foram desenvolvidas a partir do questionamento do conceito

de desenvolvimento, é a situação geográfica em que se dão os processos de desenvolvimento. Levando em consideração que o espaço é um componente fundamental nas ciências econômicas e sociais, e que é no “lugar” que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, a espacialização ou territorialização do desenvolvimento passa, assim, a ter, segundo Boisier (1999), centralidade na discussão (Projeto Fapesp, 2008, acima mencionado).

O espaço e o território como categorias de análise passaram a ter centralidade na estratégia de atuação da Incoop/UFSCar, que começou, a partir de então, a considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e de práticas de cooperação. Entraram em consideração o território, os atores sociais, os mercados, as cadeias produtivas, os fluxos, as políticas públicas etc., e foi incorporado o debate sobre o desenvolvimento territorial, a sustentabilidade com dimensões além da econômica: social, cultural, político-institucional, ambiental e espacial.

A Incoop/UFSCar passou a adotar como estratégia o fomento ao protagonismo dos EES existentes para criação de novos EES e outras iniciativas de Economia Solidária. Outra estratégia adotada foi a de fomento à consolidação de cadeias produtivas solidárias.

Foram realizados em 2010 dois seminários internos para avaliação da estratégia geral de atuação da Incoop/UFSCar. Também foram realizadas duas oficinas sobre o tema, uma em 2011 e outra em 2012, esta última já contendo discussões e fazendo parte da formação do projeto Articulação ITCPs.

Uma mudança de estratégia importante ocorreu durante o primeiro

seminário interno, no qual se percebeu que a fragilidade dos EES existentes dificultaria o protagonismo destes no fomento à criação de novos EES e que não era estratégico para o momento continuar apostando na consolidação de cadeias produtivas, e sim na consolidação dos EES existentes. Apenas para a atividade econômica de serviços de limpeza continuou-se com a estratégia de consolidação da cadeia produtiva, devido à realidade mais fortalecida de seus EES.

Passaram a ter centralidade na estratégia de Desenvolvimento Territorial as iniciativas de Finanças Solidárias como forma de consolidar os EES e outras iniciativas de Economia Solidária. Em 2012 foi inaugurado o Banco Comunitário Nascente no território de atuação, que conta com recursos que estão sendo administrados pela própria comunidade.

1.3. Política Pública

A proposição de diretrizes de políticas públicas em Economia Solidária foi um dos produtos esperados do projeto submetido à Fapesp relacionado ao Programa de Políticas Públicas. Na justificativa do projeto enviado foi identificada uma demanda por formulação e implementação de políticas públicas, bem como de uma discussão teórico-metodológica.

Sendo Políticas Públicas um dos temas centrais deste projeto, e a partir de então tema central de atuação da Incoop/UFSCar, foram realizadas duas formações (oficinas) para aprofundamento no tema por parte da equipe, uma em 2011 e outra em 2012. Apesar de o projeto financiado pela Fapesp ter finalizado em 2011, o NuMI EcoSol prossegue, atualmente, com o tema do Desenvolvimento Territorial e das Políticas Públicas como uma das linhas de ação da equipe.

Nas duas oficinas sequenciais realizadas sobre o tema em 2011 e em 2012 foram elencados alguns pontos de entendimento comum sobre o que é política pública e em seguida o que são políticas públicas de Economia Solidária. Então, naquele momento, o coletivo da Incoop/UFSCar entendia políticas públicas como sendo: 1) formas variadas de ação (leis, programas, outros); 2) que envolvem processos complexos e que não têm foco apenas no produto; 3) que buscam contemplar objetivos em longo prazo; 4) congregam anseios de coletivos organizados e disputam recursos públicos e; 5) servem de ponto de partida para a ação do Estado.

Quanto às políticas públicas de Economia Solidária tinha-se o entendimento de que são aquelas políticas públicas que beneficiam, de modo direto ou indireto, a Economia Solidária, de modo a: a) favorecer circuitos socioprodutivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar, promovendo a reorganização de suas economias territoriais com o aumento do nível de produtividade dos EES pautados nos princípios da Economia Solidária (uso racional dos recursos naturais e valorização do modo de vida local) e; b) minimizar ou eliminar as mediações de subordinação da Economia Solidária à economia capitalista.

Quanto às diretrizes de políticas públicas, que foram sinalizadas como produto final do projeto Fapesp, foi elaborado um documento contendo tais diretrizes que indicam: a) necessidade de acesso a espaços físicos para implantação de EES; b) fomento e consolidação da comercialização de produtos e serviços; c) consolidação de marco legal e fomento à formalização de EES; d) articulação entre agentes e políticas relacionadas; e) aumento do acesso ao crédito e iniciativas de finanças solidárias por parte dos membros de EES; f) aumento de condições diversas de infraestrutura urbana de suporte aos EES e iniciativas solidárias; g) aumento de condições para formação

contínua, permanente e abrangente em Economia Solidária; h) fomento ao pleno acesso a direitos de cidadania e; i) aumento a condições de acesso à informação.

2. Processo de Formação no NuMI EcoSol

A equipe UFSCar, responsável pela execução do projeto Articulação ITCPs, organizou um conjunto de estudos para os temas do quarto ciclo de formação. Somados aos estudos, foram redigidos quatro textos disparadores dos temas. Os textos introduziram as discussões acerca dos referenciais teóricos e conceituais. As formações ocorreram em duas frentes: no comitê gestor do projeto Articulação ITCPs e na equipe interna do NuMI EcoSol.

As formações no comitê gestor do projeto, integrado pelas equipes das cinco incubadoras, ocorreram em quatro momentos. Foi feito um estudo para cada um dos três temas, os quais foram inicialmente identificados como Planejamento e Gestão Participativa, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e, por fim, um estudo que buscou relacionar os conteúdos e sentidos de cada um dos temas.

Como já foi dito na primeira parte deste texto, a equipe do NuMI EcoSol já possuía um histórico sistematizado de discussão de parte desses temas. Particularmente no que se referia ao desenvolvimento territorial e às políticas públicas tínhamos um conjunto de experiências e de textos produzidos oriundos de um projeto desenvolvido em quatro anos (e ainda em execução) em um território urbano de São Carlos, com o objetivo de criar estratégias de desenvolvimento territorial por meio de iniciativas de Economia Solidária e propor diretrizes de políticas públicas a serem implementadas pelo gestor público municipal.

Essas experiências conduziram a equipe do NuMI EcoSol a realizar uma série de formações sobre os temas centrais desse projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e pelo Proninc (Programa Nacional de Incubadoras).

A partir desse contexto tínhamos dois desafios no processo de formação: elaborar uma formação para o comitê gestor que conseguisse dar os elementos mínimos necessários para realizar suas formações internas e levantar suas experiências e; elaborar uma formação para a equipe interna no NuMI EcoSol que avançasse nos temas já discutidos em oficinas anteriores à execução desse projeto.

Neste texto trataremos particularmente da formação da equipe interna do NuMI EcoSol que aconteceu em quatro encontros.

2.1. Formação em Gestão do Trabalho

Iniciamos nossos estudos internos para o quarto ciclo de formação com o tema inicialmente denominado Planejamento e Gestão Participativa. Esse tema foi definido inicialmente durante a redação do projeto Articulação ITCPs e vinculado à discussão sobre desenvolvimento territorial e políticas públicas no agrupamento de temas a serem discutidos pelo seminário organizado pela equipe do NuMI EcoSol.

Ao iniciar os estudos preparatórios da formação, com a busca das origens conceituais de cada um dos temas, foi constatado que o termo gestão participativa é uma forma de gestão do trabalho, entre outras, e que para entendermos as condições em que o trabalho é gerido na Economia Solidária precisaríamos compará-las. Dessa forma, o estudo se pautou por tentar estabelecer paralelos entre quatro formas principais de gestão do trabalho:

heterogestão, cogestão, gestão participativa e autogestão.

A partir da construção coletiva de um quadro referencial iniciamos a formação sobre os conceitos relacionados à gestão do trabalho (autogestão, gestão participativa, cogestão e heterogestão) com a discussão sobre a situação tanto no NuMI EcoSol quanto nos empreendimentos incubados.

Os estudos a partir de referências bibliográficas e das próprias experiências vivenciadas pelos integrantes do NuMI EcoSol nas oficinas esclareceram alguns equívocos que o senso comum provoca quando se fala, principalmente, de gestão participativa. A condução dos estudos acabou por mostrar que, se a autogestão não é plenamente exercida nos empreendimentos e, mesmo internamente, na equipe do NuMI EcoSol, a gestão participativa não é a opção política de gestão do trabalho na Economia Solidária. O estudo da sua origem mostrou que ela está muito aquém das transformações pretendidas pela Economia Solidária no mundo do trabalho.

A operacionalização da autogestão é um desafio tanto para empreendimentos quanto para o NuMI. Mas ela ainda é o modelo antagônico praticado pelas empresas capitalistas por meio da heterogestão. O engodo da cogestão também foi esclarecido nessa formação. Como uma maneira de tornar menos patente a hierarquia nas relações de trabalho, a cogestão cria uma estrutura de representação que ainda deixa distante o trabalhador de todas as decisões da empresa.

2.2. Formação em Desenvolvimento Territorial

A formação em desenvolvimento territorial para a equipe interna do NuMI EcoSol deu sequência a uma oficina realizada em 2011 no âmbito do projeto desenvolvido pela incubadora no território urbano do Gonzaga. Como a

equipe já tinha acúmulo na discussão sobre as estratégias de desenvolvimento territorial com foco na Economia Solidária por meio da formação de redes e cadeias produtivas de empreendimentos, aliada ao acesso aos direitos de cidadania, a formação preparada no âmbito dos estudos do projeto Articulação ITCPs focou na discussão conceitual acerca das diferenças entre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. Para tanto partiu-se da discussão sobre desenvolvimento e seus modelos endógeno e exógeno. Também foi abordada como embasamento para discussão a produção do desenvolvimento geográfico desigual como condição das desigualdades territoriais. Na busca por relacionar a formação do projeto Articulação ITCPs com as ações desenvolvidas pelo projeto de desenvolvimento territorial do NuMI EcoSol, foram realizadas perguntas durante a oficina: Como o NuMI EcoSol entende o papel dos EES no desenvolvimento territorial? Os EES incubados se veem como articuladores de outro modelo de desenvolvimento no território onde atuam? De que forma isso acontece?

Com a discussão surgiu uma nova questão: Como a universidade, enquanto ator externo a determinado território, pode atuar de modo a garantir que o desenvolvimento endógeno aconteça de fato, ou seja, a partir do protagonismo dos atores locais? No entender geral essa discussão deveria resultar em conceitos e parâmetros para a orientação do NuMI EcoSol e na produção científica para consulta e divulgação. Tornar os moradores do território protagonistas do desenvolvimento é que deve pautar as ações da universidade. Tendo a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, a tarefa do NuMI EcoSol é possibilitar que os trabalhadores do EES se articulem para consolidar as atividades econômicas que desenvolvem com ações aliadas às outras esferas da vida social coletiva.

2.3. Formação em Políticas Públicas

Assim como a formação em desenvolvimento territorial, a realização de oficinas sobre o tema das políticas públicas deu sequência aos estudos anteriores realizados no âmbito do projeto de desenvolvimento territorial promovido pelo NuMI EcoSol. Com o objetivo de entender o alcance das políticas públicas de Economia Solidária, nas questões que se referem à sua proposição, aprovação e execução.

Para compreender o percurso de proposição de uma política pública foi, então, organizada uma oficina sobre o funcionamento do Estado no Brasil. Entender as diferenças entre os três poderes no Brasil (Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como a hierarquia das leis, foi o objetivo da oficina oferecida pelo advogado Rafael Moya.

A partir dessa oficina compreendeu-se que as políticas públicas podem ser de governo ou de Estado. Aquelas que são de governo não têm continuidade garantida com a mudança de gestão. Elas não estão ratificadas como lei. As políticas de Estado têm continuidade garantida pela aprovação em lei.

Contudo, a aprovação de uma lei não é garantia de sua execução. Em geral, as leis são amplas e devem ser regulamentadas. É a partir dessa regulamentação que se definem o fomento e a instância executora. Políticas públicas que tomaram a forma de lei podem perder a efetividade quando o Estado não garante recursos para sua execução.

Para que uma lei em vigor ainda não regulamentada possa ser efetivada, qualquer cidadão pode recorrer ao Ministério Público. Lista de abaixo-assinado com cópia para a Assembleia Legislativa, exemplos de Estados federativos que já regulamentaram suas políticas públicas de Economia Solidária e outras formas de pressão popular são caminhos para que leis,

como a no 14.651/2011 do Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária do Estado de São Paulo, já aprovadas, mas não regulamentadas, exerçam de fato sua função social.

3. O Projeto Articulação ITCPs e as Contribuições para o NuMI EcoSol

Este quarto ciclo de formações do projeto Articulação, coordenado pela equipe interna do projeto Articulação no NuMI EcoSol, trouxe importantes avanços conceituais.

Buscando aprofundar o debate sobre os três temas propostos, desenvolvendo um entendimento das relações que podem ser estabelecidas entre eles, iniciamos a quarta formação com a proposta de pensar de que maneira a participação na tomada de decisões nos empreendimentos econômicos solidários (EES) pode fomentar a participação de forma mais ampla nas decisões de uma comunidade contribuindo para o seu desenvolvimento.

Na tentativa de estudar os temas Planejamento e Gestão Participativa, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, relacionados à Economia Solidária, encontramos incontáveis materiais que apresentam análises de relatos de experiências e estudos de casos. Entretanto, nos deparamos com escassas publicações que tratam do conceito dos temas abordados, sendo essa uma das primeiras questões identificadas em nossos estudos de maneira geral.

3.1. As Diferentes Formas de Gestão do Trabalho: Autogestão, Heterogestão, Cogestão e Gestão Participativa

Durante o processo de estudos direcionados, pudemos identificar em que medida as diferentes formas de gestão do trabalho se assemelham e/ou se

diferem, tendo como base o debate sobre qual se aplica melhor aos princípios e anseios da Economia Solidária. Por essa razão, optamos por substituir o tema inicial Planejamento e Gestão Participativa, por Gestão do Trabalho, tema mais abrangente.

Os conceitos de heterogestão e autogestão mostraram-se conhecidos anteriormente pela equipe do NuMI EcoSol como conceitos opostos: o primeiro diretamente relacionado à forma de gestão em empresas com base no sistema capitalista, e o segundo diretamente relacionado à forma de gestão em empreendimentos que atuam pautados nas diretrizes da Economia Solidária.

Ao indagarmos a equipe sobre a forma de gestão interna de incubadoras de cooperativas populares, em especial a gestão do NuMI EcoSol, a equipe mostrou-se dividida entre diferentes tipos de gestão, principalmente autogestão e gestão participativa. Tal indefinição pautou-se, entre outras razões, pelo não conhecimento específico do conceito de outras formas de gestão, como gestão participativa e cogestão, pois, apesar de ser reconhecida a diferença entre cada uma, são desconhecidas as especificidades.

Com vistas ao aprofundamento conceitual, essencial para a nossa atuação coerente com a proposta da Economia Solidária no dia a dia e com os EES, buscamos as definições de gestão participativa e cogestão.

Depois de esclarecidas as diferenciações entre as quatro formas de gestão nos momentos de formação, a equipe do NuMI EcoSol constatou que os grupos apoiados fazem autogestão, gestão participativa, cogestão, e também uma interface entre essas diferentes formas de gestão, não se caracterizando exatamente em nenhuma das três possibilidades apresentadas, mas sim com elementos de cada uma delas. Com relação à gestão realizada internamente pelo NuMI EcoSol, a equipe verificou que há elementos da autogestão,

como a tomada de decisões compartilhada, na maioria das vezes. No entanto, também agrega elementos da cogestão e da gestão participativa, como foi identificado nos grupos assessorados.

Como finalização deste tema, a equipe do NuMI EcoSol concluiu que a maioria dos grupos que atuam com base na Economia Solidária não realiza autogestão, pois para chegar à autogestão há um caminho de desconstrução do que se aprende durante anos enquanto gestão do trabalho inserido no sistema capitalista. Porém, os grupos vivenciam a Economia Solidária em sua rotina com vistas a atingir um trabalho autogestionário.

A equipe considera necessário que incubadoras atuem da forma como propõem para os EES, sendo, portanto, modelo de atuação para estes.

3.2. Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Local

Embora já trabalhássemos com projetos envolvendo a temática de desenvolvimento territorial, durante o processo de estudos do projeto Articulação foi possível estabelecer com mais clareza a diferença entre os conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento local, a partir das pesquisas de Godoy (2012).

Entre a equipe do NuMI EcoSol o uso do termo “desenvolvimento territorial” provém do projeto realizado pela incubadora desde 2008, sob o título “Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: Caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”. No entanto, verificamos que a maioria dos membros da equipe não obtinha conhecimento conceitual do termo “territorial”. Entre os EES assessorados pelo NuMI EcoSol, o debate sobre os conceitos territorial e local não foi realizado, sendo, portanto, ambos utilizados pelos trabalhadores.

Um caso emblemático nesse sentido foi o do Banco Comunitário Nascente, assessorado pelo NuMI EcoSol. O banco comunitário apareceu como estratégia fundamental para o processo de desenvolvimento territorial a partir do projeto explicitado anteriormente. Entretanto, seus trabalhadores, na fase de sensibilização e mapeamento da comunidade, eram chamados de “agentes de desenvolvimento local”. Neste caso, territorial e local apareceram como sinônimos.

A discussão conceitual da diferença entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento local buscou pautar a raiz histórica dos termos. Embora não seja consenso na equipe interna do NuMI EcoSol, essa diferença se traduz no projeto político que a Economia Solidária pode agregar à sua discussão sobre modelo de desenvolvimento. Os estudos e experiências de desenvolvimento local mostram que esse não é um modelo que se diferencia das características do capitalismo. Mesmo tendo como protagonistas os moradores de um dado território (entendido como uma categoria espacial que representa o vínculo de identidade entre o sujeito e o local onde vive), o desenvolvimento local se pauta pela competição entre diferentes locais: cooperar para competir. Significa desenvolver para se integrar ao padrão capitalista de desenvolvimento. A estratégia de desenvolvimento local surgiu historicamente para desenvolver regiões pobres e integrá-las na competição que se estabeleceu de forma mais intensa com a globalização.

A proposta de desenvolvimento territorial não significa apenas que esteja em jogo uma troca de palavras. O que se enfatiza é o conteúdo que pode ser agregado a esse termo. Aliar os princípios da Economia Solidária, que são de cooperação e não de competição, possibilita que se pense numa escala de desenvolvimento que seja próxima do sujeito do território, mas que não implique entrar numa competição global por atração de recursos

que enriqueçam um território em detrimento do empobrecimento de outro. A diferença entre os termos local e territorial que se agrega à palavra desenvolvimento vai além de um conceito geográfico ou de um preciosismo academicista. Trata-se da defesa de um modelo de desenvolvimento que de fato corresponda aos princípios da Economia Solidária.

3.3. Políticas Públicas de Economia Solidária e na Economia Solidária

Para os estudos e a formação nesta temática buscamos compreender, inicialmente, qual a diferença entre políticas de governo e políticas de Estado, superando, desta forma, o senso comum de que política pública se reduz a ações estatais como leis ou programas de governos.

Neste contexto, a equipe do NuMI EcoSol teve a possibilidade de discutir o caso da Cooperlimp¹ (Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga, São Carlos, que teve suas atividades encerradas por conta de um termo de ajustamento de conduta aplicado pelo Ministério Público do Trabalho), compreendendo passo a passo, juridicamente, de que maneira a cooperativa foi sendo impedida de realizar suas atividades. Para a equipe, esse momento formativo foi fundamental para identificar alguns mecanismos de atuação do Estado e, sobretudo, para a compreensão daquele momento histórico pelo qual o NuMI EcoSol passou, junto à Cooperlimp.

Em decorrência dessa oficina sobre o papel do Estado, tivemos um momento formativo específico sobre o caso da Cooperlimp com o membro da equipe do NuMI EcoSol que acompanhou todo o processo, complementando o

¹ A Cooperlimp era uma das cooperativas protagonistas no projeto de desenvolvimento territorial da Incoop/ UFSCar. Estudos sobre as razões e consequências do impedimento do seu funcionamento foram publicados em diversos meios de comunicação acadêmica.

primeiro momento formativo, ocasionando maior envolvimento e integração entre a equipe.

Na interface entre os três temas concluiu-se que as políticas públicas de Estado e de governo são fundamentais para o desenvolvimento de um território. No entanto, mostra-se necessária a força da ação da população atuando de acordo com a legislação, e assim legitimando as ações do Estado. Não há um caminho único a ser seguido para o desenvolvimento de um território; políticas públicas, ações individuais e ações comunitárias andam juntas no processo de transformação social e de um território.

Conclusões

Os temas trabalhados no quarto ciclo de formação têm sido bastante discutidos pelo movimento de Economia Solidária, sendo Desenvolvimento Territorial o tema mais recente. É possível encontrar diversos textos que tratam da autogestão e de políticas públicas relacionadas à Economia Solidária. No entanto, o mesmo não se pode afirmar em relação a textos que integram as três temáticas, o que pode ser considerado uma inovação.

A integração desses temas pode se dar por diferentes caminhos e a partir de diferentes aspectos, mas a forma que foi pensada durante o ciclo de formação foi centrada no aspecto da participação e das contribuições da atuação coletiva.

Isso se amplia para a esfera da comunidade, em que o trabalhador pode passar a trabalhar e a participar também das decisões do território em que reside, contribuindo para o desenvolvimento territorial. Esse trabalhador pode começar também a demandar políticas públicas que venham a contribuir para as questões de seu lugar de moradia, quando compreende que este é um

dos caminhos que necessitam ser percorridos para uma efetiva transformação em sua comunidade.

Referências

AMARO, R. R. “Desenvolvimento local”. In: HESPANHA, P. et al. Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

BRASIL. Documento Final da I CONAES. A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, 2006.

FARAH, M. F. S. “Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais”. In: Revista de administração pública, 2001.

FARIA J. H. “Formas de gestão e organização: Proposta de um modelo de análise”. In: FARIA J. H. A gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANÇA-FILHO, G. C. “Políticas públicas de Economia Solidária no Brasil: Características, desafios e vocação”. In: FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) et al. **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Ed. UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade).

GESTÃO PARTICIPATIVA. In: CATTANI, A. D. & HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. Caderno de Pesquisa N° 82, Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP, Unicamp, Campinas, 2009.

GODOY, T. M. P. de. Economia Solidária e desenvolvimento territorial: Contribuição para formulação de políticas públicas através do estudo das condições e dos obstáculos para a reprodução de iniciativas solidárias desenvolvidas pela Incoop/UFSCar nos Jardins Gonzaga e Monte Carlo em São Carlos. Relatório de Pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2012.

HELLWIG, Beatriz C. & CARRION, Rosinha M. A participação no processo decisório: Um estudo na Economia Solidária. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1-14, outubro/dezembro 2000.

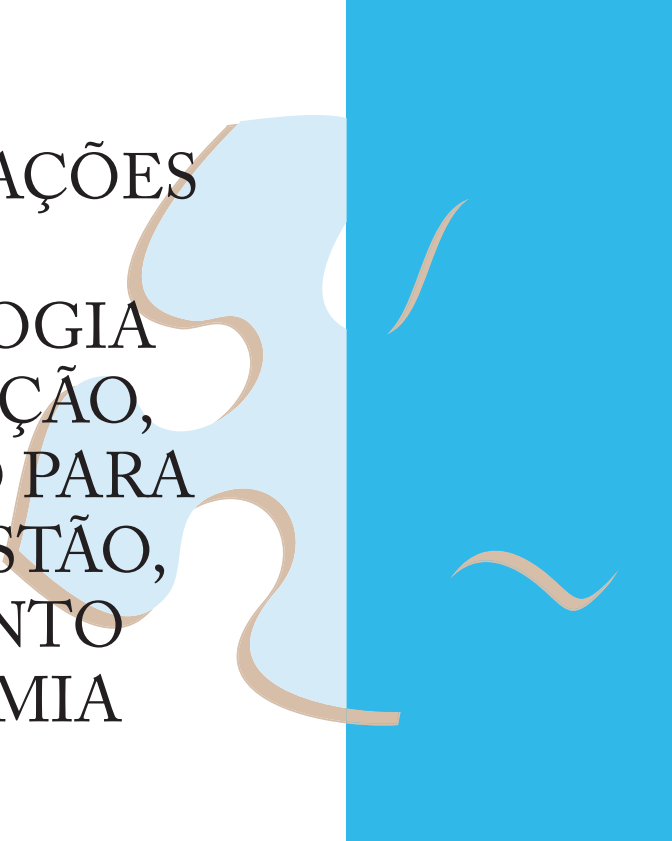
MARTINS, P. H. “Poder político, ação pública local e Economia Solidária”. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al (org.). **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. Capítulo 5. “Da diversificação da natureza a divisão territorial do trabalho”. pp. 129-141.

A large, stylized graphic element in the background, resembling a thick letter 'S' or '3'. It is filled with a vibrant blue color and has a thick, dark brown outline. The shape is positioned vertically, occupying most of the page.

UNESP Assis

CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO, EDUCAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO, E MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Assis¹

1 Este texto foi produzido por membros da equipe da Incop Unesp Assis a partir de relatos, apontamentos e reflexões sistematizados como contribuições às discussões e seminários do projeto Construção de Conhecimentos Conjunta e Articulação de ITCPs no Estado de São Paulo, por meio do convênio firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela Fundação Universidade de São Paulo – Fusp – e financiado pela Finep e FNDCT-CNPq. Ana Elídia Torres, Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Bárbara Caires de Souza, Carlos André Coelho Rocha, Carlos Rodrigues Ladeia, Fernanda Sarmiento da Silva, Pâmela Ariadna Botelho Ireno, Rafael Gorni Felício, Ricardo Abussafy de Souza, Ricardo Gonçalves Conceição, Sônia Romeiro Costa Rocha, Thamiris Felipe Rocha.

Apresentação

O presente capítulo tem por objetivo evidenciar alguns aspectos mais relevantes do trabalho desenvolvido pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Núcleo de Assis. Sua elaboração baseia-se em contribuições da equipe da Incop Unesp Assis, encaminhadas na forma de documentos escritos, apresentados e discutidos em seminários temáticos do projeto “Articulação ITCPs”.

Durante sua trajetória, procuramos destacar a metodologia em construção, fundada numa base teórica dialética, na prática com os grupos populares e na reflexão sobre as atividades realizadas e seu produto, portanto, numa práxis social. Procuramos também evidenciar uma sequência de procedimentos e preocupações que, embora não sistematizados e aplicados de forma rígida, consideramos serem necessários e importantes na realização do processo de incubação.

Apresentamos também um breve esboço das ações por meio das quais a Incop Assis procurou se aproximar um pouco mais do Movimento da Economia Solidária e participou decisivamente da articulação de uma Plenária Regional de Economia Solidária na região Assis-Marília, no ano de 2012.

1. Considerações preliminares

A descrição de uma metodologia de incubação de empreendimentos populares pode parecer, a princípio, um demonstrativo sequencial de etapas estanques, procedimentos claros e indicadores predefinidos. Logicamente, um trabalho metodológico de intervenção social depende de um plano de

ação que conte com tais características, no entanto, nossa experiência de construção e desenvolvimento deste trabalho aponta para algo mais dinâmico, que não se constitui apenas por fases de desenvolvimento, mas também por uma ordem de improváveis.

Neste sentido, a história de constituição da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Incop Unesp, mais especificamente do Núcleo de Assis, em sua atuação junto aos grupos de catadores de materiais recicláveis no Oeste Paulista, nos revela, para além de sua metodologia de atuação, um trabalho de caráter provisório, inacabado, em constante transformação, que não se propõe a apresentar um produto final e sedimentado.

Em 2001, ainda em seu formato inicial, a equipe do projeto Grupos de Discussão com Trabalhadores Desempregados², em seus encontros com aqueles trabalhadores, deparava-se com a insistente indagação: “... mas vai ter trabalho?”. Uma insistência que indicava que discutir a condição e os determinantes do desemprego com aqueles grupos só teria sentido se fosse possível vislumbrar alternativas de trabalho e renda.

Enquanto as conversas com esses trabalhadores adquiriam consistência para pensar uma alternativa de condições melhores de trabalho e soluções conjuntas de geração de renda, nos encontramos com a equipe da Cáritas Diocesana³, que nos apresentou seu projeto de mobilização nacional, o Luxo do Lixo, cujo objetivo consistia-se em apoiar organizações de catadores de materiais recicláveis. Na ocasião, como o trabalho que desenvolviam na cidade com os catadores estava suspenso, convidaram-nos para um trabalho

2 Núcleo de Estágio do Curso de Graduação em Psicologia da FCL Unesp de Assis.

3 A Cáritas Diocesana de Assis é uma organização social da Igreja católica que atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos, geralmente em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

conjunto, colocando à disposição toda a infraestrutura (galpão de 300 m², balança, prensas, carrinhos para coleta seletiva, entre outros), bem como os serviços de um funcionário com experiência com recicláveis e a participação de um membro da diretoria para os trabalhos de assessoria.

Ao mesmo tempo em que se consolidava o trabalho realizado pelos catadores no novo galpão em Assis, articulava-se no Brasil o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cujos objetivos principais são o reconhecimento da categoria, bem como a regulamentação da ocupação e, ainda, a integração das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nas políticas públicas de gestão de resíduos sólidos.

Neste período, o MNCR mobilizou centenas de catadores para o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em 2001, em Brasília. A força dessa articulação chegou ao Oeste Paulista e trouxe ao grupo de Assis as bases políticas que fortaleceriam o processo local de organização do trabalho cooperativista. Em 2003, o então Grupo de Formação da Cooperativa oficializou-se como Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – Coocassis. Na ocasião, com 47 cooperados, a cooperativa recebia, a cada mês, novos catadores e desempregados à procura de uma alternativa de trabalho e renda. Em 2003, a Coocassis firmou seu primeiro convênio com a prefeitura municipal e assumiu as atividades de triagem do lixo no Parque de Reciclagem. Na renovação do convênio, em 2005, implantou-se a coleta seletiva no município.

O trabalho da Coocassis, assim como a assessoria prestada pela Incop Unesp Assis, ganhou visibilidade na região, e algumas prefeituras procuraram a universidade visando à organização de novos grupos de catadores. A Incubadora participou da implantação de coleta seletiva em vários municípios, tanto assessorando os gestores públicos na elaboração de políticas

públicas de Gestão de Resíduos Sólidos com inclusão de catadores, quanto desenvolvendo atividades junto aos catadores, visando sua organização para o trabalho coletivo e autogestionário. Esses grupos foram formalmente constituídos como cooperativa (Assis, 2003; Paraguaçu Paulista, 2011) ou como associação (Palmital, 2006; Maracá, 2007; Quatá, 2008; Candido Mota, 2011). Em 2003, catadores e apoiadores, inclusive com a participação da universidade, constituíram o Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, o qual também tem sua secretaria assessorada pela Incop.

Inevitavelmente, essa experiência de extensão universitária acabaria por marcar uma identidade quanto aos processos metodológicos construídos pela Incop Unesp – Núcleo Assis. O trabalho de incubação com as bases organizadas de catadores possui características singulares quando comparado com outros empreendimentos populares, o que nos levou a adequar nossa metodologia a esse contexto. No entanto, como aquilo que especializa também pode aprisionar, a experiência posterior com produtores da agricultura familiar em assentamentos rurais requereu da equipe esforço para flexibilizar essa metodologia.

Articuladas às inúmeras discussões ocorridas entre alunos, técnicos e professores, ao longo de uma trajetória de mais de dez anos, essas experiências possibilitaram à Incop Unesp Assis a construção de uma metodologia de incubação com características próprias, singulares e bem demarcadas para o trabalho de formação e assessoria a empreendimentos populares.

Retomando a história da constituição da Incubadora, a substituição em 2002 do projeto Grupos de Discussão com Trabalhadores Desempregados pelo projeto de extensão Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos Populares⁴ decorreu da parceria entre docentes de

4 Projeto de extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Unesp, anualmente

diferentes departamentos de ensino (Psicologia Experimental e do Trabalho; Psicologia Evolutiva Social e Escolar). Em novembro de 2005, respondendo ao edital do Programa Nacional de Incubadoras – Proninc –, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes –, com financiamento da Financiadora Nacional de Projetos – Finep –, encaminhamos projeto para instalação da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Incop Unesp, com quatro núcleos (Assis, Bauru, Presidente Prudente e Ourinhos) e sede em Assis. Em setembro de 2006, a Incubadora foi formalmente constituída. Cabe ressaltar que, ainda hoje, o núcleo de Assis constitui-se também como núcleo de estágio profissionalizante do curso de graduação em Psicologia.

2. Apontamentos sobre a metodologia de trabalho na Incop Unesp Assis

2.1. Reflexões sobre educação e autogestão

Considerando que o cooperativismo popular atual também se apresenta como alternativa ao desemprego, muitos trabalhadores, inicialmente, veem sua participação nesses espaços apenas como uma possibilidade de renda. O fato de atuarem em empreendimentos que se sustentam nos princípios e valores da Economia Solidária não garante uma concreta incorporação e reflexão sobre o novo processo de organização do trabalho autogestionário, coletivo e democrático, uma vez que em todos os outros âmbitos da sociedade esses sujeitos são atravessados pelos valores que afirmam o modo de produção capitalista: competição, individualismo, consumismo e a crescente maquinização. Assim, a vivência dessa contradição, de maneira direta por

contemplado com bolsas e recursos financeiros.

parte desses trabalhadores, não lhes possibilita uma postura mais crítica acerca da realidade, inclusive dos processos de trabalho.

As experiências anteriores desses trabalhadores, enquanto autônomos ou assalariados, vêm de um modelo hierárquico de gestão e de expropriação de seus saberes. É natural então que, ao se inserirem em um grupo que propõe relações democráticas, reproduzam o modelo do capitalismo marcado por individualismo e competitividade. Dessa forma, o desafio está, também, em fortalecer a participação coletiva na gestão democrática, possível apenas com o desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos. A proposta de um processo de Educação Popular e Educação Permanente apresenta-se como estratégia pertinente ao trabalho com grupos populares, principalmente em grupos com um alto número de membros, nos quais a participação de todos no processo autogestionário é uma dificuldade a ser superada.

Na Incop Unesp – Núcleo Assis buscamos utilizar a Educação Popular como estratégia para contribuir para a superação dessa realidade. Esses saberes pressupostos por Paulo Freire (1969; 1982; 1987) orientam nossas ações com os grupos incubados, pois possibilita ensino e aprendizagem no seu sentido mais amplo. Nos espaços em que essas ações ocorrem, o que se apresenta é a iniciativa de romper com as formas tradicionais de transferência de conhecimento, buscando sua construção: todos aprendem e ensinam a partir do que cada sujeito traz de si, ou seja, sob a perspectiva que reconhece e valoriza a história, a participação e o saber desse sujeito. Todos os participantes podem pesquisar, pensar, praticar, refletir, sentir, ser, agir, intervir e avaliar o seu fazer, ao mesmo tempo em que assimilam a valorização de saberes outros que não apenas o legitimado pela academia.

No método de intervenção junto aos grupos assessorados, percebemos a oportunidade de usar a Educação Popular também como estratégia para uma

possível superação da alienação e uma aproximação da autonomia, onde se questiona a subjetividade formada no sistema capitalista, modelo que separa as atividades de concepção e de comando das atividades operacionais, dividindo os trabalhadores em duas grandes categorias: os que pensam e têm poder e os que meramente obedecem e executam. Essa força continua produzindo subjetividades, mesmo quando se evocam dispositivos de mudança. Neste sentido, desvelar, a partir da promoção de espaços de debates, o antagonismo entre os valores capitalistas e os valores solidários contribui para que não se reproduza a alienação também nos empreendimentos solidários. Essa nova forma coletiva de organização das relações econômicas poderá produzir novo sentido ao trabalho desses sujeitos, criando um novo modo de subjetivação, com sujeitos mais ativos e conscientes de suas práticas sociais, políticas e econômicas.

Conseguimos perceber essas possibilidades de mudanças por meio de algumas estratégias próprias da Educação Popular adotadas pela equipe da Incop com alguns grupos assessorados, como, por exemplo: letramento, teatro, oficinas de capacitações e Círculo de Cultura. Este último traz como sugestão o uso da linguagem com formas expressivas diversificadas, para além da linguagem falada (tradicional): teatro, música, dança, argila e outras atividades artísticas e culturais, primando pelo movimento participativo. O Círculo de Cultura tem por objetivo promover reflexões que contribuam para a promoção de sujeitos ativos e não mais subsumidos pela passividade, o que é próprio da educação discursiva. A construção coletiva de conhecimento pressupõe estimular as trocas, potencializar os vários olhares, incentivar a criatividade, pensar nas vivências como potencialidades e buscar questionamentos e respostas no grupo de trabalho. Nesse sentido, pode contribuir para que os sujeitos caminhem em direção a uma consciência mais

crítica, potencializando as novas configurações de trabalho, cujo modelo de gestão é democrático e autônomo. Em outros tópicos do texto discutiremos com mais acuidade os processos desse espaço de formação.

Em síntese, os grupos populares assessorados, em geral, são formados por trabalhadores que foram expropriados de seus saberes e tornaram-se sujeitos passivos engendrados pelo sistema capitalista. Assessorá-los, neste sentido, é produzir com eles um saber que se inscreve no social e que se desdobra em outros saberes, em outros processos de subjetivação e no estabelecimento de outras relações sociais.

Entretanto, a análise crítica do processo de incubação e, conseqüentemente, da relação existente entre Incop e esses grupos populares acaba por revelar que vivemos também outra contradição, que inclusive foi abordada durante a II Oficina Nacional sobre Formação/Educação em Economia Solidária, promovida em 2007 pela Secretaria de Economia Solidária – MTE/Senaes – conjuntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES: Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo o método para a integração, construção e partilha dos saberes deve ser também autogestionado, ou, dizendo em outras palavras, como superar a dificuldade em educar/formar para a prática democrática e autogestionária sem a instauração de espaços organizados para que os debates sobre esses temas possam ocorrer de forma democrática, planejada e com uma frequência adequada?

À medida que a análise dessa dificuldade e, conseqüentemente, da contradição que ela representa possibilita pensar em ações que nos orientem no sentido de alcançar a sua superação, acaba por permitir também a reflexão acerca do modo como estamos constituídos. Por outro lado, a forma como organizamos e realizamos nossas ações, além de ser resultado de todo um contexto atual, é também produto de um processo de constituição maior.

No caso da Incop Unesp, que, além de caracterizar-se como projeto de extensão, é, ao mesmo tempo, um núcleo de estágio profissionalizante do curso de graduação em Psicologia, a prática da autogestão esbarra com as amarras institucionais e as relações de poder próprias da instituição universitária, presentes na figura de professores supervisores e da própria burocracia.

Por outro lado, as experiências vividas desde 2001, de trabalhar a autogestão a partir do processo educativo com os grupos assessorados, mais especificamente os de catadores de materiais recicláveis, permitiram a constituição de certo acúmulo prático que, por vezes, serviu como ponto de partida para uma reflexão sobre essa prática e, em consequência disso, também para a elaboração de textos, artigos, ensaios etc.

Ainda que a Incop Unesp – Núcleo de Assis não tenha esses espaços organizados e bem definidos para a discussão sobre o processo educativo de autogestão, isso não significa, necessariamente, que os debates não ocorram ou que não tenhamos nenhum acúmulo sobre o tema. As discussões sobre o acompanhamento do cotidiano de trabalho dos grupos assessorados, mesmo quando concentradas nas ações e no plano da prática, acabam se revelando momentos e espaços em que esses temas são contemplados, embora reconheçamos que isso não ocorra com a frequência com a qual gostaríamos.

A oportunidade de executar projetos, resultantes de convênios⁵ firmados

5 . Convênio Construção de Conhecimentos Conjunta e Articulação de ITCs no Estado de São Paulo, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela Fundação Universidade de São Paulo – Fusp – e financiado pela Finep e FNDCT-CNPq;

. Convênio Agregação de Tecnologia e Desenvolvimento Territorial – Centros Digitais e Cadeias Produtivas: Constituição de Redes Articuladas de Empreendimentos e Iniciativas de Economia Solidária na Cadeia Produtiva de Manejo de Resíduos Sólidos em São Paulo, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Financiado pela Finep e FNDCT-CNPq;

. Convênio Fortalecimento e Ampliação da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp

pela universidade com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes –, e com O Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep –, tem proporcionado à equipe uma nova experiência e um novo aprendizado. Essa condição trouxe a possibilidade de os estagiários continuarem atuando na Incubadora como bolsistas e da entrada de novos membros de outras áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade. Esse cenário, além de contribuir para uma continuidade dos trabalhos que estavam sendo realizados, deu oportunidade para que a autogestão se apresentasse com mais eficácia e as discussões sobre o tema se tornassem mais seguras e aprofundadas, devido ao acúmulo desses bolsistas enquanto estagiários. Os espaços democráticos, portanto, podem ser utilizados de forma mais consciente e emancipatória, à medida que o tema for sendo mais bem apropriado pelos membros. Cabe destacar, ainda, que em consequência de alguns desses convênios serem executados de forma articulada com outras Incubadoras (USP, Unicamp, UFSCar, FGV, Unesp – Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente) as relações de troca estabelecidas também foram determinantes para novas configurações e perspectivas na equipe da Incop.

Entendemos, por fim, que a apropriação do método de educação para a autogestão, tanto para os grupos incubados quanto para a equipe da incubadora, demanda certo tempo, não se dá no plano imediato das ações, é parte de um processo dialético que é também contraditório, é um caminhar...

– Assis firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Senaes – pela Unesp.

2.2. O caminhar de um método em construção

2.2.1. Análise da demanda

2.2.1.1. Grupo de catadores

Os primeiros contatos com o trabalho de campo ocorrem com o recebimento da demanda, levantamento das informações necessárias para estudo e análise da viabilidade do empreendimento e posterior definição quanto à aceitação ou recusa do trabalho.

No que concerne às origens dessas demandas para acompanhamento, no caso de grupos de catadores em municípios da região de Assis, podemos sinalizar que, embora o primeiro trabalho realizado pela Incop Unesp Assis tenha surgido de reuniões com desempregados e de uma parceria com a Cáritas Diocesana, em situações posteriores os contatos foram feitos por instâncias de poderes públicos municipais que apresentaram sua demanda específica. A partir desse diálogo com o poder público e catadores, procurou firmar algumas garantias de infraestrutura para o início do trabalho de organização do empreendimento. Ao mesmo tempo em que ocorre a aproximação com o poder público, a equipe da Incop inicia suas visitas aos espaços onde os catadores estão trabalhando. Importante ressaltar que, em todas essas visitas iniciais, a equipe se faz acompanhar por catadores de outras bases organizadas que auxiliam na troca de informações e na sensibilização do novo grupo para sua organização conforme os princípios do cooperativismo/associativismo.

Essa parceria entre Incubadora e bases organizadas para as atividades de assessoria e articulação regional de associações e cooperativas de catadores na região teve seu início com a formação do Comitê Regional de Catadores do

Oeste Paulista. Conforme anunciado anteriormente, a Incop também assessora essa instância política do MNCR, principalmente no apoio para reuniões da secretaria do Comitê, bem como na organização de encontros regionais e construção de um Observatório de Políticas Públicas. Em contrapartida, catadores integrantes do Comitê, em parceria com a Incubadora, realizam as visitas técnicas aos outros empreendimentos com objetivo de auxiliar tanto nos processos produtivos como em sua organização política.

No trabalho com os catadores que pretendem se organizar coletivamente, procuramos identificar características próprias do grupo em seu cotidiano de trabalho, de modo a identificar os processos de coleta, separação e beneficiamento do material realizado. A fim de discutir tais processos e ter uma contextualização do trabalho a ser definido, são agendadas reuniões entre o grupo e a equipe da Incop com apoio de profissionais do poder público local e outros parceiros.

Paralelamente, são realizadas reuniões periódicas com o gestor público local nas quais se busca definir as políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos, com participação de representantes de bases organizadas de catadores. Consideramos essa estratégia fundamental para garantir melhores condições de trabalho para os catadores constituírem empreendimentos e realizarem a coleta seletiva, pois a gestão de resíduos é primordialmente responsabilidade do poder público.

Dadas essas condições iniciais, realizamos um estudo de viabilidade econômica a partir da razão de cálculo entre número de habitantes, produção de resíduos no município e número possível de catadores para integrar o empreendimento. Esse cálculo tem ainda como balizas fundamentais planejar uma retirada em torno de um salário mínimo por associado e também a garantia do recolhimento do INSS. Esse cálculo irá definir previamente as

condições básicas para sustentabilidade do empreendimento que subsidiará as discussões entre o grupo de catadores, poder público e Incubadora.

A formação de parcerias é outro passo fundamental para início da incubação. Neste sentido, realizamos um levantamento para mapear as parcerias já consolidadas no território, bem como a possibilidade de identificar novos parceiros (apoiadores e grandes geradores). O início dos contatos com esses parceiros (possíveis ou já existentes) parte das relações possíveis a estes três atores: incubadora, prefeitura municipal e grupo de catadores. No caso específico dos catadores, por não se configurarem como instituições formais, as parcerias surgem das relações já existentes. Esses contatos ocorrem com instituições públicas e privadas, como: grandes geradores, estabelecimentos comerciais, instâncias de movimentos sociais, associações de moradores, mídia local, poder legislativo, secretarias municipais e outros órgãos públicos.

A relação de parceria estabelecida com o Centro de Referência da Assistência Social – Cras –, em geral, bastante produtiva, possibilita, além do cadastro dos catadores para recebimento dos benefícios previstos pelo Sistema Único de Assistência Social – Suas–, contar com a participação de profissionais no projeto, até mesmo acompanhando em reuniões semanais o trabalho de incubação.

Em alguns casos específicos, as prefeituras também disponibilizam técnicos para prestarem assessoria aos empreendimentos, como, por exemplo, na elaboração de projetos de captação de recursos para provimento de infraestrutura. Entretanto, cabe destacar que em alguns municípios os gestores públicos ainda não assumem plenamente suas responsabilidades estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. O que se almeja é a substituição de uma concepção assistencialista por uma definição de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva desses trabalhadores, por meio

da implantação da coleta seletiva e da contratação dos serviços dos catadores para realizá-la.

Outra etapa fundamental que caracteriza o estudo da demanda refere-se à identificação das necessidades de infraestrutura, equipamentos e veículos para a viabilização do empreendimento. A discussão com representantes da prefeitura dá visibilidade às demandas e às condições básicas para o início do trabalho com os catadores e a implantação da coleta seletiva. As condições básicas para início do trabalho são: galpão, prensa, esteira ou mesa de triagem, balança, carrinhos para coleta e veículos para logística de transporte que, por sua vez, precisam ser, necessariamente, cedidos pela prefeitura.

Nessa etapa, consideramos imprescindível que as prefeituras se responsabilizem pelo transporte dos materiais provenientes da coleta, pois, caso contrário, o trabalho dos empreendimentos corre o risco de se tornar economicamente inviável. Além disso, consideramos que a regulamentação do serviço de coleta é também responsabilidade do poder público, conforme o que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Outro aspecto importante no processo de estruturação das bases é a articulação entre os grupos, por meio do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, que potencializa a troca de informações e, inclusive, de equipamentos.

Portanto, os critérios de análise das condições para atendimento da demanda para assessoria aos grupos de catadores são: área de alcance dos trabalhos da Incubadora, que se encerra na região de Assis; viabilidade econômica do empreendimento; condições de parceria com o poder público local (espaço físico, equipamentos e transportes) e outros; número de catadores no grupo. Todavia, cabe a ressalva de que, em certos casos, mesmo sem contar com todos esses critérios, optamos por atender a demanda na tentativa de sanar as condições faltantes logo nos estágios iniciais do trabalho de incubação.

Em caso da inviabilidade do atendimento da demanda, ainda há a possibilidade de uma consultoria eventual à prefeitura, orientando quanto às condições técnicas básicas para que ela realize os trabalhos de formação e apoio ao grupo e a implantação da coleta seletiva.

2.2.1.2. Grupos de trabalhadores da agricultura familiar

Nossas parcerias com instituições e entidades, comprometidas com setores populares, além do poder público, nos levaram ao encontro de demandas para o trabalho de assessoria de outras associações e cooperativas. Em relação aos pequenos produtores rurais, nossa primeira experiência decorreu de uma preocupação com um grupo de assentados da Reforma Agrária, no município de Iepê – SP, apresentada pela Comissão Pastoral de Terra de Assis, em conjunto com o Sindicato dos Bancários de Assis e Região.

A Associação Bom Jesus havia sido recentemente constituída por assentados de dois PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Inca – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, um no município de Iepê e outro no de João Ramalho. Após as primeiras visitas ao PDS de Iepê, no qual atuavam várias lideranças à frente da Associação, definimos juntos – lideranças, assentados, parceiros e a equipe da Incubadora – pelo trabalho de assessoria, visando ao fortalecimento da associação, em um primeiro momento, apenas com os assentados desse PDS.

A aproximação com aquela comunidade ocorreu por meio de atividades culturais participativas, realizadas por grupos convidados pela Incubadora e também de apresentações de experiências e debates sobre organizações populares e Economia Solidária, dos quais também participaram lideranças de catadores com os quais trabalhávamos.

Logo no início dos trabalhos, a despeito do discurso favorável e do interesse efetivo de vários associados, inclusive das mulheres, algumas lideranças se afastaram dos espaços de reuniões.

À medida que em reuniões o grupo se apropriava do conteúdo do Estatuto da Associação, vários questionamentos iam surgindo, especialmente quanto à ausência de relações democráticas e de transparência entre eles. Paralelamente, um grupo de mulheres apresentou seu interesse pelo Letramento, dando início a encontros semanais para tal finalidade.

Esses movimentos, que poderiam ter levado a um avanço no diálogo entre lideranças e demais associados, parecem ter apenas criado animosidade entre eles e entre as lideranças e a equipe da Incubadora. A contradição expressa entre discurso e ações levou os parceiros que se dispuseram ao trabalho a ponderar por sua interrupção em pouco mais de seis meses.

Decorrido pouco mais de um ano desse triste final, a Incubadora foi procurada pela equipe do Escritório Regional do Inkra de Rancharia, apresentando uma nova demanda. Desta vez, uma cooperativa, constituída por dissidentes da Associação de Iepê, pertencentes ao PDS de João Ramalho, a Cooperativa de Agricultores Agroecológicos Boa Esperança.

A chegada da equipe no PDS para a primeira reunião foi curiosa, pois, ainda que não compreendessem exatamente o que poderíamos realizar em conjunto, mostravam-se receptivos e muito animados com a nossa presença. Pouco esclarecidos quanto ao funcionamento da Cooperativa e até mesmo assustados com a iniciativa, confessaram que romper com a Associação decorria da discordância com as atitudes que suas lideranças mantinham.

Nossa pouca experiência com trabalhadores rurais também nos deixava apreensivos em acolher a demanda, entretanto, o contato produtivo com aqueles assentados, desde o início, nos encorajou ao trabalho. Aos poucos,

fomos tornando mais clara a proposta de assessoria e firmando parcerias para viabilizá-la: Incra, poder público municipal e uma Escola de Agronomia da região.

Neste sentido, por meio de diversas reuniões, o processamento da demanda considerou o reconhecimento de nossos limites técnicos, de nossas condições físicas (equipe e infraestrutura), da viabilização das parcerias e do interesse e necessidade daqueles assentados. Os produtores que cultivavam hortas ou criavam pequenos animais começavam a acessar os créditos disponibilizados pelos programas da Reforma Agrária, inclusive cadastrando-se para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

A proposta de assessoria destacava, entre outros aspectos, o acompanhamento semanal do grupo, por meio de reuniões, assessoria ao Conselho de Administração e Fiscal, a formação para o cooperativismo popular e Economia Solidária, planejamento, bem como apoio para elaboração de projetos e parcerias.

2.2.2. Início dos trabalhos de incubação

A valorização do processo coletivo de tomada de decisões entre os membros da equipe e o respeito à autonomia dos empreendimentos compõem o conjunto de valores e princípios adotados pela Incubadora, também pautados pelo cooperativismo popular, pelo Movimento de Economia Solidária e por outros movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Em continuidade ao estabelecimento de parceria entre poder público, catadores e Incubadora e outras instituições, são realizadas reuniões periódicas

visando concretizar as condições e as bases para o desenvolvimento do trabalho com o grupo.

Nesse processo, definimos a equipe interna da Incop para acompanhamento do grupo, possíveis profissionais da prefeitura e outros parceiros. Após a definição da equipe, as primeiras reuniões com os grupos priorizam a apresentação de princípios que nortearão os trabalhos de assessoria e a natureza dos trabalhos de uma incubadora. Nessa oportunidade, juntos, equipe da incubadora e trabalhadores esboçam o trabalho de assessoria que será desenvolvido: reuniões periódicas, visitas, capacitações, entre outros. Paralelamente, são apontados os princípios do cooperativismo popular, da Economia Solidária e, conforme o caso, princípios ligados a movimentos sociais com os quais o grupo se articula (catadores ou agricultura familiar).

Essa etapa inicial do processo de incubação dura aproximadamente dois meses, período fundamental para que os vínculos de confiança comecem a ser estabelecidos e, por consequência, se constitua em oportunidade para a sedimentação do grupo de trabalhadores que formará o futuro empreendimento. Esses encontros são fundamentais, pois a grande maioria dos trabalhadores desconhece a natureza do trabalho cooperativista, mesmo em casos de grupos que já estejam formalizados como cooperativa ou associação. Esta condição implica, por vezes, na desistência de alguns possíveis integrantes que não se dispõem a vivenciar o trabalho coletivo e a gestão democrática. Em decorrência desse trabalho inicial, conflitos e alianças vão se tornando minimamente visíveis, o que contribui para a compreensão sobre o funcionamento das relações no grupo. Entendemos que esta análise da dinâmica grupal pode fazer surgir fatores que potencializam o processo coletivo de trabalho.

Discussões para o estabelecimento de critérios que definam a natureza

jurídica a ser adotada pelo empreendimento também permeiam esse processo inicial de incubação. Um critério inevitável para tal definição é o número de trabalhadores que compõem o grupo, seguindo o disposto em lei. Além dessa condição, também são debatidos as responsabilidades na constituição de um empreendimento, bem como os custos dela recorrente.

Visando a realização das atividades que demandam a constituição de um empreendimento, a formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de trabalhadores e integrantes da Incop é um passo da estratégia para elaboração do estatuto. Adotamos aqui o princípio da democracia representativa, de modo a garantir que o trabalho elaborado seja, a cada passo, referendado pelo coletivo. Durante esse processo o GT relata suas discussões nas reuniões semanais com todos para receber considerações, sugestões e alterações até que se obtenha um consenso do coletivo para conclusão dessa etapa do trabalho.

Além da definição da natureza jurídica são discutidas as etapas de composição dos primeiros integrantes dos conselhos Administrativo e Fiscal, como, por exemplo, a possibilidade de formação de chapas para o processo eleitoral. Em geral, a escolha dos integrantes dessas duas instâncias representativas ocorre por consenso entre os pares.

Algumas dessas etapas não se referem aos casos em que o grupo a ser incubado já está formalmente constituído, como ocorreu com ambos os grupos de trabalhadores assentados.

2.2.3. Educação para o trabalho como processo de formação continuada

O processo de formação para o trabalho em empreendimentos de Economia Solidária ocorre tanto em espaços formais – cursos e oficinas – como nos encontros que ocorrem no cotidiano entre trabalhadores e a equipe da

Incubadora. Neste sentido, consideramos que as próprias reuniões semanais, assim como as visitas eventuais, fazem parte desse processo educacional. A partir dos princípios da Educação Popular, a equipe da Incop trabalha as demandas que surgem nesses vários espaços de formação.

Em relação aos espaços de capacitação podemos elencar os principais temas e estratégias adotados:

a) **Capacitação administrativa:** realizada em formato de assessoria, são definidos grupos conforme a especificidade do trabalho (diretoria, Conselho Fiscal, contabilidade), que se reúnem periodicamente, discutindo a partir do cotidiano de trabalho os seguintes pontos: controle de caixa e de comercialização dos produtos, controle de produção, rateio de renda, tributos e impostos, prestação de contas, eleição de conselhos Administrativo e Fiscal.

b) **Capacitação para produção e comercialização:** no caso particular dos empreendimentos de catadores, é realizada em parceria com membros do Comitê Regional. Consideramos que esses parceiros, que compartilham da mesma realidade, atuando na mesma área e produzindo nos mesmos moldes de trabalho coletivo, estão credenciados para troca de experiências e orientações a um novo grupo, tanto em relação à coleta seletiva, como aos procedimentos de separação e beneficiamento do produto e posterior comercialização. Em relação aos pequenos produtores rurais, por se tratar de uma área de conhecimento que escapa do domínio dos membros da Incubadora, temos recorrido à parceria com outras instituições públicas de assessoria que têm proporcionado, em certa medida, a capacitação necessária (Incra, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo – Cati –, entre outros).

c) **Capacitação para o Movimento de Economia Solidária:** realizada por meio de curso, em geral, em um dia de atividades, no qual são apresentados e

discutidos os princípios da Economia Solidária, de modo a marcar as diferenças com a Economia Capitalista, pontuando suas principais características quanto a: relações de trabalho, produção e consumo. Consideramos essa atividade apenas uma primeira etapa desta capacitação, pois para o efetivo entendimento dessas diferenças de posicionamento político é necessária uma experiência de educação mais contínua para que seja possível aprofundar tal temática, considerando o cotidiano de trabalho dos empreendimentos.

d) **Capacitação de lideranças:** em parceria com lideranças do MNCR, a equipe da Incop tem fomentado a constituição de espaços que possibilitem a interlocução entre as lideranças regionais e outras lideranças do movimento, visando a um conhecimento mais amplo da realidade brasileira e das políticas públicas voltadas para esse segmento. A estratégia “de catador para catador”, reconhecida e valorizada pela equipe da Incop, tem sido imprescindível na realização dos encontros da categoria.

e) **Círculo de Cultura:** formação de um espaço de educação que visa a potencializar as ações/reflexões socioculturais, conscientização acerca da realidade política imediata e aprimoramento do saber-fazer dos cooperados. Ocorre a partir da definição de temas geradores, baseado no processo codificação/decodificação desenvolvido por Paulo Freire. Em alguns casos, são constituídos também espaços de letramento voltados aos trabalhadores que não dominam a escrita e a leitura.

f) **Oficinas de Planejamento:** as oficinas têm sido uma estratégia que potencializa a aprendizagem por meio do “aprender fazendo”. Considerando-se que, em geral, os trabalhadores dos empreendimentos populares tiveram pouca ou nenhuma experiência em atividades que requerem planejamento, temos priorizado essa temática nas capacitações de lideranças. Esses espaços têm possibilitado aos trabalhadores, afastados do cotidiano de trabalho

e mergulhados em um ambiente de aprendizagem, identificar desafios, estabelecer resultados a serem alcançados e definir estratégias de ação. Neste sentido, o documento final, construído coletivamente com o apoio da equipe da Incubadora, balizará o trabalho que os membros do Conselho Administrativo, Fiscal e demais lideranças deverão desenvolver, juntamente com os demais associados.

g) **Comitê Regional do Oeste Paulista:** ainda em relação ao trabalho desenvolvido com os grupos de catadores do Oeste Paulista, cabe-nos apontar para a relação da Incubadora com o Comitê Regional do Oeste Paulista. Sua constituição, em 2003, ocorreu durante o I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado na Unesp Assis, com o apoio da equipe do projeto de extensão Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos Populares, que deu origem à Incubadora. Desde o início de suas atividades, o Comitê tem sido apoiado pela Incop, especialmente para os trabalhos de sua secretaria e realização de seus encontros bimestrais. Para o trabalho de organização da secretaria e de capacitação das lideranças que nela atuam, contamos com a parceria da Circus⁶, cujas atividades viabilizaram seu efetivo funcionamento. Alinhados com os princípios e bandeiras do MNCR, a relação que estabelecemos com essas lideranças, além do apoio prestado, tem possibilitado uma parceria para o trabalho de organização de cada nova base de catadores, conforme apontado anteriormente. Neste sentido, para o início do trabalho com um novo grupo de catadores, à equipe da Incop se somam lideranças do Comitê. Juntos realizam a abordagem daqueles trabalhadores e apresentam a proposta de

⁶ Circus: Circuito de Interação de Redes Sociais é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e apartidária, cuja missão social implica gerir, com a comunidade, ações orientadas para a administração coletiva de questões relacionadas ao município, com o objetivo de intensificar as ações de controle social sobre as políticas públicas.

trabalho, a partir da experiência concreta daquelas lideranças. Acreditamos que essa estratégia valoriza o contato e o saber dos catadores e favorece o estabelecimento de vínculo entre a equipe da Incop e os novos catadores.

h) **Políticas públicas e democracia participativa:** com o propósito de contribuir para o exercício da cidadania dos trabalhadores de empreendimentos populares e para sua efetiva inclusão social, temos discutido e incentivado sua participação em instâncias representativas de controle social. Alguns empreendimentos contam com representações em Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Gestores de Postos de Saúde, Planos Diretores da Cidade e Fóruns Municipais. Com a estratégia de participação nessas instâncias, tem sido possível pautar as necessidades e exigências identificadas pelos empreendimentos em suas reuniões no que se refere aos processos de gestão dos resíduos sólidos e fortalecimento da agricultura familiar na região.

i) **Ação Cultural:** a organização dos trabalhadores em associações e/ou cooperativas com o propósito inicial de gerar trabalho e renda vai gradativamente possibilitando-lhes o alcance de outras dimensões, entre as quais a aproximação com os valores da Economia Solidária, com novos saberes e com o exercício da cidadania. Entretanto, há um “gap” entre essa aproximação e o processo de apropriação de novos valores, saberes e do exercício da cidadania, nem sempre simples de ser vencido. Algumas experiências junto aos grupos populares, recorrendo a outras linguagens como arte/cultura, contribuíram tanto para o processo da apropriação de um coletivo em construção quanto para o próprio desenvolvimento e entretenimento de cada um dos envolvidos. A formação de um coral na Coocassis, que contou com a participação de uma regente, possibilitou ao grupo momentos de interação e descontração, exercícios de tomada de decisão e reconhecimento de potenciais até então

“desconhecidos”. As apresentações em público contribuíram para ampliar a divulgação da Cooperativa na comunidade, fortalecer sua boa imagem, bem como elevar a autoestima de seus cooperados. As oficinas de teatro, realizadas em parceria com alunos do curso de Letras, com iniciação em teatro, ainda que tenham despertado o interesse de poucos, permitiram-lhes um exercício grupal e de expressão que resultou na apresentação de uma peça. A mais recente de nossas experiências nessa linha refere-se às oficinas de ritmos com o grupo de catadores da Acipal. Recorrendo à experiência que membros da equipe da Incop possuíam com a música, aos materiais recicláveis existentes na própria Associação e à disponibilidade dos associados, os ensaios têm sido espaços de descontração, criatividade e de “orquestração” do grupo. Em tempos de Carnaval, o grupo foi convidado a participar de um cortejo do Bloco do Saci, promovido por um Ponto de Cultura de Assis. Articular arte e educação certamente produz efeitos vários: descontração, entretenimento, cultura, criatividade, aprendizagem, entre outros. Neste sentido, ampliar, aperfeiçoar e sistematizar nossas experiências é nosso desafio.

2.2.4. Desincubação ou transformação das relações da Incop com os grupos

Para a Incop Unesp Assis o processo de desincubação ainda é uma etapa não realizada. Consideramos que existem áreas específicas, como procedimentos de gestão dos empreendimentos e organização dos processos de trabalho, mesmo dos grupos há mais tempo incubados, que necessitam de acompanhamento. Avaliamos também que outras temáticas, como o acesso a financiamentos públicos e privados, exigem uma assessoria constante na busca por editais e apoio na elaboração de projetos para o desenvolvimento dos empreendimentos em conjunto com esses trabalhadores.

Por esses motivos, vislumbramos um processo de desincubação que se transforme em decorrência dos diferentes níveis de relações com os empreendimentos, de acordo com a natureza das demandas, podendo ser identificadas como parcerias ou consultorias específicas. As parcerias têm se concretizado com grupos que possuem conhecimentos e experiências capazes de se somarem aos da equipe da incubadora. Essa articulação para o desenvolvimento de atividades conjuntas tem potencializado ainda mais o grupo que se coloca também no papel de educador e/ou assessor. Particularmente, a parceria entre Coocassis e Incop não tem se limitado às atividades junto aos novos grupos. Nos espaços acadêmicos e outros para aos quais somos convidados a apresentar e discutir a temática do Cooperativismo Popular, da Economia Solidária e da Coleta Seletiva, temos garantido a presença de representantes dessas lideranças. Os resultados têm sido positivos para todos, catadores, equipe da Incop e participantes dos eventos: muita discussão, troca de experiências e aprendizagem.

Cabe destacar que o desenvolvimento do conhecimento no mundo contemporâneo e sua aplicação nos processos produtivos, ainda que não se pretenda reforçar e manter a divisão técnica do trabalho, requer um aporte de conhecimentos específicos. Neste sentido, a assessoria efetuada pelas universidades aos grupos populares, a nosso ver, não deve se pautar por um vínculo datado (começo, meio e fim).

3. Constituição, capacitação e funcionamento da equipe da Incubadora

A equipe na Incop Unesp Assis é composta de docentes, bolsistas (graduandos e graduados) e estagiários do curso de Psicologia. A composição da equipe, além dos estagiários e dos docentes, depende dos convênios

executados pela Incubadora, que podem possibilitar a presença de bolsistas graduados, inclusive em áreas não existentes na Unesp Assis. Essa equipe atualmente assessora grupos de catadores: duas cooperativas, quatro associações, um grupo em processo de formalização e Comitê de Catadores de Oeste Paulista, bem como uma cooperativa de trabalhadores assentados.

A Incubadora, conforme dito anteriormente, além de projeto de extensão, é também um núcleo de estágio do curso de Psicologia da Unesp Assis, cujos professores supervisores são membros da Incop. O recrutamento da maioria dos integrantes dessa equipe ocorre pelas vias burocráticas da estrutura acadêmica.

No entanto, a partir de 2010, com os novos convênios, já anunciados, foi possível inserir na equipe pessoas de outras áreas do conhecimento (direito, contábeis e comunicação social) e, ainda, outros graduados, ex-membros da Incubadora.

Entretanto a integração desses bolsistas à equipe não trouxe soluções efetivas às demandas oriundas dos empreendimentos. Em razão de uma não familiaridade com esses conhecimentos específicos, por parte da equipe, houve uma limitação no processo de capacitação dos novos membros, oriundos dessas áreas de conhecimento, bem como não se pôde contar com o apoio de suas instituições de origem. Lembramos que esses bolsistas foram recrutados em outras instituições de ensino por não haver na Unesp de Assis cursos nessas áreas.

Essa dificuldade, compartilhada entre equipe da Incop e empreendimentos, nos trouxe também alguns obstáculos quanto à construção coletiva do trabalho. Nesses empreendimentos, a carência de processos efetivos de instrumentalização coletiva para gestão financeira e contábil é evidente e a presença da figura do especialista nesta área se torna inevitável.

A sensação de nos tornarmos reféns de um saber do qual não nos apropriamos nos traz algumas limitações de atuação. Esse espaço de saber especializado implica tomadas de decisões e, portanto, relações de poder. Em muitas situações, profissionais dessas áreas são contratados para prestar serviços aos grupos. No entanto, na maioria dos casos, esses especialistas não estão capacitados para atuar com empreendimentos populares e desconhecem os procedimentos necessários para sua formação e gestão coletiva. Neste contexto, alguns problemas emergem, como, por exemplo: a centralização de decisões financeiras, sem consultar o coletivo. A complexidade do assunto e o desconhecimento por parte dos membros dos empreendimentos e da própria equipe da Incop muitas vezes levam a um engajamento menor do que o necessário em relação a essas questões. Todavia, trata-se de um setor estratégico para a consolidação da autogestão e que deve ser considerado como tão importante quanto os processos de produção e comercialização.

A condição da Incubadora como projeto de extensão universitária, com alta rotatividade de seus integrantes, tem sido outro obstáculo concreto para o desenvolvimento dos trabalhos. Para tentar minimizar os problemas que essa característica de funcionamento acarreta, ao início de cada ano são realizadas capacitações teóricas para novos integrantes, abordando temas como: Educação Popular, Cooperativismo, Movimento de Economia Solidária, Mundo do Trabalho Contemporâneo, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, entre outros. Além da capacitação teórica, são realizadas visitas aos empreendimentos acompanhados. Ainda com o propósito de contribuir para o desenvolvimento dos membros da equipe, buscamos incentivá-los a participar de congressos, encontros temáticos, eventos da rede de incubadoras.

A Educação Popular tem sido um tema transversal no trabalho da equipe que possibilita criar tanto um olhar em relação aos grupos populares quanto a

construção de uma práxis pedagógica constitutiva do processo de incubação, bem como do processo de formação dos membros da Incubadora. Ou seja, a Educação Popular possibilita, além da interação com os grupos, a partir de uma visão crítica da realidade, a oportunidade de formação dos educadores da equipe.

No trabalho de organização interna das ações, as decisões são tomadas nas reuniões semanais, com toda a equipe da Incop. Nesse espaço, as demandas dos processos de incubação são colocadas, discutidas em grupo, sendo posteriormente encaminhadas as ações pertinentes. Em paralelo a essas reuniões, são realizados estudos teórico-metodológicos que fornecem bases epistemológicas norteadoras do trabalho.

Realizam-se ainda reuniões administrativo-financeiras para planejar os procedimentos de gestão de projetos e recursos e acesso a novos financiamentos, entre outros.

O processo de avaliação desenvolvido nos trabalhos como empreendimentos ocorre, em geral, no cotidiano das reuniões e visitas. Eventualmente, realizamos avaliações pontuais referentes a projetos específicos que nos possibilitam refletir sobre a prática interna da Incubadora. Tanto de forma direta quanto indireta, os indicativos sobre o andamento das atividades e o desenvolvimento do grupo são colecionados para, posteriormente, serem discutidos na equipe, alimentando a avaliação do processo de incubação, ou mesmo da condição do grupo.

Uma avaliação mais sistematizada foi possível efetivar em um seminário na finalização do primeiro Convênio Proninc, em 2009. De um lado, a equipe da Incop discutiu e avaliou seu desempenho no processo de incubação, identificando aspectos favoráveis e desfavoráveis; de outro lado, os representantes de empreendimentos avaliando a relação estabelecida com

a equipe da Incubadora e o trabalho desenvolvido. Dessa “troca de olhares”, foram efetuados apontamentos para fortalecimento do método de incubação realizado e da relação com os grupos.

Ao fim de cada ano, realizamos um planejamento geral com toda a equipe para definição de cronogramas de ação, retomada das metas previstas nos projetos, recomposição da equipe e cronograma orçamentário.

Ainda como incremento para gestão da Incop e auxílio nos processos de incubação, em algumas situações, recorreremos a outras áreas técnicas da universidade para orientações específicas como: organização de secretaria, procedimentos contábeis e produção de vídeo como ferramenta de registro.

4. Articulações com o Movimento da Economia Solidária

De acordo com o resultado do debate ocorrido na II Oficina Nacional sobre Formação/Educação em Economia Solidária, realizada em 2007, pela Secretaria de Economia Solidaria – MTE/Senaes, conjuntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, “a inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental [...]” (p.66) para que aconteça a apropriação e, conseqüentemente, a prática da Economia Solidária.

A despeito do reconhecimento da importância que há em participar ativamente dos espaços formais do Movimento de Economia Solidária, até então não havia sido possível à equipe da Incop Unesp. A distância entre Assis e a Grande São Paulo, a presença majoritária de estagiários e bolsistas graduandos na equipe, comprometidos com elevada carga horária de atividades acadêmicas, são dificultadores para a participação mais sistemática nos espaços do Fórum Paulista de Economia Solidária – FPES – e outros eventos.

Com o propósito de promover maior aproximação da equipe com o movimento, previmos no Convênio Senaes MTE 01/2010 Fortalecimento e Ampliação das Ações da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Incop Unesp meta e atividades específicas, tais como: promover a sensibilização de gestores públicos para divulgar a importância social e econômica da Economia Solidária para o desenvolvimento local, bem como informá-los sobre políticas públicas, instâncias organizativas e os EES existentes na microrregião de Assis e Ourinhos; estimular e participar da organização e da realização de eventos e fóruns municipais e regionais de Economia Solidária na mesma região.

O contato com os gestores públicos pode ser uma forma de potencializar as ações na perspectiva da Economia Solidária, incentivando-os a apoiar e/ou fomentar tais iniciativas, bem como criar legislação específica ou implementar ações quando já houver leis de fomento à Economia Solidária. Essa iniciativa vai ao encontro do contexto do Oeste Paulista, onde há poucas ações, sendo pertinente, inclusive, a constituição de um Fórum Regional de Economia Solidária ou de espaços de discussão, educação e de formação. Essa importante contribuição da equipe da Incop para o fortalecimento do movimento, envolvendo os principais atores da Economia Solidária: empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos.

A grande oportunidade para essa atuação da equipe ocorreu a partir da organização da região para participar na V Plenária Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Luziânia (GO) de 9 a 13 de dezembro de 2012. A mobilização na região trouxe para os espaços de discussão trabalhadores envolvidos com a Economia Solidária – catadores produtores da agricultura familiar e artesãos –, de vários municípios do Oeste e Centro-Oeste Paulista.

Dos encontros realizados também participaram representantes de gestores e instituições públicas. A equipe da Incop teve um papel determinante para que houvesse esse avanço nessas regiões, representado pela participação de delegados na V Plenária Estadual, e na V Plenária Nacional, bem como pela constituição de um Fórum Regional de Economia Solidária.

Cabe destacar que a aproximação dos empreendimentos incubados pela Incop com os espaços do Movimento da Economia Solidária se constrói inicialmente por meio da atuação pedagógica, pois durante todo o processo de incubação são realizadas formações e capacitações em Economia Solidária.

Se por um lado a participação desses empreendimentos, por nós assessorados, nos espaços do Movimento de Economia Solidária se encontra em um estágio inicial, por outro, cabe ressaltar que esses empreendimentos populares, especificamente os grupos de catadores de materiais recicláveis, desenvolvem uma ativa e sólida participação junto às ações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Esse vínculo entre empreendimentos e o MNCR se estabelece, principalmente, por meio dos encontros e ações realizados pelo Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista. O Comitê se constitui como espaço de discussão sobre políticas públicas e suas relações com catadores, sobre as problemáticas inerentes ao cotidiano do trabalho, sobre a formação de redes entre os grupos, os avanços na cadeia produtiva, mas, sobretudo, como espaço de divulgação e defesa das bandeiras do MNCR e do Movimento da Economia Solidária.

Atualmente, um dos objetivos centrais dessa organização política é viabilizar a constituição de uma rede regional de processamento, comercialização e de transformação de materiais, no sentido de proporcionar aos grupos participantes do Comitê melhores condições de trabalho e renda, pois a

possibilidade de agregar maior volume de materiais favorece o processamento mais padronizado e proporciona uma comercialização mais rápida e a preços mais justos. Além de divulgar e defender os valores da Economia Solidária, o Comitê também promove ações de intercooperação que estão vinculadas aos seus princípios, já que a atuação desses sujeitos está diretamente ligada com essa nova forma de organizar as relações econômicas.

Deve-se destacar, porém, que o esforço da equipe da Incop, ao se articular com o Movimento no Estado de São Paulo, culminou em 2012 com a organização de uma Plenária Regional de Economia Solidária e a eleição de delegados para as plenárias Estadual e Nacional, o que significa um grande avanço nesse processo de aproximação.

Considerações finais

O exercício de sistematizar uma metodologia de trabalho em que os limites do que se planeja e do que se realiza são rompidos cotidianamente, com certeza nos permite avaliar percursos, redescobrir momentos e assimilar nossos acúmulos e nossas carências, teórico-metodológicas e da própria práxis.

Rememorar e reorganizar cada etapa do processo de incubação nos coloca face a face com nossas perspectivas e ideais metodológicos em contraste com o cotidiano de trabalho. As tomadas de decisão quanto à aceitação ou recusa de atendimento da demanda, os processos de desenvolvimento dos grupos para operacionalização do empreendimento e a busca de resultados efetivos de sustentabilidade, por mais que sejam planejados previamente ou que obedeçam a um mecanismo sequencial de procedimentos, tornam inevitável surpreendermo-nos com o surgimento de resistências e do

imponderável, características da natureza de trabalho que se pretende coletivo e autogestionário.

Deste modo, algumas das limitações/desafios relatados colocam-nos em alerta para a continuidade dos trabalhos, no sentido de renovação de forças para desenvolvimento de pesquisas, dando-nos condições para a adequação de nosso trabalho aos diferentes contextos de atuação.

A potencialização de estratégias de formação como o Círculo de Cultura pode fundar espaços híbridos de produção de saber que rompam com os limites entre o saber acadêmico e a realidade dos empreendimentos. A manutenção constante desse espaço comum de problematização das relações de trabalho e da relação entre academia e grupos populares pode dar condições para a produção de sentidos singulares que respeite cada situação e realidade específicas.

Apontamos, ainda, para a característica peculiar da equipe, em sua maioria composta de psicólogos. Sabemos que a escolha de uma construção metodológica de atuação acaba por determinar e produzir um modo de ser no mundo. Neste sentido, não propomos um processo de incubação que se sustente apenas por métodos estanques, ordenados e pouco dialógicos, pois acreditamos que, se assim operássemos, estaríamos produzindo relações de formação e de trabalho dentro dos próprios empreendimentos, pautados nesses mesmos modos de atuação. Em oposição a isso, acreditamos que, ao abrir as etapas de nossa metodologia para as rupturas do cotidiano, nos permitimos descobrir, na vivacidade das relações sociais, uma multiplicidade de encontros e modos de trabalho possíveis entre universidade e empreendimentos populares.

Se por um lado essa característica peculiar tem nos possibilitado produzir rupturas no cotidiano, por outro, limita nossa ação no processo de incubação

por não podermos construir um olhar mais abrangente da realidade dos empreendimentos que nos apresentam demandas específicas de outras áreas do conhecimento, como legislação, procedimentos administrativos, contábeis e econômicos.

Referências

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM PROCESSOS PRODUTIVOS EM EMPREENDIMENTOS DE CATADORES



Ana Maria Rodrigues de Carvalho

Carlos Rodrigues Ladeia

Ricardo Abussafy de Souza

Ricardo Gonçalves Conceição

Introdução

Este texto relata experiências de membros da equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Núcleo de Assis na produção de arranjos e/ou soluções, as quais tiveram como atores os trabalhadores de empreendimentos de Economia Solidária enfocados. Ainda que esses

processos possam caracterizar-se como Tecnologia Social, à época de suas produções, a equipe da Incop não adotava o termo para se referir a eles. Todavia, trata-se de técnicas e tecnologias que, tal qual a Tecnologia Social (DAGNINO, 2010) visaram o desenvolvimento econômico e social, envolveram a participação direta dos interessados em seu desenvolvimento e foram desenvolvidas em interação com “técnicos” acadêmicos.

Neste sentido, pareceu-nos mais coerente apresentar uma descrição sobre a construção de determinadas técnicas e tecnologias, a partir de demandas apresentadas nos processos de produção característicos aos empreendimentos populares.

Relacionar as técnicas e tecnologias em conformidade com a realidade social dos empreendimentos populares de produção coletiva permitirá construir um contraponto perante as características das tecnologias convencionais, normalmente limitadas às demandas dos processos de produção industrial. Algumas características em especial constituem no processo de trabalho em bases de catadores de materiais recicláveis tal contraponto. Uma delas refere-se ao baixo nível de escolaridade apresentado pela maioria desses trabalhadores, o que implica formatar um processo educacional diferenciado dos moldes da educação formal. O objetivo da relação entre formação proposta pela equipe da Incop e catadores é criar outras estratégias educacionais que possibilitem a construção de conhecimento nas áreas de gestão administrativo-financeira e gestão do processo produtivo, de modo a valorizar o conhecimento de vida de cada catador direcionando-o para a sistematização dessas áreas.

Esse “conhecimento de vida” nos leva à segunda característica, que implica reconhecer um hábito próprio do cotidiano dos catadores: a criação de soluções improvisadas para as dificuldades que aparecem durante as etapas do trabalho. Embora essa “cultura do improvisado” não seja usualmente contemplada pelos

saberes formais existentes sobre gestão de empreendimentos, sua eficácia pode ser reconhecida, pois é justamente a partir dessas soluções improvisadas que os catadores expressam um volume de saber acumulado ao longo de seus anos de experiência de trabalho.

A partir do reconhecimento dessas características, muitas são as experiências que primam pela relação entre produção de tecnologia e esta realidade social, tomadas como imprescindíveis para o desenvolvimento da metodologia de incubação e, principalmente, para a promoção da sustentabilidade econômica dos empreendimentos populares. Dentre essas experiências, optamos por relatar duas: a. estratégia “de catador para catador”, referente ao apoio de catadores ligados ao Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista, em algumas etapas do processo de incubação; e b. estudo participativo sobre logística de produção.

1. “De catador para catador”: estratégias para implementação de processos produtivos”

“De catador para catador” é também a expressão utilizada no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) para se referir à estratégia de relacionamento entre os pares, especialmente em situações de ensino/aprendizagem, revelando o compromisso com a ajuda mútua e a promoção do protagonismo da categoria.

A atuação desses catadores, nesses espaços de educação, tende a potencializar e a legitimar o conhecimento em questão, facilitando o processo de apropriação de novos saberes e o desenvolvimento de novos valores compatíveis com a luta que realizam.

A adoção da estratégia “de catador para catador” pela equipe da Incop

revela o compartilhamento de princípios e de propósitos com o movimento. Aponta, ainda, para a boa prática de articulação e para o respeito aos papéis e responsabilidades das partes, nesse caso, movimento social (MNCR) e universidade (Incop).

Pautados por esse princípio de troca de experiências e de saberes, a equipe da Incop procurou, aos poucos, construir alternativas. Entre essas alternativas, daremos destaque à estratégia, utilizada sempre que um novo grupo de catadores é abordado, ou seja, sempre que nos apresentamos a um novo grupo, acompanhados de outros catadores.

Temos sempre na memória o depoimento de um catador, hoje liderança entre os catadores do Oeste Paulista, sobre suas primeiras impressões e inquietações, em relação aos contatos iniciais com a equipe da Incop: “(...) pobre é assim, quando alguém se aproxima, fica logo desconfiado: o que será que estão querendo de nós? Depois, com o passar do tempo, vi que o que eles (universidade) querem é o mesmo que queremos para nós...”. Neste sentido, a estratégia “de catador para catador” fundamenta-se tanto no reconhecimento da potência das relações de confiança quanto na valorização dos saberes dos catadores.

A proposta de colocar catador para assessorar catador sobre questões pertinentes à organização do processo produtivo revela a potência implícita na estratégia, a de compartilhar os sentidos produzidos pelo grupo em uma mesma experiência de trabalho. Todos aprendem e ensinam a partir do que cada sujeito traz de si, ou seja, sob a perspectiva que reconhece e valoriza a história, a participação e o saber desse sujeito. Todos os participantes podem pesquisar, pensar, praticar, refletir, sentir, ser, agir, intervir e avaliar o seu fazer, ao mesmo tempo em que assimilam a valorização de saberes outros que não apenas o legitimado pela academia.

Nesta ação articulada entre Incop e Comitê Regional, os catadores mais experientes participam da assessoria sobre processos produtivos a empreendimentos recém-formados, bem como em situações-problema vivenciadas por grupos mais experientes, como a reestruturação da coleta seletiva. Garantir o bom funcionamento do processo da coleta seletiva é um desafio permanente para os grupos de catadores organizados, pois tanto determina o valor da retirada ao final do mês quanto dá “visibilidade” para a comunidade e poder público sobre a capacidade organizativa do grupo.

Vale aqui relatar a experiência da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Palmital (Acipal). Em determinado ponto do seu percurso e mediante as dificuldades que o grupo vinha experimentando, havia algum tempo, para garantir uma boa coleta seletiva, ponderamos com eles sobre a possibilidade de solicitarem o apoio à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (Coocassis) para contribuir na busca de soluções para o problema. Antes, porém, foram realizadas discussões entre catadores da Acipal e membros da Incop, visando construir, por todos, uma melhor compreensão da situação. Três aspectos principais foram identificados como os que configuravam aquela “situação de crise”, cujos expoentes eram os baixos rendimentos e a desmotivação da maioria dos catadores:

a. A divisão dos setores para a realização da coleta pelos catadores era desproporcional, de modo que a tarefa de alguns era muito maior que a de outros. Aqueles que terminavam antes o trabalho se recusavam a continuar a jornada desenvolvendo as atividades internas no barracão; muitos iam para casa almoçar e não retornavam ao trabalho.

b. Nem todos os catadores procuravam garantir a retirada dos materiais de cada domicílio sob sua responsabilidade, alegando que muitos moradores não separavam os recicláveis. O fato é que sem a

constância na retirada por parte dos catadores, bem como na separação dos materiais por parte dos moradores, cada vez mais reduzia o número de moradores adeptos à coleta seletiva e, conseqüentemente, o volume arrecadado.

c. Com o pouco tempo que o grupo vinha dedicando às atividades internas do barracão, os materiais a serem triados ou enfardados foram se acumulando, culminando numa desorganização, comprometendo o desenvolvimento geral das atividades.

O “diagnóstico da situação” convenceu o grupo a solicitar o apoio a Coocassis, a qual respondeu prontamente. A partir dos encontros entre os dois empreendimentos de catadores, a estratégia “de catador para catador”, com acompanhamento da Incop, resultou na proposta de adoção das seguintes etapas a serem implementadas em conjunto: 1. reorganização dos espaços internos do barracão (sistema de mutirão – Acipal; Coocassis; Incop); 2. realização de oficina para replanejar a divisão dos setores (coordenação da Coocassis); 3. planejamento e realização de nova abordagem nos domicílios (sistema de mutirão Acipal; Coocassis; Incop).

Chegar a todos esses encaminhamentos, por mais simples que possa parecer, requereu muita articulação, esforço e paciência dos envolvidos. Nos encontros, todos os presentes sempre tinham muito a falar, lições a ensinar; poucos, de imediato, se dispunham a ouvir. A “culpa” pela situação-problema estava sempre fora: ora em outro sujeito, ora em outra instituição. Uma caminhada de reflexões, de troca de saberes e experiências, caracterizando um processo de aprendizagem para todos os envolvidos.

Ainda que apenas parte das estratégias tenha possibilitado atingir os resultados pretendidos ou tenha sido efetivamente aplicada, a experiência

marcou não apenas a trajetória da Acipal, como também a história da Coocassis e a construção metodológica da Incop.

2. Estudo participativo sobre logística de produção

A partir dos espaços de capacitação e formação já promovidos e do acompanhamento do cotidiano de grupos de catadores, é possível apontar os procedimentos de logística de produção nesses empreendimentos populares como sendo uma das demandas prioritárias nas experiências do processo de incubação, já que representam diretamente a sustentabilidade financeira do grupo.

Nessas experiências, identificamos, em princípio, dois fatores fundamentais que caracterizam o modo como a equipe da Incop construiu um modo particular de realizar a assessoria em processos produtivos nas associações e cooperativas populares. Temos que considerar que a equipe da Incop não dispõe de conhecimentos específicos na área de engenharia e logística de produção, cabendo ainda destacar a dificuldade comprovada na comunicação entre um saber tão técnico como o da engenharia e sua aplicação na realidade cultural dos catadores de materiais recicláveis.

Pelo fato de a Incop Unesp – Núcleo Assis ter se caracterizado desde seu início como um Núcleo de Estágio do Curso de Graduação em Psicologia¹, no processo de incubação algumas demandas se apresentavam como limites de atuação. Desde o início desses trabalhos a equipe da Incubadora realizava tentativas de responder às demandas administrativas, financeiras e de produção. Por vezes, as necessidades dos grupos eram atendidas, em outras,

¹ Ver capítulo “Considerações sobre Educação, Autogestão, Metodologia de Incubação e Movimento de Economia Solidária”.

sentia-se a falta de outros saberes específicos a essas áreas, destacando-se a organização dos processos produtivos. Foi na insurgência dessas limitações que a Incop buscou alternativas na parceria com o Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista, instância esta vinculada ao MNCR. Isso porque temos como característica dessa região – Oeste Paulista – a carência de cursos de engenharia ou similares, o que não nos possibilitava recorrer a esse saber tão específico para resolução dos problemas nos processos de produção dos empreendimentos.

De outra parte, quando se encontra a possibilidade de realizar assessorias nessa área, percebe-se que as demandas de mercado para a engenharia de produção caracterizam-se pelos modos de produção capitalista. Torna-se inevitável, então, um desencontro entre as técnicas e tecnologias apresentadas pela engenharia e as demandas que se manifestam nos processos produtivos.

A produtiva troca que vinha ocorrendo entre as equipes das ITCPs no desenvolvimento do projeto Construção de Conhecimentos Conjunta e Articulação de ITCPs no Estado de São Paulo estimulou os membros da equipe da Incop a debater, em uma de suas reuniões gerais, sobre sua estratégia de atuação. Visando fortalecer suas estratégias de assessoria aos grupos e orientados pelo Roteiro de Práticas, apresentado pela ITCP da Unicamp, optaram por realizar o estudo de logística de produção. De acordo com o cronograma do projeto, seria possível realizar o estudo com apenas uma das bases de catadores. O critério para a escolha do local de atuação foi determinado pela análise das demandas dos empreendimentos quanto à organização de seus processos produtivos. A equipe da Incop resolveu então realizar o estudo na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cândido Mota – Recicam, constituída em março de 2010, composta, na ocasião, de 13 catadores.

3. Descrição do processo produtivo do empreendimento

3.1. Caracterização do espaço

A área improvisada pela prefeitura, onde a Recicam desenvolve suas atividades, era anteriormente uma quadra poliesportiva, um espaço que se encontrava abandonado e sem manutenção havia alguns anos, revelando suas condições precárias de conservação. A estrutura é composta de duas salas localizadas nos cantos frontais e posteriores direitos (utilizadas como cozinha e vestiário, respectivamente). Entre essas salas se estende uma arquibancada de concreto ao longo do restante da lateral. Por fim, os banheiros têm suas entradas pela parte de dentro da parede frontal e sua construção se estende para fora do espaço utilizado para a produção.

3.2. Equipamentos

A associação não possui equipamentos para beneficiamento dos materiais (prensa, fragmentadores etc.) e seus processos logísticos ainda se encontram em estágio de experimentação para chegar ao melhor sistema conforme a realidade local.

3.3. Produção

O empreendimento obtém materiais recicláveis provenientes de três fontes diferentes: grandes geradores, escolas e coleta seletiva domiciliar. As coletas nos grandes geradores e escolas são realizadas com um caminhão, temporariamente emprestado pela Coocassis, enquanto a coleta seletiva

domiciliar é realizada pelos catadores, cujos materiais são acondicionados em bags e transportados em carrinhos de mão. Ao todo são sete carrinhos para a coleta, sendo três emprestados de particulares e outros quatro confeccionados de acordo com a tecnologia criada pela Coocassis.

A triagem dos materiais recicláveis é executada de forma ainda pouco avançada quanto à separação dos vários tipos de materiais, pois a Recicam não dispõe de equipamentos para seu beneficiamento e, por esse mesmo motivo, a carga produzida é vendida sem prensagem, diminuindo seu valor de mercado. No caso do papel, separam-se apenas o papelão dos demais tipos. Esses dois materiais são acondicionados em dois contêineres localizados no interior do galpão.

Destaca-se a grande quantidade de garrafas PET, coletada em uma grande indústria de bebidas localizada no município, praticamente todos os dias da semana. O recebimento desse grande volume de material é determinante na dinâmica de produção da associação. Quando o material se acumula, ao descarregar mais garrafas, o caminhão avança sobre o material localizado na entrada.

4. Dinâmica de trabalho entre os associados

Como a Recicam é composta apenas de 13 associados, a maioria das funções de produção é feita por todos os integrantes com algumas diferenciações específicas. A coleta de materiais em grandes geradores é feita por todos os homens (quatro ao todo) e por algumas mulheres, enquanto as coletas em escolas e domiciliar são feitas por todo o grupo. A triagem dos materiais e o acondicionamento também são feitos por todos os integrantes do grupo. O turno de trabalho é realizado entre as 8 e 18 horas, com parada para duas horas de almoço.

5. Construção da proposta para realização do estudo

O grupo da Recicam vem sendo acompanhado por dois integrantes da Incop (um extensionista e um estagiário), que realizam visitas semanais ao grupo e participam da reunião geral, contribuindo para as discussões de temas pertinentes à dinâmica de organização coletiva do empreendimento, dentre outros. Visando conhecer o grupo e apresentar a proposta de desenvolvimento do estudo para reorganização dos processos produtivos do galpão, um dos integrantes do projeto Articulação ITCPs participou de uma dessas reuniões. O grupo não só considerou pertinente e necessário o estudo, como ofereceu sugestões para sua melhor aplicação.

O que mais chamou a atenção nesse momento foi a apresentação de um dos catadores como um exímio projetista, fato comprovado pelas suas obras fixadas nas paredes da cozinha da Recicam. Ali havia já desenhos da fachada do galpão e do caminhão, conforme dispostos abaixo. Acordou-se com o grupo que esse catador faria a reprodução da planta baixa do galpão já que não dispúnhamos de uma. Vale ressaltar que esse catador tinha, até então, uma participação discreta nas discussões das reuniões semanais e que a possibilidade do estudo de logística proporcionou-lhe certo protagonismo.

5.1. Primeira Oficina: Estudo das dificuldades, necessidades e possíveis resoluções

O primeiro objetivo do estudo de logística de produção foi mapear as necessidades e possíveis resoluções. Para tanto, foi marcado um primeiro encontro em que a planta baixa do galpão seria utilizada para simulação dessa logística. No entanto, no dia marcado para a oficina, dois acontecimentos impossibilitaram sua realização. Um dos grandes geradores de embalagens

em que a associação realiza a coleta ligou solicitando o serviço para aquele momento; com isso, metade dos associados foi convocada para a empreita impossibilitando a participação de todos na atividade. Outro fator foi o desenho da planta baixa produzido pelo associado, que trocou algumas dimensões e disposições do galpão, o que tornaria difícil a reprodução da logística na mesma. Decidimos que seria melhor uma segunda tentativa para assegurar a participação da maioria dos associados e que também valeria tentar reproduzir mais uma vez a planta baixa.

Nesta primeira versão, entrada e saída foram trocadas de lugar e as partes frontal e posterior estão mais compridas que a lateral (ao contrário do que as medidas apresentam na planta).

Importante observar que, no momento em que o catador-projetista apresentou seu desenho da planta baixa com a maioria das medidas e espaços dispostos erroneamente, a primeira resolução da equipe da Incop foi de rever o desenho com o catador para explicar os erros, mas de tomar para si a responsabilidade de reproduzir novamente a planta. Em reunião interna, a equipe da Incop observou como a ansia por realizar a oficina nos fez optar por essa solução, considerada mais prática. A angústia por ter abandonado a estratégia de protagonismo do catador-projetista logo na primeira tentativa frustrada nos revelou a presença do discurso da competência acadêmica. A equipe não soube lidar, em princípio, com tal frustração, esperando um desenho exato conforme o que tinha sido planejado e correndo o risco de desconsiderar o processo de aprendizado que se apresentava naquela oportunidade.

A partir dessas reflexões, reformulamos a proposta e, na segunda tentativa, em que todos os associados estavam presentes, optou-se por fazer o desenho da planta baixa do galpão momentos antes do início da mesma junto com

o catador-projetista. Para surpresa da equipe da Incop, este catador trouxe o desenho já pronto e com as medidas e espaços corretamente reproduzidos, o que facilitou o início das atividades.

Nessa segunda reunião houve a participação do presidente da Coocassis, que conta com experiência acumulada em gestão de galpões de triagem de materiais recicláveis. A presença desse catador foi crucial para um processo de discussão mais informal, contando apenas com um mínimo de estrutura pedagógica, o que permitiu uma construção mais espontânea da proposta de readequação do processo produtivo. Aos poucos os catadores foram se sentindo mais à vontade para opinar sobre as dificuldades, necessidades e resoluções pertinentes.

Utilizando a planta baixa do galpão, foi reproduzida coletivamente toda a logística de produção da associação, de modo a contemplar a disposição dos materiais, estrutura e funcionamento do trabalho (Figura 11). Em seguida, identificamos os problemas enfrentados pela Recicam e ensaiamos suas possíveis soluções. No mesmo instante em que as necessidades eram apontadas, algumas soluções eram sugeridas, caracterizando como um processo dinâmico e não como dois momentos separados. Após algumas propostas para resolução das necessidades, definiu-se com o grupo todo qual a melhor proposta dentre as resoluções apresentadas.

Sistematização das informações levantadas na oficina para estudo de logística de produção

Dificuldades	Necessidades	Resoluções
<p>PETs coletadas na indústria de bebidas</p>	<p>O maior volume de material coletado vem de uma grande indústria de bebidas do município. Esse material ocupa grande parte do espaço do galpão e compromete o trânsito dos associados, dos materiais e, por vezes, a entrada do caminhão para descarga.</p>	<p>Foram considerados dois pontos estratégicos para a reorganização do galpão: a disposição dos contêineres e das PETs. A solução encontrada foi utilizar os contêineres como divisórias para armazenamento das PETs (como se fosse um muro). Esses contêineres</p>
<p>Disposição dos contêineres</p>	<p>Existem dois contêineres (7mX3mX3m) no interior do galpão que determinam em muito a disposição do restante de equipamentos e materiais.</p>	<p>seriam alocados no canto posterior esquerdo do galpão, formando com as paredes posterior e lateral um espaço quadrado para contenção das PETs.</p>
<p>Material da coleta seletiva “porta a porta”</p>	<p>Com entrada pela parte de trás, o material da coleta seletiva ocupa seus arredores no interior do galpão, impossibilitando a saída de materiais.</p>	<p>As bancadas de triagem do material vindo da coleta seletiva ficarão localizadas na direção da porta dos fundos, limitando a chegada e triagem desses materiais a essa região do galpão.</p>

<p>Utilização da arquibancada</p>	<p>A arquibancada de três degraus largos (total de 4m de largura) se estende por quase toda a lateral à direita da entrada e entre a cozinha e o vestiário (total de 20 m de comprimento). Essa arquibancada está sendo pouco utilizada, o que diminuiu o espaço de produção em 80 m² relacionado à área total (968,45 m²).</p>	<p>Os metais serão acondicionados ao longo da arquibancada para posterior comercialização.</p>
-----------------------------------	---	--

Ao final do processo foi acordado que o melhor momento para readequação da logística de produção seria no dia em que o comprador dos materiais acondicionados nos contêineres viesse buscá-los e, em seu lugar, deixasse os vazios, pois assim já se poderia adequá-los ao novo formato. Ficou ainda determinado que uma semana após a readequação a equipe da Incop e o representante da Coocassis retornariam ao local para acompanhamento do novo funcionamento e avaliação em conjunto com os catadores da Recicam.

5.2. Segunda oficina: fluxograma de produção/avaliação

Seguindo a mesma orientação metodológica, o objetivo desta oficina, mais do que realizar a avaliação dos resultados da nova organização logística do processo produtivo, foi possibilitar que os associados pudessem socializar suas impressões acerca dessas alterações, a partir da experiência concreta de

trabalhar em um espaço organizado de maneira distinta da qual, até então, eles estavam habituados.

Para a avaliação resolveu-se que seria mais interessante não realizá-la apenas com o auxílio da planta baixa, mas que seria oportuno apresentar ao grupo outro instrumento de estudo dos processos produtivos; construiu-se então com o grupo de catadores da Recicam um fluxograma de produção. A partir da assimilação de todas as etapas pelas quais o material percorre dentro dos espaços do galpão, os associados avaliaram, de forma mais abalizada, os resultados das mudanças na organização logística do processo de produção. O fluxograma de produção foi construído coletivamente em folhas de flip chart, afixadas na parede, ao lado da planta baixa do galpão. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os associados pensavam nas etapas do fluxograma, identificavam na planta baixa exatamente o local em que essas fases aconteciam.

As etapas que os materiais recicláveis percorrem durante as atividades desenvolvidas pela Recicam e identificadas durante a construção do fluxograma são as seguintes: a. coleta: os materiais são provenientes da coleta seletiva domiciliar, bem como da coleta em grandes geradores, como supermercados, bancos, indústrias e do comércio em geral; b. triagem: ocorre em duas fases, na primeira alguns materiais, como papelão, papel e plástico fino, são separados ainda dentro dos bags, na segunda o conteúdo restante é despejado nas bancadas, onde são separados materiais como Peads, ferro, alumínio, plástico duro e PET; c. armazenamento: depois de triados, alguns materiais são acomodados em bags, como é o caso do plástico fino, das garrafinhas, das PETs e das latas, outros, como o alumínio e o vidro, são guardados em sacos, já nas caçambas são armazenados o papelão e o papel. Para cada material foi pensado um local de armazenamento mais apropriado

dentro do galpão, de acordo com a fase a seguir; d. venda: os materiais são vendidos para diferentes compradores e, em virtude disso, em periodicidades diferentes.

Partindo da elaboração do fluxograma, os associados puderam manifestar suas impressões acerca dos resultados decorrentes da alteração logística do processo produtivo em cada uma das suas fases. É importante ressaltar que, em virtude da impossibilidade de realocação de um dos contêineres, o que só viria a ocorrer naquele mesmo dia, as alterações propostas durante a primeira oficina foram praticadas parcialmente. De acordo com o que foi identificado durante a oficina de estudo das dificuldades, necessidades e possíveis resoluções, os associados puderam avaliar a nova organização da logística de produção, ainda que esta não tenha ocorrido totalmente.

5.3. Resultados da avaliação

Quanto à disposição dos contêineres e à acomodação das PETs, escoradas por eles, ainda não foi possível determinar se essa resolução funcionará, é necessário a alocação dos dois contêineres de acordo com o que foi planejado anteriormente. Entretanto, os associados avaliaram que seria necessário afastar da parede o contêiner que já foi acomodado de acordo com o planejado, pois em dias de chuva intensa o conteúdo armazenado nesse contêiner acaba molhando, principalmente pelo fato de o galpão funcionar de forma improvisada em uma antiga quadra esportiva, conforme mencionado anteriormente.

Já em relação ao material proveniente da coleta seletiva, os associados avaliaram como adequado o local em que passaram a ficar armazenados, há apenas a necessidade de espaçar as bancadas um pouco mais em direção ao lado

oposto do portão de chegada dos materiais, pois verificou-se ser insuficiente o espaço disponível para acomodar os bags que recebem o conteúdo do material triado. Por fim, os associados também avaliaram como adequada a estratégia de utilizar as arquibancadas como espaço de armazenamento dos metais.

Ao final marcamos outro retorno, com o intervalo de duas semanas, para avaliarmos os resultados da organização do processo produtivo em sua íntegra, bem como os efeitos dessas duas mudanças já identificadas pelos associados como necessárias: afastar os contêineres em relação à parede e a reorganização das bancadas com o objetivo de possibilitar mais espaço para a triagem dos materiais.

Considerações finais

Essas duas experiências envolvendo processos produtivos em empreendimentos de catadores, na construção de arranjos e/ou soluções, em um trabalho que articulou “conhecimentos de vida” dos catadores e saberes acadêmicos, permitem apontar para as possibilidades de outro modo de produzir tecnologia que não o convencional.

A utilização de técnicas e estratégias que reconheceram contextos, demandas e saberes populares produziu arranjos e/ou soluções tendo como atores principais os próprios trabalhadores. Aqueles mesmos que possuíam baixa escolaridade, habituados à adoção de soluções improvisadas para lidarem com as ocorrências no cotidiano de trabalho.

A construção de tecnologias voltadas às melhorias do cotidiano de trabalho em organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis não resulta, necessariamente em alternativas a serem reproduzidas em outros contextos,

mas compartilha experiências estratégicas com o objetivo principal de valorizar um conhecimento específico que transita para além da academia.

“De catador para catador” tornou-se, assim, uma das estratégias de troca de saberes, com força de sentido suficiente para estabelecer um vínculo de comunicação entre ciência e saber popular.

Nesta linha de conectividade entre o popular e o científico, as metodologias e conhecimentos que dele se desdobram produzem efeito no instante de seu acontecimento e, portanto, não necessariamente replicáveis. Reside nessa proposição um indicativo estratégico que permite potencializar o encontro entre trabalhadores da ciência e trabalhadores catadores, a fim de produzirem soluções originais e únicas para cada situação e demanda que se produz, em cada relação de produção de conhecimentos.

A proposta metodológica construída pela equipe da Incop Unesp Assis pressupõe outra relação com grupos de catadores em estágio mais desenvolvido de organização, cujas lideranças passam a atuar em parceria com a Incubadora, ao desempenharem o papel de “formadores” junto a outros grupos, superando a condição de “grupo incubado”. Neste sentido, muda a relação grupo-incubadora e também a assessoria a ele prestada, que passa a ser mais pontual, dependendo de demandas apresentadas.

As alterações produzidas no cotidiano de trabalho desses grupos terão sua validade testada à medida que contribuirão para que superem as dificuldades que deram origem à intervenção ocorrida. Entretanto, no aguardo da confirmação da validade, é possível apontar para o processo de aprendizagem ocorrido. Por meio das trocas de saberes, aos trabalhadores e acadêmicos foi possível, ao se disporem a fazer, colocarem-se, dando de si conhecimentos e habilidades, mas puderam também apropriar-se de algo, até então, novo. E nesse processo que permite aos sujeitos objetivarem-se e se apropriarem,

no qual a realidade pode ser transformada, os próprios sujeitos também se transformam.

Referências

DAGNINO, R. Apresentação. In: **Tecnologia Social** – Ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010.

